

Fernanda Maria Ribeiro Gonçalves

**RIQUEZA MORFOLÓGICA E AQUISIÇÃO DA SINTAXE
EM PORTUGUÊS EUROPEU E BRASILEIRO**

**Tese de Doutoramento em
Linguística Portuguesa
apresentada à
Universidade de Évora**

Orientadora: Professora Doutora Inês Silva Duarte

**Évora
2004**

Fernanda Maria Ribeiro Gonçalves

**RIQUEZA MORFOLÓGICA E AQUISIÇÃO DA SINTAXE
EM PORTUGUÊS EUROPEU E BRASILEIRO**

**Tese de Doutoramento em
Linguística Portuguesa
apresentada à
Universidade de Évora**

149343

Orientadora: Professora Doutora Inês Silva Duarte

**Évora
2004**

Nota Prévia

A presente dissertação de Doutoramento dá corpo ao plano registado na Universidade de Évora em Fevereiro de 1999, no ramo de Linguística Portuguesa, e tem por título Riqueza Morfológica e Aquisição da Sintaxe em Português Europeu e Brasileiro. O trabalho foi orientado pela Professora Doutora Inês Silva Duarte, Professora Catedrática da Universidade de Lisboa.

Gostaria, nesta nota prévia, de deixar algumas palavras de agradecimento às pessoas que mais de perto acompanharam este ciclo particularmente importante do percurso académico (e vivencial), tornando-o possível.

À Professora Doutora Inês Duarte, por toda a sabedoria, por todos os contributos decisivos, por todos os conselhos determinantes, pela infinda paciência e pela constante disponibilidade, não demonstrando nunca descrença, mesmo quando a minha se avolumava. Por ser a figura modelar que tem acompanhado todo o meu percurso académico, que contribuiu em muito para determinar, por muitas formas, desde o já algo longínquo ano de 1986, em que comecei a descobrir mundos novos, com o fascínio que a Professora tornou possível, na disciplina de *Introdução aos Estudos Linguísticos*. Foi esse fascínio que determinou a concepção de um percurso cujo marco mais recente é o presente trabalho.

À Professora Doutora Isabel Hub Faria, responsável pelo Laboratório de Psicolinguística da Faculdade de Letras, por ter generosamente autorizado o uso dos dados relativos ao Português europeu com que trabalhei neste projecto, que, sem essa cedência, teria sido obviamente inviável, mas também por me ter fornecido os instrumentos indispensáveis para tratar esses dados, pela importância da experiência levada a cabo no referido Laboratório no âmbito do trabalho que conduziu à elaboração da tese de Mestrado, em 1993. Foi por aí que nasceu o meu interesse pelo estudo da Aquisição da Linguagem.

A transcrição de dados levada a cabo no âmbito deste trabalho passará a integrar aquele espólio.

À Professora Doutora Maria João Freitas, pela disponibilidade constante, a tantos níveis. Antes de mais, por terem nascido do seu projecto de Doutoramento os dados de duas crianças que aqui se tratam. Por aí, o seu contributo foi decisivo, mas também pelo apoio constante e amigo, fazendo tudo o que esteve ao seu alcance para tornar este projecto possível; apoio concretizado em muitos momentos, desde a discussão de metodologias às últimas decisões sobre o formato final a dar a este trabalho.

Ao Professor Doutor António Quintas Mendes, pelos dados que, tendo nascido do seu projecto de Mestrado, acabaram igualmente por integrar o espólio do Laboratório de Psicolinguística.

Ao Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp), a quem agradeço na pessoa da Professora Doutora Ester Mirian Scarpa, pela cedência dos dados relativos a duas crianças, nascidos do seu projecto de Doutoramento, sem os quais este estudo não existiria, igualmente.

Mas também por toda a disponibilidade, académica e pessoal, que senti especialmente durante a minha curta mas muito produtiva estada na Unicamp em Novembro de 2002.

Não esqueço igualmente a disponibilidade dos responsáveis e funcionários do CEDAE e da Professora Doutora Raquel Santos.

Dessa estada retenho muitos momentos de discussão verdadeiramente frutífera e de convivialidade que fizeram estreitar distâncias e esquecer diferenças. Agradeço por isso à Professora Doutora Charlotte Galves, à Professora Doutora Mary Kato e ao Professor Doutor Jairo Nunes.

Por todo o apoio académico e pessoal, tão decisivo, pela generosidade e pela amizade, que há-de perdurar, um agradecimento muito particular à Telma Vianna. Não esqueço igualmente a Helly Cabral.

Ao Professor Doutor Brian MacWhinney pela forma especialmente generosa como concebeu e gere o sistema que aqui utilizei para transcrição, codificação e análise de dados (o CHILDES) e pela autorização para uso dos dados correspondentes a uma criança, contidos na respectiva base, por cedência da Professora Doutora Leonor Scliar-Cabral, a quem muito agradeço, igualmente.

À Professora Doutora Anabela Gonçalves pela forma tão generosa como se disponibilizou a rever a transcrição dos dados por si recolhidos e por todos os gestos de franca amizade.

Aos pais que autorizaram que uma parte do desenvolvimento linguístico dos seus filhos ficasse registada e fosse usada para fins de investigação e às crianças, fontes fundamentais da investigação de que resultou a presente dissertação.

Aos colegas da Universidade de Évora, em especial ao Antonio Saez Delgado, à Beatriz Weighert, ao Fernando Gomes e à Filomena Gonçalves por tantos momentos de cumplicidade e saudável convívio e pela solidariedade constante.

Aos colegas de Seminário na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa Ana Lúcia Santos, Madalena Colaço, Matilde Miguel, Nélia Alexandre e Tjerk Hagemeyer que me ajudaram a formular as perguntas e a conceber as respostas. Agradeço em particular à Nélia Alexandre pela ajuda na tarefa de revisão da versão final.

Ao Professor Doutor João Costa pela constante disponibilidade, por todos os comentários e sugestões e por me ter autorizado a participar no seu Seminário na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa na fase inicial de concepção deste trabalho.

À Universidade de Évora pela concessão de três anos de dispensa que possibilitaram a elaboração deste trabalho, pelos apoios financeiros, e pela autorização a deslocar-me a Espanha, para frequência da *2000 Girona International Summer School in Linguistics* e ao Brasil, para investigação na Unicamp, Campinas.

Às instituições que autorizaram pesquisas nos seus fundos bibliográficos, nomeadamente Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universitat de Girona, Universitat Autònoma de Barcelona, Universitat Pompeu Fabra (Barcelona) e Unicamp, Universidade de Campinas, Brasil.

Aos meus amigos, aos de longa data, aqueles que, embora muitas vezes distantes, voltam, muitas vezes inesperadamente, mas sempre nos momentos certos.

À Cláudia Teixeira, muito em especial, uma gratidão imensa por tudo o que não cabe aqui, por ser tanto, e tão indizível, de tão intenso. Muito obrigada.

A todos os familiares que acompanharam este processo com preocupação e interesse solidário, trazendo sempre um apoio reconfortante. Uma memória especial fica para a muito querida Kió, muito viva nos nossos corações e na estrela onde a pequenina Inês a vê, sempre que olha para o céu estrelado.

Aos meus padrinhos, pais verdadeiros. Também para eles faltam as palavras, que não caberiam nas páginas que tem esta dissertação.

Nos últimos anos, mesmo em esforço, não negaram nunca os tempos necessários e todos os apoios imprescindíveis, como desde que me resgataram para a vida. A eles devo ser, e ser quem sou.

Ao João, por ser uma parte de mim, por me chamar sempre ao melhor de mim, por acreditar sempre em mim, por me ajudar a querer sempre melhorar, mesmo quando a vontade fraqueja, mesmo quando o cansaço atormenta, e por fazer sempre das minhas prioridades as nossas, sem autorizar desistências ou concessões. Também pelo rigor passou e passa o nosso amor. E pelo apoio incondicional e tão concreto que toma a forma de tabelas e gráficos. Fica igualmente tanto por dizer!

À Inês, o farol da minha vida, sempre comigo; a fonte inesgotável de renovação, em crescimento conjunto; a alegria da descoberta; a sapiência da infância, reencontrada. É o elo mais terno e mais inquebrável que me une, para sempre, ao meu grande amor pequenino. Por esse elo passou a força necessária.

Índice

Primeira Parte – Assunções Teóricas e Metodologia

1. Introdução.....	1
1.1 Assunções teóricas	3
1.1.1 Os princípios fundamentais.....	3
1.1.2 Os níveis de representação e as condições associadas.....	6
1.1.3 A constituição do Léxico.....	8
1.1.4 A estrutura frásica.....	9
1.1.5 O sistema computacional e a derivação frásica em Chomsky (1995).....	11
1.1.6 A derivação frásica: novas propostas.....	14
1.1.6.1 O sistema sonda-alvo.....	15
1.1.6.2 A derivação por fases.....	17
1.1.7 Os processos morfológicos.....	20
1.1.7.1 A noção de inserção tardia.....	23
1.1.7.2 A noção de subespecificação.....	24
2. Riqueza morfológica e movimento do verbo.....	28
2.1 Introdução.....	28
2.2 “Sintaxe conduzida pela morfologia” – duas propostas.....	29
2.2.1 Vikner (1997).....	29
2.2.2 Rohrbacher (1999).....	31
2.2.3 Vikner (1997) <i>versus</i> Rohrbacher (1999): uma síntese.....	36
2.2.4 Avaliação conceptual das propostas anteriores.....	39
2.2.4.1 Borer (1998).....	39
2.2.4.2 Bobaljik (2000).....	40
3. O Português: assunções teóricas.....	44
3.1 Português europeu.....	44
3.2 Português brasileiro.....	46
3.3 Português europeu <i>versus</i> Português brasileiro.....	50

4. O estudo do processo de aquisição da linguagem – relevância e enfoques	59
4.1 Considerações teóricas genéricas.....	59
4.2 O estudo comparado da aquisição da concordância verbal e da sintaxe – algumas considerações empíricas.....	63
4.2.1 Resultados relevantes sobre diversas línguas.....	66
4.3 Interesse teórico particular.....	67
4.3.1 Hipóteses teóricas fundamentais	70
4.3.1.1 Radford (1996)	70
4.3.1.2 Clashen <i>et al.</i> (1996)	71
4.3.1.3 Hyams (1996).....	72
4.4 Retomando a RAH – o estudo da aquisição.....	73
4.5 Assunções fundamentais.....	81
4.6 Hipóteses e predições.....	82
5. Metodologia.....	85
5.1 Introdução.....	85
5.2 Caracterização da amostra.....	85
5.2.1 PE.....	85
5.2.2 PB.....	87
5.3 Transcrição e codificação dos dados.....	89
5.3.1 Critérios de codificação da linha %pho.....	92
5.3.2 Critérios de codificação da linha %err.....	95
5.3.3 Critérios de codificação da linha %syn.....	95
5.4 Análise dos dados.....	108
5.5 Caracterização do <i>corpus</i>	111
5.5.1 PE.....	115
5.5.2 PB.....	118
Segunda Parte – Descrição, Análise e Interpretação dos Dados	
6. Aquisição da concordância verbal.....	121
6.1 Introdução.....	121
6.2 Notas metodológicas.....	125
6.3 Os dados.....	128
6.3.1 Dados globais.....	128

6.3.2 Dados seleccionados.....	134
6.3.2.1 Representação gráfica.....	140
6.4 Análise dos dados.....	148
6.4.1 PE.....	148
6.4.1.1 LUI.....	148
6.4.1.2 RAP.....	156
6.4.1.3 JOA.....	161
6.4.1.4 PED.....	166
6.4.1.5 Síntese relativa aos dados do PE.....	172
6.4.2 PB.....	175
6.4.2.1 PAU.....	175
6.4.2.2 RAB.....	180
6.4.2.3 TIA.....	187
6.4.2.4 Síntese relativa aos dados do PB.....	193
6.4.3 Síntese relativa aos dados das duas variantes.....	195
6.5 Interpretação dos dados.....	202
6.6 Síntese global.....	210
7. Aquisição de sujeito.....	211
7.1 Introdução.....	211
7.2 Notas metodológicas.....	220
7.3 Os dados.....	221
7.4 Análise dos dados.....	225
7.4.1 PE.....	225
7.4.1.1 LUI.....	225
7.4.1.2 RAP.....	226
7.4.1.3 JOA.....	227
7.4.1.4 PED.....	227
7.4.1.5 Síntese relativa aos dados do PE.....	228
7.4.2 PB.....	228
7.4.2.1 PAU.....	228
7.4.2.2 RAB.....	229
7.4.2.3 TIA.....	230
7.4.2.4 Síntese relativa aos dados do PB.....	230

7.4.3 Síntese relativa aos dados das duas variantes.....	232
7.5 Interpretação dos dados.....	234
8. Aquisição de objecto.....	240
8.1 Introdução.....	240
8.2 Notas metodológicas.....	244
8.3 Os dados.....	244
8.4 Análise dos dados.....	249
8.4.1 PE.....	249
8.4.2 PB.....	250
8.4.3 As duas variantes comparadas.....	250
8.5 Interpretação dos dados.....	251
9. Aquisição dos infinitivos.....	254
9.1 Introdução.....	254
9.2 Notas metodológicas.....	260
9.3 Os dados.....	260
9.4 Análise dos dados.....	263
9.4.1 PE.....	264
9.4.1.1 LUI.....	264
9.4.1.2 RAP.....	271
9.4.1.3 JOA.....	277
9.4.1.4 PED.....	282
9.4.1.5 Síntese relativa aos dados do PE.....	287
9.4.2 PB.....	289
9.4.2.1 PAU.....	289
9.4.2.2 RAB.....	303
9.4.2.2.1 RAB (1;06.06).....	308
9.4.2.3 TIA.....	310
9.4.2.4 Síntese relativa aos dados do PB.....	314
9.4.3 Síntese relativa aos dados das duas variantes.....	315
9.5 Interpretação dos dados.....	318
9.6 Reanálise da questão: os imperativos.....	323
9.6.1 Introdução.....	323

9.6.2 Os dados.....	325
9.6.3 Análise dos dados.....	328
9.6.4 Interpretação dos dados.....	330
10. Aquisição da morfologia e da sintaxe comparadas em PE e em PB...	332
10.1 Introdução.....	332
10.2 Avaliação analítica de Vikner (1997) e Rohrbacher (1999) a partir de dados do Português.....	335
10.3 Os dados da aquisição do Português.....	341
10.3.1 PE.....	343
10.3.2 PB.....	359
11. Conclusões.....	383
12. Referências bibliográficas.....	393
13. Anexos.....	411

1. Introdução

Em termos teóricos, esta dissertação enquadra-se no quadro de investigação generativista, e, mais especificamente, na Teoria de Princípios e Parâmetros (TPP) (veja-se Chomsky, 1981 e 1986), assumindo-se os princípios fundamentais do Programa Minimalista (PM) (veja-se Chomsky, 1995a¹, 1998 e 1999) da forma de que se passará a dar conta na secção seguinte.

Ficando naturalmente fora dos objectivos do presente trabalho uma caracterização detalhada dos modelos teóricos referidos, assumem-se as referências que se passa a enunciar, para se fazer posteriormente menção às inovações teóricas mais recentes, sublinhando-se os aspectos relevantes para o corpo principal desta dissertação.²

A teoria generativista começou a delinear-se em Chomsky (1957), tendo-se desde o início procurado caracterizar a Gramática Universal (*Universal Grammar* (UG)), ou seja, o conjunto de princípios comuns a todas as línguas, tidos como inatos, bem como a variação interlinguística que faz com que a essa universalidade na génese correspondam inúmeras línguas, entendidas como instâncias concretas da capacidade especificamente humana de produzir linguagem verbal. Nesta medida, está necessariamente implicado na investigação generativista um esforço de comparação sistemática entre línguas e variantes, o que enquadra e justifica a opção, na presente dissertação, de pretender caracterizar comparadamente o Português europeu (PE) e o Português brasileiro (PB).

Desde os primeiros textos generativistas foi notória a relevância atribuída ao estudo da aquisição da linguagem, já que os dados que fornece são fundamentais, antes de mais por potenciarem a compreensão, pela única forma a que temos acesso directo, de como se estrutura o estágio inicial da UG (G₀), permitindo o acompanhamento longitudinal da fase mais rica em desenvolvimentos detectar como se evolui até estádios já próximos da Gramática estável (não obstante todos os desenvolvimentos posteriores): o período que se situa sensivelmente entre os dois e os três anos de idade, de forma variável (em termos cronológicos mas não em termos evolucionais) de criança para criança.

Justifica-se assim o estudo dos dados da aquisição, por que se optou na génese da presente dissertação.

Mas o interesse específico deste trabalho deriva de desenvolvimentos teóricos específicos surgidos fundamentalmente a partir da Teoria da Regência e da Ligação

¹ Esta obra será sempre citada a partir da edição traduzida indicada na Bibliografia.

² Para uma síntese dos aspectos fundamentais do modelo do PM até Chomsky (1995a) veja-se a Introdução à tradução portuguesa (*op.cit.*:15-35) e Gonçalves, A. (1999:8-32). Para uma reflexão sobre os princípios e as evoluções recentes da Gramática Generativa veja-se Duarte (2003a).

(TRL) (veja-se Chomsky, 1981); foi nesse âmbito que tomou forma a TPP, a qual formaliza a relação fundamental existente entre a universalidade e a variação, definindo quais os parâmetros que estão associados a cada princípio universal. Os princípios são inatos e constituem a G_0 ; os parâmetros são deduzidos a partir dos dados de *input* de cada língua específica.

A tarefa fundamental passou então a ser a formulação de princípios e parâmetros, dividindo-se os autores sobre algumas questões interessantes e decisivas, tal como a possibilidade de reparametrização, ou seja, a de existir (ou não) um valor pré-determinado para cada parâmetro.

Neste domínio, Hyams (1986) foi um trabalho seminal, abrindo caminho a muitos outros. Aí se estudava aquele que é, de todos os parâmetros, porventura o mais explorado até à actualidade: o parâmetro do sujeito nulo (PSN).

O motivo fundamental que subjaz a este interesse prende-se com o facto de se relacionar com uma das características que mais facilmente nos permite identificar algo comum a todas as línguas (todas têm sujeito) e estabelecer, simultaneamente, um parâmetro restrito de variação: enquanto numas línguas é possível, em contextos de declarativas não marcadas (e não atendendo, para já, a restrições pragmáticas), não realizar explicitamente o sujeito, noutras línguas tal possibilidade não existe.

Por outro lado, a este parâmetro associaram-se, a partir de contributos de autores distintos trabalhando línguas igualmente diversas, muitas outras diferenças sistemáticas, consolidando-se desta forma o próprio conceito de “parâmetro” e, mais genericamente, o estudo sobre aquisição da linguagem, procurando-se agora determinar que parâmetros permitem accionar automaticamente outros, numa dada língua, e de que forma se dá esse processo.

Este trabalho conduziu igualmente a conclusões muito interessantes ao nível do estudo sobre a forma como as línguas evoluem no tempo, procurando-se perceber que alterações paramétricas poderão motivar a mudança e, em cadeia, outras mudanças, até ao ponto em que um sistema gramatical é já distinto, em aspectos fundamentais, do anterior, podendo-se afirmar, a partir de critérios bem definidos, que é já um outro sistema (ou seja, uma outra língua).

Todas as mudanças verificadas no Português do Brasil (PB) desde o final do século XIX foram, com este enquadramento, extensivamente exploradas, procurando-se precisamente determinar se teriam derivado do PSN. O trabalho desenvolvido permitiu

formular muitas hipóteses interessantes, sendo a este nível Roberts e Kato (1993) uma referência fundamental bem como, mais recentemente, Kato e Negrão (2000).

O facto de o PB ter evoluído paralelamente ao PE (bem como a outras variantes, como o Português de Moçambique (PM) que referirei só pontualmente), dá-nos uma oportunidade relativamente rara de comparar os respectivos sistemas, e, no caso específico desta dissertação, os respectivos processos de aquisição.

Quanto aos tópicos específicos em análise, a escolha teve fundamentalmente que ver com a relevância que encerram para a caracterização comparada das duas variantes, tendo em conta estudos anteriores neste domínio, os quais serão abordados no decurso da presente dissertação.

Em termos teóricos, outras evoluções motivaram igualmente a concepção global deste trabalho: se no âmbito da TRL se acumulou muito conhecimento sobre a forma como se estrutura a UG, nomeadamente sobre os módulos que a compõem e a forma como se interrelacionam, bem como sobre a derivação pela qual se gera cada estrutura frásica até à sua realização como contínuo sonoro, o PM veio recolocar sob novas perspectivas muitas das assunções anteriores, permitindo o surgimento de vias renovadas de reflexão e investigação.

Paralelamente, outras correntes se foram desenvolvendo. Destas, referir-se-á pontualmente a Morfologia Distribuída (*Distributed Morphology* (DM)) (veja-se Hale e Keyser, 1993 e Harley e Noyer, 1999), na medida que se entender relevante para o enquadramento das propostas a introduzir. Esta opção deveu-se fundamentalmente ao facto de se abordarem neste trabalho muitos aspectos que envolvem simultaneamente os domínios da morfologia e da sintaxe (a concordância, nomeadamente), os quais têm constituído um dos fulcros mais importantes de investigação para esta corrente.

Dá-se conta de seguida das principais assunções teóricas de que se parte.

1.1 Assunções teóricas

1.1.1 Os princípios fundamentais

Em primeiro lugar, é importante ter em conta a forma como se concebe o PM: como um Programa de investigação, procurando-se, antes de mais, conceber um quadro teórico que permita formular perguntas relevantes.

É neste sentido que se afirma que existem *a priori* “perguntas minimalistas” (Chomsky, 1998:5), mas não respostas.

Como em qualquer tentativa formalizada de compreensão da linguagem, pretende-se conceber a teoria certa que a descreva e permita perceber porque é assim, procurando-se identificar as condições teóricas mínimas de adequabilidade (Chomsky, 1998:6):

“More narrowly, it seeks to discover to what extent minimal conditions of adequacy suffice to determine the nature of the right theory.³ (...) The substantive thesis is that language design may really be optimal in some respects, approaching a “perfect solution” to minimal design specifications. The conclusion would be surprising, hence interesting if true.”

Depois de determinar a teoria para o sistema “ideal”, o grande objectivo consiste em explicitar em que medida as línguas se afastam desse modelo, ou seja, em identificar as chamadas “imperfeições”.

Como fica claro na nota ao excerto acima citado, é deixada em aberto a possibilidade de conciliação dos princípios globais desde Programa com algumas práticas compatíveis desenvolvidas com enquadramentos teóricos distintos, desde que respeitados os objectivos minimalistas, os quais se prendem com a noção fundamental de economia, quer derivacional, devendo-se sempre preferir as derivações com o menor número de passos, quer representacional, devendo-se projectar só o que é estritamente necessário para que a derivação convirja.⁴

A economia está associada a uma condição de “menor esforço”, devendo-se pois avaliar comparativamente derivações alternativas e, entre duas que produzam resultado convergente, preferir a mais económica.⁵

Associado à noção de menor esforço, surgiu, no conjunto de trabalhos contidos em Chomsky (1995a), o Princípio de Procrastinar (*Procrastinate*), segundo o qual se considerava que “custava menos” (ou seja, envolvia menor esforço) adiar o movimento de constituintes do que realizá-lo de forma visível (veja-se Chomsky, 1995a:281). Este princípio foi no entanto repensado por motivos que se tornarão claros na próxima secção.

Um outro princípio, o de Cobiça ou “Último Recurso egoísta” (veja-se Chomsky, 1995a:284), segundo o qual era possível violar o Princípio de Procrastinar para

³ [nota 13 no original] It is a misunderstanding to contrast “minimalism and X,” where X is some theoretical conception (Optimality Theory, Lexicalism, etc.). X may be pursued with minimalist goals, or not.

⁴ Diz-se que a derivação “converge” quando é gramatical; caso tal não se verifique, “fracassa” (“convergence” vs. “crash”). Esta terminologia foi introduzida nos primeiros trabalhos minimalistas (Chomsky 1991 e seguintes).

⁵ A comparação entre derivações coloca no entanto problemas, em termos computacionais. Este aspecto será retomado.

satisfação de determinados constituintes, foi igualmente reformulado. Remete-se igualmente para o ponto seguinte.

Quanto à TPP, deve-se continuar a assumir como válida (Chomsky, 1998:4), já que se mantêm os seus objectivos fulcrais: “descobrir os princípios e parâmetros e mostrar como uma escolha particular de valores paramétricos e léxico compõem uma língua L”, sendo L uma língua-I⁶. Conseguimos deduzir como L é composta a partir da análise daqueles, assumindo-se que a aquisição é “como que instantânea”; ou seja que o processo é automaticamente determinado assim que se accionam os parâmetros⁷.

A partir deste conhecimento muitos outros domínios poderão ser abordados, nomeadamente os que se prendem com “o uso, aquisição, patologia, mecanismos celulares” da linguagem ou a ela relativos.

Crucialmente, o mecanismo depende da existência de um “dispositivo de aquisição da linguagem” (“*language acquisition device*” (LAD)), o qual corresponde ao “estado 0” (S₀) do processo de aquisição da linguagem, contendo ainda as propriedades que virão a manifestar-se no curso do desenvolvimento.

A linguagem é tida como uma “componente identificável da estrutura cognitiva humana”, derivando da sua Faculdade da Linguagem (FL) exclusiva, cujo estádio inicial constitui a UG.

Um motivo fundamental para se continuar a adoptar a TPP prende-se com o facto de contribuir decisivamente para resolver uma tensão desde sempre notada entre a adequação descritiva, por um lado, e explicativa, por outro (Chomsky, 1998:4-5): enquanto a procura de adequação descritiva conduz a uma maior complexidade nos sistemas de regras (os mesmos que permitem a formalização dos parâmetros), a procura de adequação explicativa permite caracterizar a estrutura das línguas como invariante, em grande medida, aspecto contemplado na identificação dos princípios.

Quanto ao mecanismo específico de aquisição da linguagem, entende-se que deverá envolver, pelo menos (Chomsky, 1998:12-13): a selecção de traços, entendidos aqui como propriedades linguísticas, a construção de itens lexicais com recurso ao “procedimento computacional para a linguagem humana” (*the computational procedure for human language* (C_{HL})), que mapeia os traços num conjunto particular de

⁶ “Língua-I”, termo introduzido em Chomsky (1986), designa o conhecimento de uma língua por um falante específico num dado momento do seu desenvolvimento linguístico; corresponde pois a um estádio específico no processo de aquisição.

⁷ Esta assunção é assumidamente simplificada (Chomsky, 1998:4; nota 11): “(...) That need not be the case (e.g., in the theory of acquisition proposed by Locke 1997). It therefore becomes interesting to ask how close to true the assumption is. “

expressões, e o refinamento de C_{HL} de uma de várias formas possíveis. É neste último processo que consiste a fixação dos parâmetros (*parameter setting*).

A tarefa da criança consistirá pois em seleccionar traços, construir com eles itens lexicais e associá-los entre si por procedimento computacional universal (a faculdade da linguagem humana), determinado especificamente para cada língua pela forma como a criança accionará, a partir dos dados de *input*, cada parâmetro.

É por essa preocupação fundamental que a teoria formulada deve respeitar a “aprendibilidade” (*learnability*), ou seja, ser compatível com a descrição efectiva do processo de aquisição como o conjunto de fixações de parâmetros (que deverão necessariamente ser facilmente detectáveis no *input*), para os princípios universais.

Assume-se por isso em Chomsky (1999:2,(1)) como crucial o Princípio da Uniformidade:

- (1) Na ausência de provas determinantes em contrário, assumam-se que as línguas são uniformes, sendo a variedade restrita a propriedades facilmente detectáveis dos enunciados.

Concretizando, assume-se que as propriedades flexionais básicas são universais, embora se manifestem de formas foneticamente distintas, e que a variação paramétrica se restringe ao léxico e, no que diz respeito à computação sintáctica, “a uma categoria restrita de propriedades morfológicas, primariamente flexionais”.⁸

1.1.2 Os níveis de representação e as condições associadas

Na TPP, em formulações anteriores ao PM, o modelo da estrutura gramatical compreende quatro níveis: Estrutura-D, Estrutura-S, Forma Lógica (*Logical Form* (LF)) e Forma Fonética (*Phonetic Form* (PF)).

Cada unidade sintáctica é introduzida na Estrutura-D a partir do Léxico; naquele nível, em cumprimento do Princípio de Projecção, são respeitadas todas as propriedades de subcategorização de cada item. Aplicam-se então as regras de sintaxe visível (a teoria da ligação, o filtro do Caso, etc.), aplicação da qual resulta a Estrutura-S. A partir daqui, a estrutura é enviada para duas componentes autónomas (ou seja, sem interligação entre si): a LF, resultante da aplicação das regras de sintaxe não visível, onde se reflectem as propriedades semânticas dos itens lexicais contextualizados em cada derivação

⁸ Continua-se a deixar em aberto a possibilidade de os parâmetros existirem a dois níveis: o do léxico e o da sintaxe. Sobre esta questão vejam-se as secções seguintes.

considerada, e a PF, onde se atribuem todos os aspectos de natureza fonética, a partir da estrutura fonológica, bem como os de natureza prosódica.

No âmbito do PM tal como delineado no conjunto de trabalhos reproduzidos em Chomsky (1995a), ganham importância crucial os dois níveis de interface, idealmente os únicos a considerar, já que são eles e só eles que detêm justificação conceptual, por serem os “sistemas de performance” (ou seja, aqueles que estão directamente associados à articulação dos segmentos linguísticos): LF, que estabelece a interface com o sistema conceptual-intensional (C-I) e PF, que o faz com o sistema articulatorio-perceptivo (A-P).

Estrutura-S e Estrutura-D são assim reduzidas a *Spell-Out* (minimizando-se pois a estrutura gramatical), resultante da aplicação das regras da sintaxe visível e fornecedor de *input* para as interfaces acima mencionadas: LF e PF.⁹

Considera-se (Chomsky, 1999:16) que LF é essencialmente uniforme nas várias línguas, dada a ausência de dados claros no *input* sobre este nível no processo de aquisição da linguagem. Este é um caso específico do Princípio da Uniformidade acima referido. Quanto a PF, é a interface por excelência das “imperfeições”.

Esta estrutura passa a ser regida por um princípio fundamental de economia derivacional: o Princípio da Interpretação Plena (*Full Interpretation* (FI)), segundo o qual cada nível de interface só pode receber aquilo que pode interpretar; tudo o resto tem de ser eliminado até àquele nível (ou seja, na sintaxe estreita).

Este princípio permite reduzir em grande medida a carga conceptual do modelo teórico anterior, eliminando-se, para além dos níveis de representação já mencionados, a noção de regência e até, nas últimas formulações, a Teoria-X', o que decorre naturalmente do privilégio da economia representacional.

A proposta é formalizada da forma que se passa a delinear.

⁹ Em Chomsky (1998 e 1999) o entendimento de *Spell-Out* é reavaliado, passando este a ser tido como um processo cíclico, em sintaxe estreita (*narrow syntax*), ou seja, ao nível a que se dá a computação sintáctica, em pontos específicos (chamados “fases”) – veja-se a secção seguinte.

Em termos mais precisos, *Spell-Out* deve-se entender como uma operação e não como um nível de representação.

1.1.3 A constituição do Léxico

O Léxico é entendido como um sistema de traços aos quais se aplicam operações que permitem gerar os itens lexicais; estes traços estão tipologicamente integrados em subclasses (Chomsky, 1999:7):

“In any case, we can think of LEX as in principle “Bloomfieldian,” a “list of exceptions” that provides just the information required to yield the interface outputs, and does so in the best way, with least redundancy and complication. In the simplest case, the entry LI is a once-and-for-all collection (perhaps structured) of (A) phonological, (B) semantic, and (C) formal features. (...)”

O conjunto de especificações de cada item lexical é interpretável no nível de interface respectivo: as fonológicas são enviadas para PF, só estando acessíveis entre *Spell-Out* e PF; as semânticas para LF, estando inacessíveis até esse nível. Quanto às especificações formais, distinguem-se pelo facto de estarem acessíveis durante toda a derivação.

Os traços formais são classificados quanto à sua interpretabilidade: como interpretáveis ou ininterpretáveis. Os primeiros são interpretados em LF (os traços- ϕ de constituintes nominais e os traços categoriais, por exemplo); os segundos, por não serem passíveis de interpretação em LF, têm de ser eliminados antes ou depois de *Spell-Out* (os traços de caso e os de concordância das formas verbais, nomeadamente) de acordo com o último critério que se enuncia abaixo.

A noção subjacente a este sistema, ilustrando com o caso específico da relação de concordância verbal, é a seguinte: os traços formais significativos (de género e número, por exemplo) são transportados pelos constituintes nominais – estes serão por isso interpretados ao nível de LF, tal como os traços semânticos; quanto aos traços correspondentes transportados pelas formas verbais, são meras marcas, logo, não poderão ser interpretadas àquele nível, tendo por isso de ser eliminadas. Simplificadamente, codifica-se assim a noção de que o verbo concorda com o sujeito e não o inverso.

Os traços apagados serão eliminados (*erased*) sempre que possível, ou seja, sempre que não tenham de estar disponíveis para interpretação em LF.

O último critério considerado é a “força”: os traços serão pois fortes ou fracos. Retomando a descrição acima, a eliminação dar-se-á antes de *Spell-Out* quando os traços envolvidos são fortes e depois de *Spell-Out* se forem fracos.

Ilustrando este critério, considere-se o contraste muito explorado desde Pollock (1989) do movimento do verbo entre o Inglês e o Francês: em Francês o traço associado a Infl (núcleo funcional associado à flexão, não se particularizando para já a sua estrutura

interna) é forte, tendo de ser eliminado, por movimento do verbo, antes de *Spell-Out*; em Inglês, aquele traço é fraco, sendo a subida adiada até ao momento pós-*Spell-Out*.

O movimento é pois semelhante, variando o ponto em que se dá: antes de *Spell-Out* em Francês (sendo o resultado da sua aplicação enviado no *input* para PF, logo, produzindo-se na posição final) e depois de *Spell-Out* em Inglês (produzindo-se por isso o verbo na sua posição de base).

1.1.4 A estrutura frásica

Antes de mais, devemos distinguir entre si as categorias que podem ocupar a estrutura. Assim, identificam-se as lexicais, por um lado, e as funcionais, por outro.

No conjunto das lexicais identificamos, entre outros, o Sintagma Nominal (*Noun Phrase* (NP)), o Sintagma Verbal (*Verb Phrase* (VP)), o Sintagma Adjectival (*Adjectival Phrase* (AP)) e o Sintagma Adverbial (*Adverbial Phrase* (AdvP)).

No conjunto das funcionais identificamos, entre outros, o Sintagma Complementador (*Complementizer Phrase* (CP)), o Sintagma Flexional (*Inflectional Phrase* (IP)), identificando-se neste os Sintagmas de Concordância (*Agreement Phrase* (AgrP)) e de Tempo (*Tense Phrase* (TP)).

Relativamente à estrutura frásica, tomando como referência Pollock (1989) e todo o trabalho que inspirou, nota-se uma redução substancial ao nível das categorias funcionais.

Como é sabido, aquele foi um texto de referência durante a década de 1990, defendendo-se, basicamente, que a cada traço deveria corresponder um sintagma na estrutura. Por aplicação do Princípio do Espelho (de Baker, 1988, como em Belletti, 1990), muitos autores assumiram para o Português a seguinte estrutura básica:

$$(2) \quad [[CP][AgrP][TP][VP]].$$

Esta concepção foi depois estendida a muitos outros sintagmas, nomeadamente os de polaridade (ΣP), de aspecto (AspP), de tópico (TopP) e de foco (FocP), etc.

Se esta linha de investigação se revelou muito frutífera aos explicar contrastes empiricamente verificados desde há muito (tais como os que se prendiam, em Pollock (1989), com o movimento do verbo, a flexão e a posição relativa de constituintes entre si em Inglês e em Francês), a sua proliferação foi conduzindo gradualmente a um esvaziamento considerável da proposta inicial.

Foi nessa medida que a questão foi reequacionada em termos minimalistas, defendendo-se que só se deve projectar o que é estritamente necessário, argumentando-se a favor de uma estrutura despojada (*bare phrase structure*).¹⁰

O PM postula assim uma diferença fundamental em relação ao quadro teórico anterior: apenas as categorias funcionais com traços interpretáveis devem ser projectadas. Argumentando-se que tal não sucede com AgrP, propõe-se em Chomsky (1995a) a sua eliminação. No caso específico do Português o seu desaparecimento é problemático, como se demonstra por exemplo em Duarte (1997) para o PE e em Brito (2001) também para o PB, textos em que se continua a postular a sua existência.

De resto, em Chomsky (1999:35; nota 14) volta a assumir-se a existência de AGR¹¹:

“(...) Second Merge of first-merged object of V makes little sense. The account should be restated (...) in terms of an AGR node selecting V; and by symmetry, selecting T (AGR selected by appropriate v and C). It is, then, AGR and not T/v that is the locus of ϕ -features, Case, and EPP, in the version presented here (...)”

Note-se mais uma vez que este, como outros princípios, está sujeito à verificação empírica, sendo a questão das categorias funcionais (quais e em que ordem) uma das que continuam largamente por explorar neste novo enquadramento teórico.

Em Chomsky (1998:15) assume-se que as categorias funcionais nucleares (*core*) são C (que expressa força/modo), T (tempo verbal (*tense/event structure*) e \bar{v} (a cabeça verbal leve)). Todas elas podem ter traços- ϕ (obrigatórios para T e \bar{v}). Estes são ininterpretáveis, constituindo o núcleo dos sistemas de Caso-concordância e Mover. Quanto a D, afirma-se (Chomsky, 1999:35; nota 10) que só se deve considerar (para este efeito) quando está associado a referencialidade e não quando se trata de uma simples marca automática de “categoria nominal”: “aos nominais não referenciais (não específicos, nominais predicativos e quantificados, etc.) não necessitamos de atribuir automaticamente D (pelo menos esta variante de D)”.

Quanto a \bar{v} , introduz-se ainda (Chomsky, 1999:6) uma subespecificação: esta categoria pode ou não ser ϕ -completa. É ϕ -completa numa construção com estrutura argumental completa. Nesse caso, estamos perante v^* : \bar{v} transitivo ou experienciador.¹²

¹⁰ Esta noção tem consequências óbvias também ao nível da compreensão do processo de aquisição da linguagem que serão retomadas abaixo.

¹¹ A nota surge a propósito da análise das estruturas de elevação e de Marcação Excepcional de Caso (*Exceptional Case Marking* (ECM)).

¹² Apesar da nota relativa a AGR acima citada, o autor continua a assumir (Chomsky, 1999:7) que o local (*locus*) de Caso-concordância/EPP é T, v^* .

Pela argumentação acima exposta, considerarei a seguinte estrutura frásica básica:

(3) [CP...[AgrP...[TP...[vP...[VP...]]]]].

1.1.5 O sistema computacional e a derivação frásica em Chomsky (1995a)

Como já foi referido, o Léxico constrói-se com base em subconjuntos de traços associados aos itens. Ao subconjunto seleccionado como *input* para uma derivação passa a chamar-se a “numeração”, sendo os itens aí inseridos com uma indicação crucial, em índice: o número de vezes que cada um é seleccionado no decurso da derivação. Assim, a numeração é composta por pares com o formato (α, i) , em que “ α ” é o item lexical e “ i ” um número inteiro positivo.

A primeira das operações incluídas no sistema computacional é precisamente Seleccionar (*Select*). Cada vez que é executada, o índice é reduzido em uma unidade; no final, esse índice tem de corresponder necessariamente a zero.

A segunda operação, Compor (*Merge*), consiste em associar os itens seleccionados em unidades sucessivamente mais vastas, mas sempre com ramificação binária (*binary branching*), como em Kayne (1984). As unidades geradas são pois, para além de binárias, assimétricas.

A operação de movimento que permite deslocar os traços (e, por arrastamento (*pied-piping*), o material lexical), denomina-se Mover (*Move*).

Pela operação Seleccionar, cada item seleccionado do léxico é inserido num indicador sintagmático (IS), sendo este, por sua vez, inserido numa posição vazia de outro IS e assim sucessivamente. A estas operações chama-se Transformações Generalizadas (*Generalized Transformations*), associadas (quando há inserção noutros ISs) à operação Mover.

Estas operações podem-se efectuar de duas formas: por substituição, alargando-se o IS alvo do movimento, ou por adjunção, respeitando-se a ramificação binária, como já foi referido, e recorrendo a Compor, no primeiro caso, e Mover, no segundo.

A terceira operação (Mover) e a quarta, a operação de verificação (e apagamento) dos traços a que se chama Concordar (*Agree*), estão associadas à necessidade de eliminar os traços formais ininterpretáveis, já acima referida.

Recorre-se à Teoria da Verificação (*Checking Theory*), que estipula que os traços, quer de concordância, quer de Caso, com que os itens lexicais são inseridos na numeração terão, no decurso da mesma, têm de ser verificados em relação com um núcleo

compatível de uma categoria funcional, até ao qual se deslocam, estabelecendo então uma relação de especificador-núcleo pela qual são apagados.

Os traços devem ser verificados no domínio de verificação (*checking domain*) do núcleo funcional relevante (cf. Chomsky, 1995a: 254-255).

Os traços fracos são invisíveis em PF, sendo só verificados após *Spell-Out*.

Os traços fortes obrigam ao movimento, sempre entendido como um mecanismo de último recurso para satisfazer as propriedades morfológicas, quando tal não é possível sem movimento, o qual só ocorre quando em proveito próprio de um dado constituinte. Este é o princípio da Cobiça (*Greed*).

Nas primeiras formulações do PM, os traços-N são relevantes para a verificação dos traços dos núcleos dos constituintes de natureza nominal (DPs e NPs), desencadeando o movimento desses constituintes para a posição de Spec do núcleo funcional relevante; os traços-V, para a verificação dos núcleos verbais, desencadeando o movimento destes para uma posição de adjunção ao núcleo funcional relevante.

No entanto, em Chomsky (1995b) a motivação para o movimento, embora continuando a ser morfológica, é entendida do ponto de vista da satisfação dos traços que precisam de ser verificados no alvo do movimento dos constituintes movidos, os quais são atraídos por aqueles: a operação é Atrair-F (*Attract-F(eature)*). Para que a relação se estabeleça tem de haver emparelhamento (*matching*) de traços.¹³

Por princípios de economia, é desejável que a operação se realize em LF; quando tem de acontecer em sintaxe explícita, o material lexical é arrastado com o traço (*pied-piped*) para a posição final de movimento.

O movimento, associado à operação Atrair-F, passa a ser desencadeado antes de *Spell-Out* pelos núcleos \bar{y} e T com um traço-N forte.

Quanto ao Princípio da Projecção Alargada (*Extended Projection Principle* (EPP)), é agora concebido como um traço, traço-EPP, associado, como fraco ou forte, às categorias funcionais, sendo muitas vezes utilizado como detonador de movimento (explícito, quando forte). Para uma implementação veja-se Duarte (1997).

Para além das operações já descritas, assume-se ainda uma outra: Apagar (*Delete*), a qual actua para que os traços fortes não tenham consequências ao nível de LF, fazendo a estrutura fracassar.

¹³ Note-se no entanto que em Chomsky (1999:5) se sublinha outra mudança substancial que inviabiliza aquele sistema de verificação: dispensando-se os traços categoriais, [pessoa] passa a desempenhar o papel anteriormente atribuído aos traços [D] ou [N].

Apesar da considerável redução do aparato ao nível do sistema computacional, existem, como anteriormente, restrições sobre o movimento, procurando-se limitar as suas instâncias, pelo pressuposto fundamental de que este é pouco económico, já que implica mais passos na derivação (pondo portanto em causa a economia derivacional).

Na linha da Minimalidade Relativizada (*Relativised Minimality* como em Rizzi, 1990), formula-se a Condição do Elo Mínimo¹⁴ (*Minimal Link Condition* (MLC)), a qual especifica o domínio mínimo que não poderá ser ultrapassado por cada instância de movimento. É pois uma condição forte de localidade, a qual é respeitada genericamente, já que se tem em conta o critério da minimização da complexidade computacional.

Por outro lado, no confronto entre estruturas convergentes, deverá ser sempre preferida a mais económica também ao nível das operações executadas; assim, entre as operações Mover e Compor, deverá sempre optar-se pela segunda, de novo por ser mais económica em termos derivacionais.¹⁵

Quanto ao princípio Procrastinar, já acima mencionado, a sua formulação implica a redução de passos derivacionais em sintaxe visível, apresentando-se portanto neste caso o movimento (pós-*Spell-Out*) como um Último Recurso para salvar a derivação, que, de outra forma, fracassaria.¹⁶

Quanto aos módulos que vigoravam anteriormente, ou desaparecem (caso do conceito de regência ou a Teoria X', posta em causa pelo princípio de economia representacional) ou ficam substituídos pelos mecanismos já descritos (por exemplo, Concordar, aplicada aos traços relevantes, substitui o Filtro do Caso), ou passam a ser aplicados a níveis diferentes, o que decorre naturalmente das alterações verificadas. Assim, o Critério- θ passa a ser verificado em LF e não em estrutura-D, como anteriormente, o que significa que os papéis- θ são vistos como traços semânticos e não como traços formais.

Quanto à derivação de estruturas, uma inovação crucial no PM consiste em determinar que as estruturas são geradas de baixo para cima (*bottom-up*) e não de cima para baixo

¹⁴ Traduzida na Introdução à tradução de Chomsky (1995a), de autoria de E. Paiva Raposo, por Restrição do Elo Mínimo (veja-se *op. cit.*:30).

¹⁵ Este princípio é no entanto problemático, já que o confronto entre derivações implica pôr em causa a localidade que se deve verificar em todas as operações, acarretando maior complexidade computacional. (cf. a Introdução a Chomsky, 1995a:34, de autoria de E. Paiva Raposo). Este aspecto será retomado abaixo.

¹⁶ Este princípio é igualmente problemático, já que tem de se “olhar para diante” (“*look ahead*”) para perceber se a derivação fracassaria por causa da força de Infl em LF (cf. a Introdução a Chomsky, 1995a:34, de autoria de E. Paiva Raposo). Este aspecto será igualmente retomado abaixo.

(*top-down*), o que tem consequências para a compreensão do processo de aquisição da linguagem.

1.1.6 A derivação frásica: novas propostas

Observando os contributos mais recentes em apreço (Chomsky, 1998 e 1999), apesar da continuidade evidente, notam-se inovações significativas, sobretudo ao nível da derivação de estruturas.

Convém antes de mais identificar o que se mantém: a UG continua a ser descrita como um conjunto de traços (aqui entendidos como codificações de propriedades linguísticas) conjugado com um conjunto de operações executadas sobre esses traços, gerando-se assim itens lexicais e, com eles, estruturas frásicas.

Uma vez que a minimização de complexidade computacional continua a ser um objectivo a atingir, assume-se que uma língua L faz uma única selecção de um subconjunto [F] do conjunto de traços F, não lhe acedendo mais no curso da derivação, e, além disso, que só associa esses elementos de [F] num léxico LEX uma única vez, igualmente (cf. Chomsky, 1998:12-13 e 1999:7).

A colecção de itens lexicais que constituem a matriz lexical (*lexical array* (LA)) (equivalente à anterior numeração) é pois mapeada para a expressão EXP uma única vez.

Uma diferença fundamental consiste em não se considerar já necessária a existência de índices (tal como de vestígios ou outros elementos no decurso da derivação), pela aplicação da Condição da Inclusividade (*inclusiveness condition*) (veja-se Chomsky, 1999:2).

Sobre a relação entre a sintaxe estreita e os restantes módulos (PF e LF), assume-se (Chomsky, 1999:7) o seguinte:¹⁷

“Narrow syntax maps a selection of choices from LEX to LF; the phonological component, in contrast, has further access to [F_L]. Like the extraction of [F_L] from F, these assumptions, largely conventional, reduce the computational burden for the procedure L while adding new conceptual apparatus.”

Nas versões mais recentes do PM as operações em sintaxe estreita consideradas são as seguintes (Chomsky, 1998:14): Compor, que toma dois objectos sintácticos (α , β) e forma $K(\alpha, \beta)$ com eles; Concordar, que estabelece uma relação (de concordância ou verificação do Caso) entre um item lexical e um traço num espaço de busca restrito (o

¹⁷ Como se nota explicitamente, também a forma específica como comunicam os diferentes módulos, questão crucial para o desenho global do modelo, é ainda objecto de investigação.

seu domínio)^{18,19} e Mover, que combina as duas anteriores, sendo, por isso, mais complexa. Tendo em conta os princípios minimalistas, esta operação deve ser entendida como um último recurso, executada o mais tarde possível (Procrastinar).

O estatuto deste princípio, bem como o de força (dos traços) a ele associado, deverão no entanto ser repensados na nova proposta (Chomsky, 1998:49):

“The principle Procrastinate is no longer formulable (at least, as before), eliminating another case of look-ahead. The concept strength, introduced to force violation of Procrastinate, appears to have no place. It remains to determine whether the effects can be fully captured in minimalist terms or remain as true imperfections.”

Não obstante, continua-se a assumir que Mover (definida em Chomsky, 1999:7) como a combinação de Concordar/Arrastar/Compor), é evitada sempre que possível em favor das relações mais simples de Compor e Concordar.

De Mover resultam dois tipos de movimento: A (para uma posição de SPEC em relação de concordância) e A' (Chomsky 1998:14): a operação Mover estabelece concordância entre α e F e compõe P(F) com α , em que P(F) é um sintagma determinado por F (não necessariamente a sua projecção máxima) e αP é a projecção encabeçada por α . P(F) torna-se Spec- α . O movimento de P para SPEC- ϕ é um movimento-A, em que ϕ é um traço de concordância; outros tipos de movimento são A'.

Compor e Concordar são consideradas as únicas operações indispensáveis.²⁰

1.1.6.1 O sistema sonda-alvo

Em Chomsky (1998) introduzem-se os conceitos de sonda (*probe*) e alvo (*goal*), passando-se a definir a operação Concordar (sob emparelhamento) (Chomsky, 1998:37) como a eliminação (*erasure*) dos traços ininterpretáveis na sonda e no alvo²¹. Estes traços são assim o mecanismo fundamental para movimento.

A relação de emparelhamento corresponde aqui a Identidade, ou melhor, a Não Distinção (*Nondistinctness*): comunhão do mesmo traço, independentemente do valor; os traços ininterpretáveis não são especificados, recebendo-o sob Concordar. Os interpretáveis são especificados (*unvalued vs. valued*).

¹⁸ Diferentemente de Compor, esta relação é específica a cada língua.

¹⁹ Em Chomsky (1999:3, nota 5) define-se ainda *Concord* como uma relação de concordância distinta de Concordar, que só envolve Compor.

²⁰ Por confronto com Chomsky (1995a), substituição equivale a *set-Merge* e adjunção a *pair-Merge* (Chomsky, 1998:50).

²¹ Os traços ininterpretáveis incluem: os traços- ϕ de T finito, o traço-EPP de T e o traço de Caso estrutural dos constituintes relevantes.

Esta relação só pode ser bloqueada por uma cabeça de uma cadeia-A, por efeito da Condição do Elo Mínimo (*Minimal Link Condition*) (MLC) já acima referida.

A derivação processa-se da seguinte forma: a sonda “varre” um domínio local à procura do alvo; os dois apagam-se quando se dá o emparelhamento.

Neste sistema a sonda e o alvo emparelham se os traços são especificados (*valued*) para o alvo e não especificados (*unvalued*) para a sonda.

Embora se pense na aplicação aos sistemas de Caso-concordância e relacionados (traços- ϕ , Caso estrutural, EPP, movimento-A e categorias funcionais nucleares – T, C e v), o sistema poderá aplicar-se igualmente ao movimento-qu (Chomsky, 1999:4); noutros casos (como a topicalização ou deslocação de VP para o início da estrutura (*VP-fronting*)) é menos claro que estejam envolvidos traços de sonda e alvo.

O emparelhamento de sonda-alvo induz Concordar, eliminando os traços ininterpretáveis que os tornam activos. É portanto necessário cumprirem-se duas condições (Chomsky, 1999:4):

- (i) A sonda e o alvo têm de estar activos para que Concordar se possa aplicar;
- (ii) α tem de ter um conjunto completo de traços- ϕ (tem de ser ϕ -completo) para apagar os traços ininterpretáveis do elemento β com que emparelha.

Concretizando, para os sistemas de Caso-concordância, os traços ininterpretáveis são os traços- ϕ da sonda e o Caso estrutural do alvo N. Os traços- ϕ de N são interpretáveis, portanto, N só está activo quando tem Caso estrutural. O Caso não é emparelhado mas apaga-se sob emparelhamento dos traços- ϕ .

As categorias funcionais podem neste sistema ser completas ou defectivas, associando-se (Chomsky, 1999:6) EPP com ϕ -completude. Assim, C e T seleccionado por C são ϕ -completos (C e T_{comp}) e permitem por isso um traço-EPP; T defectivo (T_{def}) não tem um traço-EPP – daí não se verificarem subidas internas para SPEC- T_{def} . Caso-concordância e EPP estão pois associados com T_{comp} . Da mesma forma, v^* selecciona V_{comp} .

“Sendo ϕ -completo, C tem de seleccionar T_{comp} para que os seus traços não especificados se apaguem e permite um traço-EPP. Pelas mesmas razões, v^* (sendo ϕ -completo) tem de seleccionar V_{comp} para que os seus traços- ϕ (não especificados) se apaguem e permite um traço-EPP. Para C e v^* a propriedade de selecção reduz-se a Emparelhar/Concordar.

Caso não sejam seleccionados por C ou v^* , T e V são defectivos (o T de elevação e o V passivo/inacusativo, respectivamente). Não entram em

Caso-concordância e não têm traço-EPP. Quando seleccionados por C ou v*, T e V são ϕ -completos, entrando em estruturas de Caso-concordância (com subida do associado ou não, dependendo da opcionalidade do traço-EPP permitido e disponibilidade de alternativas para o satisfazer). Numa construção transitiva o objecto concorda com V e é-lhe atribuído Caso Acusativo (subindo para SPEC-V se V tem um traço-EPP).”

É fundamental a definição do domínio e a satisfação de condições de localidade.

As suposições mais simples para o sistema sonda-alvo são (Chomsky, 1998:38 (40))²²:

- (i) o emparelhamento é identidade de traços;
- (ii) D(P) é irmã de P;
- (iii) a localidade reduz-se a “c-comando mais próximo”.

1.1.6.2 A derivação por fases

Da aplicação do conjunto de operações em sintaxe estreita resulta *Spell-Out*, anteriormente tido como um passo único. Em Chomsky (1998:48), ao invés, assume-se *Spell-Out* como um processo cíclico, em sintaxe estreita, correspondendo os seus pontos de aplicação a fases (*phases*), pontos especialmente importantes na derivação.

Cada fase é determinada por um subsegmento de LA; quando está esgotada, procede-se ciclicamente, voltando a LA ou ao resultado da fase anterior (Chomsky, 1999:9):

“Assume that the substantive categories nominal and verbal (perhaps T as well) are headed by functional categories: for verbal phrases, a light verb (see note 10). The evidence reviewed in MI [Chomsky 1998] suggested that the phases are “propositional”: verbal phrases with full argument structure and CP with force indicators, but not TP alone or “weak” verbal configurations lacking external arguments (passive, unaccusative). If so, phases are CP and v*P, and a subarray contains exactly one C or v*.”

A escolha das fases fortes é motivada pelo “grau de independência fonética” correlacionado com as propriedades dos “sistemas de performance” (PF e LF).

CP e v*P são pois as fases fortes – as que são alvos potenciais de movimento – sendo as outras fases fracas (Chomsky, 1999:9):

“C and v* may have an EPP-feature, which provides a position for XP-movement, and the observation can be generalized to head-movement of the kind relevant here”.²³

Da aplicação de *Spell-Out* cíclico deriva a possibilidade de os traços apagados serem invisíveis para LF e visíveis para PF:

²² Em Chomsky (1999:2) estabelece-se que as duas relações naturais de Compór são Irmã (*Sister*) e Conter-Imediatamente (*Immediately-Contain (IC)*), derivando-se (pela operação de fechamento transitivo (*transitive closure*) as relações de Conter (*Contain*), Identidade (*Identity* (equivalente a Emparelhamento (*Match*))) e C-comando (*C-command*).

²³ [nota 23 no original] Namely, head-movement involving inflectional categories: to C, or to T (hence a position between the vP and CP phases (...)).”

“A crucial property of deletion is that a deleted feature is invisible at LF and inaccessible to C_{HL} (the $[\pm active]$ property), but accessible to the phonological component. This property poses a problem on the assumption of MP that Spell-Out applies at a single point in a derivation: pre-Spell-Out, the probe must delete when checked but yet remain until Spell-Out.”

Associa-se assim *Spell-Out* à relação de concordância (isto é, a que resulta de Concordar): os traços apagados (*deleted*) são eliminados (*erased*) depois de serem enviados para a componente fonológica, “possivelmente ao nível de fase”.

Quanto à atribuição de Caso, não depende do movimento de constituintes; o Caso é atribuído da mesma forma, independentemente de ser ou não manifestado explicitamente e reflecte propriedades *standard* das sondas, sendo igualmente um reflexo da relação Concordar estabelecida entre sonda e alvo (Chomsky, 1999:13). O Filtro do Caso equivale agora a ser acessível para Concordar.

Uma restrição importante ao movimento de constituintes é a Condição de Impenetrabilidade de Fase (PIC), que determina, para uma fase forte HP com uma cabeça H o seguinte (Chomsky, 1999:10, (7)):

- (i) O domínio de H não está acessível a operações fora de HP, mas só H e a sua margem (*edge*),
- (ii) A margem sendo o resíduo fora de H-barras; ou SPECS ou elementos adjungidos a HP.²⁴

Quanto ao mecanismo específico para o movimento, assumia-se em Chomsky (1995a) que os traços são movidos, formando-se cadeias. Esta hipótese é reformulada, assumindo-se agora o seguinte (Chomsky, 1998:34):

“In the absence of clear evidence to the contrary, I will assume that feature chains do not exist, hence that features cannot move or be attracted.”

Em relação a Chomsky (1995a), sublinha-se pois a seguinte inovação: aí Concordar era analisado como movimento por atracção (*Attract*); aqui, o emparelhamento é feito sob identidade dos traços envolvidos e deixa de se aplicar o processo de atracção.

Deixam igualmente de existir índices na formação de cadeias: estas são determinadas por identidade – outro aspecto sujeito a confirmação empírica.

A verificação (*checking*) reduz-se aqui a apagamento sob emparelhamento dos traços ininterpretáveis da sonda e do respectivo alvo, activo e local.

²⁴ Este princípio é depois reformulado. Retém-se a formulação mais simples e a noção de que se trata de uma condição forte de localidade.

Como se explicita em Chomsky (1998:41), deixa de ser relevante a noção de domínio de verificação (*checking domain*) e as relações SPEC-cabeça deixam igualmente de ter estatuto especial (Chomsky, 1998:421), admitindo-se múltiplas posições de SPEC, resultantes de aplicações sucessivas de Compor, sem nenhum limite estipulado.²⁵

A Teoria da Verificação é assim reduzida a emparelhamento de traços sob as condições de localidade acima referidas.

A sintaxe estreita passa a incluir unicamente a inserção por Compor dos XPs seleccionados, apagamento de traços para formar itens lexicais modificados e por vezes por Compor em posição não- θ por movimento.

Passa-se a considerar como relevante a noção de Cobiça Suicida (*Suicidal Greed* (em vez de *Greed*)) para a definição da relação de concordância (Chomsky, 1998:41):

“According to this conception, agreement (hence movement) is driven by uninterpretable features of the probe, which must be deleted for legibility. The operation Greed of MP, in contrast, was driven by uninterpretable features of the goal. The principle we are now entertaining is what Lasnik (1995a,b) calls Enlightened Self-Interest, with the further requirement that the matched probe delete: we might call the principle Suicidal Greed. Suicidal Greed does not have the “look-ahead” property of Greed, a complexity reduction that could be significant, as discussed.”

O movimento não se dá pois nem para verificar Caso nem pelas categorias lexicais, que não são atraídas;²⁶ é antes implementado (Chomsky, 1999:3) seleccionando-se um alvo e uma categoria relacionada a mover para uma posição determinada pelo alvo. O alvo também determina o tipo de categoria que pode ser movida para essa posição; os traços ininterpretáveis constituem a sonda que procura o alvo com que emparelha.

A relação entre T e um nominal ilustra os três tipos de traços ininterpretáveis: o conjunto- ϕ de T selecciona o alvo; o traço-EPP de T determina se T oferece uma posição para o movimento e, em caso afirmativo, que tipo de categoria se pode para aí mover; os traços ininterpretáveis de Caso estrutural da categoria nominal movida determinam a sua selecção.

São os traços ininterpretáveis que tornam os constituintes activos para o movimento, o qual pode ser impedido por um efeito de intervenção de outro constituinte inactivo (estando portanto sujeito a condições de localidade).

De entre os traços considerados, [pessoa] assume uma importância especial (Chomsky, 1999: 5):

²⁵ Este é outro aspecto ainda especialmente problemático e sujeito a investigação.

²⁶ Põe-se até a hipótese de não existirem categorias lexicais substantivas; só raízes nuas. Este aspecto será retomado abaixo.

“In a framework that dispenses with categorial features, as is reasonable on minimalist grounds, [person] plays the role formerly assigned to [D] or [N] features. When ϕ -complete, T values and deletes structural Case for N. The ϕ -set of N (which is always ϕ -complete) both values and deletes the ϕ -features of T (with or without movement). With defective probe, agreement is not manifested and Case of the matched goal is not assigned a value: raising T exhibits no agreement, and participles lack person; neither determines the Case of matched N, which depends on a higher non-defective probe, T or v (...).”

Concretizando, em

(4) O João comeu o bolo.

“O João” é gerado internamente a VP, continuando a assumir-se a proposta de Koopman e Sportische (1988). Pela operação Mover (que inclui Seleccionar, Compor e apagamento de traços sob emparelhamento Concordar) termina em SPEC-T.²⁷

O conjunto- ϕ do alvo (“O João”) emparelha com o conjunto- ϕ de T (a sonda) e dá-se assim o apagamento dos traços. O traço-EPP de T é satisfeito pelo arrastamento (“*pied-piping*”) do sintagma “O João” até T onde se torna, por Compor, SPEC-T.

No caso de uma estrutura com o sujeito expletivo “there” (Chomsky, 1999:12-13), este tem um traço ininterpretável de [pessoa]. Sob emparelhamento local, concorda com T e sobe para SPEC-T. A operação apaga o traço-EPP de T e o traço de [pessoa] do expletivo mas o conjunto- ϕ de T permanece intacto porque o expletivo é incompleto.²⁸

Por isso, Concordar dá-se entre a sonda T e um alvo mais remoto compatível, apagando o conjunto- ϕ de T e o traço de Caso estrutural desse alvo, assumindo-se, como já referido, que o Caso estrutural é um reflexo de concordância.

Os valores atribuídos sob Concordar são transmitidos ao componente fonológico: os valores do alvo remoto para o conjunto- ϕ , Nominativo para Caso estrutural.

1.1.7 Os processos morfológicos

Tendo em conta o âmbito específico da presente dissertação, torna-se crucial avaliar como está contemplada neste modelo a morfologia e, mais especificamente, como se concebem os processos flexionais.

Nas formulações anteriores a Chomsky (1995a), considera-se que os itens são seleccionados do Léxico na sua forma não flexionada, adquirindo as marcas de Caso ou flexão por movimento para posições relevantes.

²⁷ As operações Concordar e Mover requerem assim um alvo que seja local e activo.

²⁸ Com um expletivo do tipo de “it”, a que se associa a terceira pessoa do singular, ou com um sujeito referencial, o conjunto- ϕ de T é apagado pelo do sujeito.

Nesse âmbito, considerava-se ainda que a ordem relativa entre morfemas é indiciadora do tipo de movimento e, por extensão, da ordem relativa entre categorias funcionais.

Em Chomsky (1995a), os itens são inseridos já flexionados mas continuam a mover-se por motivos de ordem morfológica: a verificação de traços tem de ser feita para que a estrutura convirja (tendo em conta o Princípio de FI), sendo este o único motivo que justifica o movimento.

Tem de se verificar o emparelhamento de traços entre a categoria lexical movida e o núcleo funcional relevante para que se movem.

Concretamente, existem duas relações de concordância possíveis:

- (i) Uma projecção máxima (XP) concorda com um núcleo se for o especificador desse núcleo (concordância Spec-núcleo).
- (ii) Um núcleo concorda com outro núcleo se for adjunto deste último (concordância núcleo-núcleo).

É uma abordagem lexicalista forte da morfologia flexional.

Neste contexto, dão-se como exemplos de “imperfeições” a componente fonológica ou, na sintaxe, a morfologia flexional (a concordância e o Caso: os traços ininterpretáveis).

Nas abordagens mais recentes (Chomsky, 1998 e 1999), a forma como se postula que ocorrem os processos flexionais (entre outros) é sujeita a alterações substanciais.

Sobre a forma que tomam as unidades lexicais, admite-se (Chomsky, 1998:43; nota 86) que não existam categorias lexicais substantivas; só raízes despidas.

“Configurational and morphological properties, along with interpretable noncategorical features of the root, would then determine relevant structural properties, as in Semitic. The possibility is suggested by work since the ‘60s on derivational vs. transformationally-induced morphology. See Marantz (1997) for pertinent discussion.”

Do Princípio da Uniformidade faz-se derivar o pressuposto, já acima referido, de que LF é essencialmente uniforme nas várias línguas (Chomsky, 1999:16):

“(...) a particularly natural case of the general uniformity principle (1), given the absence of evidence about these systems for language acquisition.”

Deste pressuposto também resulta (Chomsky, 1999:30) que o núcleo substancial dos processos de subida (excluindo a incorporação no sentido de Baker, 1988) possa ocorrer no componente fonológico, à semelhança, por exemplo, de movimentos para a margem direita ou esquerda do constituinte (Chomsky, 1999:16).

Assim, a subida de cabeças é relegada para PF, deixando de ser um processo levado a cabo na sintaxe estreita, o que favorece a economia computacional:

“The interpretative burden is reduced if, say, verbs are interpreted the same way whether they remain in situ or raise to T or C, the distinctions that have received much attention since Pollock (1989). As expected under (1)²⁹, verbs are not interpreted differently in English vs. Romance, or MSc vs. Icelandic, or embedded vs. root structures. More generally, semantic effects of head-raising in the core inflectional system are slight or nonexistent, as contrasted with XP-movement, with effects that are substantial and systematic. That would follow insofar as head-raising is not part of narrow syntax.”

Considera-se assim (Chomsky, 1999:31) que as subidas de V-para-T, T-para-C e N-para-D são propriedades fonológicas condicionadas pelo carácter foneticamente afixal das categorias flexionais.

O mesmo se aplica aos casos de V2.

A subida de cabeças passa assim a ser entendida como uma regra de adjunção; um processo fonológico que reflecte propriedades afixais, não criando cadeias:

“Considerations of LF uniformity might lead us to suspect that an LF-interpretative process brings together D-N and C-T-V (see note 6) to form word-like LF “supercategories” in all languages, not only those where such processes are visible. (...)

Another consideration has to do with the nature of the head-raising rule, which differs from core rules of the narrow syntax in several respects. It is an adjunction rule; it is countercyclic in ways that are not overcome along the lines discussed earlier; the raised head does not c-command its trace; it observes somewhat different locality conditions. All of this is unproblematic if overt adjunction is a phonological process reflecting affixal properties.”

Quanto à associação entre traços e elementos lexicais, sublinhou-se acima a versão mais simples: a de que ocorre uma única vez no curso da derivação. No entanto, admite-se (Chomsky, 1998:13; nota 27) que a associação se possa fazer em vários passos da derivação, como em Morfologia Distribuída (*Distributed Morphology* (DM)) (Halle and Marantz, 1993), alterando-se assim o léxico.

Por outro lado, a restrição de aceder uma única vez aos traços e ao léxico não se estende a PF:

“The restriction does not extend to phonology, however: features are introduced in the course of computation, and in different ways for different languages, whatever approach one takes to computation of PF.”

É de resto esta propriedade que põe em causa a tese mais forte sobre a Condição de Interpretabilidade (Chomsky, 1998:27), segundo a qual os itens lexicais não têm outros traços para além dos que são interpretados na interface, propriedades de som e significado. Tal condição é precisamente posta em causa (Chomsky, 1998:32) pela

²⁹ O Princípio da Uniformidade.

“discrepância entre as propriedades fonológicas dos itens lexicais LI (“morfofonemas”, “unidades fonológicas”, etc., em variados quadros teóricos e terminologias) e as instanciações fonéticas estreitas de combinações de tais elementos”.

A Condição de Inclusividade (que determina que não existem traços introduzidos pela C_{HL}) é igualmente violada pelas operações que introduzem a estrutura prosódica e a “fonética estreita”.

Assim, restringe-se a aplicação das duas condições (Chomsky, 1998:33,(33)):

“The strongest sustainable inclusiveness/interpretability requirement, then, is (33):
(33) Inclusiveness holds of narrow syntax, and each feature is interpreted at the level LF or associated with phonetic features by the phonological component (...).
On the assumptions of Distributed Morphology, the phonological features are introduced after Spell-Out by phonological operations applying to LIs lacking them.”

Sobre o sistema processual em PF (e até sobre a sua função primordial de converter o *input* sintáctico numa forma legível), o modelo até agora delineado fornece mais perguntas que respostas (Chomsky, 1999:2):

“While Merge “comes free,” any other operation requires justification. Similarly, any features of lexical items that are not interpretable at the interface require justification. That includes most (maybe all) phonological features; these must be deleted or converted to interface-interpretable form by the phonological component. One might ask to what extent the phonological component is an optimal solution to the requirement of relating syntactic input to legible form, a hard question, not yet seriously addressed. We keep here to narrow syntax: computation of LF.”

1.1.6.1 A noção de inserção tardia

A necessidade de concepção do sistema processual em PF levará necessariamente a explorar os dados empíricos, que demonstram, antes de mais, que há um efeito visível de concordância nome-verbo que resulta da relação entre os traços flexionais ininterpretáveis de T e os traços- ϕ interpretáveis de um nominal que pode ser local ou remoto. Esta relação remove os traços ininterpretáveis da sintaxe estreita, permitindo que as derivações converjam em LF enquanto permanecem intactas para a componente fonológica. O mecanismo específico levado a cabo nessa componente continua a ser objecto de investigação.

São esses dados empíricos que poderão obrigar a considerar a possibilidade de inserção tardia (Chomsky, 1999:7):

“In the simplest case, LEX is a single collection, but empirical phenomena might call for “distribution” of LEX, with late insertion in the manner of Distributed Morphology (DM) [nota omitida]”.³⁰

³⁰ A mesma noção é expressa noutro passo (Chomsky, 1999:22), ao afirmar-se que o léxico LEX é só parcialmente distribuído quando a codificação ideal da informação justifica essa complicação de LEX. O autor remete para Harley e Noyer (1999).

Se para as classes abertas a hipótese mais simples parece ser a preferível, por motivos de “aprendibilidade”, para os casos dos elementos flexionais e supletividade (*suppletion*) a morfologia distribuída (com inserção tardia) é a hipótese mais razoável, embora tudo dependa da previsibilidade do resultado fonético em função de princípios fonológicos que satisfaçam condições da UG, devendo-se sempre preferir a escolha mais simples (Chomsky, 1999:7):

For roots and highly predictable inflectional elements (say, English progressive), the distinctions between single-LI and several independent contributions to LI (as in DM systems postulating universal late insertion ULI) seem to have little empirical content, but they might, for example, when an idiosyncratic feature F of a root has syntactic effects. ULI then requires postulation of a redundant syntactic feature F' as a “place holder” in narrow syntax for F, with a stipulation that F' must be replaced under late insertion by a root with F (i.e., F' is effectively identical with F) [nota omitida]. A unitary LEX avoids the redundancy and stipulation (and is preferable on conceptual grounds in any event). The substantive results of DM remain unchanged.

Sobre os traços específicos presentes no Léxico e em cada interface, afirma-se num excerto já acima citado o seguinte: (Chomsky, 1999:7):

“In any case, we can think of LEX as in principle “Bloomfieldian,” a “list of exceptions” that provides just the information required to yield the interface outputs, and does so in the best way, with least redundancy and complication. In the simplest case, the entry LI is a once-and-for-all collection (perhaps structured) of (A) phonological, (B) semantic, and (C) formal features.”

Com interesse para os objectivos presentes, retém-se a continuação daquela passagem:

“Language design is such that (B) and (C) intersect, and are disjoint from (A), though there is some evidence, to which we return, that presence or absence of features of (A) might have an effect on narrow syntactic computation. It also seems that FL may retain something like (B) – (C) and the narrow syntax in which they enter while the phonological component is replaced by other means of sensoriomotor access to narrow-syntactic derivations, as in sign language. Of particular interest is the subset of (C) that is not in (B): uninterpretable formal features that appear, *prima facie*, to violate conditions of optimal design.”

A análise dos dados empíricos será pois crucial para a determinação, neste modelo, de quando é razoável postular a existência de inserção tardia, sendo o critério fundamental a existência (ou não) de efeitos sintácticos relacionados com os elementos flexionais relevantes; por outro lado, essa mesma análise será relevante para se perceber em que medida os traços fonológicos serão, em determinados contextos, importantes para a computação em sintaxe estreita.

1.1.6.2 A noção de subespecificação

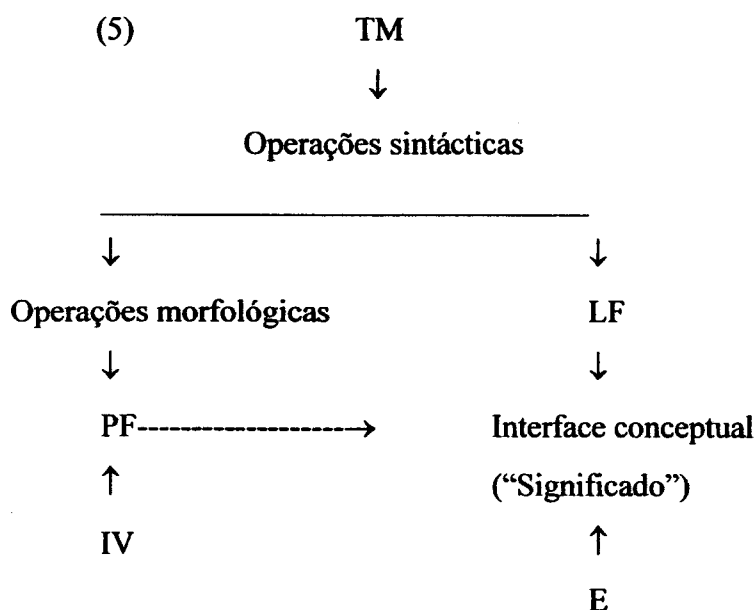
A subespecificação (*underspecification*) é, a par com a noção de inserção tardia, outro conceito fundamental da DM. Tomando a síntese contida em Harley e Noyer (1999),

descrever-se-á muito brevemente o modelo respectivo por forma a enquadrar a referida noção.

O modelo compreende três listas: a de traços morfológicos (como [Det] [1ª], [Radical]) (TM), a de itens de vocabulário, (como /cão:[Radical] [+contável] [+animado]... ou /-s:[Num] [pl]...) (IV) e a “enciclopédia” (E), o repositório do conhecimento não linguístico relevante para a componente de significado; o conjunto de “expressões idiomáticas”, na acepção específica que remete para as formas cujo significado não é totalmente previsível a partir da sua descrição estrutural morfossintáctica (tipicamente, todos os morfemas lexicais).

O resultado da aplicação das operações morfológicas e, depois, fonológicas é enviado para a interface conceptual.

O modelo (adaptado de *op.cit.*:3) é, simplificadaamente, o seguinte:



As categorias sintácticas são puramente abstractas, sem conteúdo fonológico. Este vem associado aos IV inseridos por uma operação – *Spell-Out* – em PF.

Os itens lexicais são inseridos numa forma que não tem de ser inteiramente especificada: os IV são muitas vezes formas por defeito inseridas onde nenhuma outras mais específicas estão disponíveis; é pois neste sentido que se entende aqui a subespecificação.

Os elementos na sintaxe e na morfologia integram os mesmos tipos de estruturas de constituintes.

Os aspectos que as Hipóteses Lexicalistas associam ao léxico aparecem aqui distribuídos por diversos componentes. O léxico, como tal, não existe.

Do conjunto de operações sintáticas (tais como Compor, Mover e Copiar) resultam como elementos terminais traços morfossintáticos, depois sujeitos a operações como Compor sob Adjacência, Fissão (*Fission*) e Fusão (*Fusion*).

Os morfemas são de dois tipos básicos: f-morfemas (os funcionais) e l-morfemas (os lexicais).

A operação de *Spell-Out* é cíclica, sendo os morfemas mais encaixados soletrados (*spelled-out*) em primeiro lugar.

O Princípio do Subconjunto determina que um item só é inserido quando emparelha com um ou todos os traços gramaticais especificados no morfema terminal. Quando vários apresentam condições para inserção é o que apresenta o maior número de traços compatíveis que é escolhido.

A competição dá-se entre todos os itens; os paradigmas não têm nenhum estatuto especial.

As questões em aberto (*op.cit.:8*) incluem, entre outras, as que incidem sobre os seguintes aspectos: qual o conjunto de traços morfossintáticos universais e quais as propriedades universais de marcação (no sentido em que um dado segmento é [+/- marcado]) (*markedness*), se existem, e como estão estruturadas (numa lista ou numa geometria, por exemplo).

A noção de subespecificação, bem como as questões em aberto agora referidas, estão longe de se constituir como exclusivos da DM. Com efeito, no âmbito da GG várias foram as instâncias em que aquela noção foi explorada, quer para a caracterização de traços, quer de categorias funcionais. Este aspecto será retomado no ponto 4., dando-se aí conta de propostas específicas no âmbito do estudo sobre a aquisição da linguagem.

Quanto às questões acima referidas, Duarte *et al.* (2002) constitui uma resposta possível, explorando-se aí a possibilidade de organização de processamento morfológico em geometria de traços, precisamente a partir da noção de subespecificação.

Finalmente, ainda sobre a forma como é possível compatibilizar princípios minimalistas e da DM, retém-se a avaliação em Borer (1998) que sublinha a natureza não isomórfica (ou seja, que dissocia as propriedades gramaticais hierárquicas das palavras da sua realização fonológica) dos dois modelos.

Relativamente ao PM, afirma-se especificamente (*op.cit.:176*) que a Teoria da Verificação constitui possivelmente o maior afastamento da assunção do isomorfismo. Crucialmente, o *output* do movimento sintáctico não é morfológico por natureza e as cabeças nem sequer dominam material fonológico mas sim traços semânticos abstractos, como tempo ou número, que serão emparelhados com as propriedades da palavra como um todo.

“The movement is thereby entirely divorced from morphological considerations, and the syntax, while equipped with a device for checking the *syntactic* appropriateness of words, is deprived of any role in the building of morphological units, be they phonological, as in the isomorphic approaches, or syntactic, as in the nonisomorphic.”

Quanto à DM, é classificado (*op.cit.:173*) como um modelo não isomórfico baseado em morfemas. Deriva as estruturas sintácticas por movimento sintáctico atribuindo-lhe posteriormente representações morfofonológicas, num componente pós-sintáctico.

“Crucially, in this model it is possible to assign an identical syntactic structure to amalgams in which the order of agreement and tense differs and cannot be derived from the syntactic structure (...), leaving the derivation of the correct (distinct) morphophonological structure to a postsyntactic component”.

Em resumo, ficaram patentes as assunções fundamentais que se respeitarão nesta dissertação.

Em termos de enquadramento teórico, será fundamentalmente respeitado o Programa Minimalista, o qual será conciliado, sempre que se entender relevante, com noções surgidas no âmbito da Morfologia Distribuída, possibilidade teórica contemplada nos trabalhos minimalistas mais recentes aqui abordados (Chomsky, 1998 e 1999).

Como se sublinhou acima, continua a ser especialmente interessante explorar, entre outras, as seguintes questões: como se estrutura o Léxico e qual o mecanismo específico de selecção e/ou inserção dos elementos morfológicos flexionais? Como se relacionam estes com a computação sintáctica?

Na próxima secção explorar-se-á uma instância específica do tipo de relação entre aspectos morfológicos e sintácticos que mais interesse tem motivado: a relação entre a riqueza morfológica e o movimento do verbo.

Como se verá posteriormente, este tópico é especialmente relevante para a comparação entre o PE e o PB.

2. Riqueza morfológica e movimento do verbo

2.1 Introdução

Como se verificou na secção anterior, a articulação entre aspectos morfológicos e sintácticos é um aspecto crucial no modelo do PM, como foi nas formulações generativistas anteriores, e, muito antes, nos mais variados quadros de investigação, incluindo o que normalmente se designa por “tradicional”.

Exemplificando, é clássica a observação, pelo menos para as línguas novilatinas, de que a perda da ordem de palavras livre vem a par com a perda ou redução da “riqueza morfológica”.

Embora logicamente seja possível identificar no eixo temporal relativo à mudança linguística três relações possíveis entre os dois planos referidos – a mudança sintáctica é causa da mudança morfológica, a alteração morfológica conduz à sintáctica ou não existe relação de causalidade entre elas (veja-se Bobaljik 2000) – a segunda possibilidade tem sido claramente favorecida na maior parte das análises, de forma implícita ou explícita.

No domínio teórico generativista, as propostas contidas em Pollock (1989) vieram recolocar a questão a uma luz nova: correlacionam-se aí, de forma empiricamente comprovável, diferenças entre línguas distintas a nível estrutural, relativas ao movimento do verbo, por exemplo, com a força/fraqueza morfológica das respectivas línguas. Assim, o movimento (visível) do verbo decorre da presença de marcadores de flexão verbal fortes, não sendo autorizado por marcadores flexionais fracos.¹

Foi desse percurso de investigação que resultou, na TPP a enunciação do princípio da UG explicitado em Haegeman (1997:8) da seguinte forma:

- 1) O movimento sintáctico é determinado pela morfologia.

Num longo elenco de textos tem-se assumido, normalmente de forma implícita, tal princípio, consistindo uma das tarefas mais interessantes a esse nível em determinar como se deve definir e caracterizar exactamente a “riqueza morfológica” do subtipo específico que determina o movimento sintáctico.

Entretanto, o PM veio acrescentar nova relevância à questão, já que a concepção relativa à motivação para o movimento – bem como a relativa à força/fraqueza de

¹ Sugestões anteriores no mesmo sentido surgem nomeadamente em Roberts (1985).

traços e categorias - tem sido alvo de sucessivas propostas, como se notou atrás: a legitimação da estrutura deixou de passar pelo movimento dos elementos lexicais até às respectivas marcas flexionais em função da “força” morfológicamente visível destas, como naquela proposta, mas, em Chomsky (1995a), pela verificação de conjuntos de traços abstractos, já que os elementos lexicais são uniformemente inseridos na numeração de forma flexionada. A força/fraqueza passa também a ser avaliada de forma abstracta.² Posteriormente, como se sublinhou atrás, a proposta fulcral a este nível foi de novo consideravelmente reformulada para se postular agora que a motivação para o movimento passa a ser o interesse próprio da sonda, já que só pela eliminação dos seus traços ininterpretáveis poderá sobreviver.

Grande parte do interesse relativo ao estudo da relação entre morfologia e sintaxe desloca-se assim para o Léxico, numa primeira fase, e, posteriormente, para a relação entre o Léxico, a sintaxe estreita e PF.³

É pois neste contexto teórico de fundo que continua a interessar definir o que se deve entender por “riqueza” morfológica e quais as consequências sintácticas desse factor. Neste âmbito, destacaram-se recentemente duas propostas, de que se tomarão dois textos especialmente representativos, embora não exclusivos, dos respectivos autores: Vikner (1997) e Rohrbacher (1999).⁴

2.2 “Sintaxe conduzida pela morfologia”⁵ – duas propostas

2.2.1 Vikner (1997)

Em Vikner (1997) pretende-se explicar o contraste entre línguas do tipo SVO em que se observa movimento de V-para-I (como o Islandês ou o Francês) e outras línguas do mesmo tipo, em que tal movimento não se observa (como o Inglês, o Dinamarquês, o Norueguês ou o Sueco).⁶ Assim, em 2.a) ((1)a.) em Vikner, 1997:189) o verbo tem de

² Este aspecto tem merecido críticas pela circularidade implícita na definição de força/fraqueza abstractas – cf., nomeadamente, Rohrbacher (1999:4;154).

³ Daqui deriva o seu carácter fortemente lexicalista. Veja-se nomeadamente em Rohrbacher (1999) a classificação de tal proposta como “strong lexicalist” (*op.cit.*:139).

⁴ Esta publicação corresponde à publicação revista da Dissertação de Doutoramento do autor, de 1994. Propostas anteriores são revistas (e contestadas) em Vikner (1997) e Rohrbacher (1999:94-141). Estas passavam por explorar correlações com: natureza de Neg, Caso, concordância de número ou de pessoa. Veja-se especialmente a revisão em Rohrbacher (1999:94-141), aqui assumida.

⁵ Este título corresponde à expressão corrente “*morphology-driven syntax*”.

⁶ Assume-se naquele texto uma estrutura como em i):

i) [CP[IP[VP]]].

vir depois do advérbio (depreendendo-se que permanece em VP), mas em 2.b) ((2)f.) em Vikner, 1997:189) a ordem é obrigatoriamente inversa (concluindo-se que o verbo subiu a IP). As ordens inversas em cada um dos casos geram estruturas agramaticais.

2.a) That John often eats tomatoes (surprises most people).

(Inglês)

b) Que Jean mange souvent des tomates (surprend tout le monde).

(Francês)

O autor pretende fundamentalmente identificar o detonador de tal movimento (explicando pela sua ausência a inexistência de tal movimento nas línguas em que não é observado), propondo que as diferenças observadas derivam da força relativa da flexão, avaliada em temos paradigmáticos (por cada tempo verbal) e não casuisticamente.

Sendo óbvio que a diferença não é absoluta (entre línguas com e sem flexão de pessoa e número), a dificuldade encontra-se em identificar o factor de “riqueza relativa” que permite separar os dois grupos de línguas.

Antes de introduzir a sua proposta, S. Vikner avalia, e rejeita, outras, de que destaca a de Roberts (1993), onde se propõe que sejam relevantes distinções de número (rejeitada por motivação empírica), e a de B. Rohrbacher⁷, a qual, embora esteja “factualmente correcta” (*op.cit.*:195),⁸ lhe merece algumas reservas de ordem conceptual.

A novidade da proposta em apreciação prende-se com a consideração de que todos os tempos relevantes – e não só o presente – são importantes para a classificação da flexão de uma dada língua como “forte”: a flexão de pessoa tem de ocorrer em todos eles.

Assume-se igualmente naquele texto que os marcadores flexionais são gerados na base em IP e que a posição dos advérbios, incluindo os marcadores de negação frásica, é inalterável: estão em adjunção a VP (pelo menos nas línguas estudadas).

A proposta restringe-se aos verbos finitos.

⁷ Citado a partir de Rohrbacher (1994:108):

“Uma língua tem V-para-I sse tem pelo menos num número* de um tempo dos verbos regulares ambos os traços de pessoa [1^a] e [2^a] são distintamente marcados.”

* [singular ou plural]

Essas pessoas têm de ser distintas entre si, da 3^a pessoa e da forma de infinitivo.

⁸ Vikner (1997:197) reconhece que quer rever ou substituir aquela proposta “even if the predictions it makes are more or less exactly the ones we would want it to make”.

Assim, para os dados diacrónicos do Dinamarquês e do Sueco, as duas propostas fazem iguais predições; para os dados do Inglês as duas propostas têm igualmente aspectos problemáticos.

Dos “tempos relevantes” excluem-se as formas perifrásticas (ou seja, com auxiliares). Incluem-se pois unicamente as formas flexionadas sintéticas do verbo principal.

Formalmente (*op.cit.*:201):

- (3) Uma língua SVO tem movimento V-para-I sse se encontra morfologia de pessoa em todos os tempos.

Só se consideram verbos regulares (fracos) nos tempos centrais (“core”) – exclui-se o conjuntivo, por exemplo.

2.2.2 Rohrbacher (1999)

O autor defende uma tipologia que deriva da natureza dos paradigmas flexionais regulares dos verbos principais de cada língua⁹, a qual depende crucialmente da forma que tomam as primeira e segunda pessoas, tidas como relevantes, por oposição à terceira, que é considerada como não marcada ou “ausência de pessoa” (*op.cit.*:115).^{10, 11}

Rohrbacher propõe que de tal factor dependem aspectos fundamentais, quer em termos estruturais, quer em termos derivacionais.

Assim, só quando os afixos-Infl das pessoas referidas são marcados distintamente é que o paradigma é considerado referencial, estando listado no léxico. Neste caso, os afixos são inseridos em Infl em Estrutura-D. Por terem, pela sua natureza, de se afixar a um “anfitrião” (*host*) verbal, detonam a subida de V-para-I.¹²

Quando tal marcação distinta não se verifica, o paradigma é considerado não referencial, já que os afixos “não podem determinar sem ambiguidade o valor referencial do sujeito” (*op.cit.*:7). Tais afixos não estão listados no léxico e não estão activos na sintaxe – serão gerados directamente no verbo por regras de “PF-Spell-Out”, nunca podendo detonar, obviamente, o movimento do verbo.

Para além de estabelecer distinções entre pessoas, estabelece-as também entre traços- ϕ , considerando que só em línguas com traço de [pessoa] se verifica a

⁹ Sobre os verbos auxiliares diz-se (*op.cit.*:56) que são gerados em categorias funcionais intermédias (MOODP ou ASPP), não se movendo, como em Inglês, ou que têm um comportamento semelhante ao dos verbos principais, como nas línguas escandinavas continentais (*op.cit.*:66).

¹⁰ Nesta distinção reside a resposta a uma das críticas de nível conceptual de S. Vikner, a de que parece arbitrária a eleição das primeiras e segundas pessoas.

¹¹ Também para o número se assume um valor não marcado: singular.

¹² Em cumprimento do “Filtro de Lasnik”, segundo o qual os afixos-infl morfológicos têm de se unir a uma base lexical (cf. *op.cit.*:133; 153).

projectão de SpecAgrP (*op.cit.*:8)¹³; considera-se que este traço é “mais referencial” (*op.cit.*:128) do que género ou número, reformulando-se a proposta em Rizzi (1986)¹⁴: Infl é referencial sse tem especificação de pessoa (*op.cit.*:129).

Da descrição do conjunto de línguas consideradas, comum ao que é referido por S. Vikner, o autor faz derivar a formalização da sua proposta (*op.cit.*:130 (63)):

(4) Referencialidade de Infl/Lexicalidade dos Afixos-Infl

Infl é uma categoria referencial com afixos listados lexicalmente exactamente naquelas línguas em que a concordância sujeito-verbo regular marca distinta e minimamente os traços-Infl referenciais de tal forma que em pelo menos um número de um tempo os traços de pessoa [1º] e [2º] são distintamente marcados.

Tal proposta é depois revista (*op.cit.*:138):

(5) Referencialidade de Infl/Lexicalidade dos Afixos-Infl

A concordância é uma categoria referencial com afixos listados lexicalmente (projectando AgrP na sintaxe e despoletando o movimento explícito (*overt*) do verbo) exactamente naquelas línguas em que a concordância sujeito-verbo regular marca distinta e minimamente os traços-Infl referenciais de tal forma que em pelo menos um número de um tempo os traços de pessoa [1º] e [2º] são distintamente marcados.

Existe pois correlação, nesta proposta, entre línguas com afixos referenciais lexicais e movimento V-para-I, sendo que a natureza dos paradigmas considerados determina a classificação da categoria Infl e, logo, da língua em causa: nas línguas em que Infl é categoria referencial todos os afixos são listados no léxico; nas restantes, nenhum é.

Há que sublinhar que o que se entende aqui por tal movimento é muito mais restrito do que se poderia supor: equivale de facto a movimento do verbo para a categoria funcional mais elevada de IP – veja-se acima a proposta revista (*op.cit.*: 9-10 e 64-65).

¹³ O autor fundamenta-se em Speas (1994) (remetendo para o Princípio de Economia de Projectão: a projectão mais alta de qualquer oração tem de ter conteúdo, sendo preenchida a posição de Spec ou de cabeça) e em Bobaljik (1995).

Assume-se que estruturas vazias não se projectam, seguindo a proposta em Chomsky (1995a).

¹⁴ Segundo a proposta em Rizzi (1986), um NP é referencial se tem a especificação de pessoa e número.

Excluem-se V-para-AgrO, V-para-TP ou até mesmo V-para-CP¹⁵, já que se assume que este movimento não implica V-para-I (*op.cit.*:28).

Nessa medida, a existência inequívoca de V-para-I restringe-se a duas línguas: Iídiche e Islandês,¹⁶ sendo residual em Faroês.

Note-se ainda que se correlaciona, como em Bobaljik (1995), V-para-I com cisão de I (*Split-I*) (*op.cit.*: 125).

Assim, em línguas em que não se verifica V-para-I (nesta acepção mais restrita) AgrSP não é projectada.¹⁷

Correlaciona-se ainda V-para-I com sujeito nulo, assumindo-se que *pro* só é possível com o “paradigma completo” (*op.cit.*:128). O autor fundamenta-se teoricamente em Speas (1994) (cf. nota 14): nas línguas em que TP é a projecção funcional mais alta, T^o está preenchida com um traço de tempo não realizado; o sujeito tem obrigatoriamente de ocupar SpecT; nas línguas com um “Paradigma Completo”, AgrSP é a projecção funcional mais alta e como Agr^o está preenchido com um traço realizado (e, posteriormente, com o verbo), a posição de Spec pode ser ocupada por *pro*, que pode receber uma interpretação referencial se for identificada por Caso e concordância por Agr^o.^{18, 19}

Em Speas (1994) propõe-se uma reformulação da proposta “clássica” de L. Rizzi sobre a legitimação e a identificação de *pro* (*op.cit.*: 242 e seguintes) (Speas, 1994:186-187, *apud* Rohrbacher, 1999:244):

¹⁵ Assume-se que V-para-Comp é detonado pelo operador de T [+F] em Comp que precisa de ser lexicalizado para atribuir Caso nominativo ao sujeito ou ao seu vestígio em SpecIP.

A exclusão de V-para-C do domínio de movimentos a explicar é notado criticamente em Neeleman (1996) e em Bobaljik (2000:9).

¹⁶ Também aqui, como em Vikner (1997), se tomam o Alemão e o Neerlandês como línguas inconclusivas, assumindo-se, de novo como em Vikner (1997) e contra Kayne (1994), tratar-se de línguas SOV (*op.cit.*: 36; 42).

¹⁷ Mais tarde (*op.cit.*: secção 3.4), o autor estende a proposta a AgrOP nos mesmos termos: só se projecta em línguas com V-para-I.

¹⁸ O autor baseia-se em Jaeggli e Hyams (1988).

¹⁹ Há que notar que tal fundamentação não é conciliável com a concepção subjacente à Teoria da Verificação contida no Programa Minimalista, já que aí se defende que são abstractos os traços gerados na estrutura, vindo os afixos associados ao verbo desde o léxico – veja-se a avaliação das propostas aqui tratadas abaixo.

Por outro lado, não se dá conta do caso das línguas em que mais do que uma posição de sujeito é possível, como em PE (veja-se Duarte, 1997 ou Costa, 2000).

- (6) Princípio da Economia da Projecção (PEP):
 - (i) Projecte-se XP sse XP tiver conteúdo.
 - (ii) Um nó X tem conteúdo sse X dominar uma matriz fonológica distinta ou uma matriz semântica distinta.

Seguindo Rohrbacher (1994), AgrS está preenchida com um afixo de concordância em línguas com morfologia rica mas vazia em línguas com morfologia pobre.

Quando não há marcas morfológicas, não há projecção (veja-se Bobaljik 1995); a concordância é forte em línguas com um “paradigma uniforme” (em vez de traços de primeira e segunda pessoas, como na proposta de B. Rohrbacher) (Speas, 1994:197 *apud* Rohrbacher, 1999:244):

- (7) Um Paradigma flexional P numa língua L é morfologicamente uniforme para o traço T sse P só tiver formas flexionais derivadas a expressar T.

Assim, uma língua com concordância rica (i.e. morfologicamente uniforme) e AgrS tem subjacente um afixo de concordância, ou seja, uma matriz fonológica na sua cabeça. Logo, a posição de especificador pode estar preenchida ou não. Quando não está, temos um contexto de queda de *pro*.

Quando não existe um paradigma uniforme, *pro* violaria aquele princípio.

Com um paradigma morfologicamente não uniforme (como em Inglês), AgrS projecta-se mas *pro* não é possível.

Em Japonês não há morfologia de concordância: AgrSP não se projecta; *pro* é legitimado porque SpecTP pode ser nulo, já que universalmente T é preenchido com uma matriz semântica: uma especificação apropriada de Tempo.

B. Rohrbacher, assumindo Chomsky (1995a), propõe uma alteração à formulação do PEP (*op.cit.*:246):

- (8) Uma projecção XP é licenciada sse o seu especificador SpecXP ou a sua cabeça X tiverem conteúdo fonológico.

Assim, reformula a proposta para o Inglês: AgrSP não se projecta e o sujeito nulo não é possível porque SpecTP tem de estar preenchido.²⁰

Contesta a proposta de M. Speas em termos de paradigma uniforme por não fazer as previsões certas no que diz respeito ao Islandês e Faroês e também ao PE e PB – os dois são idênticos quanto à uniformidade do paradigma, definida nos termos da autora.

O autor propõe ainda, como em Rizzi (1986), um duplo processo – legitimação e identificação de *pro* – só disponível em línguas com V-para-I, i.e., com marcação mínima distintiva de primeira e segunda pessoas. (*op.cit.*:250 e seg.).

De facto, é um triplo processo: legitimação, identificação do conteúdo (referencial – do falante, do ouvinte ou de outrem) pela concordância e identificação da função (sujeito ou objecto) pelo Caso, sendo que as duas formas de identificação têm de ser desempenhadas pelo mesmo elemento, como implícito nas definições em Rizzi (1986) e Jaeggli e Hyams (1988) (*op.cit.*: 251).

Assim, em Islandês – língua com V-para-I – o *pro* é licenciado mas o *pro* referencial não é identificado – só é gramatical o *pro* expletivo que ocorre em passivas impessoais e orações existenciais (bem como com verbos atmosféricos – dito “quase argumental” e possivelmente não sendo *pro* – *op.cit.*: 270; nota 13).

Isto ocorre porque o Caso nominativo é atribuído em Comp por [+F] mas a concordância está contida em AgrS – como as duas instâncias de identificação não são detidas pelo mesmo elemento, o *pro* referencial não é possível.

Nas línguas V2, tal só é possível quando existir concordância em Comp.

Assim, o Alemão, o Neerlandês, o Islandês – línguas sem concordância de Comp – não têm *pro* referencial; em Bávaro, Flamengo Ocidental e Frísio – línguas com concordância de Comp – existe *pro* referencial.

O Lídiche, em que o Caso nominativo é atribuído por AgrS (e não em Comp), devia ter *pro* referencial. Embora o quadro não seja absolutamente claro, o autor conclui que tem, de facto, com restrição à segunda pessoa do singular, a única forma inequívoca²¹. Claramente, tem ainda queda de tópico²².

²⁰ O caso do Japonês é afastado como um caso de queda do tópico.

²¹ Este aspecto é específico da língua, embora ocorra noutras, de que se dá o Italiano como exemplo, de formas distintas.

²² Queda de *pro* e queda de tópico têm distribuições distintas. A distribuição da queda de tópico em lídiche é semelhante à do Inglês (cf. *op.cit.*:253,254).

Finalmente o autor estende ainda a sua teoria à explicação das construções de *object shift* e transitivas expletivas, dizendo que se restringem às línguas com marcação mínima distintiva, já que unicamente nestas se verifica projecção de AgrO.

Esta proposta implica necessariamente a contestação a outras anteriormente defendidas, como notado acima.

É no entanto curioso assinalar que também B. Rohrbacher reconhece a grande proximidade de predições permitidas pela sua proposta e pela de S. Vikner revista no subponto anterior, afirmando o autor (*op.cit.*:122) que “a cobertura empírica é muito semelhante”, com a ressalva da explicação para a evolução do Inglês, cuja descrição é reconhecidamente problemática.

B. Rohrbacher reconhece até que a proposta de S. Vikner lida melhor do que a sua com a descrição da evolução do Russo, sendo igualmente problemática relativamente à descrição do Hebreu (*op.cit.*: 151; nota 21).²³

De especial interesse para o nosso ponto de vista é a argumentação relacionada com o processo de aquisição (*op.cit.*: 125 e seguintes), até porque reside aí o motivo fundamental para B. Rohrbacher rejeitar a proposta de S. Vikner (e parcialmente a contida em Bobaljik 1995) em favor da sua.

Segundo o autor, S. Vikner não explica a aquisição muito rápida (i.e., nos primeiros estádios) de V-para-I em Francês e J. Bobaljik não explica V-in-situ em Inglês.²⁴ Este aspecto será retomado adiante.

Em resumo (*op.cit.*: 138-139), assume a sua proposta como “lexicalista fraca interpretativista”.

2.2.3 Vikner (1997) vs. Rohrbacher (1999): uma síntese

Sintetizam-se agora as propostas acima descritas:

²³ Por seu lado, também S. Vikner reconhece à proposta de B. Rohrbacher maiores virtudes para lidar com alguns casos particulares.

²⁴ No original, (Rohrbacher, 1999:127): “The Paradigm-Verb Raising Correlate on the other hand makes the right predictions for the acquisition of both French and English: whichever tense a child acquires first, that tense has minimal distinctive marking of the person features in French but lacks such marking in English, and therefore all children acquiring French correctly move their first (and all subsequent) finite verbs to Infl and all children acquiring English correctly leave their first (and all subsequent) main verbs in situ.”

(9)

Vikner (1997:201):

Uma língua SVO tem movimento V-para-I se se encontra morfologia de pessoa em todos os tempos;

[Só contam os tempos simples (não perifrásticos) “fundamentais” (*core*) adquiridos.]

Rohrbacher (1999:138): Referencialidade de Infl/Lexicalidade dos Afixos-Infl

A concordância é uma categoria referencial com afixos listados lexicalmente (projectando AgrP na sintaxe e despoletando o movimento explícito (“overt”) do verbo) exactamente naquelas línguas em que a concordância sujeito-verbo regular marca distinta e minimamente os traços-Infl referenciais de tal forma que em pelo menos um número de um tempo os traços de pessoa [1º] e [2º] são distintamente marcados.

[Estas formas têm de ser distintas entre si, da forma de terceira pessoa e da forma de infinitivo.]

[V-para-I é de facto V-para-a categoria mais alta de IP (cf. *op.cit.*: 9-10; 64-65); excluem-se V-para-AgrO, V-para-TP ou mesmo V-para-CP, que se assume não envolver V-para-I.]

As duas apoiam-se em distinções mínimas de pessoa e fazem predições empíricas que os dois autores reconhecem como muito próximas.

Há no entanto uma diferença fundamental que convém sublinhar desde já: o âmbito de “V-para-I” é distinto, sendo evidente em Vikner (1997), correspondendo a movimento de verbo para a categoria de Flexão, mas não em Rohrbacher (1999), já que exclui desse âmbito o movimento curto do verbo para T, por exemplo.

Por forma a tornar mais claro o que agrupa e separa as duas propostas, passa-se a sintetizar a forma como analisam, explicitamente, nos dois casos, o Inglês e o Francês.²⁵

²⁵ Tal síntese será importante para a posterior abordagem do Português, sobretudo porque no caso de Vikner (1997) não há qualquer referência explícita a esta língua.

(10)

Vikner (1997)	movimento do verbo	sujeito nulo	dados cruciais
Francês	V-para-I	<i>pro</i> dissociado do movimento do verbo; não é língua de sujeito nulo	nos tempos “fundamentais” há variação de pessoa
Inglês	V-in situ (em VP)		no passado simples não há variação de pessoa ²⁶

Rohrbacher (1999)	movimento do verbo	sujeito nulo	dados cruciais
Francês	V-para-Agr ^o	é língua de sujeito nulo	a concordância é realizada pelos clíticos de sujeito (marcadores de concordância; “quase obrigatórios”) que são gerados em Infl ²⁷
Inglês	V-in situ (em VP)	não é língua de sujeito nulo	em nenhum número de nenhum tempo temos primeira e segunda pessoas distintas entre si

Apesar de todas as semelhanças ao nível das predições empíricas entre as propostas sintetizadas, verifica-se que as assunções teóricas são em parte necessariamente distintas, como se explicita em Vikner (*op.cit.* 209-210; nota 10) de forma crítica: ao tomar os clíticos de sujeito em Francês como marcadores de concordância legitimadores daquele sujeito não fica claro o que diferencia o Francês dos dialectos italianos do Norte.

De facto, B. Rohrbacher associa explicitamente o Francês aos dialectos do Italiano e, com especial interesse, tendo em conta os objectivos que nortearam esta dissertação

²⁶ Note-se como o presente simples em Inglês, que apresenta variação de pessoa, é irrelevante, na medida em que um dos outros tempos “fundamentais” a não apresenta.

²⁷ O autor assume que os pronomes fracos são clíticos, o que se aplica aos pronomes com função de sujeito em Francês (excluindo os de redobro, naturalmente).

(pelo eventual paralelismo com o PB), ao Espanhol de Porto Rico, a partir dos dados de Benedicto (1994).

É a seguinte a estrutura proposta:

(11) [AgrP[AgrSpec Jean] [Agr il [Agr mange_i]]] [VP mange_i]

Nesta estrutura o sujeito não está deslocado à esquerda “porque não é requerida ênfase nem há pausa entoacional”. Os clíticos são marcadores de concordância – têm entrada lexical e estão, em Estr-D, adjungidos a Agr, onde despoletam o movimento do verbo.

As marcas flexionais no verbo, por não formarem um Paradigma Completo, não têm entradas lexicais e são introduzidos em PF. Na sintaxe, o verbo tem traços de concordância abstractos que são soletrados (*spelled out*) em PF sob a forma de sufixos.

O sistema de flexão do Francês é misto: parte é lexical (os clíticos), e sintacticamente relevante, e parte é introduzida em PF e sintacticamente irrelevante. Por isso o infinitivo não despoleta movimento: nas infinitivas não há clíticos, nem sequer nulos.²⁸

O paralelismo com o Espanhol de Porto Rico é acentuado por se defender em Benedicto (1994) (*apud* Rohrbacher, 1999) que também nessa língua os clíticos são gerados como último recurso, para marcar a distinção que de outra forma seria perdida do paradigma.

2.2.4 Avaliação conceptual das propostas anteriores

2.2.4.1 Borer (1998)

Numa resenha das principais tendências actuais sobre o tratamento da interrelação entre morfologia e sintaxe, a autora deixa uma referência breve mas significativa a um dos modelos que me tem vindo a ocupar (Borer 1998:175), sublinhando que um modelo como o de B. Rohrbacher, que associa riqueza morfológica (medida ao nível das propriedades morfofonológicas) ao movimento do verbo, não é compatível com os princípios da DM.

²⁸ Como explicita o próprio autor (*op.cit.*: 268; nota 4), tal proposta não explica o movimento opcional do verbo infinitivo para T nem o movimento do gerúndio para Agr (não podendo os clíticos coocorrer com gerúndios).

“In turn, the result obtained in (25) could be achieved within a DM model by stipulating that in English, but not in Icelandic, Agr is weak, in the sense of Chomsky (1993), thereby making (overt) movement unnecessary. However, within the DM model the weak-strong feature must be formally dissociated from the properties of the morphophonological paradigm, as these are strictly nonpresent in the syntactic structure. The correlation, if such indeed exists, between the “weak-strong” property and morphophonological “richness” thus becomes entirely stipulative in nature”.

Também as formas tradicionais de tratar os sujeitos pronominais nulos baseadas na riqueza da flexão são inconciliáveis com a DM (*op.cit.*:176-7).

2.2.4.2 Bobaljik (2000)

Em Bobaljik (2000) procede-se à avaliação das propostas acima descritas sob a designação genérica de Hipótese da Concordância Rica (*Rich Agreement Hypothesis* (RAH)): as diferenças verificadas aos níveis sintáctico (existência ou não de V-para-I) e morfológico (existência de morfologia rica ou pobre) em línguas como o Islandês, por um lado, e o Dinamarquês, por outro, estão relacionadas de forma causal, sendo a morfologia a causa da sintaxe. Formalmente, (Bobaljik, 2000:3):

(12) A concordância “rica” causa o movimento V-para-I.

Na sua versão mais dura, habitualmente implícita, só a concordância rica causa tal movimento, já que a sua perda, avaliada diacronicamente, dá origem (causa) a perda do movimento do verbo. Veja-se o corolário (*op.cit.*:7):

(13) Se uma língua perder a concordância rica, perderá V-para-I.

O objectivo do autor é demonstrar que existem correlações entre os fenómenos referidos mas que a morfologia não pode ser o único factor a explicar a variação sintáctica – como causa, é insuficiente.

Basicamente, o autor classifica por um lado as propostas baseadas em paradigmas, que defendem que das propriedades globais dos paradigmas flexionais derivam as propriedades sintácticas (e não de cada afixo particular em cada estrutura particular), como em Vikner (1997) ou Rohrbacher (1999), e por outro as que não se apoiam em propriedades de paradigma (como em Bobaljik 1995).

Como se nota (*op.cit.*: 9-10), as primeiras exploram uma das três relações lógicas possíveis entre os aspectos em causa, a de que a morfologia (rica) causa a sintaxe (i.e., no caso em análise, o movimento do verbo).

O autor pretende demonstrar empiricamente que não é possível manter tal proposta (*op.cit.*:15 e seguintes), recorrendo em grande medida a dados desvalorizados como “casos problemáticos” nas referidas propostas – casos em que a variação sintáctica não deriva da variação morfológica.

A consideração de tais casos (dialectais e diacrónicos de línguas germânicas) conduz à redução substancial do poder explicativo das propostas de “sintaxe conduzida pela morfologia”, reduzindo-as até ao vácuo: dizer que se uma língua tem concordância suficientemente rica tem subida de verbo²⁹ não implica qualquer afirmação sobre a relação entre movimento do verbo e morfologia (ou seja, não é biunívoca) nem permite prever nada sobre casos de morfologia pobre; em última instância, implica afirmar que “o movimento do verbo é causado pela morfologia quando é causado pela morfologia e é causado por outra coisa quando não é causado pela morfologia”.

Embora uma revisão detalhada dos casos apresentados não se justifique, destaca-se um aspecto muitas vezes notado como problemático: o intervalo que muitas vezes medeia entre a perda de riqueza morfológica e a perda do movimento do verbo chega a ser de duzentos anos, o que significa que muitas gerações têm morfologia pobre e movimento do verbo em simultâneo.³⁰

Para tais propostas, a grande questão passa então a ser: para além da morfologia, quais os outros detonadores de movimento do verbo? E, em copresença com morfologia rica, será a morfologia redundante?

Estas questões são especialmente interessantes de um ponto de vista da aquisição (*op.cit.*: 25-6), assumindo alguns autores³¹ que, na ausência da morfologia, o movimento do verbo na linguagem adulta seria suficiente para detonar esse movimento na linguagem infantil.

Neste caso, J. Bobaljik interroga-se sobre o papel da morfologia, já que se o movimento do verbo pode funcionar como detonador nalguns casos, pode igualmente funcionar em todos os casos.³²

²⁹ Que esta é a generalização mais drástica que se pode assumir é reconhecido em Roberts (1993), Vikner (1995) e Koeneman (2000), *apud* Bobaljik (2000:24), embora sem incorporarem nas suas propostas todas as consequências, segundo o autor.

³⁰ B. Rohrbacher identifica esta como uma instância dos casos problemáticos, dando como exemplos os casos do Dinamarquês e do Norueguês, com diferenças de duzentos e cem anos respectivamente (*op. cit.*:202).

³¹ J. Bobaljik cita Koeneman (2000:83) e Platzack e Holmberg (1989:14).

³² Em Vikner (*op.cit.*:209; nota 5) admite-se igualmente que há movimentos do verbo que não “parecem estar ligados” à força da morfologia flexional. Dá como exemplos o movimento dos participios nas línguas românicas e o dos verbos infinitivos em línguas românicas e germânicas.

Assim, conclui (*op.cit.*:25), a versão forte da RAH não é sustentável e a versão fraca equivale, quando se avaliam os “outros detonadores”, à sua própria refutação.

Excluindo-se a segunda hipótese lógica acima referida, inversa da primeira, por não haver assunções plausíveis que a suportem, resta a terceira, a de que os dois aspectos (tipo de marcação morfológica e movimento do verbo) derivem de uma outra divisão paramétrica; esta visão é apoiada, nomeadamente, por J. Bobaljik.

De propostas dessa ordem dá-se exemplos, destacando-se Johnson (1990), em que da variação sintáctica (presença ou ausência de determinadas projecções flexionais – concordância de pessoa (PerP), concordância de número (NumP), TP), derivavam os padrões de subida do verbo, por um lado, e os padrões da morfologia flexional, por outro. Aqui, a morfologia pode ser usada para detectar diferenças sintácticas mas não é a sua causa.

É o mesmo tipo de proposta que se desenvolve em Bobaljik e Jonas (1993), em que se defende que as línguas se dividem parametricamente entre as que têm um nó de flexão dividido (tendo mais posições de especificador, mais nós terminais e mais relações locais entre cabeças de flexão) (*Split-Infl Parameter* (SIP)), e as que apresentam um só nó em IP.

Nas primeiras mais argumentos podem ocorrer no domínio de IP, nomeadamente, duas posições externas a VP para sujeitos e uma para objectos DPs, com a possibilidade de ocorrerem construções impossíveis nas segundas: construções transitivas expletivas e de *object shift*.

A proposta assenta na noção de “verificação de traços” como detonador de movimento.³³

Assim, na estrutura mais reduzida não tem de se verificar movimento do verbo para ocorrer a verificação de traços, estando Infl e o verbo (em VP) numa relação local.

Numa estrutura dividida a distância entre o verbo e a cabeça mais alta de I força o movimento para efeitos de verificação de traços.

Nesta proposta, a cada nó terminal corresponderá um nó de inserção lexical (assumindo-se Halle (1990) e trabalho posterior que determina que se faça

³³ Ao avaliar as propostas baseadas em paradigma, o autor começa por apontar a circularidade inerente ao conceito, basilar em Rohrbacher (1999), de “Filtro do Afixo”, derivado do *Stray Affix Filter*, (em Lasnik (1981)), assinalada em Koopman (1984:149ff), já que o que caracteriza tais afixos não é uma propriedade comum de tipo fonológico ou morfológico, mas sim a propriedade de detonarem movimento.

corresponder pós-sintacticamente o material fonológico concreto a traços morfológicos abstractos), pelo que em línguas com um só nó terminal de flexão tempo e concordância competiriam por essa inserção em cada paradigma (por exemplo em Inglês, no presente simples, marca-se concordância, e, no passado simples, tempo, mas não os dois em simultâneo).

Como o autor sublinha (*op.cit.*:14), uma dupla marcação implica necessariamente um sistema de flexão dividido mas uma ausência de marcação não é sinal necessário de ausência de divisão.

Assim, apontam-se as marcas de diagnóstico, e não causas, de I-cindido:

- (i) disponibilidade de duas posições de sujeito entre CP e VP;
- (ii) possibilidade de construções transitivas expletivas;
- (iii) disponibilidade de uma posição para objectos derivada exterior a VP;
- (iv) subida obrigatória do verbo para Infl em contextos não-V2;
- (v) possibilidade de morfemas flexionais múltiplos na raiz do verbo.

Neste tipo de proposta a parametrização envolvida é sintáctica e não morfológica – a morfologia é um reflexo da sintaxe subjacente.

A proposta implica ainda uma crítica a outras, lexicalistas “fortes” (*op.cit.*:28 e seguintes).

Mas os princípios conceptuais fundadores da RAH (ou do conjunto de propostas aí incluídas) poderão ser ainda objecto de outras reflexões, que surgem necessariamente quando se pensa na sua aplicação à análise de outras línguas.

Nesta dissertação proceder-se-á a reflexões dessa ordem, com especial preocupação em determinar caminhos de investigação sobre o estudo da aquisição da linguagem – vejam-se as secções 4.4 e 10.. Nesta última, alargar-se-á o âmbito de investigação a uma proposta mais vasta, aplicada especificamente ao domínio da aquisição da linguagem e claramente derivada dos princípios que nortearam as hipóteses teóricas que estiveram subjacentes às várias propostas incluídas na RAH.

3. O Português: assunções teóricas

3.1 Português europeu

Passa-se agora a explicitar as propriedades que se assumem para esta variante.

Quanto à ordem básica, é uma língua SVO. Assume-se, fundamentalmente, a argumentação em Duarte (1997), Costa (1998a e 1998b) Costa e Galves (2000) e Costa e Duarte (2002).

Há que notar que tal assunção não implica que todas as construções do PE tenham aquela como a ordem mais natural (ou frequente), já que interferem múltiplos factores relativos às estruturas informacional e discursiva¹.

Neste caso, interessa sobretudo sublinhar aqui que esta opção implica a rejeição de propostas em que se afirma que o sujeito é gerado em posição pós-verbal, como em Barbosa (1995, 2000) para o PE.

Em Duarte (2001:11) sublinha-se mesmo o seguinte:

“O PE é um contra-exemplo à generalização de que as línguas de sujeito nulo são basicamente VSO, com sujeitos pré-verbais numa posição externa a IP (...)”

Em Costa e Duarte (2002) apresentam-se novas provas que demonstram que o sujeito se encontra em SpecIP, e não deslocado à esquerda, incluindo dados relativos ao processo de aquisição que demonstram que SV é a ordem não marcada desde o início.

Em segundo lugar, e quanto à estrutura básica, assumir-se-á a seguinte:

(1) [[CP][AgrP][TP][vP][VP]].²

Em terceiro lugar, assumir-se-á que é uma língua de queda de *pro*, em que os sujeitos são gerados em SpecVP, aí ficando ou sendo posteriormente movidos para uma posição de especificador de uma categoria funcional, nomeadamente SpecAgrP ou SpecTP, para além de poder igualmente terminar numa posição de adjunção. Veja-se, de novo, Duarte (1997), Costa (1998a e 1998b) Costa e Galves (2000) e Costa e Duarte (2002).

¹ Para uma introdução e referências sobre as ordens de palavras características de predicções (que exprimem juízos categóricos) e apresentações (que exprimem juízos téticos) nas frases declarativas do PE veja-se Duarte (1997) e Mateus (2003:316 e seg.). Sobre a correlação entre cada estrutura informacional e uma ordem específica (e obrigatória) de palavras veja-se Costa (1998a) e (2000).

² Veja-se a secção 1. Em termos simplistas, vP equivalia, em formulações anteriores, a AgrOP ou AspP.

Assume-se, como nessas propostas, que as posições distintas correspondem propriedades discursivas distintas, mantendo a assunção clássica quanto às propriedades das posições de especificador e de adjunto. Para uma discussão da questão, veja-se Duarte (1997).

Em quarto lugar, sobre o movimento do verbo, assumir-se-á que termina em Agr^o ou em T^o. Veja-se de novo as referências citadas relativamente ao último aspecto considerado.

Em quinto lugar, sobre a orientação básica, assumir-se-á que é uma língua com proeminência de sujeito (*versus* tópico); em simultâneo, é possível dizer que é “orientada para o discurso”, no sentido específico explorado em Costa (2000) (em termos muito genéricos, equivalente a afirmar que a estrutura sintáctica, no que diz especificamente respeito às ordens possíveis (SVO, VSO, etc.), deriva das propriedades prosódicas dos constituintes, com opcionalidade só aparente).³

Finalmente, assumir-se-á a caracterização de IP como em Costa e Duarte (2002), a qual é fundamentada no Parâmetro EPP.

(2) Parâmetro EPP (*op.cit.*:169,(28)):

EPP pode ser verificado ou por um XP em SpecYP ou por uma cabeça deslocada para Y.

Os seus efeitos são combinados com a restrição de localidade proposta em Pesetsky e Torrego (2000) (*apud op.cit.*:170 (29)):

(3) Atrair o X Mais Próximo (*Attract Closest X (ACX)*):

Se uma cabeça K atrai X, nenhum constituinte Y está mais próximo de K que X.

Em PE considera-se que AgrS e T têm traço-EPP, logo, ambos podem atrair o sujeito a Spec. A subida de V para T apaga o traço-EPP de T, satisfazendo o parâmetro EPP.

Caso não exista numa língua uma subida de cabeça que satisfaça o parâmetro, então tem de existir movimento de um XP como um último recurso.

Para a satisfação do traço-EPP em AgrSP, há duas alternativas igualmente económicas que correspondem a interpretações diferentes: ou se dá o movimento de um DP para

³ Esta acepção é distinta da que identifica orientação para o discurso com proeminência de tópico, como em PB (veja-se Negrão e Viotti 2000). Sobre a discussão genérica relativa ao(s) conceito(s) de orientação para o discurso veja-se Kiss (1995).

SpecAgrSP e a interpretação é de juízo categorial ou subida do verbo para AgrS e a frase corresponde a um juízo tético com ordem VSO.

Continua-se a manter a necessidade de considerar que em alguns contextos de VSO o sujeito permanece em SpecVP, como em Costa (1998a).

De todas as assunções acima referidas, a mais consensual é porventura a de que o PE é uma língua de sujeito nulo, o que é sublinhado de forma inequívoca pelos poucos dados quantitativos disponíveis, mesmo em confronto com outras línguas românicas de queda de *pro*, como o Italiano.⁴

Quanto aos processos de evolução linguística, embora o PE tenha vindo a ser tratado como uma variante relativamente estável, sobretudo no confronto com o PB, existem diversos focos de mudança, os quais não parecem no entanto estar a conduzir a nenhuma alteração paramétrica significativa – veja-se a discussão em 3.3 abaixo.

Relativamente aos processos de concordância sujeito-verbo, manifestam-se regularmente, como os de concordância nominal. Em termos estritamente sintácticos, parece ser a inversão sujeito-verbo o único contexto em que se rompe a regularidade de marcação de concordância, mas só para os verbos inacusativos, com os quais a marca de [plural] é opcional no registo coloquial.

3.2 Português brasileiro

Caracterizar o PB implica necessariamente falar de variação, em termos sincrónicos e/ou diacrónicos (i.e., de mudança linguística).

Embora não seja absolutamente consensual que estejamos em presença de um processo de mudança, havendo autores que defendem tratar-se de variação estável, essa é a noção mais difundida. É ainda objecto de forte discussão o que é manifestação de gramáticas mais antigas, o que mudou, exactamente, e, sobretudo, como mudou e porque mudou.

À primeira hipótese, alvo de grande difusão – a de que a mudança derivava de uma alteração na fixação no PSN – sucederam-se outras, que vieram problematizar as propostas iniciais.

Quanto ao PB, assumir-se-á que é igualmente SVO.

Quanto à estrutura básica, assumir-se-á de igual modo a seguinte:

⁴ Cf. Oliveira (2000).

(4) [[CP][AgrP][TP][vP][VP]].

É ao nível do movimento do verbo e do sujeito – correlacionados em muitas propostas com a natureza do sujeito – que as diferenças se notarão, sendo certo que a ordem sujeito-verbo é mais rígida do que em PE e que a posição canónica final do sujeito é distinta, tendo propriedades A', e sendo que o sujeito vem muitas vezes acompanhado por uma forma pronominal de redobro, na qual se reflecte a concordância sujeito-verbo. Assumirei para já que o sujeito termina em adjunção a AgrP e o pronome de redobro em SpecAgrP, com o verbo em Agr^o.

Quanto à maior rigidez da ordem sujeito-V, há que notar que está sujeita a múltiplos factores, como se defende em Berlinck (1988).

Nessa dissertação, ao proceder-se ao estudo da evolução diacrónica deste aspecto sintáctico, sublinha-se (*op.cit.*:240) que a ordem V-NP em estruturas com verbos intransitivos existenciais mantém percentagens próximas de 100% nos três momentos considerados (séculos XVIII, XIX e XX); em todas as outras estruturas os valores descem: com intransitivos não existenciais, de 59%, no primeiro momento, a 46%, no último; com verbos de ligação, de 47% a 23%; com expressões fixas, de 47% a 13%, com transitivos indirectos, de 34% a 8%; com transitivos directos, de 34% a 3% e com di-transitivos de 30% a 0%. Notam-se ainda (*op.cit.*:248) contrastes entre intransitivos de mudança pontual (com frequências muito altas), de processo (com frequências baixas), de estado e (*op.cit.*:249) de acção, afirmando-se, sobre os últimos, que, sendo o NP a eles associado necessariamente agentivo “teriam sido os primeiros a sofrer as pressões estruturais da direcção de SN V”.

Demonstra-se até (Berlinck 1988:241) que há coincidência temporal entre curvas decrescentes de perda de retenção pronominal em função de objecto directo e frequência de V-SN com transitivos directos e di-transitivos.

A associação estabelecida entre perda do clítico acusativo e alterações sintácticas é muito clara (Berlinck (1998:242)):

“A correlação dos fenómenos de retenção pronominal e de V SN com verbos transitivos indica que quando o clítico acusativo ainda constituía uma estratégia bastante produtiva na língua (século XVIII), o SN posposto corria um risco menor de ser interpretado como objeto de uma construção transitiva justamente porque esse último era normalmente atualizado na forma de clítico. À medida que esse recurso foi se tornando cada vez menos freqüente, foi necessário que algum outro garantisse a recuperação das funções dos constituintes. Foi preciso que a ordem relativa desses se “enrijecesse” para servir de parâmetro de interpretação (...).

Também o paralelo aumento da frequência de objeto vazio na passagem de um momento a outro e a sua atual predominância sobre as demais estratégias de pronominalização contribui para o “enrijecimento” da ordem em SN V. Nas estruturas em que a função-objeto está “ocupada” por uma categoria vazia, relevadas as restrições particulares do verbo, é possível que o SN posposto gere uma construção ambígua, sendo percebido como objeto de um verbo com sujeito nulo. Por outro lado, a possível ambigüidade de V SN é muito menor, dependendo da natureza do predicador.”

Nesta descrição é relevante assinalar a relação entre as alterações no sistema pronominal e as ocorridas a nível sintáctico, por um lado, e a interferência crucial dos aspectos semânticos (associados aos diferentes tipos de intransitivos), por outro.

Quanto ao sujeito nulo, admitirei que continua a existir, embora com propriedades referenciais distintas – não sendo pois possível defender uma alteração simples no valor do PSN.

Em Duarte (1995) e (2000) defende-se que se está a estabilizar um sistema de sujeitos nulos não referenciais *versus* sujeitos realizados referenciais.

Em Kato (1999a) nota-se igualmente que o PB é uma língua de sujeito nulo parcial, sublinhando-se que autoriza sujeitos nulos de terceira pessoa mas não de primeira e segunda.

Alternativamente, em Negrão e Viotti (2000) defende-se que a mudança consistiu na especialização no uso dos pronomes realizados, opostos a vazios (e não substituição) no sentido em que só sujeitos nulos podem ter interpretação de variável ligada; os realizados são pronomes de tipo-E só interpretáveis em determinada configuração.

Novos dados têm de resto sido aduzidos para a problematização da linha explicativa inicial, como os que demonstram que o número de sujeitos realizados é superior com a única forma gramatical inequívoca, a de primeira pessoa, o que torna menos clara a argumentação segundo a qual os sujeitos nulos teriam diminuído por falta de transparência referencial das formas verbais pretensamente iniciada pelo desaparecimento da forma distinta de segunda pessoa do singular, correspondente ao tratamento por “tu”, “absorvida” pela outra forma, correspondente a “você” e morfologicamente equivalente à de terceira pessoa do singular.

Para dados quantitativos a este respeito, veja-se Oliveira (2000). Em (*op.cit.*:40) afirma-se:

“In effect, the higher rate of first person pronouns in BP (where the verb, despite the weak inflectional morphology, is distinctively marked) and in Italian (where the inflectional

morphology is rich) casts doubt on any causal correlation between weak verb morphemes and the presence of full subject pronouns.”

Veja-se igualmente Negrão e Viotti (2000:108).

Por outro lado, notaram-se já correlações ainda não totalmente explicadas (mas seguramente não deriváveis de uma alteração simples ao nível do PSN) entre a realização (ou não) do sujeito e determinadas estruturas sintáticas (por exemplo, de denegação, negativas, adverbiais) ou valores de T (passado vs. outras formas) (veja-se Oliveira, 2000: 40-48), mais do que com morfologia verbal.

Assumirei *a priori* que de entre as mudanças verificadas a mais significativa, em termos sintáticos, se prendeu com alterações ao nível da proeminência – do sujeito para o tópico. A importância do tópico em PB foi de resto explorada desde Pontes (1984).

O sujeito será tópico não marcado, tal como em PE. Esta proposta aproxima-se da que se defende em Negrão e Viotti (2000).

Os autores chegam mesmo a afirmar que a relação entre orientação para o discurso e morfologia verbal é a inversa da normalmente defendida (*op.cit.*:109):

“Based on the findings of Negrão (1990), our conclusion with regard to the weakening of the verbal inflectional paradigm goes in the opposite direction: because BP is a discourse-oriented language that can express the informational content of the sentence constituents in the overt syntax, and because the recoverability of interpretation of empty categories is done via discourse prominence, the role of the inflectional markers has decreased, to the point that they may no longer be necessary”.

Assim, assume-se que:

- (i) o PE é uma variante com proeminência de sujeito;
- (ii) o PB sofreu um processo de mudança, sendo hoje uma variante com proeminência de tópico.

Note-se que esta distinção vem associada a diferenças significativas de um ponto de vista da estrutura prosódica (veja-se Frota e Vigário 1999).⁵

Por outro lado, convém sublinhar que o PE, tendo proeminência de sujeito, não é uma língua orientada para a frase mas para o discurso, como se nota em Duarte (2001:10):

“O PE é um contra-exemplo à generalização de que as línguas que fixam este valor [ou seja, orientação para o discurso] são tipologicamente línguas de proeminência de tópico (...)”.

⁵ Relativamente à mudança no sistema pronominal (com favorecimento de próclise em PB e de ênclise em PE) também existem propostas que a associam a aspectos prosódicos (de ritmo); veja-se, nomeadamente Abaurre e Galves (1996:310), onde se sublinha que o mesmo fora já defendido por Said Ali.

Passarei agora a avaliar explicitamente as propostas que analisam comparativamente PE e PB à luz das suposições acima introduzidas.

3.3 Português europeu versus Português brasileiro

Nos dois sub-pontos anteriores estabelece-se o seguinte conjunto de suposições:

(5)

	Português Europeu	Português do Brasil
Tipo da língua	SVO.	SVO.
Rigidez de ordem	Várias ordens permitidas (VSO, etc.) em correlação com a natureza prosódica dos constituintes envolvidos – a opcionalidade é só aparente.	Ordem de palavras mais rígida.
Língua de queda de <i>pro</i>	Sim, do tipo clássico (i.e., como o Italiano ou o Castelhana).	<i>pro</i> referencial já não é autorizado livremente.
Estrutura básica	[[CP][AgrP][TP][vP][VP]]	[[CP][AgrP][TP][vP][VP]]
Sujeitos	Gerados em SpecVP. Regra geral movidos para SpecAgrP. Não são permitidos sujeitos duplos.	Gerados em SpecVP. Regra geral, movidos para adjunção a AgrP ou aí gerados ⁶ . Sujeitos duplos são permitidos – forma pronominal também em SpecAgrP; sujeitos expletivos licenciados em SpecT.
Verbos	Gerados em V°. Regra geral, movidos para Agr° ou T°.	Gerados em V°, movidos para T°.
Proeminência discursiva	Sujeito.	Tópico.

Ao olhar detalhadamente para o que distingue de facto as duas variantes a nível morfológico o que surpreende é a semelhança de processos de mudança – aparentemente, o que individualiza a diferença do PB é mais o número do que o tipo de fenómenos.

Assim, observando de perto o elenco introduzido em Careno (1999:507) é muito curioso verificar que, ao caracterizar o “Português vernacular falado no Brasil”⁷ (PVB), variante especialmente inovadora (ou distinta) por confronto com o “Português padrão”, os

⁶ A segunda possibilidade é a defendida em Costa & Galves (2000).

⁷ Veja-se a caracterização da designação e do *corpus* estudado em (*op.cit.*:503-4).

Observaram-se habitantes da zona rural de três cidades situadas na região do Vale do Ribeira/SP (Eldorado, Iporanga e Apiaí) “que apresentam na fala aspectos constantemente surgidos na gramática que rege o PVB no geral.”

aspectos de diferença apontados são em grande parte comuns aos apresentados como focos de mudança do PE na actualidade.

Assim (veja-se *op.cit.*:506 e seg.),

- (i) das duas formas flexionais incontestavelmente perdidas em PVB (correspondentes a “tu” e “vós”) uma está irremediavelmente perdida também em PE – “vós”, funcionalmente substituída pela forma de 3ª pessoa de plural utilizada com “vocês”;⁸
- (ii) a limitação de formas no pretérito imperfeito que a autora aponta (a menos uma que nos outros paradigmas), decorrente do próprio sistema flexional, também se verifica em PE (“eu fazia/ele fazia”, etc.);
- (iii) também em PE está o pretérito mais-que-perfeito simples a cair em desuso, pelo menos na oralidade, aqui substituído pelo mais-que-perfeito composto;
- (iv) também em PE está o futuro do presente simples a ser funcionalmente substituído por formas perifrásticas (também com o auxiliar “ir”, sobretudo) ou por expressões temporais (“amanhã faço isso”);
- (v) também em PE está o futuro do pretérito (ou condicional) a cair em desuso, em favor do imperfeito do indicativo (“Eu faria/fazia isso se me deixassem”).

Por outro lado, algumas diferenças notadas não afectam a variedade (ou a homogeneidade) do sistema, já que, embora fonologicamente distintas, continuam a ser formas facilmente individualizadas ou mesmo únicas, casos do infinitivo (“falá, vendê, partí”), do participio passado (“mas que desgraçudu”) ou do gerúndio (“ando > anu”, etc.: “andanu, vendenu”, etc.).

Em resumo, ao nível da concordância verbal e em termos sistémicos, é fundamentalmente a não utilização da forma verbal correspondente a “tu” que permite individualizar efectivamente o PVB.

Ao nível da concordância nominal, a diferença dá-se pela frequência de marcação, sendo normalmente feita de forma não redundante no primeiro “portador potencial” do constituinte.⁹ No entanto, e de novo, alguns dos exemplos dados, nomeadamente os de

⁸ São dadas como variantes formas relativas à 1ª pessoa do plural (“nóis ficô/ficamu/(fiquemu)”) e à 3ª do plural (“elis/as ficô/ficaru”).

⁹ Veja-se a este respeito os trabalhos de M. Scherre, nomeadamente Scherre (1994).

“concordância semântica” estão amplamente presentes em PE – não só na actualidade e não só na oralidade – e são até legitimados por muitas gramáticas.

Tendo em conta que em muitos outros aspectos – ao nível do sistema flexional verbal – se observam fenómenos do mesmo tipo – o que é incompatível com propostas que defendem um “enfraquecimento global” do sistema flexional do PB face ao (falsamente) estável sistema do PE – a questão inicial reganha pertinência: o que determinou exactamente a mudança?

Em Galves (2000) (na sequência de trabalhos anteriores, incorporando agora princípios minimalistas) afirma-se que a alteração ocorrida no século XIX consistiu na fixação do parâmetro da natureza do morfema de concordância presente na flexão verbal, com consequente reestruturação da oração subjacente.¹⁰

Na sua análise tal reestruturação implica (por defeito) que o sujeito fique mais baixo, bem como o verbo (em TP): perdeu-se o movimento de V-Person¹¹.

Para ocorrências de sujeito redobrado defende-se a seguinte estrutura, para estruturas como “A menina ela...”:

(6) [PersP DP(a menina) [PersP phi-i [TP ... ela-i V]]]

Note-se ainda a estrutura atribuída a estruturas como “O ponteiro ele estragou o relógio”(como em (7)a.), ou “O ponteiro estragou o relógio” (como em (7)b.):

(7)a. [PersP DP [PersP phi-i [TP pro-expl V ... ele-i]]]

b. [PersP DP [PersP phi-I [TP V-i]]]

Defende-se ainda que a posição de SpecPerson fica reservada a sujeitos A', quantificados, nomeadamente.

Por outro lado, defende-se para o PE que o sujeito termina em CP e o verbo em PersonP.

Tal verifica-se pela associação de Agr (tido como traço) a Comp em PE e a Tempo em PB.¹²

¹⁰ Tal como acima, não se defende uma alteração simples no PSN.

¹¹ AgrP é substituído por PersonP, já que a primeira perde o estatuto de categoria autónoma, de acordo com Chomsky (1995a).

¹² Em Português Clássico estaria associado a Person.

De resto, os estudos diacrónicos mais citados a respeito (veja-se nomeadamente Tarallo 1994) parecem ir no mesmo sentido: assumindo-se que as alterações na ordem de palavras e o “enfraquecimento na concordância” foram sensivelmente simultâneos, faz-se derivar explicitamente a primeira instância de mudança da segunda.

Em Barbosa, Duarte e Kato (2000), na sequência de Kato (1999b), descreve-se a mudança como tendo derivado de alterações ao nível da natureza dos marcadores de concordância.

Assim, em PE, como nas línguas de sujeito nulo no geral, o sujeito gramatical é tido como um vestígio do próprio afixo de concordância. *pro*, o sujeito gramatical, fica em SpecVP porque o afixo de concordância nestas línguas é “nominal” ([+N]), sendo por isso capaz de satisfazer por si o traço-EPP de I/T; defende-se pois (*op.cit.*: 546) que nesta variante sempre que um pronome visível ocorre em posição pré-verbal está deslocado:

(8) Eu_i [_{IP} sint-o_i demais [cv isso]]

Ao invés, defende-se naquela proposta que o PB criou um paradigma de pronomes fracos quase-homófonos, em substituição de um paradigma de concordância, ocorrendo em SpecIP:

(9) [_{ΣP} ELE [_{IP} ele [[_{VP} t comeu pizza]]]].

Nesta ocorrência, “ELE” é um tópico (pronome forte) e está em deslocação à esquerda. Afirma-se assim que em PB “o enfraquecimento da concordância conduziu à projecção do Especificador de I (como posição A), onde aparecem os pronomes fracos desse novo paradigma”

(10) Eu [_{IP} eu sinto demais isso]

Por aqui se explica a duplicação de sujeitos.

Em Brito (1999a) correlaciona-se as diferenças ao nível do movimento do verbo em PE e em PB com uma mudança paramétrica múltipla:¹³

¹³ Do ponto de vista do estudo do processo de aquisição, é interessante pensar na relação temporal que teria existido entre as alterações paramétricas.

(11)

	Parâmetro I-cindido	Parâmetro V-para-I	Parâmetro de suj. nulo
PE	+	+	+
PB	-	+	-

Admite-se portanto que o nó flexional em PB se restringe a TP, onde param sujeito e verbo.

A relação com a morfologia não é tão óbvia como se poderia esperar (*op.cit.*:351):

“Em PB, a flexão está relativamente enfraquecida, os afixos parecem ter perdido o seu carácter pronominal, mas há ainda morfologia de pessoa em todos os tempos e há evidências para o movimento do V°.”

Em Brito (1999b) nota-se explicitamente que a concordância verbal não é tão pobre como se considera habitualmente, podendo por isso manter-se a correlação entre movimento do verbo e riqueza de flexão.

Partindo de propostas segundo as quais a constituição de IP é sujeita a variação paramétrica, sendo cindido (logo, contendo TP e AgrP) nas línguas com movimento de verbo mais longo (o chamado parâmetro de I-cindido), a autora nota o seguinte (Brito 1999b:82):

“Mas a correlação estabelecida por Bobaljik e Thráisson (1998) é demasiado forte: uma língua ou uma variedade de uma língua em que algumas frases têm TP como a categoria funcional mais alta pode ainda ter movimento do verbo, desde que o paradigma de concordância verbal permaneça suficientemente forte.”

Em Brito (1999b) assume-se que existe uma “Gramática brasileira” com o valor negativo para o PSN, o enfraquecimento da morfologia verbal, o enfraquecimento da inversão do sujeito com a consequente orientação para o tópico, a perda de movimento do verbo para uma posição periférica (COMP) e a tendência para o advérbio “sempre” ocupar uma posição pré-verbal. Apesar de todas as mudanças assinaladas, a estrutura frásica é muito semelhante à do PE (com TP e, nalgumas circunstâncias, AgrSP); o sujeito ocupa uma posição argumental; a língua ainda tem movimento do verbo explícito.

Em Costa e Galves (2000) introduz-se uma proposta alternativa quanto à estruturação de IP e consequente derivação:

- (i) em PE a derivação é a que assumi acima: o sujeito é gerado em SpecVP e passa por SpecTP, terminando em AgrSP; AgrS é licenciado pelo sujeito em relação espec-cabeça;

- (ii) em PB quer o sujeito referencialmente relevante quer o pronome de redobro encontram-se em adjunção a AgrSP (que não tem traços EPP), processo que legitima AgrS; os sujeitos nulos, gerados em SpecVP, terminam em TP, não sendo já identificados pela concordância verbal; em adição é mesmo permitida a adjunção do sujeito a CP, em estruturas impossíveis em PE, como em “O Pedro tivesse feito isso (...)”.

Embora não se aborde a questão que se prende com o que detonou a mudança, assume-se que o PB deixou de ser uma língua de sujeito nulo e apresenta orientação para o tópico.

Por oposição com as propostas anteriores nota-se que não se defende aqui que o sujeito termine numa posição mais baixa do que se verificava anteriormente; ele desloca-se até além de AgrS, para uma posição de adjunção a AgrSP ou, noutros contextos, a CP. Também em Negrão e Viotti (2000:116) se defende que os sujeitos ocupam em PB uma posição mais alta que AgrP, passando por lá.

Verifica-se assim um contraste entre propostas que defendem que o sujeito em PB não sobe até ao nível de AgrP e aquelas que defendem que pode até ultrapassar aquele nível projecional.

Quanto ao verbo, é mais ou menos consensual que fica em T.

Em termos comparativos, defende-se em Costa e Galves (2000) que o movimento do verbo não deve ser tido como o factor que permite distinguir as duas variantes, já que também para o PE se defende o mesmo: a posição mais baixa (em T) para o verbo.

Os argumentos têm que ver com a posição relativa entre verbo e advérbios (como “provavelmente”) e quantificadores flutuantes (como “todos”), não se evidenciando contrastes nos juízos de gramaticalidade.

Em relação aos padrões de concordância no PB, admitirei, como em Costa e Silva (2003), a coexistência de diversos dialectos, tratados como gramáticas em competição, cujo uso é fundamentalmente determinado pelo contexto situacional, podendo variar, nessa medida, para um mesmo falante.

Assim, no primeiro dialecto que os autores apresentam existe concordância sujeito-verbo mas não existe concordância nominal (*op.cit.*:4), como em:

(12) Os carro são lindo.

Segundo a descrição dos autores, a marca de número surge ou na cabeça-D ou em todos os elementos pré-nominais.

Adoptando a classificação em traços binários de pessoa e número introduzida em Galves (1993), os autores concluem que neste dialecto o número é um traço distintivo da morfologia verbal, cujo paradigma contempla quatro formas (“canto/cantamos/canta/cantam”) (Costa e Silva (2003:12)).

No segundo, nenhum dos dois tipos de concordância se verifica (*op.cit.*:4), como em:

(13) Os carro é lindo.

Neste caso, cujo paradigma integra unicamente duas formas (“canto/canta”), os autores concluem que só [pessoa] (já não [número]) é o traço relevante.

Como explicação para as diferenças entre PE e PB, os autores defendem que a natureza do morfema [plural] é distinta: em PE, sendo um “morfema dissociado” (na acepção corrente no domínio teórico da DM), é inserido depois de *Spell-Out*, podendo-se associar (*attach*) a várias cabeças, por processo morfológico, não implicando assim nenhuma configuração sintáctica particular nem nenhum tipo de movimento (e fazendo prever ausências de contraste por ordem relativa de constituintes)¹⁴; em PB, é um “morfema único” (*singleton*), ligando-se ao elemento que faz a “ancoragem” da informação de número, ligando o DP à sua interpretação em LF: D (o determinante, ou, quando presente, o possessivo pré-nominal). Daí aparecer uma só vez, e naquela cabeça, especificamente.

Quanto às diferenças entre o primeiro dialecto e o segundo, defende-se que só no primeiro a relação espec-cabeça em I detona concordância explícita (obtendo-se portanto resultados distintos para a mesma relação sintáctica).

Crucialmente, esta proposta faz derivar as diferenças observadas entre PE e (dois dialectos do) PB de características morfológicas ao nível do traço de [número], sublinhando-se que não pode ser o movimento do verbo a justificar essas diferenças.

¹⁴ Como notam os autores, é essencial ter aqui em conta o princípio minimalista que rejeita qualquer correlação entre uma dada relação spec-cabeça e uma instância específica de concordância, já que, por um lado, a mesma relação pode surgir por outras formas e por outro a mesma relação pode não ter o mesmo resultado.

Finalmente, assinala-se a existência de propostas que têm procurado confrontar as duas variantes em termos de economia relativa: em Gonçalves e Duarte (2000), ao formular-se uma hipótese para domínios não finitos, sublinha-se que no PE se privilegia a economia nas representações, com mais custos derivacionais, já que o complemento infinitivo é mais defectivo, sendo que a defectividade do domínio infinitivo obriga a um movimento adicional de V encaixado para o domínio matriz; em PB (e em PM), ao invés, a economia nas derivações tem mais custos representacionais: há mais núcleos funcionais no complemento infinitivo.

Em resumo, as diferenças fundamentais entre variantes prendem-se com aspectos morfológicos (como a perda do clítico acusativo e a redução do sistema de concordância verbal com a perda da forma associada a “tu”, a única diferença crucial entre as duas variantes, a este nível) e sintácticos, incluindo as alterações ao nível do (tipo de) sujeito nulo, do objecto nulo, das restrições de ordem e do tipo de proeminência discursiva.

Relativamente ao objectivo global desta dissertação, é importante reter o facto de alguns autores fazerem depender as mudanças sintácticas verificadas do empobrecimento morfológico relativo, enquanto outros sublinham antes que este processo não determina mudanças a níveis sintácticos fundamentais, como os que se prendem com o movimento do verbo.

Uma reflexão sobre a forma como a riqueza morfológica é avaliada nos trabalhos citados leva a concluir que, sendo sempre tida como factor crucial, é medida de formas distintas, em termos relativos: já suficientemente pobre para determinar mudanças significativas ou ainda suficientemente rica para assegurar a manutenção de aspectos sintácticos nucleares. Subjacente a esta questão está naturalmente a definição de medida relevante de “riqueza morfológica”.

Tendo em conta que o estudo do processo de aquisição pode ser fundamental para a compreensão de como se relacionam a marcação flexional da concordância verbal (mais ou menos rica) e a sintaxe, e tendo em conta todas as assunções acima enunciadas e as diferenças fundamentais documentadas para as duas variantes, pretende-se na presente dissertação avaliar por si e comparadamente os seguintes aspectos: a forma como se adquire a concordância verbal; a forma como se adquirem aspectos sintácticos

fundamentais. De entre estes, tendo em conta toda a literatura produzida sobre os tópicos em causa, foram eleitas as categorias nulas (sujeito e objecto).

O próximo ponto permitirá, pela abordagem de propostas surgidas no âmbito do estudo sobre aquisição da linguagem, alargar o âmbito de aspectos sob avaliação e reavaliar a sua relevância.

4. O estudo do processo de aquisição da linguagem – relevância e enfoques

4.1 Considerações teóricas genéricas

Antes de mais, há que considerar algumas perguntas genéricas que um estudo – qualquer estudo – sobre aquisição da linguagem enfrenta, em função de pressupostos teóricos fundamentais.

Genericamente, o estudo sobre a aquisição da linguagem reparte-se por três escolas de pensamento (veja-se Clahsen, 1996b:xv): a que se associa aos nativistas; a que explora fundamentalmente o peso da relação entre a criança e os que a rodeiam – a dos chamados interaccionistas – e a que se associa aos cognitivistas. Como ficou já claro na Introdução, esta dissertação filia-se claramente na primeira daquelas escolas.

Por outro lado, a investigação mais recente, independentemente do quadro teórico considerado, revela ainda a tensão entre o peso relativo que devemos atribuir a aspectos estritamente linguísticos e a aspectos extra-linguísticos, como o desenvolvimento maturacional em cada momento do processo de aquisição, que condiciona, nomeadamente, a forma como a criança interpreta a informação veiculada pelo contexto situacional, onde se inclui, por exemplo, o conhecimento atribuído (correcta ou incorrectamente) ao interlocutor relativamente à interacção em curso.

Em crescendo está a exploração da interrelação entre os diversos níveis linguísticos, procurando-se determinar até que ponto aspectos de um tipo específico condicionam a aquisição de outros. Se em vários trabalhos seminais (como em Bowerman, 1973) se explorava o peso determinístico das categorias semânticas no arranque do processo, actualmente exploram-se cada vez mais os múltiplos aspectos de interface, como sejam a relação entre a aquisição da morfologia (flexional) e de aspectos sintácticos nucleares ou a aquisição da prosódia (incluindo, entre outros, a sílaba, o acento e o ritmo) e, genericamente, dos aspectos discursivos (incluindo a relação entre a carga informativa (nova/dada) de cada constituinte e a sua posição sintáctica, por exemplo).¹

Assumindo os princípios teóricos que norteiam a corrente generativista, entende-se que a componente inata é fundamental: a criança, ao receber e processar o *input*, “actualiza” um conjunto de princípios herdados correspondente ao seu “saber linguístico” de base.

¹ O conjunto de artigos incluídos em Weissenborn e Hohle (2000) é uma mostra significativa. Deve-se mencionar, para o Português, além de Freitas, Miguel e Faria (2000), Freitas (1997), Vigário, Frota e Freitas (2003) e Adragão (2001).

A forma que tomam esses princípios, os limites em que se compreende a variação (que se crê paramétrica) e o curso concreto dos primeiros estádios de aquisição (e dos desenvolvimentos posteriores) têm sido objecto de estudo de inúmeros trabalhos, desde os anos cinquenta, tendo-se entendido desde então que este domínio era não só interessante como imprescindível como campo onde se testam as hipóteses teóricas a propósito do estado adulto ou final, até porque é no processo de fixação de parâmetros que se encontra a génese da mudança linguística.

A este respeito, assume-se uma “teoria selectiva de aquisição” (veja-se Duarte, 2003:4), segundo a qual “são as propriedades do próprio sistema linguístico que determinam a mudança por efeito de um estímulo externo”.

A evolução dos sistemas linguísticos está pois baseada na “variação paramétrica” (*op.cit.*:5), já que “pequenas mudanças nos parâmetros podem conduzir a sistemas muito distantes do inicial”.

Estes são aspectos fundamentais para o programa de investigação generativista (*op.cit.*:7-8):

“Em síntese, o programa generativista propõe uma teoria selectiva da aquisição da língua, caracterizável por um estado inicial comum a todos os indivíduos da espécie e por variação paramétrica, defende a natureza combinatoria discreta do sistema de conhecimento resultante da interacção do estado inicial com o *input* linguístico, assume a natureza modular desse sistema mental e adopta uma metodologia naturalista na investigação das suas propriedades.”

Sobre a forma como se processa a fixação de parâmetros, há que notar que se baseia necessariamente em informação que seja suficientemente proeminente no *input*, antes de mais pela frequência, sob a forma de pistas (*cues*) identificáveis em enunciados muito acessíveis. A título ilustrativo, refira-se Lightfoot (1991), onde se defende que o enunciado relevante corresponde às estruturas matriz mais o nível de CP das encaixadas.

Em Rizzi (1997), a propósito da revisão do PSN, o autor relembra as duas hipóteses sobre fixação de parâmetros ao longo do tempo:

- (i) A fixação de parâmetros é lenta, requer muita exposição a experiência relevante; a reparametrização é possível. É possível olhar para (algumas das) reestruturações na gramática das crianças como emergindo da reparametrização de certos parâmetros.
- (ii) A fixação de parâmetros é rápida, determinística (a reparametrização não é possível) e muito poucas provas relevantes são necessárias para convergir para o valor certo. Reestruturações nas gramáticas das crianças não são

determinadas por (re)parametrização de parâmetros mas pelo facto de a aquisição seguir um calendário maturacional. Assim que uma dada estrutura emerge, os parâmetros que a envolvem são rapidamente fixados pelo aprendiz.²

Rizzi argumenta a favor da segunda posição.

Esta está longe de ser uma questão encerrada, até porque as observações empíricas têm vindo a problematizar tal noção; no caso concreto do PE, cite-se Freitas, Miguel e Faria (2000:56), onde se assume a necessidade de considerar uma fixação gradual de parâmetros, a propósito da aquisição da rima (ao nível da estrutura silábica), e, concretamente, do Parâmetro da Rima Ramificada:

“In the case of the Branching Rhyme Parameter, parameter setting first takes place locally, in syllables with morphological coda fricatives, and then spreads to other types of codas, depending on stress and on syllable position within the word.”

Antes de mais, a presente dissertação pretende encontrar respostas para o que tem sido abordado como “o problema lógico da aquisição da linguagem”, relacionado com a “pobreza do estímulo”, concretizado nos seguintes aspectos:

- (i) as crianças adquirem um conhecimento que lhes permite gerar um número potencialmente ilimitado de frases (o *output*) com base num *input* limitado;
- (ii) embora as circunstâncias de aquisição sejam muito diferentes, ou até únicas, para cada criança, o resultado final consiste sempre no domínio de uma língua num período de tempo muito aproximado – cerca de cinco anos (embora desenvolvimentos posteriores sejam possíveis por muito mais tempo, nomeadamente ao nível lexical) – período considerado curto;
- (iii) as fases (ou estádios) de desenvolvimento são comuns a todas as crianças, independentemente da língua que falam ou de qualquer outro factor (desde que haja interacção humana durante o chamado “período crítico”);³

² Há ainda modelos muito distintos, como os que se baseiam em algoritmos genéticos, como em Clark e Roberts (1993).

³ Tem-se em mente um conjunto específico de fases, tal como em Menyuk (1988), entre muitas outras obras.

- (iv) as crianças não se baseiam em “evidência negativa” (o que não se pode dizer) mas somente nas estruturas efectivamente ouvidas (“evidência positiva”), sendo extraordinariamente resistentes à correcção linguística explícita (sobretudo de tipo morfológico e sintáctico).

Pretende-se pois, em última instância, caracterizar a UG, inata e comum a todos os seres humanos (e só a esses), determinando que forma têm os princípios que a enformam (conhecimento a que só se pode chegar por via indirecta) e como se reflectem, de forma parametrizada, em cada língua particular. Daí falar-se de um Modelo de Princípios e Parâmetros (a partir de Chomsky, 1981).

Num quadro generativista é, pois, possível descrever o essencial da aquisição como o processo de fixação de parâmetros.

Considerando o programa minimalista até Chomsky (1995a), é natural conceber (como em Gaya, 1998:54) que os parâmetros se definem em função dos traços morfológicos, sendo que estes não têm inicialmente um valor especificado, o qual será atribuído em função da experiência linguística, reduzindo-se portanto aquele processo à especificação dos valores dos traços morfológicos, assumindo-se a correlação entre a marcação morfológica e o carácter (forte ou fraco) do traço morfológico correspondente.

Se tivermos em conta as referências mais recentes do autor, estas assunções devem ser repensadas; no entanto, continua a ser crucial que a criança consiga determinar a natureza dos traços: quais os traços que são especificados e quais os que deve especificar (o que equivale a conseguir estabelecer as relações correctas entre sondas e alvos); quais as categorias a que se associa um traço-EPP.

Como consequência metodológica evidente, a investigação generativista passará necessariamente por um confronto interlinguístico sistemático, já que só por esse confronto poderemos avaliar diferenças paramétricas e deduzir os princípios a que correspondem.

Outra consequência óbvia é a eleição do domínio da aquisição da linguagem como campo de estudo, já que se observa aí a transição entre o estado em que só a capacidade biológica inata existe (o “estado inicial”) e o completo domínio de uma dada língua (ou mais do que uma) (o “estado final”).

Pretendendo-se com esta introdução situar teoricamente este trabalho, não cabe aqui uma abordagem desenvolvida da teoria em causa, mesmo a nível introdutório.⁴

4.2 O estudo comparado da aquisição da concordância verbal e da sintaxe – algumas considerações empíricas

O interesse fundamental do estudo da concordância é evidente quando se pretende determinar quando e como se desenvolve a sintaxe.

Sabendo-se que as primeiras produções infantis são de natureza lexical (primeiro nominal e depois verbal), a associação de itens gramaticais surge assim que começa a fase das duas palavras (ou melhor dizendo, dos dois morfemas), embora de forma diferenciada em termos interlinguísticos e até individuais.

De todos os paradigmas de variação interlinguística – veja-se a este respeito o vasto trabalho de D. Slobin – destacam-se em Clark (1998:374) três:

- (i) a dificuldade conceptual relativa associada aos diferentes itens gramaticais;
- (ii) a regularidade relativa dos respectivos paradigmas;
- (iii) a natureza tipológica dos constituintes (sendo os sufixos, por exemplo, mais “fáceis” que os prefixos).

Destaca-se ainda (*op.cit.*:384) a relação significado-forma (sendo favorecedores os paradigmas com uma relação biunívoca) e a maneira como ocorre em contexto sintáctico cada marca flexional.⁵

No caso concreto da flexão, verificou-se que nas línguas consideradas tipologicamente sintéticas (como o Português), a aquisição é facilitada, já que ocorre mais rapidamente, em termos genéricos, do que noutras, mais “pobres” em termos morfológicos – fundamentalmente, pelo factor “saliência”.

A aquisição da concordância, implica a capacidade de decompor, em termos conceptuais e morfológicos, cada item das cadeias linguísticas ouvidas e produzidas.

⁴ Para além da referência já citada (Chomsky, 1981) e de Chomsky (1986), veja-se Chomsky (2002). Para uma introdução teórica genérica e referências veja-se Guasti (2002: cap.1). Veja-se ainda Ferdinand (1996:cap.1) e Gaya (1998:cap.2).

⁵ Em síntese, os módulos gramaticais (morfologia, sintaxe, semântica) têm um curso de aquisição em constante interpenetração, concorrendo uns para os outros e todos para um mesmo fim. É a forma (ou formas) específica como tal ocorre que é ainda objecto de muitas questões.

Tomamos essa capacidade de “análise linguística” implícita como sendo inata, uma noção crucial para toda a construção do aparelho teórico generativista a que os estudos clássicos sobre concordância, precisamente, vieram dar demonstração empírica crucial; concretamente, os estudos sobre a forma como as crianças conseguem aplicar uma regra já conhecida (por exemplo, a regra de marcação de plural) a itens lexicais inventados (como *wug*), logo, nunca antes ouvidos, de que Berko (1958) é um exemplo incontornável.

O uso por generalização abusiva de paradigmas regulares em casos irregulares demonstra-nos igualmente que as crianças dominam já uma regra geral e que em breve conseguirão identificar os casos em que essa regra não se aplica (o último passo no processo de aquisição de cada paradigma de itens gramaticais).

Em termos estritamente descritivos, as crianças parecem partir de formas verbais *default*, normalmente de terceira pessoa do singular, imperativo ou infinitivo, dependendo das línguas. Em Inglês, por exemplo, a terceira pessoa do singular é claramente desfavorecida, por ser a única forma do paradigma de presente do indicativo dos verbos regulares que apresenta variação de flexão. Em Português, ao invés, a forma de terceira pessoa do singular é favorecida – até que ponto e em que medida é uma das questões a que este estudo pretende dar resposta.

Morfologicamente, é esta forma que serve de base a muitas outras, o que é notório em casos correntes de generalização abusiva (como em “*fazi” (faz+i), por analogia com “comi” (come+i)).

De resto, também no estado adulto o processo é “produtivo”, sendo correntes, ao nível da oralidade, as ocorrências “*há-des” (há-de+s) e “*há-dem” (há-de+m).⁶

Quanto ao número associado a verbos, a expressão do plural é tipicamente atrasada relativamente à de singular, sendo normalmente dominado o paradigma completo de singular (isto é, as três pessoas) antes de aparecer evidência da aquisição das formas de plural. Normalmente, o aparecimento desta marca em verbos é mais tardia que em nomes.

⁶ Este tipo de processo é apresentado em Booij (1996:11) como um argumento a favor da distinção entre flexão inerente e contextual: “(...) the phenomenon of externalization of inflection (...): when a case suffix gets stuck inside a noun, or person/number markers inside a verb, due to the grammaticalization of clitic-like elements, these markers of contextual inflection tend to externalize. Clearly, it is in particular contextual inflection that tends to externalize in such circumstances.”

Quanto ao género, de novo a “saliência” da marcação parece determinar a rapidez de aquisição, estando esta facilitada nas línguas de sistema mais regular. Por outro lado, a forma como se estabelece (ou não) uma relação entre género gramatical e género natural (ou sexo) parece determinar em grande medida o curso da aquisição deste paradigma, sendo que as crianças se baseiam mais, consoante as línguas, em pistas fonológicas, ou, em alternativa, semânticas, embora os dois tipos de processos possam coocorrer, como é visível em erros do tipo “uma problema” (tomando-se a forma de “problema” como pista para atribuição de género feminino) ou “um colega” (tomando-se o sexo para atribuição de género masculino).⁷

Em termos gerais, a frequência de erros envolvendo concordância é baixa e, pelo que se refere acima, associada sobretudo a sujeitos com forma plural.

Em Guasti (2002:121) sintetizam-se os seguintes resultados:

- (i) em Italiano (desde o período mais inicial de aparecimento de orações – entre 1;8 e 1;10), a percentagem de erros é de 3 a 4%;
- (ii) em Catalão e Castelhana, a percentagem é ainda inferior, rondando 1.72%;
- (iii) também em Alemão os erros são raros (veja-se no entanto a nota 7 (*op.cit.*:121)).

Estes raros erros correspondem a formas verbais com morfemas de terceira pessoa do singular com sujeitos plurais ou com sujeitos de primeira pessoa.

O facto de surgir o mesmo marcador de concordância (de terceira pessoa do singular) com diferentes raízes verbais e de a mesma raiz vir acompanhada por diferentes marcadores (de primeira, segunda e terceira pessoas do singular) leva a autora a concluir (*op.cit.*:121-2):

“These data suggest that children analyze a verb into a root and an inflectional affix and have started to build a verbal paradigm; in other words, they do not learn verb forms by rote, but apply a productive rule in comprehending and producing them (...). We can then conclude that the agreement feature is included in children’s grammar from the earliest multiword productions.”⁸

Genericamente, a marcação de concordância tem uma importância crucial: dá conta de relações sintácticas (e semânticas) importantes, facilitando a sua detecção. A forma

⁷ Estes exemplos são reais, tendo sido produzidos por uma criança na faixa etária dos três anos.

⁸ Esta afirmação e o tipo de critério que lhe está subjacente serão retomados abaixo.

como se estabelece, concretamente, a relação entre a aquisição dos aspectos flexionais e sintácticos é um dos objectos de estudo deste trabalho.

4.2.1 Resultados relevantes sobre diversas línguas

Uma observação importante feita com base em dados do Francês (veja-se Pierce, 1992 e Verrips e Weissenborn, 1992) prende-se com o facto de as crianças serem sensíveis à natureza dos sujeitos, evidenciando contrastes em orações finitas *versus* infinitivas que nos levam a concluir que adquiriram já as propriedades de concordância da sua língua. Concretamente para o caso do Francês, verificaram-se contrastes relevantes entre a presença praticamente exclusiva de sujeitos pronominais fracos (tidos como clíticos, como *je*) com verbos em forma finita *versus* sujeitos pronominais fortes (ou não clíticos, como *moi*), que ocorrem indistintamente em frases finitas e infinitivas.

Assumindo que são as propriedades específicas de Agr associadas às frases finitas a legitimar os pronomes fracos, tal implica considerar que a estrutura inicial inclui já AgrP com as especificações correctas.

Sobre o Italiano, existem igualmente dados relevantes: de acordo com Guasti (1993/1994), há evidência para a aquisição da concordância nesta língua desde as primeiras produções relevantes, o que é prova para a presença das projecções funcionais e, nomeadamente, AgrP.

Quanto à ordem sujeito-verbo, dados do Italiano demonstram que nesta língua as crianças invertem o sujeito (produzindo a ordem verbo-sujeito) em cerca de 30% das frases com sujeito explícito e não fazem erros de concordância, o mesmo se verificando em relação a sujeitos coordenados.⁹

Estes dados são apresentados em Guasti (2002) como evidência de que as crianças tomam a concordância como uma construção que é estruturalmente dependente, pondo de parte a possibilidade de ser interpretada como uma relação baseada em adjacência linear.

A autora afasta ainda a possibilidade de as crianças tomarem a concordância como uma noção semântica, não confundindo sujeito com agente, já que a percentagem de erros

⁹ Para uma abordagem mais desenvolvida e referências, veja-se mais uma vez Guasti (2002:122 e seguintes).

nestas construções não se altera quando o papel semântico do constituinte com a função sintáctica de sujeito não corresponde a agente.

Dados no mesmo sentido estão relacionados com construções com o equivalente ao verbo “ser” copulativo em que, mesmo com um sujeito plural em posição pós-verbal, não se verificam erros de concordância, o mesmo ocorrendo com estruturas impessoais com “si” (equivalente a “se”), onde o verbo ocorre, correctamente, em terceira pessoa do singular, apesar de o sujeito ser semanticamente plural.

Sobre o Alemão os dados mais conhecidos (nomeadamente em Clahsen (1990) e trabalhos posteriores do mesmo autor) revelam uma aquisição tardia da concordância sujeito-verbo.

Em Clahsen *et al.* (1996c:135) resume-se assim o estágio de aquisição correspondente, sensivelmente, aos dois anos:

- (i) Regular subject-verb agreement and regular accusative and dative Case marking have not been acquired.
- (ii) Finite verbs (i.e., modals, auxiliaries, forms of *sein* ‘to be’ and verbs inflected with the affix *-t* appear in first or second position, whereas nonfinite verbs remain in clause-final position.
- (iii) In contrast to adult German, subjects do not intervene between the finite verb and the negation marker.
- (iv) Children do not produce *wh*- elements or complementizers.

4.3 Interesse teórico particular

Um dos objectivos primordiais no estudo sobre a forma como se inicia o processo de aquisição da sintaxe consiste em analisar como se estruturam inicialmente (ou seja, desde que se começa a observar a ocorrência de sequência de dois constituintes – tipicamente, duas palavras; em termos etários, entre os dois e os três anos) as orações.

Sendo certo que a estrutura incluirá os nós lexicais compreendidos (em termos estruturais) em VP, o grande interesse centrou-se em determinar como surgem e se consolidam as categorias funcionais.

Sobre estas, assumindo-se aqui a estrutura genérica (para o estado adulto ou final) em

(1):

- (1) [[CP][IP][VP]]

e assumindo-se igualmente (como a partir de Pollock, 1989) que IP se divide (com variações a retomar abaixo) noutras categorias, nomeadamente:

$$(2) \quad [[AgrP][TP][vP]]^{10}$$

uma pergunta concreta se coloca: a estrutura inicial é idêntica à final?

Em caso afirmativo, haverá que explicar por outra via as diferenças observadas (ou seja, porque não começam as crianças a falar “como os adultos”); em caso negativo, qual é a estrutura inicial, exactamente, e como se evolui até à fase final.

A opção teórica fundamental relativamente a esta questão de fundo tem diferenciado duas linhas: a Hipótese da Maturação e a Hipótese da Continuidade (Forte ou Fraca).

A primeira defende, basicamente, que a evolução acontece de forma “automática”, precisamente por maturação, sendo os dois anos um marco crucial; a segunda consiste em afirmar que se parte de uma estrutura desenvolvida exactamente idêntica à do estado adulto da respectiva língua (Hipótese da Continuidade Forte) ou que pode incluir processos típicos de outras línguas, logo, permitidas, ou contidas, na Gramática Universal (Hipótese da Continuidade Fraca).¹¹

Concretizando a questão para o caso das categorias funcionais, destacou-se, como instância concreta da segunda linha referida, a proposta em Radford (1986) (e em trabalhos posteriores do mesmo autor): a de que a estrutura inicial (pelos dois anos) seria a correspondente a uma oração pequena (*small clause*), correspondente estruturalmente a VP.

A proposta tem fundamentação maior em dados há muito conhecidos do Inglês que dão conta da omissão, neste período, de diversos elementos de natureza funcional, nos quais se incluem flexões (de número e tempo), auxiliares (nomeadamente o “*have*” perfectivo, o “*be*” progressivo” e o “*do*” em interrogativas e negativas) e o verbo copulativo (“*be*”). As alterações posteriores (a ocorrer até aos três anos) dever-se-iam, segundo o autor, à maturação e consistiriam na introdução “automática” do conjunto de categorias funcionais.

¹⁰ Não se consideram para já muitas outras categorias que têm surgido na literatura (nomeadamente AspP, TopP, NegP), algumas das quais virão a ser retomadas à frente.

Quanto à ordem relativa entre AgrP e TP (para o Português), remete-se para a fundamentação em Gonçalves (1994), que retoma, basicamente, Belletti (1990). Esta tem vindo a ser, de resto, a ordem mais consensualmente assumida, também para o Português.

A forma como a concordância (e, concretamente, AgrP, na estrutura) tem sido analisada à luz dos princípios minimalistas foi já alvo de abordagem na introdução a este trabalho e sê-lo-á de novo, abaixo.

¹¹ Para uma reflexão teórica sobre o que aproxima e afasta as duas posturas teóricas veja-se Atkinson (1996).

Como se disse acima, os dados em que se fundamentou esta proposta restringiam-se em grande medida ao Inglês e foi precisamente o trabalho interlinguístico que a veio pôr em causa, demonstrando que as categorias funcionais (ou algumas delas) estavam necessariamente presentes (pelo menos) em algumas línguas, desde o início (observável) do processo.¹²

Alguns dos dados mais significativos dizem respeito a contrastes de ordem relativos, fundamentalmente, aos núcleos verbais em línguas diversas.

Um contraste fundamental diz respeito ao comportamento de formas verbais finitas e infinitivas em Francês em contextos de negação frásica.

A análise de dados quantificados (veja-se Déprez e Pierce, 1993) permite concluir claramente que o contraste [Vfin.+pas] vs. [pas+Vfin.] está adquirido no estágio relevante.¹³

Independentemente da análise que se propuser para a estrutura própria (nesta fase, ou até no estado adulto) da negação frásica, a observação nos dados produzidos naquele estágio só é compatível com o movimento do verbo para fora de VP nas finitas *versus* a sua permanência em VP nas infinitivas.

Também os contrastes na posição do verbo em línguas V2 (como o Alemão ou o Neerlandês), em que o verbo ocorre em segunda posição nas orações finitas principais e em última posição nas infinitivas, permitem chegar à mesma conclusão – veja-se, para o Alemão, Poeppel e Wexler (1993).

Mesmo em Inglês, o contraste entre verbos principais e auxiliares em contextos de negação, de novo, leva a concluir que também para esta língua há evidência para a existência de categorias funcionais na fase relevante: em Harris e Wexler (1996) toma-se como decisivo o facto de não ocorrerem estruturas como:

(3) *John eats not

quando ocorrem já estruturas em que os auxiliares se movem para IP com a ordem [aux+-n't+V].

¹² Esta observação – a de que se está a referir propostas que se constituem sobre os dados “observáveis” ou seja, os dados de produção – é fundamental e será retomada (e desenvolvida) mais tarde, a propósito da metodologia aqui seguida.

¹³ Para uma abordagem mais desenvolvida e confronto com a estrutura e os dados do Português europeu veja-se Gonçalves (1994).

Estes argumentos têm sido utilizados a favor da Hipótese da Continuidade, já que não são compatíveis com a análise que associa a estrutura inicial básica às orações pequenas do estado final (de algumas línguas).

Para uma abordagem mais desenvolvida e referências, veja-se, de novo, Guasti (2002:cap. 4).

É com este enquadramento que se deve tomar o interesse teórico relativo do estudo da concordância verbal, avaliando a relação com a aquisição da sintaxe.

4.3.1 Hipóteses teóricas fundamentais

4.3.1.1 Radford (1996)

Foi já delineada acima, nos seus traços mais grossos, a Hipótese da Oração Pequena. Como foi já dito, o autor baseia-se fundamentalmente em dados do Inglês. Convém por isso reter a forma como se detém em línguas mais ricas, em termos morfológicos (Radford, 1996:65):¹⁴

“(...) for a language like Spanish with a much richer verbal morphosyntax, we might suppose that the child recognises at a very early stage that verbs carry a rich tense/mood/agreement morphology and can occupy noncanonical presubject position. We might therefore suppose that UG principles force the child learning such a language to project an IP constituent at the outset: this will be the case, e.g., if UG principles require that verbs with a rich agreement morphology raise to INFL (as claimed by Rohrbacher 1994). On such a scenario, only children acquiring languages with an impoverished verbal morphosyntax will be expected to show evidence of a visible small-clause stage; for children acquiring languages with a relatively rich verbal morphosyntax (e.g. Spanish or German) we expect the small-clause stage to be invisible.”

Do ponto de vista que mais nos interessará, esta posição levar-nos-ia a esperar que PE e PB pudessem demonstrar invisibilidade *versus* visibilidade do estágio da oração pequena, a menos que a diferença ao nível da riqueza morfossintáctica não seja suficiente para motivar tal diferença.

A questão consiste então em determinar o que significa, na citação acima, “*relatively rich verbal morphosyntax*”.

Esta questão será naturalmente retomada abaixo.

¹⁴ Esta proposta começou a delinear-se em Radford (1986).

4.3.1.2 Clashen et al. (1996)

Estes autores formulam a Hipótese da Aprendizagem Lexical, segundo a qual todos os princípios da UG estão naturalmente disponíveis desde o início, sendo o desenvolvimento sintáctico determinado pela aprendizagem de novos itens lexicais e morfológicos e respectivos traços.

Assim explicam os autores a gradualidade do processo de aquisição (da concordância, nomeadamente, em línguas como o Alemão) e as diferenças interlinguísticas.

Em Clashen et al. (1996:130) resumem-se os principais elementos desta Hipótese:

- (i) continuidade fraca (todos os componentes da UG estão presentes desde o início mas o conhecimento gramatical particular a cada língua desenvolve-se gradualmente);
- (ii) projecções (funcionais) determinadas pelas suas cabeças (*head-driven projections*) (entendidas, como em Chomsky, 1995a, como feixes de traços) e economia estrutural (só estando presentes na derivação os nós estritamente necessários e/ou os traços “necessários”¹⁵ em cada nó);
- (iii) detonamento morfológico (*morphological bootstrapping*). Este aspecto, a retomar de forma desenvolvida abaixo, implica que o desenvolvimento sintáctico seja visto como uma consequência do morfológico (veja-se (*op.cit.*:133)):

“The idea is that functional categories such as IP, AGRP, etc. or syntactic features may come into the child’s phrase-structure representations as a consequence of the child’s learning a regular inflectional paradigm of distinct inflectional affixes. (...) This means, for example, that a German-speaking child who has learnt the subject-verb agreement paradigm will insert affixes such as the second person singular form *-st* into I° (or AGR(S)^o) and will consequently have to raise the verb. Hence such inflectional affixes are syntactically active in the same way as other heads.”

Concretamente, os autores propõem a existência, numa fase inicial, de uma categoria funcional (FP) correspondente a “Sintagma de Finitude”, contendo a sua cabeça o traço [+finito], o que significa que alberga os verbos finitos.

Esta projecção contém já alguns traços não completamente especificados. Não equivale por isso a nenhuma categoria funcional, sendo subespecificada (*underspecified*).¹⁶

¹⁵ Em termos de processo de aquisição, uma projecção poderá estar presente mas de forma subespecificada.

¹⁶ A noção de subespecificação é entendida em sentido lato, podendo-se igualmente alargar ao domínio das categorias funcionais nominais. Os autores citam a este respeito (*op.cit.*:142) Clashen e Eisenbeiss (1992). Note-se no entanto que os autores dissociam os dois níveis projecionais (DP e IP), em termos da evolução progressiva do processo de especificação, ao contrário do que se verifica em propostas como em Hyams (1996).

A representação proposta é a seguinte:

- (4) [[FP][VP]].

É a aquisição dos aspectos morfológicos que contribuirá então para o desenvolvimento sintáctico.

Concretamente, a aquisição do paradigma de concordância sujeito-verbo (considerado adquirido quando 90% das formas são usadas correctamente em contextos obrigatórios (*op.cit.*:143)) conduz à criação da projecção funcional AGR(S)P.

De igual modo, defende-se (*op.cit.*:147) que só depois de adquirir marcação de Caso acusativo regular se pode adquirir *object scrambling*.

4.3.1.3 Hyams (1996)

A proposta da autora baseia-se igualmente na noção de subespecificação (*underspecification*) mas aqui num sentido restrito: as categorias funcionais (nominais (D) e oracionais (I)) subespecificadas são as que não apresentam traço de definitude, entendendo-se a finitude como especificidade temporal, associada a I.

Nessa medida, defende-se a existência de um estágio de definitude opcional, mantendo-se que a estrutura é sintacticamente constante (sendo por isso esta uma instância da Hipótese da Continuidade Forte) e explicando-se a diferença por alterações ao nível do sistema pragmático.

Concretamente, defende-se que a I subespecificado correspondem: o valor dêictico de “aqui-e-agora”, o valor por defeito do operador temporal; a produção de infinitivos opcionais¹⁷; a produção de sujeitos nulos (correspondentes ao Caso nulo). A subespecificação de D está correlacionada com DPs sem determinante; inexistência de “scrambling” e interpretação dêictica “familiar” (ou seja, *default*, igualmente).

As diferenças verificadas prendem-se com o não domínio (no estágio inicial) de uma regra que diz respeito à interface entre sintaxe e pragmática, formulada como a “Regra T”, da seguinte forma (*op.cit.*:108):

- (5) I(nfl) A cannot corefer with I(nfl) B if replacing A with C, C a variable bound by B, yields an indistinguishable interpretation.

¹⁷ Veja-se a secção 9. adiante.

É esta regra que impede que surjam, por exemplo, infinitivos opcionais no estágio final e é o seu não domínio que possibilita que surjam no estágio inicial, de acordo com esta proposta, a qual surgiu e se desenvolveu, em grande medida, para explicar precisamente os infinitivos opcionais, tal como aconteceu com o Modelo do Truncamento, surgido em Rizzi (1993/1994), e o Modelo de Omissão de Tempo, surgido em Wexler (1994). Essas propostas serão abordadas na secção 9.. Basicamente, distinguem-se das anteriores por defenderem que a estrutura inicial é estruturalmente defectiva – a subespecificação implica aqui ausência (ou inactivação) de uma dada categoria ou várias (TP para Wexler; TP e todas as que estão acima para Rizzi).

Em resumo, verifica-se que o conceito de subespecificação, com múltiplas acepções, surge associado às diversas propostas aqui referidas: para uns autores prende-se com a ausência na estrutura inicial de uma ou várias categorias funcionais; para outros, com a forma como os traços nessas categorias estão ou não activados.

A forma como se dá o processo de “especificação” (gradual ou “instantânea”) diverge, tanto como as acepções do termo: para A. Radford (como para L. Rizzi, embora por processos distintos), a evolução faz-se por maturação; para N. Hyams, pelo domínio de regras pragmáticas e para H. Clashen pela aquisição de aspectos morfológicos.

4.4 Retomando a RAH – o estudo da aquisição

Antes de mais, há que motivar a abordagem destas propostas do ponto de vista do estudo da aquisição da linguagem. Em primeiro lugar porque, no quadro global generativista, todas as propostas deverão ser compatíveis com aquele processo; em segundo, porque tanto S. Vikner como B. Rohrbacher apontam claramente nesse sentido, esgrimindo argumentos directamente relacionados com o processo de aquisição, alguns dos quais, segundo os próprios, são cruciais na defesa das mesmas.

Assim, um dos principais problemas conceptuais que S. Vikner aponta a B. Rohrbacher (Vikner, 1997:196) prende-se com o facto de o infinitivo ser tão ouvido como o imperativo pelas crianças, o que o leva a argumentar que a escolha do infinitivo (como tempo necessariamente distinto) é algo arbitrária, acrescentando em nota, no entanto, que a existência de uma Fase de “infinitivo nu” (*bare infinitive*) pode dar razão a B. Rohrbacher.

Além desse aspecto, S. Vikner aponta ainda a necessidade de os tempos centrais (*core*) terem de ser adquiridos e não aprendidos (*op.cit.*:202).¹⁸

É ainda S. Vikner que aponta a situação por defeito para a criança, quando não encontra nenhuma prova relevante (*op.cit.*:208):

“Under the approach developed in this chapter, the child must assume the absence of V°-to-I° movement unless he/she finds ‘that all core tenses are inflected for person’.”

Finalmente, S. Vikner refere um problema potencial (para as duas teorias) que pode levantar-se com o estudo do processo de aquisição da linguagem (*op.cit.*:208):

“Languages which have (obligatory or optional) V°-to-I° movement but no strong inflection thus pose a problem to both approaches. How is it possible for the child to change from the default into V°-to-I° movement without the appropriate trigger (Rohrbacher: distinctive [1st] and [2nd] person features, this chapter: presence of person inflection in all core tenses)?”

Quanto a B. Rohrbacher, o seu tratamento da aquisição é ainda mais explícito e definitivo (veja-se *op.cit.*:127 e a nota 24 na página 36, acima).

De resto, esta proposta tem sido tratada no domínio da aquisição da linguagem. Veja-se, nomeadamente, Clashen *et al.* (1996:133), onde se afirma:

“Rohrbacher (1994:80) shows, for example, that V-to-I raising occurs in exactly those languages which distinctively mark the person features <1st> and <2nd>. The intuition behind the idea of morphological bootstrapping is that the child exploits such correlations in acquisition such that the child’s learning of overt morphological affixes has consequences for his/her phrase-structure representations. (...).

Our idea of the role of overt inflectional affixes in syntactic development can also be spelled out in terms of feature-checking theories, such as Chomsky (1993,1995). We would, however, have to make the assumption that elements of a regular paradigm that distinctively mark relevant categories induce syntactic features that are ‘strong’ in Chomsky’s sense. Hence, if Rohrbacher’s descriptive generalization mentioned above is correct, we would expect to find that, as a consequence of the child’s acquisition of a regular agreement paradigm that distinctively marks <1st> and <2nd>, a ‘strong’ V-feature comes into the child’s grammar. According to Chomsky, strong features need to be checked in the syntax, e.g., by overt head movement. Hence, irrespective of whether we adopt a weak lexicalist approach such as Rohrbacher’s or a feature-checking system such as Chomsky’s the consequences are the same: once affixes from regular paradigms distinctively mark relevant inflectional features or categories, these affixes become syntactically active.”

Ao pensar-se na aplicação comparada das duas propostas, detemo-nos necessariamente e antes de mais na noção de paradigma e na eleição dos morfemas específicos que cada proposta inclui.

¹⁸ A sua formulação é especialmente interessante para o desenvolvimento deste trabalho: “the conceptual justification for this move is that presumably only the core tenses have been acquired (or encountered) by the child at the point where word order is determined, whereas non-core tenses only come in much later” (*op.cit.*: 202).

Ao fazê-lo, verifica-se que a determinação do que conta como *corpus* relevante não é simples: há que decidir, primeiro genericamente e depois para cada língua, como identificar os morfemas de pessoa (*versus* número e até tempo).

S. Vikner, por exemplo, considera que em Inglês não há marcação de pessoa no passado simples mas há no presente do indicativo, atribuindo estatutos distintos aos morfemas “-s” (pessoa) e “-ed” (tempo; ausência de pessoa), o que, como se sabe, não é óbvio.

Para B. Rohrbacher, por exemplo, e uma vez que o que interessa fundamentalmente aos dois autores é contabilizar os morfemas de pessoa, o imperfeito em Francês (*mang-i-ez*) ou o futuro (*mang-er-ai*) são formas em que o autor se abstrai das marcas de tempo (*op.cit.*:217). Logo, e como parte do paradigma oral e não do escrito (o que tem também de ser objecto de opção teórica, a par com a questão relativa ao registo considerado), aquelas formas são consideradas idênticas (não distintas) do infinitivo (*manger*). Note-se que para o autor este parâmetro (coincidência ou não de forma com o infinitivo) é também fundamental.

Há ainda outra questão que tem forçosamente de ser previamente abordada: como avaliar casos de variação interna ao sistema, com eventual progresso diacrónico no favorecimento de uma sobre a(s) outra(s)?

Em relação ao par “*on/nous*” em Francês, por exemplo, Rohrbacher considera as duas, avaliando ora uma ora outra (embora estes dados não sejam cruciais). Assim, diz (*op.cit.*:217-8) que nos três tempos considerados “uma das duas formas de primeira pessoa de plural” [correspondente a *on* ou *nous*] é idêntica à terceira pessoa de plural. “Em relação a esta formulação, é como se se assumisse (de forma problemática) que cada falante pesa uma forma e a outra para “avaliar” a sua semelhança com o resto do paradigma.

Esta concepção é problemática: existirá de facto a possibilidade de variação livre, para um mesmo sujeito, num mesmo tipo de contexto?

A questão está teoricamente em aberto e relaciona-se com o âmbito da discussão à volta da Hipótese de Base Dupla (*Double Base Hypothesis*), como o autor assinala: será que um mesmo sujeito pode dominar em simultâneo dois sistemas, um morfologicamente rico (com a riqueza que implica V-para-I e todas as diferenças sintácticas daí decorrentes) e outro pobre?

E como avaliar, nesse caso, as suas produções a nível sintáctico?

A consideração até às últimas consequências desta questão pode levar ao esvaziamento da RAH, já que seria sempre possível dizer que se um falante produzisse V-para-I estaria a aplicar uma das “bases” e se não produzisse (noutra ocorrência e para o mesmo tipo de contexto) estaria a aplicar a outra, o que reduz substancialmente o interesse explicativo deste tipo de proposta.

Para além da questão inicial, que se relacionava com a identificação dos morfemas relevantes (de pessoa *versus* tempo; tal como produzidos oralmente *versus* por escrito e em que registo), e da segunda, relativa à multiplicidade de formas para uma mesma pessoa gramatical (normalmente com associação a diversas formas pronominais mas equivalentes – ou mesmo em competição, com eventual mudança linguística – em termos funcionais), importa também considerar o conjunto de tempos eleito.

Assim, há que reter que na proposta de S. Vikner (“Uma língua SVO tem movimento V-para-I se se encontra morfologia de pessoa em todos os tempos”) “todos” significa “todos os tempos centrais ou fundamentais (*core*), tempos simples, não perifrásticos, e adquiridos, não aprendidos”. Genericamente (*op.cit.*:202), o presente simples, o passado simples e o futuro simples.

No caso do Inglês, por exemplo, tal equivale na prática a eleger o presente simples e o passado simples (já que o paradigma do futuro é perifrástico).

É precisamente tendo em conta os conhecimentos actuais sobre o processo de aquisição da linguagem em termos interlinguísticos que se levantam as maiores dúvidas conceptuais a esta proposta (e por extensão, a este tipo de propostas, baseadas na RAH), a acrescentar às introduzidas acima em 2.4: para além de, como o próprio reconhece, exigir um *input* muito considerável (pondo-se, como sempre, o “problema de Platão”), implica ainda que a criança tenha de adquirir todos os tempos (relevantes) antes de perceber se na sua língua existe ou não movimento de V-para-I, o que parece no mínimo altamente improvável, já que o primeiro período (admitindo que a não realização de discurso em auto-censura por parte da criança não é uma possibilidade) seria ou de total “confusão”, com realizações igualmente prováveis de V-para-I ou de V *in situ* em todas as línguas, ou, admitindo um valor inicial por defeito, de uma mesma opção de movimento do verbo em todas as línguas.

Ora é consensual a observação de que desde as primeiras produções verbais as crianças deduzem correctamente o tipo de movimento do verbo da sua língua.

Por outro lado, poder-se-ia argumentar que os tempos relevantes, os “fundamentais” (*core*), são em número muito restrito (restringindo-se ao presente, passado e futuro simples, não perifrásticos) e que a criança de alguma forma “saberia” que eram estes, e não outros, os relevantes, inclusive eliminando os não simples (ou perifrásticos) da sua avaliação (assunção obviamente também problemática).

Mesmo esta definição levanta dúvidas, já que, no limite, tal significa que numa língua em que se adquira presente, pretérito e futuro por meio de paradigmas perifrásticos (mesmo havendo formas simples na língua) não existe experiência detonadora (*triggering experience*), já que quando existem formas simples e compostas para expressar o mesmo tempo (com diferenças aspectuais entre elas, por exemplo), a forma simples (não composta) não é necessariamente a mais corrente – veja-se o caso do *passé simple versus passé composé* em Francês ou o caso do futuro simples *versus* futuro composto com o auxiliar “ir” em Português.

Todos estes aspectos levam a questionar a definição de tempos “fundamentais”, sobretudo se tal definição derivar, como no trabalho referido, do processo de aquisição da linguagem.

Por outro lado, mesmo relativizando tal definição (alterando as premissas do autor), dizendo que o conjunto de tempos fundamentais variaria de língua para língua, considerando-se serem os que primeiro são adquiridos (com que limite?), o resultado continuaria a não ser satisfatório, já que aí a definição de “tempos fundamentais” seria circular, embora parecesse apesar de tudo funcionalmente mais interessante.

Admitindo tal alteração (definindo-se os paradigmas fundamentais como os (dois?; três?) que, em cada língua, são adquiridos na fase mais inicial), teríamos ainda de determinar se numa dada língua a experiência detonadora se restringiria ou não a um só paradigma por tempo (presente, passado ou futuro).

Segundo o autor, a resposta (implícita) é claramente afirmativa: considera um paradigma simples por tempo; no entanto, para línguas como o Português a dificuldade é imediata: só estatisticamente se conseguirá determinar qual das formas de pretérito – perfeito ou imperfeito – é mais viável como experiência despoletadora, sendo tal avaliação estatística muito complexa, se possível.

Para avaliar os paradigmas do Francês, por exemplo, B. Rohrbacher elege o presente, o pretérito imperfeito e o futuro.

Este aspecto remete-nos imediatamente para um outro, que se reduz ao mesmo: será de facto viável eleger (para todas as línguas) o conjunto dos “tempos fundamentais” ou seria preferível, pelo menos para algumas, pensar nos “aspectos fundamentais”?

Lembre-se que mesmo para línguas como o Português não é absolutamente consensual que as primeiras formas verbais sejam temporalmente relevantes – veja-se a proposta já explorada para o Português europeu de “aspecto antes de tempo” (em Mendes, 1991, nomeadamente).

Por outro lado, a simples inclusão do “futuro simples” como tempo fundamental é, do ponto de vista do processo da aquisição, altamente discutível, já que surge sempre muito tardiamente, sendo até discutida a sua classificação como “tempo”.

De um ponto de vista da aquisição da linguagem, é igualmente muito problemático que o presente do indicativo (por norma o primeiro paradigma que ocorre) leve a diagnosticar um tipo de movimento do verbo e o passado simples outro, sobretudo se o “correcto” não for o que o primeiro tempo diagnostica, como é o caso na proposta de Vikner para o Inglês.¹⁹

Também a proposta de B. Rohrbacher levanta dúvidas conceptuais, do ponto de vista do processo de aquisição, algumas comuns às apontadas para o trabalho de S. Vikner, como este autor assume (*op.cit.*:196), ao referir a sua segunda objecção conceptual à proposta de B. Rohrbacher (porquê a eleição do infinitivo para marcar distinção, e não, por exemplo, do imperativo, também muito familiar à criança²⁰), bem como a terceira (a de que a criança tem de reter um conjunto grande de elementos).

No entanto, a questão levantada quanto ao conjunto de tempos relevante não se coloca do mesmo modo: para B. Rohrbacher a criança não precisa de esperar por “todos os tempos” – se o presente do indicativo for rico (i.e., diagnosticar V-para-I) isso é suficiente, até porque estatisticamente o tempo mais flexionado tende a ser o presente do indicativo. No entanto, há que admitir a possibilidade de existência de uma língua em que o paradigma rico não seja o de presente de indicativo – esta proposta pode no

¹⁹ Esta afirmação assenta no pressuposto que é assumido em muitos dos trabalhos sobre aquisição da linguagem, não deixando por isso de ser problemático: o de que a produção permite avaliar o processo global de aquisição, espelhando de alguma forma o seu curso.

²⁰ Vikner nota no entanto (*op.cit.*:210; nota 12) que a fase de infinitivo opcional em línguas como o Inglês pode favorecer a proposta de B. Rohrbacher.

entanto ser mantida se se assumir um valor inicial por defeito (de não V-para-I), alterável em caso de se verificar a existência de um sistema flexional rico, na aceção do autor.

Coloca-se ainda a questão de saber se os dois paradigmas de número serão igualmente relevantes, já que parece haver uma diferenciação temporal entre a aquisição (medida pela produção) de formas do paradigma do singular (primeira a terceira pessoas) e do plural, por vezes com formas de outros tempos (de passado) a serem adquiridas antes de formas de plural do presente do indicativo.

Quanto a propostas baseadas em propriedades morfológicas mas de forma distinta, como em Bobaljik (1995), em que se defende que tempo e concordância “competem”, funcionando como “filtro” para a sintaxe, as consequências para os estudos sobre aquisição não são óbvias.

Sobre a proposta citada, como B. Rohrbacher sublinha (*op.cit.*: 127), não são feitas afirmações explícitas sobre o processo de aquisição; o autor deduz que a criança deve, de acordo com aquela proposta, assumir a existência na língua de V-para-I, a menos que adquira morfemas de tempo que bloqueiem a de morfemas de concordância.

Assim, no momento em que as crianças a adquirir o Inglês dominam o presente do indicativo (que tem um marcador de concordância – de pessoa (?) – mas não de tempo), deveriam realizar o movimento de V-para-I, o que, segundo B. Rohrbacher, nunca acontece, já que nunca produzem sequências em que o verbo preceda os elementos negativos²¹.

Apesar de todos estes problemas conceptuais, a hipótese de explorar propostas do tipo das abrangidas na RAH é deveras tentadora, sobretudo se se assumir que a parametrização envolve unicamente as propriedades morfofonológicas realizadas das categorias funcionais.

Assim, no caso da proposta de B. Rohrbacher a avaliação de uma distinção morfológica mínima levaria a fixar o valor paramétrico relativo a um amplo conjunto de propriedades sintáticas: língua de queda de *pro* (ou não); língua com movimento de V-para-I (ou não) e até língua com movimento do objecto (ou não).

²¹ B. Rohrbacher cita a este respeito Pierce (1992:61).

A experiência despoletadora centrar-se-ia assim na morfologia e não na queda de *pro*, por exemplo.

No entanto, apesar do seu forte carácter atractivo, os problemas, quer conceptuais, quer empíricos, não podem ser esquecidos, o que é mais uma vez sublinhado em Bobaljik (2000:26 e seguintes), onde (citando Sprouse, 1998, Lardiere, 2000 e Snyder, 1995) o autor defende que os dados sugerem claramente que não se pode defender uma teoria que requeira conhecimento de paradigmas completos para despoletar o movimento do verbo: S. Vikner exige que conheçam os tempos fundamentais; B. Rohrbacher exige que conheça pelo menos um número de um tempo, mas em Francês nem disso precisam quando começam a mover o verbo (*apud* Lardiere, 2000, nomeadamente).

Quer em Francês, quer em Alemão, as crianças começam a mover para Infl logo a primeira forma de verbos finitos que adquirem (terceira do singular) antes de terem aprendido qualquer paradigma.

A criança parece aprender pois primeiro os elementos estruturais oracionais que despoletam movimento – quais as cabeças e como se movimentam – como é previsto por uma visão separacionista da morfologia.

Nos termos de Bobaljik isto é prova para I-cindido.²²

Sintetizam-se agora os principais problemas discutidos nesta secção:

- (i) O problema do despoletamento: a morfologia não pode ser o único detonador para o movimento do verbo.
- (ii) A definição de “tempo fundamental” (*core tense*): o conjunto de tempos fundamentais não é universal; a definição é circular; a inclusão de tempos de futuro é problemática.
- (iii) A escolha dos morfemas relevantes: a natureza de muitos morfemas não é evidente.
- (iv) A existência de formas múltiplas para a mesma pessoa: estas formas podem estar em competição ou simplesmente ser preferidas em diferentes registos.

²²J. Bobaljik admite que haja parâmetros múltiplos e que estes variem de língua para língua (*op.cit.*:27-28).

Admite também valores não marcados: a possibilidade de morfemas flexionais múltiplos no verbo é marca (detonadora) de V-para-I mas a ausência dessa possibilidade não é conclusiva para a criança.

- (v) O problema da decisão: a criança tem de decidir quando já adquiriu todos os tempos relevantes (para S. Vikner) ou paradigmas (para B. Rohrbacher), e só esses, para começar a mover (ou não mover) V-para-I. Por vezes o diagnóstico oferecido pelo primeiro tempo (normalmente o presente simples) não é o correcto (como em Inglês). Os primeiros tempos podem ser perifrásticos.

Em resumo, nesta secção verificou-se que são apontadas reservas conceptuais sérias às propostas atrás introduzidas, globalmente consideradas, sublinhando-se, mais do que as diferenças superficiais, as semelhanças profundas.

4.5 Assunções fundamentais

Tomando em linha de conta os contributos acima referidos e o trabalho pessoal anterior, assumirei *a priori* a Hipótese da Continuidade.²³ Ver-se-á adiante como é de facto a que melhor se adequa à descrição dos dados aqui analisados.

Dos princípios minimalistas enunciados na secção introdutória, cabe aqui sublinhar alguns tidos como especialmente relevantes na forma que se passa a explicitar.

Quanto à assunção segundo a qual a derivação se dá de baixo para cima (*bottom-up*), a compatibilidade com o que se conhece sobre o processo de aquisição da linguagem surge naturalmente: é sabido que os núcleos lexicais são os que primeiro surgem, numas propostas, os que primeiro são activados, noutras, ou os que primeiros são consolidados. Quanto ao princípio de economia, é credível que seja instanciado por diferentes formas no processo de aquisição; antes de mais, respeitando a economia nas representações.

Este aspecto é facilmente conciliável (dando igualmente suporte) a propostas surgidas recentemente para o estado adulto que defendem que só se projecta o que é necessário, como em Costa e Gonçalves (1999).

De resto, a economia representacional está contemplada de há muito na teoria, nomeadamente no Princípio da Economia de Projecção (em Speas, 1994) que determina que categorias funcionais se projectam numa dada língua.

Por outro lado, assumindo-se que a estrutura inicial não é distinta da final, a noção de subespecificação ganha uma importância fulcral; é assim possível pensar que cada categoria (e/ou cada traço) se vai especificando gradualmente. Esta é outra instância de

²³ Veja-se Gonçalves (1994). Para o PB o mesmo tem sido assumido, nomeadamente em Kato (1995) e em Simões (1997).

economia na medida em que se assume que a criança parte sempre da hipótese menos marcada para a mais marcada, só abandonando a primeira quando o *input* a força a isso. É ainda possível estender o mesmo princípio à aquisição das marcas morfológicas, aspecto que pode não estar directamente correlacionado com o anterior: também aqui se pode assumir que se parte das formas menos especificadas (ou *elsewhere*) para as mais especificadas.

Em relação à forma inicial que toma cada traço, é possível defender que existe um valor por defeito ou não.

Em termos de economia, num quadro minimalista até Chomsky (1995a), o traço com valor fraco era preferível mas isso implica considerar que há refixação paramétrica. Veja-se a este propósito a comparação entre Roeper (1997) e Déprez (1994) em Gaya (1998:59-60).

Em relação à natureza dos detonadores, assumir-se-á *a priori* que podem ser de diferentes tipos, não sendo necessariamente de natureza morfológica para todos os aspectos sintácticos em todas as línguas.

Assumir-se-á antes que outros aspectos (de tipo fonológico, prosódico, semântico ou sintáctico) podem igualmente funcionar como detonadores, sobretudo nos casos em que a morfologia se torna um indiciador pouco claro relativamente à estrutura sintáctica da língua em causa.

4.6 Hipóteses e predições

O interesse maior relativamente ao estudo comparado das duas variantes prende-se com as questões teóricas atrás enunciadas.

Se se verificou de facto uma mudança significativa no PB, ela deverá ser visível em contrastes significativos ao nível do processo de aquisição.

Por outro lado, importa interpretar as diferenças encontradas, contribuindo para uma melhor compreensão do que distingue os respectivos estados adultos.

Pesando as diferenças descritas pelos domínios morfológico e sintáctico, o interesse teórico mais vasto consiste em contribuir para a compreensão da forma como se relacionam esses dois domínios.

Tendo em conta: o enquadramento teórico estabelecido nas secções 1. e 2., o conjunto de assunções referidas na secção 3. e a forma como os estudos sobre aquisição têm

evoluído nos anos mais recentes, brevemente abordada nesta secção, trata-se agora de dar conta das principais hipóteses e predições.

O processo verificado no PB no princípio do século XX tem sido descrito como de “enfraquecimento” da marcação de concordância. Nessa medida, procurar-se-á verificar se há diferenças ao nível da marcação de concordância verbal, avaliando que [pessoas] surgem inicialmente, a sua frequência relativa e como evolui o processo.

Situando-se a questão fundamental à volta da perda de “riqueza morfológica” e sua relação com o domínio sintáctico, procurar-se-á antes de mais estabelecer uma medida para essa “riqueza” relativa, avaliando depois se se verificam diferenças significativas entre as duas variantes.

Posteriormente, será feita a descrição de como evoluem aspectos sintácticos fundamentais: o conjunto de assunções da secção 3. levou a eleger as categorias nulas – sujeito e objecto – e a abordagem sobre estudos recentes no domínio da aquisição, nesta secção, determinou a opção de avaliar a aquisição dos infinitivos; finalmente, a análise crítica da RAH levou a eleger o movimento do verbo.

O corolário de todas as descrições e análises agora referidas será naturalmente a comparação explícita dos resultados obtidos a partir daqueles indicadores morfológicos e sintácticos, o que será levado a cabo na secção 10..

Em termos concretos, serão avaliadas as seguintes hipóteses e predições:

- a) No que diz respeito à marcação flexional verbal, os dados aqui trabalhados mostrarão que o PB apresenta um paradigma mais reduzido que o PE por via da perda da marca específica de segunda pessoa do singular e, eventualmente, das marcações associadas à primeira pessoa do plural, sempre em favor da forma de terceira pessoa do singular. PE e PB apresentarão assim processos de aquisição da concordância verbal distintos em alguns aspectos fundamentais, nomeadamente em relação ao traço de [pessoa].
- b) A redução no paradigma flexional acima referida teve reflexos ao nível da fixação do parâmetro do sujeito nulo, pelo que os dados aqui trabalhados revelarão percentagens significativamente mais elevadas de sujeitos preenchidos em PB do que em PE.
- c) Pela descrição da mudança linguística ocorrida em PB relativamente ao objecto, os valores de objecto nulo deverão ser significativamente mais elevados naquela variante.

- d) Pela associação detectada por muitos investigadores entre o parâmetro do sujeito nulo e a ocorrência de infinitivos opcionais, estes deverão ser detectados (pela maior percentagem e pelas características específicas) em PB e não em PE. Por propostas teóricas a explorar na secção 9., esperar-se-á que o número de imperativos em PE seja, na fase relevante, mais elevado do que em PB.
- e) Relativamente à forma como se relacionam a aquisição dos paradigmas flexionais e a dos aspectos sintácticos fundamentais (incluindo o movimento do verbo, a natureza dos núcleos verbais e todos os que já foram referidos nas alíneas anteriores), e tendo em conta a RAH e outras hipóteses mais vastas com ela relacionadas, esperar-se-á que na fase relevante não se encontrem evidências de consolidação daqueles aspectos sintácticos anteriores às provas de que aqueles aspectos morfológicos estão consolidados.
- f) Decorrendo da hipótese anterior, a natureza do detonador, para as duas variantes, será morfológica.
- g) Globalmente, a gramática do PB deverá apresentar características diferenciadoras claras no seguinte sentido: o parâmetro do sujeito nulo passou a ser fixado com o valor [negativo], dando origem a uma gramática fundamentalmente distinta da do PE.

Estas hipóteses e predições serão retomadas nas conclusões gerais.

Seguidamente, dar-se-á conta da metodologia empregue, por forma a enquadrar o tratamento de dados que se seguirá.

5. Metodologia e caracterização do corpus

5.1 Introdução

Para a concepção global dos métodos a empregar para recolha e tratamento dos dados teve-se fundamentalmente em conta trabalhos anteriores neste domínio, nomeadamente Clark e Clark (1977), Fletcher e MacWhinney (1995), Ferdinand (1996), Gaya (1998), MacWhinney (2000), Clark (2002) e Guasti (2002).

O método comum a todas as recolhas analisadas é o de observação espontânea (ou seja, não estruturada) naturalista longitudinal, em ambiente familiar à criança (a sua casa, habitualmente), na companhia de familiares (estando sempre presentes a mãe ou o pai) e do investigador, também ele um ente próximo ou até da sua família, levando a cabo tarefas rotineiras – brincadeira, refeição ou banho.

5.2 Caracterização da amostra

A amostra total compreende sete crianças, quatro portuguesas e três brasileiras, com idades compreendidas entre, aproximadamente, os dois e os três anos de idade (mais precisamente, entre 1;08.21 e 3;01.15).¹

Este é unanimemente considerado um período crucial no desenvolvimento linguístico das crianças, já que, apesar de todas as diferenças que fazem de cada criança um caso único, é normalmente pelos dois anos (ou um pouco antes) que se inicia a fase das duas palavras (sendo os dois anos, para muitos teóricos um momento-chave nesse processo, como já foi referido atrás) e pelos três anos o sistema está já relativamente estabilizado, no que diz respeito aos tópicos de naturezas morfológica e sintáctica em estudo.

As sessões consideradas têm entre si intervalos de um mês, sensivelmente, e correspondem a cerca de trinta minutos, em média, de gravação.

Em termos de estrato social todas as crianças pertencem a famílias de classe média ou média-alta.

5.2.1 PE

Os dados relativos a esta variante fazem parte do espólio do Laboratório de Psicolinguística da FLUL, tendo sido recolhidos no âmbito do Projecto

¹ Segue-se a convenção habitual: “ano; mês. dia”.

PCSH/C/LIN/524/93, financiado pela JNICT, sob a coordenação da Professora Doutora Isabel Hub Faria.²

Esta amostra divide-se em dois grupos.

O primeiro grupo é constituído pelos dados correspondentes a duas crianças - Raquel (RAP) e o Luís (LUI) - os quais foram recolhidos no âmbito do trabalho conducente ao doutoramento da Professora Doutora Maria João Freitas, constituindo um conjunto parcial de um total de sete crianças.

Para uma caracterização pormenorizada das condições, objectivos e meios de recolha remete-se para Freitas (1997), capítulo 2. (“Metodologia”).

Da caracterização das duas crianças cujos dados são aqui tratados retêm-se os seguintes elementos:³

(1)

LUI	
Sexo	M.
Data de Nascimento	23.12.1991
Naturalidade	Lisboa
Local de recolha	Lisboa
Classe social	Média-alta

(2)

RAP	
Sexo	F.
Data de Nascimento	1.6.1991
Naturalidade	Lisboa
Local de recolha	Lisboa
Classe social	Média

Os dados foram registados em vídeo e posteriormente foi efectuada uma gravação em áudio.

Com base no suporte áudio foi efectuada pela autora da presente dissertação o trabalho de transcrição destes dados com recurso ao sistema CHILDES,⁴ transcrição essa posteriormente confrontada com o registo em vídeo.

A transcrição dos dados relativos a RAP foi ainda revista pela investigadora responsável pela recolha, Professora Doutora Anabela Gonçalves.

² À Professora Doutora Isabel Hub Faria reiteram-se os melhores agradecimentos pela autorização para utilização dos dados aqui referidos.

³ Indica-se a sigla correspondente à criança na base de dados.

⁴ Veja-se o ponto abaixo sobre a transcrição e codificação dos dados.

Todas as sessões consideradas foram integralmente transcritas.

O segundo conjunto de dados relativos à variante europeia faz igualmente parte do espólio do Laboratório de Psicolinguística, tendo sido recolhido pelo investigador Professor Doutor António Quintas Mendes no âmbito do seu trabalho conducente ao mestrado (Mendes, 1991), texto para que se remete para uma caracterização detalhada das condições, meios e objectivos de recolha.

Os dados aqui tratados dizem respeito ao João (JOA) e ao Pedro (PED).

(3)

JOA	
Sexo	M.
Data de Nascimento	8.7.1988
Naturalidade	Lisboa
Local de recolha	Lisboa
Classe social	Média

(4)

PED	
Sexo	M.
Data de Nascimento	30.8.1987
Naturalidade	Lisboa
Local de recolha	Lisboa
Classe social	Média

Os dados foram inicialmente transcritos ortograficamente pelo próprio investigador, transcrição essa publicada como anexo à referida tese.

No âmbito do trabalho desenvolvido no Laboratório de Psicolinguística afecto ao projecto já acima referido, foi efectuada em 1993 a adaptação desses dados ao sistema CHILDES (*vd.* nota 4) pela autora da presente dissertação e pelas investigadoras Doutora Ernestina Carrilho e Professora Doutora Maria Lobo.

Essa transcrição foi, no âmbito do presente trabalho de doutoramento, integralmente revista e uniformizada, de acordo com os critérios usados para a totalidade do tratamento dos dados relativos ao PE.

5.2.2 PB

Os dados relativos às crianças brasileiras tiveram duas fontes distintas.

As sessões relativas à primeira criança – o Paulo (PAU) – constam da base de dados do sistema CHILDES (veja-se MacWhinney, 2000, vol.2).

A caracterização desta amostra é a seguinte:

(5)

PAU	
Sexo	M.
Data de Nascimento	25.6.1972
Naturalidade	São Paulo
Local de recolha	São Paulo
Classe social	Média-alta

Os dados foram recolhidos em formato áudio, transcritos e examinados no âmbito do trabalho de doutoramento da Professora Doutora Leonor Scliar-Cabral, em 1974, e adaptados ao CHILDES em 1993.

Remete-se para a referida base de dados e para Scliar-Cabral (1977) para uma descrição mais pormenorizada.⁵

A parte restante da amostra (os dados relativos à Raquel (RAB) e ao Tiago (TIA)) integra o espólio do Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE), Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, Brasil.⁶

Os referidos dados foram recolhidos no âmbito do trabalho de doutoramento da Professora Doutora Ester Scarpa Gebara (Gebara, 1984), para que se remete para uma descrição mais detalhada das condições de recolha; para pormenores sobre as gravações veja-se Gebara (1984:18 e seguintes)

É relevante notar que diversos trabalhos, alguns bastante recentes, fizeram uso do mesmo *corpus*, citando-se a título ilustrativo Lemos (1975), Simões (1976), Figueira (1985), Santos (1995) e (2001), Grolla (2000) e Palmiere (2002).

(6)

RAB	
Sexo	F.
Data de Nascimento	10.8.1975
Naturalidade	Campinas
Local de recolha	Campinas
Classe social	Média-alta

⁵ À Professora Doutora Leonor Scliar-Cabral expressam-se os agradecimentos mais sentidos pela autorização para utilização dos dados em causa.

⁶ Ficam os mais sentidos agradecimentos aos responsáveis pelo CEDAE por toda a colaboração prestada, bem como à Professora Doutora Ester Scarpa e, na qualidade de Presidente do IEL, à Professora Doutora Charlotte Galves.

(7)

TIA	
Sexo	M.
Data de Nascimento	13.3.1976
Naturalidade	Campinas
Local de recolha	Campinas
Classe social	Média-alta

5.3 Transcrição e codificação dos dados

Para transcrição e codificação dos dados recorreu-se ao sistema integrado mais difundido em termos internacionais: o sistema CHILDES (veja-se MacWhinney, 2000).

Citam-se abaixo os princípios fundamentais do sistema (MacWhinney, 2000, vol.1:10).⁷

“2: Principles

The CHAT system provides a standardized format for producing computerized transcripts of face-to-face conversational interactions. These interactions may involve children and parents, doctors and patients, or teachers and second-language learners. Despite the differences between these interactions, there are enough common features to allow for the creation of a single general transcription system. The system described here is designed for use with both normal and disordered populations. It can be used with learners of all types, including children, second-language learners, and adults recovering from aphasic disorders.

The system provides options for basic discourse transcription as well as detailed phonological and morphological analysis. The system bears the acronym “CHAT,” which stands for Codes for the Human Analysis of Transcripts. CHAT is the standard transcription system for the CHILDES (Child Language Data Exchange System) Project. With the exception of a few corpora of historical interest, all of the transcripts in the CHILDES database are in CHAT format. In addition, approximately 60 groups of researchers around the world are currently actively involved in new data collection and transcription using the CHAT system. Eventually the data collected in these projects will be contributed to the database.”

The CHAT system is specifically designed to facilitate the subsequent automatic analysis of transcripts by CLAN.

2.1 Computerization

Public inspection of experimental data is a crucial prerequisite for serious scientific progress. Imagine how genetics would function if every experimenter had his or her own individual strain of peas or drosophila and refused to allow them to be tested by other experimenters.

What would happen in geology, if every scientist kept his or her own set of rock specimens and refused to compare them with those of other researchers? In some fields the basic phenomena in question are so clearly open to public inspection that this is not a problem. The basic facts of planetary motion are open for all to see, as are the basic facts underlying Newtonian mechanics.

Unfortunately, in language studies, a free and open sharing and exchange of data has not always been the norm. In earlier decades, researchers jealously guarded their field notes from a particular language community of subject type, refusing to share them openly with the broader community. Various justifications were given for this practice. It was sometimes claimed that other researchers would not fully appreciate the nature of the data or that they might misrepresent crucial patterns. Sometimes, it was claimed that only someone who had actually participated in the community or the interaction could understand the nature of the language and the interactions. In some cases, these limitations were real and important.

However, all such restrictions on the sharing of data inevitably impede the progress of the scientific study of language learning.

⁷ O sistema está igualmente disponível em formato electrónico no endereço <http://childes.psy.cmu.edu/>, sofrendo actualizações constantes.

Within the field of language acquisition studies it is now understood that the advantages of sharing data outweigh the potential dangers. The question is no longer whether data should be shared, but rather how they can be shared in a reliable and responsible fashion.

The computerization of transcripts opens up the possibility for many types of data sharing and analysis that otherwise would have been impossible. However, the full exploitation of this opportunity requires the development of a standardized system for data transcription and analysis.”

O CHILDES compreende três grandes módulos: o sistema de transcrição e codificação dos dados (CHAT), o de análise (CLAN ou *Child Language Analysis*) e a base de dados, em constante actualização com contributos de um número crescente de investigadores.

Sobre a constituição do sistema refere-se o seguinte (MacWhinney 2000, vol.1:4):

“1.6 Three Tools

The reasons for developing a computerized exchange system for language data are immediately obvious to anyone who has produced or analyzed transcripts. With such a system, we can:

1. automate the process of data analysis,
2. obtain better data in a consistent, fully-documented transcription system, and
3. provide more data for more children from more ages, speaking more languages.

The CHILDES system has addressed each of these goals by developing three separate, but integrated, tools. The first tool is the CHAT transcription and coding format. The second tool is the CLAN analysis program, and the third tool is the database. These three tools are like the legs of a three-legged stool. The transcripts in the database have all been put into the CHAT transcription system. The program is designed to make full use of the CHAT format to facilitate a wide variety of searches and analyses. Many research groups are now using the CHILDES programs to enter new data sets. Eventually, these new data sets will be available to other researchers as a part of the growing CHILDES database. In this way, CHAT, CLAN, and the database function as a coarticulated set of complementary tools.”

Teve-se em conta, para além de MacWhinney (2000), uma proposta anterior de especificação de codificação integrada neste sistema para o Português: Faria e Batoréo (1994).

Foi igualmente fundamental a frequência de um *workshop* com Brian MacWhinney e Catherine Snow em 1994, no âmbito do *1st Lisbon Meeting on Language Acquisition* e a experiência de transcrição no âmbito do já referido Projecto PCSH/C/LIN/524/93, financiado pela JNICT e desenvolvido no Laboratório de Psicolinguística da FLUL, sob a coordenação da Professora Doutora Isabel Hub Faria nos anos de 1992 e 1993, experiência já reflectida no trabalho de mestrado (Gonçalves, 1994).

Para a transcrição recorreu-se assim ao sistema CHILDES (CHAT).

Sendo impossível reproduzir e explicitar aqui todas as notações introduzidas, remete-se para o manual respectivo (MacWhinney 2000:vol.1).

Os dados já transcritos a que se teve acesso apresentam o mesmo formato.

A transcrição faz-se na chamada “linha principal” (*main tier*), podendo esta ter associadas uma ou mais “linhas secundárias”.

Embora na linha principal se possa já dar indicações de codificação (como o caso dos erros, assinaláveis com “[*]”) é nas linhas secundárias que os vários tipos de codificação se introduzem de forma sistemática.

Cabe ao investigador determinar que linhas pretende usar, em função dos objectivos subjacentes ao seu trabalho.

No caso presente, embora todo o *corpus* considerado tenha sido transcrito, só o subconjunto relevante (explicitado abaixo) dos enunciados das crianças-alvo foi codificado. Nada impede, no entanto, que também o discurso dos interlocutores seja codificado. Esta tarefa é fundamental, por exemplo, quando se estuda o discurso dirigido às crianças.

Em relação aos dados do PB foi mantida a transcrição original pelas seguintes razões:

- (i) a norma ortográfica apresenta divergências nas duas variantes e não faria sentido alterar a brasileira;
- (ii) a forma original retém a interpretação dos dados dos investigadores responsáveis pela transcrição, interpretação essa aqui integralmente respeitada;
- (iii) a revisão seria redundante, já que todo o trabalho de pesquisa e análise se fez com base na codificação, esta integralmente uniformizada.

Relativamente a estes dados apenas se procedeu às alterações estritamente necessárias para o sucesso formal avaliado com o programa CHECK (veja-se 4.4), decorrentes de evoluções no próprio sistema, as quais consistiram em trocas sistemáticas de símbolos com o mesmo valor.

Adicionalmente, foi retirado do *corpus* relativo ao Paulo a marcação de morfemas (“gostou” figurava originalmente como “gosto-u”), por razões que se tornarão claras em 4.5.

Passa-se de seguida a particularizar os critérios subjacentes à codificação introduzida.

A codificação restringiu-se, naturalmente, aos enunciados da criança e, destes, aos que evidenciavam (pelo menos) uma forma verbal.

A cada um dos enunciados (*utterances*) relevantes associou-se então uma linha de codificação sintáctica (%syn).

Complementarmente, sempre que relevante, associaram-se outras linhas de codificação fonética (%pho) (só para o caso de casos duvidosos ou distintos da norma final),⁸ de erro (%err)⁹ e de identificação de destinatário (%add). Nas linhas secundárias ou de codificação inclui-se ainda a que se destina à descrição da situação (%sit) e a de comentários (%com).

Os critérios de codificação são detalhadamente apresentados de seguida, com excepção das linhas “%com”, “%sit” e “%add”, que não têm regras de codificação específicas.

5.3.1 Critérios de codificação da linha %pho

Recorreu-se ao alfabeto SAMPA, compatível com o sistema CHILDES e disponível em <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/sampa/home.htm>.¹⁰

O alfabeto disponível para o Português é da responsabilidade de J. C. Wells, foi criado em 20.9.1995 e corrigido pela última vez em 7.2.1997.

Sobre o SAMPA afirma-se na referida página o seguinte:

“SAMPA (Speech Assessment Methods Phonetic Alphabet) is a machine-readable phonetic alphabet. It was originally developed under the ESPRIT project 1541, SAM (Speech Assessment Methods) in 1987-89 by an international group of phoneticians, and was applied in the first instance to the European Communities languages *Danish, Dutch, English, French, German, and Italian* (by 1989); later to *Norwegian and Swedish* (by 1992); and subsequently to *Greek, Portuguese, and Spanish* (1993). Under the BABEL project, it has now been extended to *Bulgarian, Estonian, Hungarian, Polish, and Romanian* (1996). Under the aegis of COCOSDA it is hoped to extend it to cover many other languages (and in principle all languages). On the initiative of the *OrienTel* project, *Arabic, Hebrew, and Turkish* have been added. Other recent additions: *Cantonese, Croatian, Czech, Russian, Slovenian, Thai*. Coming shortly: *Japanese, Korean*.

Unless and until ISO 10646/Unicode is implemented internationally, SAMPA and the proposed X-SAMPA (Extended SAMPA) constitute the best international collaborative basis for a standard machine-readable encoding of phonetic notation.”

O alfabeto é o seguinte:^{11,12}

⁸ A transcrição fonética só se executou, naturalmente, para os dados relativos ao PE. Nos dados relativos ao PB a codificação da linha “%pho” foi disponibilizada com a transcrição da linha principal.

⁹ As linhas de codificação morfológica e de erro foram extensivamente introduzidas no caso da RAP. Reajustes nos critérios de codificação sintáctica tornaram no entanto esses níveis de codificação redundantes, pelo que não surgem de forma sistemática na globalidade do *corpus*.

Os erros são sistematicamente assinalados com [*] na linha principal.

¹⁰ O alfabeto SAMPA é igualmente descrito em MacWhinney (2000, vol.1:120 e seg.).

¹¹ A marcação de acento tónico aqui representada não é compatível com a última versão do CHILDES disponibilizada, pelo que foi alterada para acento agudo sobre a vogal tónica.

Algumas variantes a este alfabeto são ainda detectáveis nos dados relativos ao PB, uma vez que também as normas aqui introduzidas foram sofrendo alterações ao longo do tempo. Estas variantes não afectam a compreensão da transcrição e não foram objecto de uniformização visto não ser o domínio fonético-fonológico aquele que se explora no presente trabalho.

¹² Este alfabeto é repetido no Anexo 1., por conveniência de consulta.

(8) Alfabeto fonético

Consonants

plosives

Symbol	Word	Transcription
p	pai	paj
b	barco	"barku
t	tenho	"teJu
d	doce	"dos@
k	com	ko~
g	grande	"gr6nd@

fricatives

f	falo	"falu
v	verde	"verd@
s	céu	sEw
z	casa	"kaz6
S	chapéu	S6"pEw
Z	jóia	"ZOj6

nasals

m	mar	mar
n	nada	"nad6
J	vinho	"viJu

liquids

l	lanche	"l6nS@
L	trabalho	tr6"baLu
r	caro	"karu
R	rua	"Ru6

Vowels and diphthongs

i	vinte	"vint@
	lápiz	"lapiS
e	fazer	f6"zer
E	belo	"bElu
a	falo	"falu
6	cama	"k6m6
	madeira	m6"d6jr6

O	ontem	"Ont6~j~	
o	lobo	"lobu	
u	jus	ZuS	
	futuro	fu"turu	
@	felizes	f@"liz@S	
i~	fim	fi~	
e~	emprego	e~"pregu (or em-)	
6~	irmã	ir"m6~	
o~	bom	bo~	
u~	um	u~	
aw	mau	maw	etc.: iw, ew, Ew, (ow)
aj	mais	majS	etc.: ej, Ej, Oj, oj,
6~j~	têm	t6~j~	etc.: e~j~, o~j~, u~j

Como referido na secção anterior, a linha %pho só ocorre para os enunciados duvidosos ou com divergência relativamente à produção correspondente no estádio final.

Eis alguns exemplos:

- (9) *INV: o que é isto?
 CRI: 0uma [] flor.
 %pho: f6ó@
 %err: \$MOR \$LOS
 *INV: é uma flor?
- (10) *CRI: <a mim ab(r)e> [?] # a caneta.
 %pho: 6mí~ ábi # 6 Jét6
 %syn: ?1suj ?1pron/pron ?1v ?pres ?3/1 ?1obj
 *MAE: a caneta?
- (11) *INV: ond(e) é qu(e) está a outra?
 *CRI: olha!
 %pho: 6'L6
 %syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 0obj

5.3.2 Critérios de codificação da linha %err

Foram seguidos os critérios propostos em MacWhinney (2000, vol.1:143 e seg.), para que se remete.

Nesta linha assinala-se a forma incorrecta e a correspondente correcção, bem como o tipo de erro (lexical, morfológico, sintáctico, etc.) e os sub-tipos (omissão indevida, troca indevida, etc.; flexão, regularização abusiva, posição, etc.).

Na linha principal a marca “[*]” assinala a posição específica do constituinte em causa.

Eis alguns exemplos:

(12) *INV: ond(e) é que vamos agora a seguir # Raquel?
CRI: nada [].
%err: nada = a lado nenhum \$LEX

(13) *CRI: depois eu visto [*] a outra.
%pho: d@pojzézv vÉStu 6 ót6
%err: /vÉStu/ = visto \$MOR \$NFL \$REG
%syn: 1suj 1v 1/1 pres 1obj
*INV: depois vestes a outra?

(14) *CRI: e(s)te não segu(r)a~se [*].
%err: segu(r)a~se = se segura \$\$YN \$POS
%syn: 1suj 1neg 1v 3/3 pres 1clit

Como referido acima, a codificação sintáctica, devidamente ajustada, permitiu identificar os erros relevantes, tendo em conta os tópicos em estudo.

Os restantes tipos de erros foram sistematicamente assinalados na linha principal com a sigla “[*]”.

5.3.2 Critérios de codificação da linha %syn

Nesta linha foi feita a codificação sintáctica.¹³

Classificaram-se, nomeadamente, os diversos sub-tipos de formas verbais:

(15)

- 0v	- verbo elidido.
------	------------------

¹³ Por conveniência de leitura, a codificação é repetida, de forma breve, no Anexo 2..

Os verbos nulos (“0v”) são codificados unicamente quando a sua ausência se deve a lapso/erro óbvio ou, no caso dos verbos principais, quando o auxiliar está presente (codificando-se igualmente, neste caso, o sujeito e/ou o objecto nulo, se relevante):

- (16) *INV: onde é qu(e) ele está?
 CRI: não 0está [].
 %err: \$MOR \$LOS
 %syn: 1neg 0v
 *MAE: não (es)tá cá.
- (17) *MAE: foi ao café fazer o quê?
 CRI: <0comprar [] sugu(s) à Bia> [?] xxx.
 %err: \$MOR \$LOS
 %syn: 0v 1obj
 *MAE: traz~te sugus?
- (18) *ENT: a vovó deixa tira(r) ?
 *RAQ: &tir # de(i)xa.
 %syn: 0suj 1vaux 3/3 pres 0vinf 0obj
- (19) *ENT: será que vai entra(r) aí dentro?
 *RAQ: vai.
 %syn: 0suj 1vaux 3/3 pres 0vinf
- (20)

1v	– verbo.
----	----------

Esta codificação representa o caso mais geral das formas verbais de indicativo, não sendo usada em todos os casos particulares abaixo descritos.

Eis um exemplo:

- (21) *CHI: quer essa minha música?
 %pho: 'k E 'E s A 'm i nj A 'm u z k A-v
 %syn: 0suj 1v 3/3(ref2) pres 1obj

- (22)

1vtag	– verbo usado como tag.
-------	-------------------------

Incluíram-se no conjunto de *tags* os casos mais frequentes (“não é?”, “está bem?”), bem como aqueles em que o verbo da estrutura principal é repetido, com ou sem marca de negação:

- (23) *CRI: vais para a escola sozinho # vais?
 %pho: vájS paSkO'16 sOziJu vájS
 %syn: 0suj 1v 2/2 pres 1vtag 2/2 pres

- (24) - 1vser - verbo “ser”.

Eis um exemplo:

- (25) *TIA: esse é azul.
 %pho: esi E a'zu
 %syn: 1suj 1vser 3/3 pres 1pred

- (26)

- 1vser=sim - verbo “ser” em contexto de resposta a pergunta sim-não equivalente a “sim”.

Esta notação utiliza-se exclusivamente quando o verbo “ser” não ocorre na pergunta:

- (27) *RAQ: e o [//] e t(o)urinho (vo)cê não pintou?
 %syn: 1comp 1obj 1suj 1neg 1v 3/3(ref2) pass (o)
 *MAE: o tourinho?
 *RAQ: é.
 %syn: 0suj 1vser=sim 3/3 pres

- (28) - 1vser=tag - verbo “ser” em contexto de “tag”.

Eis um exemplo:

- (29) *CHI: não está música,, é?
 %pho: 'm 't a 'm u z i k 6 'E
 %syn: 0suj 1neg 1vestar 3/3 pres 1pred 0suj 1vser=tag 3/3 pres

- (30) - 1vestar - verbo “estar”.

Eis um exemplo:

- (31) *JOA: (es)tá a andar.
%com: refere-se ao sapo.
%syn: 0suj 1vestar 3/3 pres 1vinf

(32) - 1vaux – verbo auxiliar.

O caso mais frequente é o do auxiliar “ir” que remete (nas duas variantes) para tempo futuro.

Em termos de listagens de frequências e contextos, estas formas são associadas a “1v”.

Eis um exemplo:

- (33) *LUI: depois # vamos fazer este jogo.
%syn: 0suj 1vaux 1pl/1pl pres 1vinf 1obj

(34) - 1vimp – verbo imperativo.

Eis um exemplo:

- (35) *PED: ago(r)a ti(r)a este.
%syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 1obj

(36) - 1vimps – verbo impessoal.

Estes verbos coocorrem exclusivamente com sujeitos nulos expletivos e apresentam a terceira pessoa do singular como única forma.

Eis um exemplo:

- (37) *LUI: aqui [/] aqui não há dinossauros.
%syn: 1neg 1vimps 3/3 pres 1obj

Não se procedeu à marcação explícita de sujeitos nulos neste tipo de enunciados, uma vez que a sigla em causa permite recuperar a sua frequência e contextos.

(38) - 1vinf – verbo infinitivo.

- (39) *MAE: e o que é que o Pluto (es)tá a fazer?
 *LUI: (es)tá a comer um osso.
 %syn: 0suj 1vestar 3/3 pres 1vinf 1obj

(40)

- 1vinf-fl	– verbo infinitivo flexionado.
------------	--------------------------------

Exemplifica-se a codificação de formas verbais com infinitivo flexionado:

- (41) *CRI: ago(r)a já (es)tá pa(r)ado # pa(ra) tu andares.
 %syn: 0suj 1vestar 3/3 pres 1pred 1suj 1vinf-fl 2/2

Todas as formas formalmente idênticas ao paradigma de infinitivo impessoal são codificadas de forma a assinalar a dúvida, não sendo por isso contabilizadas como formas de infinitivo flexionado (embora o sejam como formas de infinitivo):

- (42) *MAE: e o que é isto?
 *LUI: é uma casinha do Pluto entrar.
 %syn: 0suj 1vser 3/3 pres 1pred 1vinf ?fl ?3/3

- (43)

- 1vpart	– forma de particípio.
----------	------------------------

- 1vger	– forma de gerúndio.
---------	----------------------

- 1vger/inf	– forma de gerúndio em vez de infinitivo.
-------------	---

- 1vind/imp	– forma de indicativo em vez de imperativo.
-------------	---

- 1vind/conj	– forma de indicativo em vez de conjuntivo.
--------------	---

A codificação explícita do modo indicativo restringe-se às estruturas incorrectas:

- (44) *CRI: não queres 0que [*] eu mexi [*] a comidinha?
 %err: \$MOR \$LOS ; mexi = mexa \$MOR \$NFL \$SUB (modo)
 %syn: 1neg 0suj 1v 2/2 pres 0comp 1suj 1vind/conj 1/1 pass/pres
 1obj
 *INV: quero.

- (45) *CRI: pões aqui.
 %syn: 0suj 1vind/imp 2/2 pres 0obj
 *CRI: pões aqui [% rep.].
 *CRI: põe aqui.
 %syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 0obj

Os restantes casos são codificados com as siglas mais genéricas (“1v”, “1vser”, “1vestar”).

- (46) - 1vinf/inf-fl – forma de infinitivo em vez de infinitivo flexionado.

- (47) *MAE: pra nós fazer o quê?
 %com: cf. infinitivo em vez de infinitivo flexionado
 *RAQ: limpa(r) o nariz.
 %syn: 1vinf/inf-fl 1obj

Note-se que não se faz qualquer juízo de gramaticalidade com esta forma de codificação. Pretende-se unicamente sublinhar que, onde em PE (na norma-padrão) ocorre infinitivo flexionado, ocorre, neste contexto, infinitivo impessoal.

Esta notação justifica-se pelo facto de se pretender assinalar as diferenças entre as duas variantes. A ausência de notação não permitiria detectar esta diferença específica.

Evidentemente, a interpretação a dar à ausência de marcação de pessoa será distinta em PE e em PB: o excerto acima demonstra que o uso de infinitivo impessoal neste tipo de contextos já faz parte da norma nesta última variante.

- (48) - 1vconj – forma de conjuntivo.

Tipicamente, estas formas surgem em PE em contextos imperativos negativos, para que se optou pela sigla “1vimp-1vconj”:

- (49) *CRI: não comas.
 %add: AND
 %syn: 0suj 1neg 1vimp-1vconj 2/2 pres 0obj

- (50)

- pres	- presente.
- pass	- passado.
- fut	- futuro.

Estas siglas indicam genericamente o tempo dos verbos em termos morfológicos: (formas de “ir <presente indicativo> + verbo infinitivo” não são classificadas como sendo de futuro, por exemplo.

Também se indica que umas formas ocorrem em vez das outras com “<tempo>/<tempo>” (“pass/pres”, no exemplo):

- (51) *CRI: não queres 0que [*] eu mexi [*] a comidinha?
 %err: \$MOR \$LOS ; mexi = mexa \$MOR \$NFL \$SUB (modo)
 %syn: 1neg 0suj 1v 2/2 pres 0comp 1suj 1vind/conj 1/1 pass/pres
 1obj
 *INV: quero.

Os tempos de pretérito perfeito e imperfeito só se distinguem quando incorrectos (“imperf/perf” no exemplo):

- (52) *INV: tens é que te desviar, senão bates com ela na tua cabeça.
 *CRI: não.
 *INV: pronto.
 CRI: não batia [].
 %err: \$MOR \$SUB
 %syn: 0suj 1neg 1v 1/1 pass imperf/perf

- (53)

0neg	- negação frásica omitida
1neg	- negação frásica
2neg	- segunda marca de negação frásica

- (54) *CHI: tem ponta não.
 %pho: 't ej~ 'p o~ t A 'n 6w~
 %syn: 0suj 0neg 1v 3/3 pres 1obj 2neg
 *CHI: não tem ponta.
 %pho: 'n 6w~ 't ej~ 'p o~ t A
 %syn: 0suj 1neg 1v 3/3 pres 1obj

A segunda marca de negação ocorre sempre em posição pós-verbal, tipicamente no final da estrutura oracional, em co-ocorrência, tipicamente, com “1neg”:

- (55) *MAE: não vou brincar hoje?
 *TIA: você não vai # não.
 %pho: vo'se n6~w vai 'n6~w
 %syn: 1suj 1neg 1v 3/3(ref2) pres 2neg

Nesta linha introduziu-se igualmente codificação relativa aos diferentes tipos de sujeito:

- (56) - 0suj – sujeito nulo.

Os sujeitos nulos são codificados sistematicamente em todos os contextos em que exista um núcleo de VP explícito:

- (57) *INV: é bom # o gafanhoto?
 *CRI: pica.
 %syn: 0suj 1v 3/3 pres
- (58) *INV: o qu(e) é isto aqui?
 *INV: isto?
 CRI: é 0a [] perna.
 %pho: E pÉm6
 %err: \$MOR \$LOS
 %syn: 0suj 1vser pres 3/3 1pred
- (59) *CRI: cabe+cabe!
 %syn: 0suj 1v pres 3/3 0obj
 *MAE: não cabe!

Incluem-se nestes contextos as estruturas com formas imperativas:

- (60) *PAI: most(r)a lá (a) o papá qu(e) o papá não vê.
 *PAI: a boca.
 *CRI: olha.
 %syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 0obj

Os sujeitos nulos expletivos são detectados pela sigla correspondente ao tipo de verbos com que co-ocorrem (“vimps”), como explicitado acima.

- (61) - 1suj – sujeito preenchido pré-verbal com forma de DP.
 - 1sujp – sujeito preenchido pós-verbal com forma de DP.

- (62) *CHI: onde está o lápis?
 %pho: 'o dZ i 't a k m
 %syn: 1comp 1vestar 3/3 pres 1sujp

- (63) - 1suj-d – sujeito preenchido pré-verbal com forma de pronome demonstrativo.
 - 1sujp-pp – sujeito preenchido pré-verbal com forma de pronome pessoal.
 - 1sujp-d – sujeito preenchido pós-verbal com forma de pronome demonstrativo.
 - 1sujp-pp – sujeito preenchido pós-verbal com forma de pronome pessoal.

O constituinte associado aos verbos inacusativos é codificado como sujeito: “1suj” ou “sujp”, atendendo à ordem linear visível.

- (64) 0obj – objecto nulo.
 1obj – objecto preenchido.

Eis um exemplo de objecto nulo:

- (65) *CHI: eu posso pôr?
 %pho: o 'v A s u 'p o
 %syn: 1suj 1v ?1/1 pres 1vinf 0obj

No presente trabalho tratam-se indistintamente as estruturas de objecto nulo e de elipse de VP.

(66) 1pred - (nome) predicativo do sujeito.

(67) *TIA: é o pé.
 %pho: E w pE
 %syn: 0suj 1vser 3/3 pres 1pred
 *MAE: é pé.

(68) 0clitsuj - clítico “-se” com função de sujeito omitido.

Eis um exemplo:

(69) *RAQ: ah@i ### isso que não faz na calça faz no banheiro,, né?
 %syn: 1suj 1comp 1neg 1v 3/3 pres 0clitsuj 1v 3/3 pres 0clitsuj
 0suj 1vser=tag 3/3 pres
 *MAE: é no banheiro que faz.

(70) 1clitsuj - clítico “-se” com função de sujeito.

Eis dois exemplos:

(71) *INV: deixa ver ond(e) é que se põe a trabalhar.
 *CRI: carrega~se aqui.
 %pho: k6gEg6s6kí
 %syn: 1clitsuj 1v 3/3 pres

(72) *INV: a quem é que se dá # uma flor?
 *INV: diz lá # flor.
 *INV: diz lá Raquel.
 *CRI: dá 0~se à noiva.
 %syn: 1v 3/3 pres 0obj 0clitsuj
 *INV: pois # mas o que é que se dá à noiva?
 *CRI: flores.

A codificação das pessoas gramaticais obedece ao seguinte formato:¹⁴

(73)

- 1/1	- 1ª pessoa do singular onde deve estar 1ª pessoa do singular.
- 2/2	- 2ª pessoa do singular onde deve estar 2ª pessoa do singular.
- 3/3	- 3ª pessoa do singular onde deve estar 3ª pessoa do singular.
- 1pl/1pl	- 1ª pessoa do plural onde deve estar 1ª pessoa do plural.
- 2pl/2pl	- 2ª pessoa do plural onde deve estar 2ª pessoa do plural.
- 3pl/3pl	- 3ª pessoa do plural onde deve estar 3ª pessoa do plural.

As formas acima são as correctas, do ponto de vista do estado final.

Eis um exemplo:

(74)	*MAE:	onde que (vo)cês puseram?
	*RAQ:	eu [/] eu não 0me lembro.
	%syn:	1suj 1neg 1v 1/1 pres 0clit ¹⁵

Do conjunto das seis formas, há uma que nunca ocorre: 2pl/2pl (“vós ides”), o que confirma o seu desaparecimento nas normas das duas variantes.

No conjunto do *corpus* detectaram-se ainda as seguintes formas incorrectas:

(75) - 1/2; 1/3; 2/3; 3/1; 3/1pl; 3/2; 3/2pl; 3/3pl; 3pl/3.

Destas, a mais frequente representa os casos de terceira pessoa do singular em vez de primeira:

(76)	*LEO:	<você foi> [<] no aniversário # foi Paulinho ?
	*CHI:	foi.
	%pho:	f oj
	%syn:	0suj 1v 3/1 pass

Existe ainda o conjunto das formas morfologicamente correctas mas com referência distinta daquela que se associa à forma em causa:

¹⁴ A abordagem a estas formas será ainda clarificada em 6.2.

¹⁵ O paradigma eleito, bem como detalhes adicionais relativos à codificação podem ser consultados nas “Notas metodológicas” do capítulo que diz respeito às pessoas gramaticais.

(77) - 3/3(ref1); 3/3(ref1pl); 3/3(ref2); 3/3(ref3pl); 3pl/3pl(ref2pl).

Destas, a mais frequente é a que associa a forma de terceira pessoa do singular à segunda (“você vai”), o que constitui a norma em PB.

A título de clarificação, atente-se no seguinte caso:

(78) *INV: mas porque é que estavam a deitar foguetes?
*INV: não sabes?
*CRI: é mau.
%syn: 0suj 1vser 3/3(ref3pl) 1pred
*INV: são maus?

Neste exemplo optou-se por 3/3(ref3pl) em vez de 3/3pl, uma vez que na estrutura que a criança construiu seria impossível substituir “é” por “são”, já que o verbo se encontra a concordar com o predicativo.

Uma estrutura como “é maus” seria, essa sim, classificada como 3/3pl.

Finalmente, neste grupo existe ainda uma forma incorrecta com referência correcta (com um único exemplo em todo o *corpus*):

(79) - 1/3(ref1).

(80) *CHI: não foi eu não.
%pho: 'n u~ 'f oj 'e w 'n 6w~
%syn: 1neg 1vser 3/1 pass 1sujp 2neg
*CHI: Paião vou aqui.
%pho: p a 'j6w~ 'v o a 'k i
%syn: 1suj 1v 1/3(ref1) pres¹⁶

(81) 0clit - clítico omitido.

1clit - clítico.

Eis um exemplo:

¹⁶ “Paião” é a criança que fala.

- (82) *CRI: vou apanhá~lo.
 %syn: 0suj 1vaux 1/1 pres 1vinf 1clit 1obj
 *INV: vais apanhá~lo?

Como se vê acima, a função sintáctica do clítico é assinalada, quando relevante.

- (83) 1pron/clit – forma pronominal plena em vez de clítico.

Eis um exemplo:

- (84) *INV: aonde?
 *CRI: não p(r)ocuro ele.
 %syn: 0suj 1neg 1v 1/1 pres 1pron/clit

- (85) 1pron/pron – forma pronominal em vez de outra forma pronominal.

Eis um exemplo:

- (86) *RAQ: mas [/] mas é pra mim faze(r) um caminhão!
 %syn: 0suj 1vser 3/3 pres 1suj 1pron/pron 1vinf ?fl ?1/1 1obj

- (87) 0comp - pronomes interrogativos, relativos e conjunções omitidos.

1comp – pronomes interrogativos, relativos e conjunções.

Dá-se exemplo de “comp” omitido:

- (88) *INV: não gostas?
 *INV: porquê?
 *CRI: 0porque não dá belas [=? prendas].
 %syn: 0comp 0suj 1v 3/3 pres 1obj
 *INV: ah@i não dá prendas!

- (89) (o) – alteração da ordem básica de constituintes.

Esta codificação é associada a todas as alterações de ordem básica (legítimas e ilegítimas), excepto os contextos com sujeito pós-verbal, com codificação específica.

Eis um exemplo:

- (90) *CHI: tirar 0a sandália # vou.
 %pho: tS i 'a s 6~ 'd aj A 'v o
 %syn: 1vinf 1obj 0subj 1vaux 1/1 pres (o)
 *FAT: tirar a sandália.
 *INV: tirar a sandália vou [% rep.].

- (91) loc – vocativo.

As produções interrompidas são codificadas até ao ponto de interrupção, não se considerando nestes casos eventuais constituintes não produzidos como nulos. No exemplo seguinte o eventual objecto (“nulo”) não é codificado:

- (92) *CRI: eu tenho +/.
 %syn: 1suj 1v 1/1 pres
 *INV: a senhora faz o quê no circo?

Nas produções com reformulações só se codifica a estrutura já reestruturada, como no exemplo seguinte:

- (93) *CRI: este é [/] <é um> [/] é um cãozinho qualquer.
 %syn: 1suj 1vser 3/3 pres 1pred
 *INV: é um cãozinho qualquer?

5.4 Análise dos dados

Para a análise dos dados recorreu-se ao mesmo sistema – CHILDES (CLAN). Mais especificamente, recorreu-se ao conjunto de programas que se passa a referir.

- (94) CHECK: assegura a correcção formal da transcrição e da codificação.

Todos os ficheiros tratados foram submetidos a este programa.

Todos os aspectos passíveis de originar erros formais (mesmo que por desactualização originada pela evolução constante do sistema) foram corrigidos, de forma a garantir a correcção formal absoluta, obtida relativamente aos sessenta ficheiros analisados.

O *output* final deste programa traduz-se na avaliação “Success! No errors found.”

- (95) **MLU: fornece uma medida relativa de desenvolvimento linguístico.**

Por razões que se tornarão claras no sub-ponto seguinte, esta medida, MLU (*mean length of utterance* ou “extensão média do enunciado”, medida em número médio de morfemas por enunciado) não foi a eleita para este trabalho, a não ser a título meramente indicativo.

O *output* deste programa traduz-se da seguinte forma:

- (96) From file <CRI_P_01.cha>
MLU for Speaker: *CRI:
MLU (xxx and yyy are EXCLUDED from the utterance and morpheme counts):
Number of: utterances = 263, morphemes = 386
Ratio of morphemes over utterances = 1.468
Standard deviation = 0.890
- (97) From file <CRI_P_02.cha>
MLU for Speaker: *CRI:
MLU (xxx and yyy are EXCLUDED from the utterance and morpheme counts):
Number of: utterances = 271, morphemes = 421
Ratio of morphemes over utterances = 1.554
Standard deviation = 0.768

A contagem é naturalmente feita de forma automática e permite avaliar, em termos relativos, a evolução da criança: no caso, de 1.468 na primeira sessão e 1.554 na segunda.

Os valores, no entanto, nem sempre são tão uniformes, em termos de evolução gradual. No caso de não se fazer qualquer notação particular dos morfemas que compõem cada palavra (como foi o caso no presente trabalho), este número equivale ao número de palavras por enunciado.

As contagens são feitas a partir da linha principal.

Por acréscimo, este programa permite obter o número total de enunciados de um sujeito, função explorada para determinar a dimensão do *corpus*.

(98) FREQ: permite obter listas de frequências.

O *output* deste programa apresenta-se da forma exemplificada abaixo.

Neste caso, pediu-se a frequência de uma unidade lexical: “aqui”, detectada na linha principal.

(99) From file <RAQ_B_01.cha>

25 aqui

1 Total number of different word types used

25 Total number of words (tokens)

0.040 Type/Token ratio

(100) From file <RAQ_B_02.CHA>

34 aqui

1 Total number of different word types used

34 Total number of words (tokens)

0.029 Type/Token ratio

Neste caso, optou-se por pedir as frequências de um item lexical. A codificação introduzida permite no entanto uma gama muito mais vasta de pesquisas, como se tornará claro na análise de cada tópico estudado.

(101) QWAL e COMBO : permitem localizar contextos específicos.¹⁷

Entre os dois programas, a principal diferença consiste na maior gama de possibilidades que o COMBO permite na formulação da expressão que se pretende buscar, já que se podem utilizar símbolos que permitem determinar o contexto do termo que se busca, por exemplo, ou até a exclusão de um qualquer termo desse contexto.

Exemplifica-se aqui o *output* do KWAL com o pedido de “aqui”.

Embora se tenha optado aqui por um pedido da linha principal (e respectivas linhas secundárias), uma das múltiplas opções de busca consiste em pedir igualmente o

¹⁷ Remete-se para o manual respectivo para uma caracterização mais detalhada.

contexto (anterior e/ou posterior) com um número de linhas determinado pelo investigador.

(102) From file <RAQ_B_04.CHA>

 *** File "RAQ_B_04.CHA": line 12. Keywords: aqui

*RAQ: aqui [/] aqui .

 *** File "RAQ_B_04.CHA": line 265. Keyword: aqui

*RAQ: aqui não dói +...

%syn: 0suj 1neg 1v 3/3 pres

 *** File "RAQ_B_04.CHA": line 338. Keyword: aqui

*RAQ: olha a bolinha aqui # olha .

%syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 1obj 0suj 1vimp 2/2 pres 0obj (...)

5.5 Caracterização do corpus

Nesta secção pretende-se caracterizar o *corpus* em termos genéricos e relativos a cada criança.

A dimensão global do *corpus* tratado é a seguinte:

(103)

	Nº total de linhas dos ficheiros	Nº de enunciados das crianças	Nº de formas verbais
LUI	25639	6366	3723
RAP	18201	4908	2769
JOA	9829	2680	1790
PED	6854	2210	1932
PAU	22054	5348	2537
RAB	9285	2425	2065
TIA	5096	1261	507
Totais globais	96958	25198	15323

Na tabela acima indica-se o número total de linhas dos sessenta ficheiros tratados, em formato CHILDES, correspondendo cada ficheiro a uma sessão de gravação.

Num documento Word (letra de tipo Courier New – tamanho 10), tal corresponde a 1623 páginas.

Na segunda coluna na tabela acima indica-se o total de enunciados (*utterances*) para cada criança e na terceira o número de formas verbais (um subconjunto dos enunciados). Este número é especialmente relevante, já que todos os tópicos tratados dizem respeito a enunciados com (pelo menos) uma forma verbal. Assim, só estes foram codificados, como explicitado na secção anterior.

Esta medida é ainda especialmente relevante por razões que se tornarão claras de imediato, na presente secção.

Passa-se a caracterizar os dados relativos a cada criança.

Cada tabela permite identificar a idade da criança em cada sessão considerada, a dimensão global da amostra relativa em cada sessão medida em número de linhas do ficheiro respectivo (formato CHILDES) e o número total de enunciados produzidos pelas crianças em cada sessão. Indica-se ainda o número de formas verbais e a percentagem daquelas sobre estes.

Quanto ao número de enunciados, dá-nos uma medida clara da dimensão da amostra.

Quanto ao número de formas verbais, há que explicitar o seguinte: o seu número não é coincidente com o número de linhas de codificação %syn.

Tendo em conta que só foram codificados os enunciados com núcleo verbal, aquela seria uma medida possível para dar conta da dimensão do *corpus*, correspondendo ao número de enunciados com núcleo verbal.

No entanto, cada enunciado seria contado uma única vez, independentemente de ter mais do que um núcleo verbal (caso das estruturas de subordinação) ou até de ter uma sequência verbal (estruturas com auxiliares) ou uma forma verbal isolada.

Por se ter considerado que tanto um factor como o outro deveriam ser tidos em conta para a aferição do desenvolvimento linguístico, optou-se por contabilizar o número de formas verbais, um número igual ou superior a um por enunciado codificado.

Estas formas verbais incluem verbos principais (nos vários modos, incluindo imperativos, conjuntivos, infinitivos, gerúndios e participios) e verbos auxiliares.

Foram incluídas nas contagens as formas verbais incorrectas (formas de infinitivo impessoal em vez de infinitivo flexionado, ou de indicativo em vez de conjuntivo, por exemplo).

Não foram contabilizadas as formas verbais elididas, como em “Ela 0é professora”.

Esta medida torna-se ainda relevante pelo conjunto de tópicos tratados e tem a vantagem metodológica de ser feita com base na codificação e não na transcrição ortográfica.

Para além desta medida absoluta, havia que dar conta do desenvolvimento linguístico das crianças em termos relativos.

A medida mais difundida a este respeito, como já referido, é a extensão média de enunciado, normalmente designada por MLU medida em número de morfemas por enunciado.

No entanto, esta medida tem-se revelado pouco adequada para línguas como o Português, em que a contagem de morfemas é uma tarefa muito complexa, já que a uma única forma podem corresponder várias unidades morfemáticas.

Esta dificuldade foi sublinhada recentemente (em Slobin, 2000, nomeadamente):

“There are unsolvable problems, in my opinion, in attempting MLU counts in a language like Italian, that has inflections that conflate several meaning elements.”

Para o confronto entre o PE e o PB esta medida revelava-se ainda mais complexa, já que as contagens de [pessoa] e de [número] seriam especialmente problemáticas.¹⁸

A variante que consiste em contar palavras em vez de morfemas não possibilita, por outro lado, dar conta da natureza (nominal ou verbal, nomeadamente) das unidades em causa.

Este aspecto é essencial, já que como é sabido, as primeiras produções das crianças são de natureza nominal, ocorrendo posteriormente os enunciados de natureza verbal.

Por este motivo, e tendo especialmente em conta o conjunto de tópicos a tratar no presente trabalho, procedeu-se à apresentação da seguinte medida: a divisão do conjunto de formas verbais pelo número total de enunciados produzidos (em cada sessão) pela criança.

Esta medida (a proporção de enunciados com verbo no total de enunciados) é igualmente utilizada em Valian (1991) para o Italiano e, para o Português, em Simões (1997:149).

Embora reconhecendo que esta poderá ainda não ser a medida ideal para utilização universal, parece, tendo em conta as características das duas variantes em análise e os objectivos do presente trabalho, a mais adequada.

¹⁸ Esta medida foi tida em conta a título meramente indicativo, razão por que as marcações de morfema relativas ao Paulo, referidas no ponto anterior, foram retiradas.

Relativamente aos enunciados a integrar no *corpus* analisado, excluíram-se sistematicamente as repetições exactas próximas do adulto e da própria criança e todos os contextos considerados duvidosos, os quais ficaram codificados com um ponto de interrogação.

Quanto às estruturas sintácticas a analisar, os critérios variaram de acordo com o tópico específico em estudo em cada uma das secções que se seguirão, clarificando-se fundamentadamente quais foram nas respectivas notas metodológicas. Assim, incluíram-se ou excluíram-se, conforme os tópicos, os imperativos, as respostas em PB em que o verbo “ser” equivale a “sim” e as *tags*.

Quanto aos contextos de respostas a perguntas (ou seja, enunciados que não foram de iniciativa da criança), foram sempre incluídos pelos motivos que se passam a enunciar: em primeiro lugar, é muito frequente as crianças não repetirem as formas verbais das perguntas; sabe-se até que, mesmo quando um adulto corrige explicitamente uma criança, esta, ou continua a dizer como fizera inicialmente, ignorando a correcção, ou corrige pontualmente, para voltar de seguida à “sua” forma; daqui decorre portanto que o que a criança produz (mesmo que repetindo parcialmente uma produção anterior do adulto e desde que não seja uma repetição exacta) é sempre relevante, como medida do seu saber linguístico.

Os exemplos seguintes mostram exactamente como as crianças não imitam necessariamente o adulto:

(104) PED_P_03sI+T.CHA": line 149.

*ANT: o qu(e) é que eles fazem quando estão na água ?

PED: faz [] piu:@o !

%syn: 0suj 1v (1)3/3pl pres 1obj

*ANT: ãh@i ?

(105) PED_P_03sI+T.CHA": line 805.

*MAE: veio o lobo mau para comer os porquinhos # e depois o que é que os porquinhos fizeram ?

PED: &fa [/] fez [] [/] fez [/] piquenique .

%syn: 0suj 1v (1)3/3pl pass 1obj

*MAE: fez piquenique ?

O segundo argumento, mais significativo de um ponto de vista teórico, prende-se com o facto de as perguntas a respostas permitirem identificar tipos de línguas distintos, sendo este, por esse motivo, um contexto que não só não se deve ignorar como pode conduzir a resultados importantes no confronto interlinguístico. Concretizando, é sabido que numa língua de sujeito nulo, como o PE, uma resposta a uma pergunta global é dada com sujeito nulo, ao passo que tal não é possível numa língua como o Inglês; veja-se o seguinte contraste:

- (106)a. Foste ao cinema?
b. Fui.
- (107)a. Did you go to the cinema?
b. Yes, I did.
c. *Yes, did.

Um outro aspecto crucial relativo ao contraste entre línguas que são de sujeito nulo e as que não são prende-se com o facto de nos contextos acima exemplificados, que envolvem elipse de VP, só os verbos que sobem poderem surgir: em Inglês, só os auxiliares ocorrem; em PE ocorre qualquer verbo; contraste-se o exemplo em (106) com o seguinte:

- (108)a. Did you go to the cinema?
b. *Yes, I went.

Este aspecto será retomado de forma crucial na secção 10. adiante, a propósito da determinação relativa à existência ou não de movimento do verbo nos dados analisados.¹⁹

Apresentam-se agora os dados correspondentes a cada criança.

5.4.1 PE

Em primeiro lugar, LUI.

Foram transcritos, codificados e analisados doze ficheiros, como descrito acima. Em termos de desenvolvimento relativo, observa-se uma evolução clara entre a primeira

¹⁹ Agradeço à Professora Inês Duarte ter chamado a atenção para este aspecto e para a sua exploração da forma agora anunciada.

sessão e a segunda. Entre a segunda e a última sessão os valores vão variando, situando-se no entanto sempre à volta de 0.5 ou acima (entre 0.45 e 0.72, mais precisamente), o que significa que, em média, metade ou mais dos enunciados produzidos tem formas verbais.

O facto de os valores não progredirem regularmente não permite falar de “retrocesso”, já que a produção da criança é condicionada, naturalmente, pela interacção: basta que as perguntas que lhe são dirigidas induzam mais respostas de natureza nominal para aquele valor poder ser afectado.

É no entanto significativa a evolução verificada por volta dos dois anos (segunda sessão).

(109)

	Sessão	Idade	Nº de linhas do ficheiro	Nº de enunciados da criança (E)	Nº de formas verbais (FV)	FV/E
LUI	1	1;09.29	1870	299	57	0.19
	2	1;11.20	1774	382	220	0.58
	3	2;00.27	2043	546	244	0.45
	4	2;02.00	1958	504	271	0.54
	5	2;02.27	2017	544	320	0.59
	6	2;04.04	2067	484	305	0.63
	7	2;05.07	2349	552	253	0.46
	8	2;05.27	2695	668	473	0.71
	9	2;06.26	2404	681	446	0.65
	10	2;08.16	2543	695	470	0.68
	11	2;09.21	2520	660	474	0.72
	12	2;11.02	1399	351	190	0.54
Total			25639	6366	3723	

Em segundo lugar, RAP.

(110)

	Sessão	Idade	Nº de linhas do ficheiro	Nº de enunciados da criança (E)	Nº de formas verbais (FV)	FV/E
RAP	1	1;10.02	1453	263	59	0.22
	2	1;11.00	1638	271	87	0.32
	3	2;00.00	1109	219	90	0.41
	4	2;01.01	1198	381	197	0.52
	5	2;03.03	485	111	81	0.73
	6	2;04.15	1672	395	227	0.57
	7	2;05.19	3058	787	460	0.58
	8	2;07.08	2124	683	365	0.53
	9	2;08.11	1842	599	410	0.68
	10	2;10.08	1367	414	289	0.70
	11	2;11.22	2255	785	504	0.64
Total			18201	4908	2769	

Foram transcritos, codificados e analisados onze ficheiros, como descrito acima.

Em termos relativos, por confronto com LUI e tendo em conta a medida aqui avaliada, a evolução da RAP é muito similar, embora mais gradual na fase inicial (por volta de 1;11) , acabando por se situar em valores praticamente iguais no decurso do segundo ano de vida (entre 0.41 e 0.73).

As observações feitas acima para o caso de LUI aplicam-se igualmente para este.

Segue-se JOA.

(111)

	Sessão	Idade	Nº de linhas do ficheiro	Nº de enunciados da criança (E)	Nº de formas verbais (FV)	FV/E
JOA	1	2;00.02	602	155	27	0.17
	2	2;01.11	784	195	94	0.48
	3	2;02.09	861	165	101	0.61
	4	2;03.17	1233	342	255	0.74
	5	2;04.07	980	259	225	0.87
	6	2;05.02	1494	343	192	0.56
	7	2;06.01	2246	688	510	0.74
	8	2;07.16	1629	533	386	0.72
Total			9829	2680	1790	

JOA apresenta uma evolução inicial um pouco mais atrasada, verificando-se entre a primeira e a segunda sessões a evolução já acima assinalada para RAP e LUI. Depois desse momento inicial os valores situam-se entre 0.48 e 0.87.

Mais uma vez, é fundamental sublinhar a similitude de resultados, podendo a ligeira diferença (para valores superiores, neste caso) ter a ver com o tipo específico de interação.

Segue-se PED.

(112)

	Sessão	Idade	Nº de linhas do ficheiro	Nº de enunciados da criança (E)	Nº de formas verbais (FV)	FV/E
PED	1	2;07.16	1117	321	270	0.84
	2	2;08.00	992	318	255	0.80
	3	2;08.25	961	298	220	0.74
	4	2;10.10	1403	448	369	0.82
	5	2;11.01	912	326	280	0.86
	6	3;01.15	1469	499	538	1.08
Total			6854	2210	1932	

PED evidencia já uma evolução considerável: os valores andam sempre à volta de 0.8, verificando-se outro “marco” relevante pelos três anos de idade, com um valor de 1.08, ou seja, em média todos os enunciados de PED têm pelo menos uma forma verbal.

5.4.2 PB

Segue-se PAU.

(113)

	Sessão	Idade	Nº de linhas do ficheiro	Nº de enunciados da criança (E)	Nº de formas verbais (FV)	FV/E
PAU	1	1;08.21	4737	1291	251	0.19
	2	1;10.20	9293	2137	1161	0.54
	3	2;02.18	8024	1920	1125	0.59
Total			22054	5348	2537	

Apesar de o número de ficheiros considerado ser restrito, a dimensão da amostra e os limites temporais da recolha tornam os dados relativos a PAU muito significativos.

Relativamente aos dados anteriores, nota-se a mesma evolução significativa entre a primeira e a segunda sessões, confirmando-se depois a manutenção, na terceira, de valores que rondam 0.5.

Segue-se RAB.

(114)

	Sessão	Idade	Nº de linhas do ficheiro	Nº de enunciados da criança (E)	Nº de formas verbais (FV)	FV/E
RAB	1	1;11.12	529	141	103	0.73
	2	2;00.05	1022	265	192	0.72
	3	2;01.16	856	253	179	0.71
	4	2;02.19	732	186	171	0.92
	5	2;03.06	560	184	163	0.89
	6	2;04.11	687	152	143	0.94
	7	2;05.15	1195	297	250	0.84
	8	2;06.12	899	270	218	0.80
	9	2;07.12	1044	333	283	0.85
	10	2;08.14	875	162	159	0.98
	11	3;00.07	886	182	204	1.12
Total			9285	2425	2065	

Complementarmente aos ficheiros acima referidos, foi ainda analisada uma sessão correspondente à idade de 1;06.06 na secção 9., à qual se teve acesso numa versão dactilografada; o tratamento foi por isso exclusivamente manual e não automático, como aconteceu para o restante *corpus*.

RAB demonstra, no período considerado, um desenvolvimento estável à volta de 0.8 (entre 0.71 e 0.98), repetindo-se aqui (como no caso de PED) a evolução para valores superiores a 1 (1.12) aos três anos de vida.

As recolhas aqui tratadas não permitem acompanhar o princípio do processo e a evolução inicial descrita para as crianças referidas anteriormente.

Finalmente, segue-se TIA.

(115)

	Sessão	Idade	Nº de linhas do ficheiro	Nº de enunciados da criança (E)	Nº de formas verbais (FV)	FV/E
TIA	1	2;02.28	803	213	44	0.21
	2	2;03.11	806	204	37	0.18
	3	2;04.11	385	71	31	0.44
	4	2;05.08	561	109	31	0.28
	5	2;06.12	512	150	71	0.47
	6	2;07.19	496	128	70	0.55
	7	2;08.17	269	57	28	0.49
	8	2;09.00	687	162	97	0.60
	9	3;00.15	577	167	98	0.59
Total			5096	1261	507	

TIA é, do conjunto das sete crianças, o que evidencia uma evolução mais lenta, atingindo o terceiro ano de vida com valores à volta de 0.6. No entanto, o padrão de evolução é muito semelhante.

Com estes dados se encerra a apresentação da metodologia seguida e a caracterização genérica do *corpus* tratado, encerrando-se assim a Primeira Parte da presente dissertação.

Passar-se-á de seguida à descrição e análise dos dados agora apresentados.

6. Aquisição da concordância verbal

6.1 Introdução

A alteração mais significativa no paradigma verbal do PB, comparativamente com o PE, prende-se com a perda da segunda pessoa do singular, que se terá dado no início do século XX, com o desaparecimento da forma “tu” e da desinência verbal correspondente.

Em Ilari *et al.* (1996:83) nota-se que no *corpus* analisado, na função de sujeito, a forma “tu” é residual (2,42% no total geral). Assinala-se ainda (*op.cit.*:91) que a sua sobrevivência está concentrada em Porto Alegre. Aí, em onze casos com o pronome “tu” expresso, cinco tinham o verbo na segunda pessoa do singular, dois, o verbo na terceira e os quatro restantes foram duvidosos.

Pode-se pois considerar que a marcação verbal correspondente a “tu” está extinta em PB, o que se verifica igualmente (*op.cit.*:94) para a forma oblíqua “te”, que se refere por vezes a “você”.

Quanto à forma “a gente”, tem mais ocorrências do que “nós” em 10 dos 15 inquéritos analisados (registando-se ainda um empate). No total geral, “nós” tem 374 ocorrências e “a gente” 334, havendo dois sujeitos que nunca usam “a gente”.

Assinala-se ainda (*op.cit.*:86) que a forma “a gente” é mais frequente no total de dois tipos de inquérito e no total de três cidades; a forma “nós” é mais frequente no total geral, no total das elocuições formais e no total de duas cidades.

Nota-se já um peso muito significativo de “a gente” relativamente a “nós”, havendo mesmo autores que defendem ser esta a forma preferida pelas gerações mais recentes: em Leite *et al.* (2001) afirma-se até que esta é uma forma quase categórica para os jovens, representando uma mudança geracional.¹

Tal alteração representa naturalmente mais uma redução no paradigma verbal, agora ao nível das formas de plural.

Se a primeira alteração (relacionada com “tu”) não tem qualquer correspondência em PE, “a gente” ocorre nas duas variantes, a par com “nós”. Se a primeira forma está a substituir a segunda (com uma redução suplementar do paradigma verbal) ou se a coocorrência está estabilizada é uma questão em aberto, para cuja resolução poderá contribuir a análise dos dados a desenvolver adiante.

¹ Nesse trabalho remete-se ainda para conclusões semelhantes em Lopes (1999).

A inexistência de estudos recentes sobre este aspecto, em termos quantitativos, não permite para já tirar conclusões sobre a eventual tendência crescente (ou decrescente) de preferência desta forma relativamente a “nós”.

Note-se que, de qualquer forma, a utilização de “a gente” em PE não conduz necessariamente ao desaparecimento da desinência verbal correspondente a “nós”, sendo até frequente ouvir-se ocorrências do tipo “a gente vamos”, que nunca ocorrem em PB, onde, por sua vez, se registam exemplos como “nós vai”, que nunca se verificam em PE.²

No entanto, não só as alterações globais no paradigma verbal condicionam a regra da concordância verbal.

Em Nicolau (1984)³, nomeadamente, apresenta-se a concordância verbal como uma regra variável cuja aplicação depende de diversos factores estruturais (a constituição morfológica da forma verbal) e não estruturais (grupo social e idade).

Quanto aos aspectos estruturais, a autora identifica os seguintes valores probabilísticos para o favorecimento de ausência de concordância verbal na terceira pessoa do plural (ACV):

(1)

FATORES	PROB (P)
B – fala / falam, etc.	.88
C – come / comem, etc.	.89
D – faz / fazem, etc.	.85
G – dá / dão, etc.	.39
H – vai / vão	.49
J – comeu / comeram, etc.	.33
M – falou / falaram, etc.	.19
X – fez / fizeram, etc.	.10
Y – foi / foram, etc.	.51
Z – é / são	.28

Como se nota, as formas correspondentes aos verbos codificados como B, C e D (“falam, comem, fazem”, etc.) têm muito maior probabilidade de não ser marcados quanto à concordância verbal na terceira pessoa de plural. Estas formas têm em

² A variação nas formas verbais que ocorrem com “a gente” está documentada em Costa, Moura e Pereira (2000) e em Pereira (2002).

³ O artigo citado é uma versão revista de parte da dissertação de Mestrado da autora: Nicolau, Eunice (1984), *A Ausência de Concordância Verbal em Português – uma abordagem sociolingüística*, UFMG, Belo Horizonte.

A autora fez-me ainda chegar a sua dissertação de doutoramento, que muito agradeço, a qual, lamentavelmente, já não me foi possível analisar neste trabalho.

comum o facto de só apresentarem a flexão relevante nas terminações, que são átonas.⁴ Este resultado é explicado pela autora pelos processos fonológicos que afectam o ditongo nasal átono em causa da seguinte forma (*op.cit.*:13):

- (2)a. [-ã] > [-ã ~ -a] > [-ãw ~ -a]
b. [-e] > [-e ~ -e] > [ej ~ -e] > [-ej ~ -i]

São estas transformações que fazem com que o plural se confunda pois com o singular.

Quanto ao grupo social, a regra de concordância verbal é ainda categórica nas classes média e alta, estando em processo de mudança nas classes baixas, de acordo com Naro e Lemle (1977) (*apud* Nicolau, 1984). A análise dos dados recolhidos pela autora (os quais dizem exclusivamente respeito à concordância com terceira pessoa do plural) permitem confirmar esta descrição, com valores probabilísticos que vão de 0.25, sensivelmente, para o padrão alto a 0.75 para o padrão baixo (*op.cit.*:16).

Quanto à idade, a análise da autora permite concluir (*op.cit.*:16) que a estrutura é favorecida pelos adultos (com idades superiores a 36 anos) e desfavorecida pelos adolescentes (com idades entre os 14 e os 18 anos), embora a diferença seja menos notória que para o factor social.

Tendo em conta o critério laboviano para a distinção entre mudanças em progresso e variáveis estáveis (*op.cit.*:4), que atribui às primeiras um padrão curvilíneo (com a variante inovadora mais frequente nos grupos sociais centrais e entre os falantes mais jovens) e às segundas um padrão não curvilíneo (com a variante de prestígio mais comum entre as classes altas), a autora conclui que se trata de uma variável estável e não de uma mudança em curso.

Como ficou notado, há formas morfológicas que, pelos processos fonológicos a elas associados, favorecem mais a ACV (ou, no caso do pretérito perfeito, uma marcação não padrão sem perda da marca de concordância).

⁴ Das outras formas, também as terminações átonas (correspondentes ao padrão regular das formas de pretérito perfeito) favorecem a ACV, embora em menor escala. Nota-se que as marcas flexionais correspondentes estão sujeitas a variações de realização, embora não se perca a marca de plural (*op. cit.*:9):

- (i) Os meninos falaram.
(i)a. Concordância verbal padrão [us mi'ninus fa'larãw]
(i)b. Concordância verbal não padrão [us mi'ninus fa'laru] ~ [us mi'ninus fa'laru].

Outras variáveis têm ainda sido identificadas como sendo determinantes para a forma como se aplica (ou não) a concordância verbal.

Em Rodrigues (1997), nomeadamente, exploram-se outros factores, a partir de dados relativos a Rio Branco, que fica no Estado do Acre, a sudoeste da região amazónica, na parte ocidental do Brasil. Consideram-se igualmente só os contextos de terceira pessoa do plural.

Assinala-se (*op.cit.*:100) que a variável posicional tem grande peso na marcação de concordância verbal. Assim, o sujeito imediatamente antes do verbo favorece a percentagem mais alta (com 66%), seguido do sujeito preposto, mais ou menos próximo do verbo (com 59%), do sujeito pré-verbal distante do verbo (com 46%), do sujeito exposto em outra oração (com 58%), e finalmente, do sujeito pós-verbal (com 21%). Dos verbos que acompanham o sujeito pós-verbal, (*op.cit.*:103), 68,96% são intransitivos e 16,10% são de ligação.

O total do *corpus* corresponde a 1350 ocorrências (1301 – 93,41% - com sujeito pré-verbal).

Note-se que muitas vezes a concordância se faz com um só item (tal como em posição pré-verbal):

- (3)a. Que acabe essas greve.
- b. Num entra aquelas pessoa.
- c. Tá faltano várias coisa aqui no bairro.
- d. Porque aparece muitas mulheres bonita.

Os resultados são comparados com os de outros pesquisadores (nomeadamente, M. Lemle e A. Naro, E. Nicolau, D. Rodrigues e A. Naro e M. Scherre) que incidiram sobre diferentes regiões (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) sendo muito aproximados para os contextos considerados (sujeito pré-posto, próximo ou distante do verbo, e sujeito posposto).

A aplicação da regra é ainda afectada pelo grau de escolaridade (*op.cit.*:113), com maiores probabilidades de realização para os falantes com maior grau.

Quanto à constituição interna do sujeito, os dados são os seguintes (*op.cit.*:131): o pronome pessoal (“eles” ou “elas”) é a forma que mais favorece a marcação de concordância verbal (com 73%); seguem-se por ordem decrescente, o pronome oculto (*pro*), o relativo “que” com antecedente plural, outros pronomes e numerais, o núcleo

substantivo plural com marca em determinante, só o determinante com marca de plural e, finalmente, dois ou mais núcleos (com 11%).

Sem pretender de forma nenhuma alcançar a exaustividade, entendeu-se enquadrar assim o estudo da morfologia verbal, em si (pelas evoluções registadas em PB) e enquanto instrumento condicionado de múltiplas formas na aplicação que constitui a regra de concordância verbal.

De resto, a abordagem deste tópico e dos seguintes vale na presente dissertação pelo objectivo global, traduzido nas hipóteses e predições em 4.6, pelo que esta Introdução e as das secções 7., 8. e 9. se constituem como enquadramentos genéricos relativamente a cada um dos tópicos tratados, já que os pressupostos introdutórios fundamentais ficaram tratados na Primeira Parte da presente dissertação.

6.2 Notas metodológicas

Foram considerados globalmente os contextos gramaticais e agramaticais, por forma a ter uma noção clara dos respectivos pesos percentuais.

O paradigma de formas correctas (do ponto de vista do estado adulto) de que se partiu é o seguinte:

(4)	eu vou -	1/1
	tu vais -	2/2
	você vai -	3/3 (ref2)
	ele vai -	3/3
	nós vamos -	1pl/1pl
	a gente vai -	3/3 (ref1pl)
	vós ides -	2pl/2pl
	vocês vão -	3pl/3pl (ref2pl)
	eles vão -	3pl/3pl

Outros exemplos foram ainda codificados, como os que incluem as expressões nominais “todo o mundo”, “toda a gente” e semelhantes:

(5)	“Todo o mundo vai” -	3/3 (ref3pl).
-----	----------------------	---------------

Os casos de auto-referência com uso (gramatical) de 3ª pessoa foram codificados como 3/3(ref1).

Este é um exemplo de 3/3(ref1) em PE, não habitual, já que é claramente induzido pela pergunta (acerca da criança que responde).

- (6) *INV: e agora <já é bebé ou não> [//] ainda é bebé ou não?
 *CRI: é.
 %com: 1^a/3^a - cf. pergunta.
 %syn: Osuj 1v 3/3(ref1) pres

Retoma-se agora a totalidade das codificações relativas a este tópico, apresentadas em 5.3.2, ilustrando-se as mesmas com conjugações paradigmáticas.

(7)

- 1/1; 2/2; 3/3; 1pl/1pl; 2pl/2pl; 3pl/3pl – formas correctas constantes do paradigma original (1/1 - primeira pessoa do singular onde deve estar 1^a pessoa do singular, etc.).

(8) Conjugação ilustrativa:

1/1 – eu vou
 2/2 – tu vais
 3/3 – ele vai
 1pl/1pl – nós vamos
 2pl/2pl – vós ides
 3pl/3pl – eles vão

(9)

- 1/2; 1/3; 2/3; 3/1; 3/1pl; 3/2; 3/2pl; 3/3pl; 3pl/3 – formas que constam em vez das correctas (1/2 – primeira pessoa do singular onde devia estar segunda do singular, etc.).

(10) Conjugação ilustrativa:

1/2 – tu vou
 1/3 – ele vou
 2/3 – ele vais
 3/1 – eu vai
 3/1pl – nós vai
 3/2 – tu vai
 3/2pl – vós vai
 3/3pl – eles vai
 3pl/3 – ele vão

(11)

- 3/3(ref1); 3/3(ref1pl); 3/3(ref2); 3/3(ref3pl); 3pl/3pl(ref2pl); 1/3(ref1) – formas correctas gramaticalmente mas que se referem a pessoas diferentes das do paradigma original.

- (12) Conjugação ilustrativa:
- | | |
|-------------------|---|
| 3/3(ref1) – | o João vai (sendo o João a criança que fala). |
| 3/3(ref1pl) – | a gente vai. |
| 3/3(ref2) – | você vai. |
| 3/3(ref3pl) – | todo o mundo vai. |
| 3pl/3pl(ref2pl) – | vocês vão. |
| 1/3(ref1) – | O João vou (sendo o João a criança que fala). |

Foram codificados todos os enunciados com pessoa gramatical, incluindo os de infinitivo flexionado.

Neste caso, as pessoas com formas idênticas à do infinitivo não flexionado (1/1 e 3/3) foram transcritas com interrogação (?1/1 e ?3/3) e não foram contabilizadas.

Incluem-se ainda os enunciados interrogativos e de subordinação e as formas de conjuntivo (associadas, quase em exclusivo, aos contextos imperativos negativos em PE).

Na primeira série de tabelas as frequências dizem respeito à totalidade dos dados tratados.

Estes dados poderiam induzir em erro pela inflação de formas 2/2 associadas aos enunciados imperativos (formas morfológicamente idênticas a 3/3 do paradigma de indicativo) (em PE e em PB) e pela inflação de formas 3/3 associadas aos enunciados de *tag* (sobretudo em PB) e aos de resposta a pergunta sim-não (“é”) em PB.⁵ Considerou-se que estas formas estão esvaziadas de conteúdo, uma vez que surgem independentemente do verbo da pergunta (“Queres ir ao cinema? É”). Sempre que o verbo “ser” surgia na pergunta os enunciados foram considerados como em PE.

Por estes motivos, procedeu-se à elaboração da segunda série de tabelas relativas a [pessoa]. Estas excluem os contextos acima indicados.

Entre a primeira e a segunda séries, a segunda é mais significativa, daí os gráficos serem construídos a partir desta.

Todas as operações de cálculo foram executadas automaticamente com recurso ao programa Excel.

Por uma questão de conveniência de leitura, eliminaram-se das tabelas todas as colunas com frequências nulas; assim, apesar de o elenco total de formas (1/1; 2/2;

⁵ Note-se no entanto que os contextos de *tag* são importantes, em termos de confronto interlinguístico, por serem produzidos com sujeito nulo em línguas como o Português (PE e PB) e com sujeito explícito em línguas como o Inglês. Para o confronto entre as duas variantes, pelo que fica aqui referido, a inclusão destes contextos não evidenciaria qualquer contraste significativo.

3/3; 1pl/1pl; 2pl/2pl; 3pl/3pl; 1/2; 1/3; 1/3(ref1); 2/3; 3/1; 3/2; 3/1pl; 3/2pl; 3/3pl; 3pl/3; 3/3(ref1); 3/3(ref1pl); 3/3(ref2); 3/3(ref3pl); 3pl/3pl(ref2pl)) ter sido naturalmente pesquisado de igual forma para todas as crianças, o aspecto final das tabelas é específico a cada uma, em função das formas efectivamente produzidas.

6.3 Os dados

6.3.1 Dados globais

(13)

Idade		Pessoas gramaticais I –LUI													Total
		1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	2/3	3/1	3/2	3/3pl	3pl/3	3/3ref1	3/3ref2	3pl/3pl ref2pl	
1	9/29	11	4	32	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	51
1	11/20	5	7	163	0	2	0	6	0	3	0	5	0	0	191
2	0/27	4	24	161	4	8	0	3	0	12	0	6	0	0	222
2	2/0	8	25	181	0	10	2	3	0	4	0	3	1	0	237
2	2/27	6	46	190	4	16	0	2	1	6	0	0	1	0	272
2	4/4	6	49	202	3	18	0	1	0	4	0	0	0	1	284
2	5/7	49	35	115	0	23	0	1	1	8	0	0	0	0	232
2	5/27	34	46	255	1	54	0	2	2	5	0	1	0	0	400
2	6/26	51	74	229	1	19	0	0	1	2	0	3	0	0	380
2	8/16	26	64	242	5	50	0	0	3	1	1	2	0	2	396
2	9/21	70	68	208	11	28	0	4	0	8	0	0	0	0	397
2	11/2	30	17	115	1	6	0	4	1	7	0	0	0	0	181
Total		300	459	2093	30	235	2	29	9	60	1	20	2	3	3243

(14)

			Pessoas gramaticais I (%) – LUI													Total
			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	1/*;2/*	3/1	3/2	3/3pl	3pl/3	3/3refl	3/3ref2	3pl/3pl	
1	9	29	21.6%	7.8%	62.7%	0.0%	2.0%	0.0%	5.9%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
1	11	20	2.6%	3.7%	85.3%	0.0%	1.0%	0.0%	3.1%	0.0%	1.6%	0.0%	2.6%	0.0%	0.0%	100%
2	0	27	1.8%	10.8%	72.5%	1.8%	3.6%	0.0%	1.4%	0.0%	5.4%	0.0%	2.7%	0.0%	0.0%	100%
2	2	0	3.4%	10.5%	76.4%	0.0%	4.2%	0.8%	1.3%	0.0%	1.7%	0.0%	1.3%	0.4%	0.0%	100%
2	2	27	2.2%	16.9%	69.9%	1.5%	5.9%	0.0%	0.7%	0.4%	2.2%	0.0%	0.0%	0.4%	0.0%	100%
2	4	4	2.1%	17.3%	71.1%	1.1%	6.3%	0.0%	0.4%	0.0%	1.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.4%	100%
2	5	7	21.1%	15.1%	49.6%	0.0%	9.9%	0.0%	0.4%	0.4%	3.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	5	27	8.5%	11.5%	63.8%	0.3%	13.5%	0.0%	0.5%	0.5%	1.3%	0.0%	0.3%	0.0%	0.0%	100%
2	6	26	13.4%	19.5%	60.3%	0.3%	5.0%	0.0%	0.0%	0.3%	0.5%	0.0%	0.8%	0.0%	0.0%	100%
2	8	16	6.6%	16.2%	61.1%	1.3%	12.6%	0.0%	0.0%	0.8%	0.3%	0.3%	0.5%	0.0%	0.5%	100%
2	9	21	17.6%	17.1%	52.4%	2.8%	7.1%	0.0%	1.0%	0.0%	2.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	11	2	16.6%	9.4%	63.5%	0.6%	3.3%	0.0%	2.2%	0.6%	3.9%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
Total			9.3%	14.2%	64.5%	0.9%	7.2%	0.1%	0.9%	0.3%	1.9%	0.0%	0.6%	0.1%	0.1%	100%

(15)

Idade			Pessoas gramaticais I – RAP													Total			
			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	1/2	3/1	3/2	3/3pl	3/3	3/3	3/3	3/3		refl	ref1pl	ref2
1	10	2	3	15	33	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	55
1	11	0	13	15	49	0	0	0	1	0	3	1	0	0	0	0	0	0	82
2	0	0	9	24	38	0	0	0	6	0	0	1	0	0	0	0	0	0	78
2	1	1	19	35	108	1	3	0	1	0	3	1	0	0	0	0	0	0	171
2	3	3	23	6	38	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	68
2	4	15	47	33	95	3	9	0	1	0	4	1	0	1	0	0	0	0	194
2	5	19	79	77	187	1	10	1	2	9	3	1	1	0	0	0	0	0	371
2	7	8	67	64	167	2	2	0	4	1	2	0	0	0	0	0	0	0	309
2	8	11	71	89	134	10	16	0	4	1	4	1	0	0	0	0	0	0	330
2	10	8	74	29	111	0	5	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	221
2	11	22	105	97	191	6	10	0	3	7	1	1	0	0	0	0	2	0	423
Total			510	484	1151	23	55	1	27	18	22	7	1	1	1	2	0	0	2302

(16)

			Pessoas gramaticais I (%) – RAP													
			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	1/2	3/1	3/2	3/3pl	3/3 refl	3/3 ref1pl	3/3 ref2	3/3 ref3pl	Total
1	10	2	5.5%	27.3%	60.0%	0.0%	0.0%	0.0%	5.5%	0.0%	1.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
1	11	0	15.9%	18.3%	59.8%	0.0%	0.0%	0.0%	1.2%	0.0%	3.7%	1.2%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	0	0	11.5%	30.8%	48.7%	0.0%	0.0%	0.0%	7.7%	0.0%	0.0%	1.3%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	1	1	11.1%	20.5%	63.2%	0.6%	1.8%	0.0%	0.6%	0.0%	1.8%	0.6%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	3	3	33.8%	8.8%	55.9%	0.0%	0.0%	0.0%	1.5%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	4	15	24.2%	17.0%	49.0%	1.5%	4.6%	0.0%	0.5%	0.0%	2.1%	0.5%	0.0%	0.5%	0.0%	100%
2	5	19	21.3%	20.8%	50.4%	0.3%	2.7%	0.3%	0.5%	2.4%	0.8%	0.3%	0.3%	0.0%	0.0%	100%
2	7	8	21.7%	20.7%	54.0%	0.6%	0.6%	0.0%	1.3%	0.3%	0.6%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	8	11	21.5%	27.0%	40.6%	3.0%	4.8%	0.0%	1.2%	0.3%	1.2%	0.3%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	10	8	33.5%	13.1%	50.2%	0.0%	2.3%	0.0%	0.5%	0.0%	0.5%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	11	22	24.8%	22.9%	45.2%	1.4%	2.4%	0.0%	0.7%	1.7%	0.2%	0.2%	0.0%	0.0%	0.5%	100%
Total			22.2%	21.0%	50.0%	1.0%	2.4%	0.0%	1.2%	0.8%	1.0%	0.3%	0.0%	0.0%	0.1%	100%

(17)

			Pessoas gramaticais I – JOA											
Idade			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	2/3	3/1	3/2	3/3pl	3/3 refl	3/3 ref1pl	Total
2	0	2	0	6	16	0	2	0	0	0	0	0	0	24
2	1	11	4	4	56	0	3	0	6	2	0	0	0	75
2	2	9	7	25	40	1	0	0	3	0	0	0	0	76
2	3	17	27	48	126	4	0	0	7	0	4	0	0	216
2	4	7	15	59	75	5	0	0	7	16	1	3	0	181
2	5	2	14	41	95	2	1	0	7	1	1	0	0	162
2	6	1	18	127	228	12	13	2	4	4	5	3	1	417
2	7	16	41	106	143	5	18	0	6	0	3	0	0	322
Total			126	416	779	29	37	2	40	23	14	6	1	1473

(18)

			Pessoas gramaticais I (%) – JOA											
			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	2/3	3/1	3/2	3/3pl	3/3ref1	3/3 ref1pl	Total
2	0	2	0.0%	25.0%	66.7%	0.0%	8.3%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	1	11	5.3%	5.3%	74.7%	0.0%	4.0%	0.0%	8.0%	2.7%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	2	9	9.2%	32.9%	52.6%	1.3%	0.0%	0.0%	3.9%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	3	17	12.5%	22.2%	58.3%	1.9%	0.0%	0.0%	3.2%	0.0%	1.9%	0.0%	0.0%	100%
2	4	7	8.3%	32.6%	41.4%	2.8%	0.0%	0.0%	3.9%	8.8%	0.6%	1.7%	0.0%	100%
2	5	2	8.6%	25.3%	58.6%	1.2%	0.6%	0.0%	4.3%	0.6%	0.6%	0.0%	0.0%	100%
2	6	1	4.3%	30.5%	54.7%	2.9%	3.1%	0.5%	1.0%	1.0%	1.2%	0.7%	0.2%	100%
2	7	16	12.7%	32.9%	44.4%	1.6%	5.6%	0.0%	1.9%	0.0%	0.9%	0.0%	0.0%	100%
Total			8.6%	28.2%	52.9%	2.0%	2.5%	0.1%	2.7%	1.6%	1.0%	0.4%	0.1%	100%

(19)

			Pessoas gramaticais I – PED									Total	
Idade			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	3/1	3/2	3/3pl	3/3ref1	3/3ref2	
2	7	16	48	33	122	0	8	22	0	9	0	0	242
2	8	0	20	55	115	2	4	23	3	7	0	0	229
2	8	25	24	36	97	3	5	11	0	8	0	0	184
2	10	10	38	117	131	0	7	16	2	5	2	0	318
2	11	1	35	37	111	3	24	4	0	4	0	1	219
3	1	15	50	127	286	3	2	6	0	3	0	0	477
Total			215	405	862	11	50	82	5	36	2	1	1669

			Pessoas gramaticais I (%) – PED									Total	
			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	3/1	3/2	3/3pl	3/3ref1	3/3ref2	
2	7	16	19.8%	13.6%	50.4%	0.0%	3.3%	9.1%	0.0%	3.7%	0.0%	0.0%	100%
2	8	0	8.7%	24.0%	50.2%	0.9%	1.7%	10.0%	1.3%	3.1%	0.0%	0.0%	100%
2	8	25	13.0%	19.6%	52.7%	1.6%	2.7%	6.0%	0.0%	4.3%	0.0%	0.0%	100%
2	10	10	11.9%	36.8%	41.2%	0.0%	2.2%	5.0%	0.6%	1.6%	0.6%	0.0%	100%
2	11	1	16.0%	16.9%	50.7%	1.4%	11.0%	1.8%	0.0%	1.8%	0.0%	0.5%	100%
3	1	15	10.5%	26.6%	60.0%	0.6%	0.4%	1.3%	0.0%	0.6%	0.0%	0.0%	100%
Total			12.9%	24.3%	51.6%	0.7%	3.0%	4.9%	0.3%	2.2%	0.1%	0.1%	100%

(20)

Idade			Pessoas gramaticais I – PAU									
			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	1*/2/*	3/1	3/3pl	3/3refl	3/3ref2	Total
1	8	21	9	20	110	0	0	38	0	1	1	179
1	10	20	147	125	417	11	1	162	0	12	22	897
2	2	18	164	57	501	16	0	89	1	3	30	861
Total			320	202	1028	27	1	289	1	16	53	1937

Idade			Pessoas gramaticais I (%) – PAU									
			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	2/3	3/1	3/3pl	3/3refl	3/3ref2	Total
1	8	21	5.0%	11.2%	61.5%	0.0%	0.0%	21.2%	0.0%	0.6%	0.6%	100%
1	10	20	16.4%	13.9%	46.5%	1.2%	0.1%	18.1%	0.0%	1.3%	2.5%	100%
2	2	18	19.0%	6.6%	58.2%	1.9%	0.0%	10.3%	0.1%	0.3%	3.5%	100%
Total			16.5%	10.4%	53.1%	1.4%	0.1%	14.9%	0.1%	0.8%	2.7%	100%

Idade			Pessoas gramaticais I – RAB												
			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	1/3	3/1	3/1pl	3/3pl	3/3 refl	3/3 ref1pl	3/3 ref2	Total
1	11	12	12	11	52	2	0	0	4	0	0	0	0	2	83
2	0	5	51	22	48	15	0	0	0	0	0	0	0	3	139
2	1	16	43	17	41	18	0	0	7	0	2	0	0	11	139
2	2	19	35	28	54	2	0	2	1	0	3	0	0	7	132
2	3	6	24	22	39	3	0	0	1	0	0	3	0	22	114
2	4	11	28	21	44	1	0	0	7	0	1	0	0	5	107
2	5	15	58	15	109	0	0	0	0	2	1	0	0	22	207
2	6	12	41	18	79	18	1	0	2	0	3	0	0	13	175
2	7	12	43	32	135	5	0	0	1	0	4	0	0	5	225
2	8	14	44	17	47	0	0	0	1	0	0	0	0	5	114
3	0	7	44	19	87	1	0	0	2	0	0	0	5	20	178
Total			423	222	735	65	1	2	26	2	14	3	5	115	1613

(21)

			Pessoas gramaticais I (%) – RAB												
			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	1/3	3/1	3/1pl	3/3pl	3/3 refl	3/3 ref1pl	3/3 ref2	Total
1	11	12	14.5%	13.3%	62.7%	2.4%	0.0%	0.0%	4.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	2.4%	100%
2	0	5	36.7%	15.8%	34.5%	10.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	2.2%	100%
2	1	16	30.9%	12.2%	29.5%	12.9%	0.0%	0.0%	5.0%	0.0%	1.4%	0.0%	0.0%	7.9%	100%
2	2	19	26.5%	21.2%	40.9%	1.5%	0.0%	1.5%	0.8%	0.0%	2.3%	0.0%	0.0%	5.3%	100%
2	3	6	21.1%	19.3%	34.2%	2.6%	0.0%	0.0%	0.9%	0.0%	0.0%	2.6%	0.0%	19.3%	100%
2	4	11	26.2%	19.6%	41.1%	0.9%	0.0%	0.0%	6.5%	0.0%	0.9%	0.0%	0.0%	4.7%	100%
2	5	15	28.0%	7.2%	52.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	1.0%	0.5%	0.0%	0.0%	10.6%	100%
2	6	12	23.4%	10.3%	45.1%	10.3%	0.6%	0.0%	1.1%	0.0%	1.7%	0.0%	0.0%	7.4%	100%
2	7	12	19.1%	14.2%	60.0%	2.2%	0.0%	0.0%	0.4%	0.0%	1.8%	0.0%	0.0%	2.2%	100%
2	8	14	38.6%	14.9%	41.2%	0.0%	0.0%	0.0%	0.9%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	4.4%	100%
3	0	7	24.7%	10.7%	48.9%	0.6%	0.0%	0.0%	1.1%	0.0%	0.0%	0.0%	2.8%	11.2%	100%
Total			26.2%	13.8%	45.6%	4.0%	0.1%	0.1%	1.6%	0.1%	0.9%	0.2%	0.3%	7.1%	100%

(22)

			Pessoas gramaticais I - TIA									
Idade			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	3/1	3/3pl	3/3refl	3/3ref2	Total
2	2	28	1	3	26	1	0	0	0	0	0	31
2	3	11	1	1	30	0	0	1	0	0	0	33
2	4	11	2	0	24	0	0	0	1	0	0	27
2	5	8	1	3	22	0	1	1	0	1	0	29
2	6	12	6	6	39	1	0	0	0	2	2	56
2	7	19	0	11	50	1	0	0	0	0	0	62
2	8	17	0	0	22	0	0	1	0	0	0	23
2	9	0	4	15	70	0	0	2	0	0	0	91
3	0	15	2	16	74	0	0	0	0	0	0	92
Total			17	55	357	3	1	5	1	3	2	444

(23)

			Pessoas gramaticais I (%) - TIA									Total
			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	3/1	3/3pl	3/3ref1	3/3ref2	
2	2	28	3.2%	9.7%	83.9%	3.2%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	3	11	3.0%	3.0%	90.9%	0.0%	0.0%	3.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	4	11	7.4%	0.0%	88.9%	0.0%	0.0%	0.0%	3.7%	0.0%	0.0%	100%
2	5	8	3.4%	10.3%	75.9%	0.0%	3.4%	3.4%	0.0%	3.4%	0.0%	100%
2	6	12	10.7%	10.7%	69.6%	1.8%	0.0%	0.0%	0.0%	3.6%	3.6%	100%
2	7	19	0.0%	17.7%	80.6%	1.6%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	8	17	0.0%	0.0%	95.7%	0.0%	0.0%	4.3%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	9	0	4.4%	16.5%	76.9%	0.0%	0.0%	2.2%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
3	0	15	2.2%	17.4%	80.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
Total			3.8%	12.4%	80.4%	0.7%	0.2%	1.1%	0.2%	0.7%	0.5%	100%

6.3.2 Dados seleccionados

(24)

Idade			Pessoas gramaticais II - LUI												Total	
			1/1	2/2	3/3	1pl/ 1pl	3pl/ 3pl	2/3	3/1	3/2	3/3pl	3pl/3	3/3 ref1	3/3 ref2		3pl/3pl ref2pl
1	9	29	11	1	32	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	48
1	11	20	5	0	163	0	2	0	6	0	3	0	5	0	0	184
2	0	27	4	3	161	4	8	0	3	0	12	0	6	0	0	201
2	2	0	8	0	180	0	10	2	3	0	4	0	3	1	0	211
2	2	27	6	4	190	4	16	0	2	1	6	0	0	1	0	230
2	4	4	6	5	202	3	18	0	1	0	4	0	0	0	1	240
2	5	7	49	4	113	0	23	0	1	1	8	0	0	0	0	199
2	5	27	34	5	255	1	54	0	2	2	5	0	1	0	0	359
2	6	26	51	11	229	1	19	0	0	1	2	0	3	0	0	317
2	8	16	26	10	242	5	50	0	0	3	1	1	2	0	0	340
2	9	21	70	21	207	11	28	0	4	0	8	0	0	0	0	349
2	11	2	29	0	115	1	6	0	4	1	7	0	0	0	0	163
Total			299	64	2089	30	235	2	29	9	60	1	20	2	1	2841

(25)

			Pessoas gramaticais II (%) - LUI													
			1/1	2/2	3/3	1pl/ 1pl	3pl/ 3pl	2/3	3/1	3/2	3/3pl	3pl/3	3/3 ref1	3/3 ref2	3pl/3pl ref2pl	Total
1	9	29	22.9%	2.1%	66.7%	0.0%	2.1%	0.0%	6.3%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
1	11	20	2.7%	0.0%	88.6%	0.0%	1.1%	0.0%	3.3%	0.0%	1.6%	0.0%	2.7%	0.0%	0.0%	100%
2	0	27	2.0%	1.5%	80.1%	2.0%	4.0%	0.0%	1.5%	0.0%	6.0%	0.0%	3.0%	0.0%	0.0%	100%
2	2	0	3.8%	0.0%	85.3%	0.0%	4.7%	0.9%	1.4%	0.0%	1.9%	0.0%	1.4%	0.5%	0.0%	100%
2	2	27	2.6%	1.7%	82.6%	1.7%	7.0%	0.0%	0.9%	0.4%	2.6%	0.0%	0.0%	0.4%	0.0%	100%
2	4	4	2.5%	2.1%	84.2%	1.3%	7.5%	0.0%	0.4%	0.0%	1.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.4%	100%
2	5	7	24.6%	2.0%	56.8%	0.0%	11.6%	0.0%	0.5%	0.5%	4.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	5	27	9.5%	1.4%	71.0%	0.3%	15.0%	0.0%	0.6%	0.6%	1.4%	0.0%	0.3%	0.0%	0.0%	100%
2	6	26	16.1%	3.5%	72.2%	0.3%	6.0%	0.0%	0.0%	0.3%	0.6%	0.0%	0.9%	0.0%	0.0%	100%
2	8	16	7.6%	2.9%	71.2%	1.5%	14.7%	0.0%	0.0%	0.9%	0.3%	0.3%	0.6%	0.0%	0.0%	100%
2	9	21	20.1%	6.0%	59.3%	3.2%	8.0%	0.0%	1.1%	0.0%	2.3%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	11	2	17.8%	0.0%	70.6%	0.6%	3.7%	0.0%	2.5%	0.6%	4.3%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
Total			10.5%	2.3%	73.5%	1.1%	8.3%	0.1%	1.0%	0.3%	2.1%	0.0%	0.7%	0.1%	0.0%	100%

(26)

Idade			Pessoas gramaticais II - RAP													
			1/1	2/2	3/3	1pl/ 1pl	3pl/ 3pl	2/3	3/1	3/2	3/3pl	3/3 ref1	3/3 ref1p 1	3/3 ref2	3/3 ref3p 1	Total
1	10	2	3	0	33	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0	40
1	11	0	13	0	49	0	0	0	1	0	3	1	0	0	0	67
2	0	0	9	0	38	0	0	0	6	0	0	1	0	0	0	54
2	1	1	19	1	106	1	3	0	1	0	3	1	0	0	0	135
2	3	3	23	2	38	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	64
2	4	15	47	5	95	3	9	0	1	0	4	1	0	1	0	166
2	5	19	79	28	185	1	10	1	2	9	3	1	1	0	0	320
2	7	8	67	9	163	2	2	0	4	1	2	0	0	0	0	250
2	8	11	71	24	131	10	16	0	4	1	4	1	0	0	0	262
2	10	8	74	12	110	0	5	0	1	0	1	0	0	0	0	203
2	11	22	105	30	189	5	10	0	3	7	1	1	0	0	2	353
Total			510	111	1137	22	55	1	27	18	22	7	1	1	2	1914

(27)

			Pessoas gramaticais II (%) – RAP													
			1/1	2/2	3/3	1pl/ 1pl	3pl/ 3pl	2/3	3/1	3/2	3/3pl	3/3 refl	3/3 reflpl	3/3 ref2	3/3 ref3pl	Total
1	10	2	7.5%	0.0%	82.5%	0.0%	0.0%	0.0%	7.5%	0.0%	2.5%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
1	11	0	19.4%	0.0%	73.1%	0.0%	0.0%	0.0%	1.5%	0.0%	4.5%	1.5%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	0	0	16.7%	0.0%	70.4%	0.0%	0.0%	0.0%	11.1%	0.0%	0.0%	1.9%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	1	1	14.1%	0.7%	78.5%	0.7%	2.2%	0.0%	0.7%	0.0%	2.2%	0.7%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	3	3	35.9%	3.1%	59.4%	0.0%	0.0%	0.0%	1.6%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	4	15	28.3%	3.0%	57.2%	1.8%	5.4%	0.0%	0.6%	0.0%	2.4%	0.6%	0.0%	0.6%	0.0%	100%
2	5	19	24.7%	8.8%	57.8%	0.3%	3.1%	0.3%	0.6%	2.8%	0.9%	0.3%	0.3%	0.0%	0.0%	100%
2	7	8	26.8%	3.6%	65.2%	0.8%	0.8%	0.0%	1.6%	0.4%	0.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	8	11	27.1%	9.2%	50.0%	3.8%	6.1%	0.0%	1.5%	0.4%	1.5%	0.4%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	10	8	36.5%	5.9%	54.2%	0.0%	2.5%	0.0%	0.5%	0.0%	0.5%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	11	22	29.7%	8.5%	53.5%	1.4%	2.8%	0.0%	0.8%	2.0%	0.3%	0.3%	0.0%	0.0%	0.6%	100%
Total			26.6%	5.8%	59.4%	1.1%	2.9%	0.1%	1.4%	0.9%	1.1%	0.4%	0.1%	0.1%	0.1%	100%

(28)

			Pessoas gramaticais II – JOA											
Idade			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	1/*;2/*	3/1	3/2	3/3pl	3/3 refl	3/3 reflpl	Total
2	0	2	0	0	16	0	2	0	0	0	0	0	0	18
2	1	11	4	0	55	0	3	0	6	2	0	0	0	70
2	2	9	7	2	40	1	0	0	3	0	0	0	0	53
2	3	17	27	0	126	4	0	0	7	0	4	0	0	168
2	4	7	15	7	72	5	0	0	7	16	1	3	0	126
2	5	2	14	2	94	2	1	0	7	1	1	0	0	122
2	6	1	18	8	225	12	13	2	4	4	5	3	1	295
2	7	16	41	11	143	5	18	0	6	0	3	0	0	227
Total			126	30	771	29	37	2	40	23	14	6	1	1079

(29)

			Pessoas gramaticais II (%) – JOA											
			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	2/3	3/1	3/2	3/3pl	3/3 refl	3/3 reflpl	Total
2	0	2	0.0%	0.0%	88.9%	0.0%	11.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	1	11	5.7%	0.0%	78.6%	0.0%	4.3%	0.0%	8.6%	2.9%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	2	9	13.2%	3.8%	75.5%	1.9%	0.0%	0.0%	5.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	3	17	16.1%	0.0%	75.0%	2.4%	0.0%	0.0%	4.2%	0.0%	2.4%	0.0%	0.0%	100%
2	4	7	11.9%	5.6%	57.1%	4.0%	0.0%	0.0%	5.6%	12.7%	0.8%	2.4%	0.0%	100%
2	5	2	11.5%	1.6%	77.0%	1.6%	0.8%	0.0%	5.7%	0.8%	0.8%	0.0%	0.0%	100%
2	6	1	6.1%	2.7%	76.3%	4.1%	4.4%	0.7%	1.4%	1.4%	1.7%	1.0%	0.3%	100%
2	7	16	18.1%	4.8%	63.0%	2.2%	7.9%	0.0%	2.6%	0.0%	1.3%	0.0%	0.0%	100%
Total			11.7%	2.8%	71.5%	2.7%	3.4%	0.2%	3.7%	2.1%	1.3%	0.6%	0.1%	100%

(30)

Idade			Pessoas gramaticais II – PED											
			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	2/1	3/1	3/2	3/3pl	3/3refl	3/3ref2	Total
2	7	16	48	4	121	0	8	1	22	0	9	0	0	213
2	8	0	20	18	112	2	4	0	23	3	7	0	0	189
2	8	25	24	10	93	2	5	0	11	0	8	0	0	153
2	10	10	38	12	129	0	7	0	16	2	5	2	0	211
2	11	1	35	18	108	3	24	0	4	0	4	0	1	197
3	1	15	50	30	284	3	2	0	6	0	3	0	0	378
Total			215	92	847	10	50	1	82	5	36	2	1	1341

(31)

			Pessoas gramaticais II (%) – PED											
			1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	2/1	3/1	3/2	3/3pl	3/3refl	3/3ref2	Total
2	7	16	22.5%	1.9%	56.8%	0.0%	3.8%	0.5%	10.3%	0.0%	4.2%	0.0%	0.0%	100%
2	8	0	10.6%	9.5%	59.3%	1.1%	2.1%	0.0%	12.2%	1.6%	3.7%	0.0%	0.0%	100%
2	8	25	15.7%	6.5%	60.8%	1.3%	3.3%	0.0%	7.2%	0.0%	5.2%	0.0%	0.0%	100%
2	10	10	18.0%	5.7%	61.1%	0.0%	3.3%	0.0%	7.6%	0.9%	2.4%	0.9%	0.0%	100%
2	11	1	17.8%	9.1%	54.8%	1.5%	12.2%	0.0%	2.0%	0.0%	2.0%	0.0%	0.5%	100%
3	1	15	13.2%	7.9%	75.1%	0.8%	0.5%	0.0%	1.6%	0.0%	0.8%	0.0%	0.0%	100%
Total			16.0%	6.9%	63.2%	0.7%	3.7%	0.1%	6.1%	0.4%	2.7%	0.1%	0.1%	100%

(32)

Idade			Pessoas gramaticais II – PAU								
			1/1	3/3	1pl/1pl	1*/2/*	3/1	3/3pl	3/3ref1	3/3ref2	Total
1	8	21	9	89	0	0	38	0	1	1	138
1	10	20	146	359	11	1	162	0	12	22	713
2	2	18	164	451	16	0	89	1	3	29	753
Total			319	899	27	1	289	1	16	52	1604

(33)

Idade			Pessoas gramaticais II (%) – PAU								
			1/1	3/3	1pl/1pl	2/3	3/1	3/3pl	3/3ref1	3/3ref2	Total
1	8	21	6.5%	64.5%	0.0%	0.0%	27.5%	0.0%	0.7%	0.7%	100%
1	10	20	20.5%	50.4%	1.5%	0.1%	22.7%	0.0%	1.7%	3.1%	100%
2	2	18	21.8%	59.9%	2.1%	0.0%	11.8%	0.1%	0.4%	3.9%	100%
Total			19.9%	56.0%	1.7%	0.1%	18.0%	0.1%	1.0%	3.2%	100%

(34)

Idade			Pessoas gramaticais II – RAB										
			1/1	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	1*/2/*	3/1	3/1pl	3/3pl	3/3ref1pl	3/3ref2	Total
1	11	12	12	43	2	0	0	4	0	0	0	2	63
2	0	5	51	40	15	0	0	0	0	0	0	3	109
2	1	16	43	27	18	0	0	7	0	2	0	11	108
2	2	19	35	45	2	0	1	1	0	3	0	7	94
2	3	6	24	30	3	0	0	1	0	0	0	22	80
2	4	11	28	33	1	0	0	7	0	1	0	5	75
2	5	15	58	77	0	0	0	0	2	1	0	22	160
2	6	12	41	63	18	1	0	2	0	3	0	13	141
2	7	12	43	117	4	0	0	1	0	3	0	4	172
2	8	14	44	39	0	0	0	1	0	0	0	4	88
3	0	7	44	66	1	0	0	2	0	0	4	20	137
Total			423	580	64	1	1	26	2	13	4	113	1227

(35)

			Pessoas gramaticais II (%) – RAB										
			1/1	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	1/*;2/*	3/1	3/1pl	3/3pl	3/3ref1pl	3/3ref2	Total
1	11	12	19.0%	68.3%	3.2%	0.0%	0.0%	6.3%	0.0%	0.0%	0.0%	3.2%	100%
2	0	5	46.8%	36.7%	13.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	2.8%	100%
2	1	16	39.8%	25.0%	16.7%	0.0%	0.0%	6.5%	0.0%	1.9%	0.0%	10.2%	100%
2	2	19	37.2%	47.9%	2.1%	0.0%	1.1%	1.1%	0.0%	3.2%	0.0%	7.4%	100%
2	3	6	30.0%	37.5%	3.8%	0.0%	0.0%	1.3%	0.0%	0.0%	0.0%	27.5%	100%
2	4	11	37.3%	44.0%	1.3%	0.0%	0.0%	9.3%	0.0%	1.3%	0.0%	6.7%	100%
2	5	15	36.3%	48.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	1.3%	0.6%	0.0%	13.8%	100%
2	6	12	29.1%	44.7%	12.8%	0.7%	0.0%	1.4%	0.0%	2.1%	0.0%	9.2%	100%
2	7	12	25.0%	68.0%	2.3%	0.0%	0.0%	0.6%	0.0%	1.7%	0.0%	2.3%	100%
2	8	14	50.0%	44.3%	0.0%	0.0%	0.0%	1.1%	0.0%	0.0%	0.0%	4.5%	100%
3	0	7	32.1%	48.2%	0.7%	0.0%	0.0%	1.5%	0.0%	0.0%	2.9%	14.6%	100%
Total			34.5%	47.3%	5.2%	0.1%	0.1%	2.1%	0.2%	1.1%	0.3%	9.2%	100%

(36)

			Pessoas gramaticais II – TIA								
Idade			1/1	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	3/1	3/3pl	3/3ref1	3/3ref2	Total
2	2	28	1	26	1	0	0	0	0	0	28
2	3	11	1	30	0	0	1	0	0	0	32
2	4	11	2	24	0	0	0	1	0	0	27
2	5	8	1	22	0	1	1	0	1	0	26
2	6	12	6	34	1	0	0	0	2	2	45
2	7	19	0	37	1	0	0	0	0	0	38
2	8	17	0	18	0	0	1	0	0	0	19
2	9	0	4	54	0	0	2	0	0	0	60
3	0	15	2	46	0	0	0	0	0	0	48
Total			17	291	3	1	5	1	3	2	323

(37)

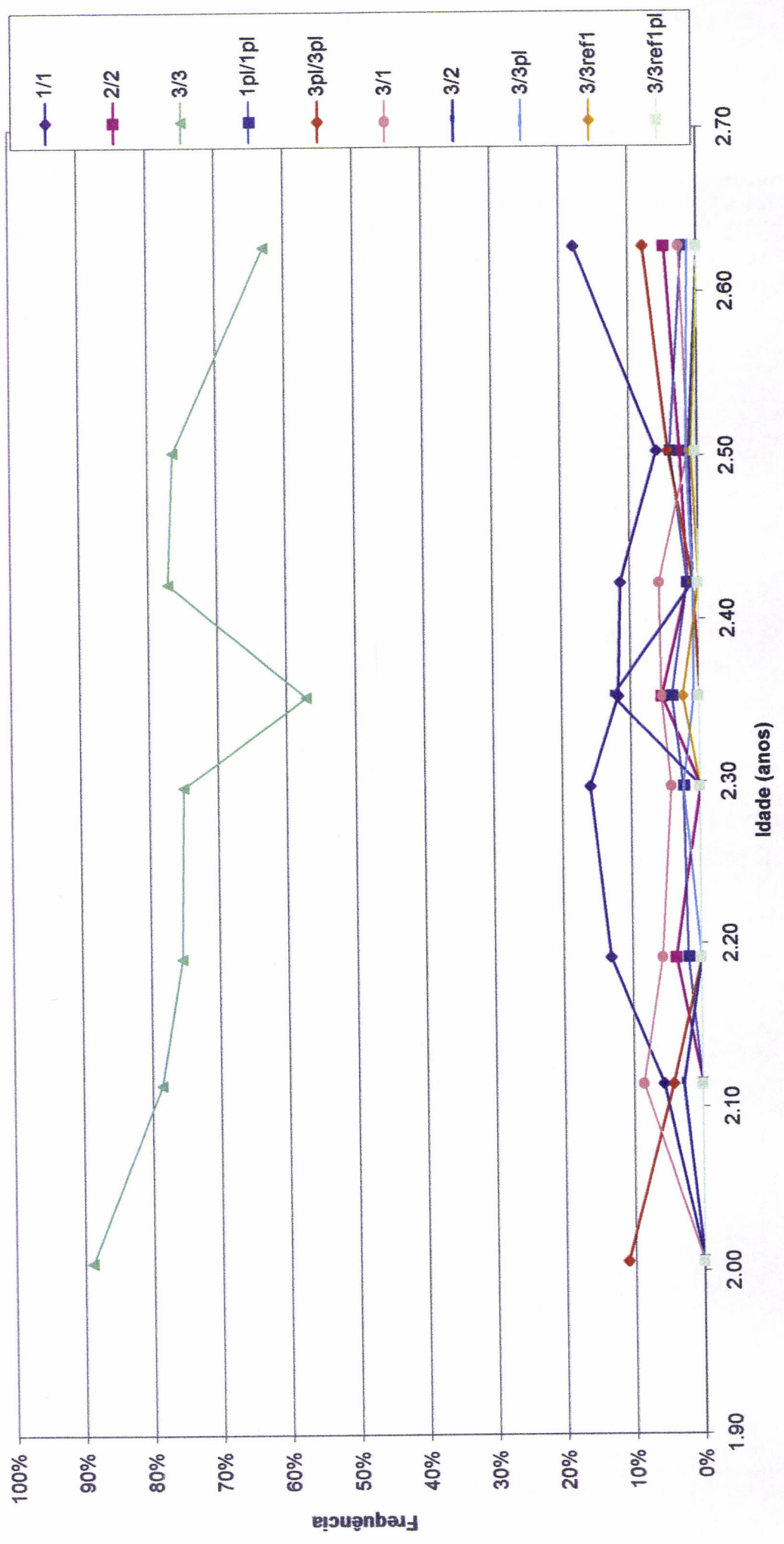
Idade			Pessoas gramaticais II (%) – TIA								
			1/1	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	3/1	3/3pl	3/3ref1	3/3ref2	Total
2	2	28	3.6%	92.9%	3.6%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	3	11	3.1%	93.8%	0.0%	0.0%	3.1%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	4	11	7.4%	88.9%	0.0%	0.0%	0.0%	3.7%	0.0%	0.0%	100%
2	5	8	3.8%	84.6%	0.0%	3.8%	3.8%	0.0%	3.8%	0.0%	100%
2	6	12	13.3%	75.6%	2.2%	0.0%	0.0%	0.0%	4.4%	4.4%	100%
2	7	19	0.0%	97.4%	2.6%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	8	17	0.0%	94.7%	0.0%	0.0%	5.3%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
2	9	0	6.7%	90.0%	0.0%	0.0%	3.3%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
3	0	15	4.2%	95.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100%
Total			5.3%	90.1%	0.9%	0.3%	1.5%	0.3%	0.9%	0.6%	100%

6.3.2.1 Representação gráfica

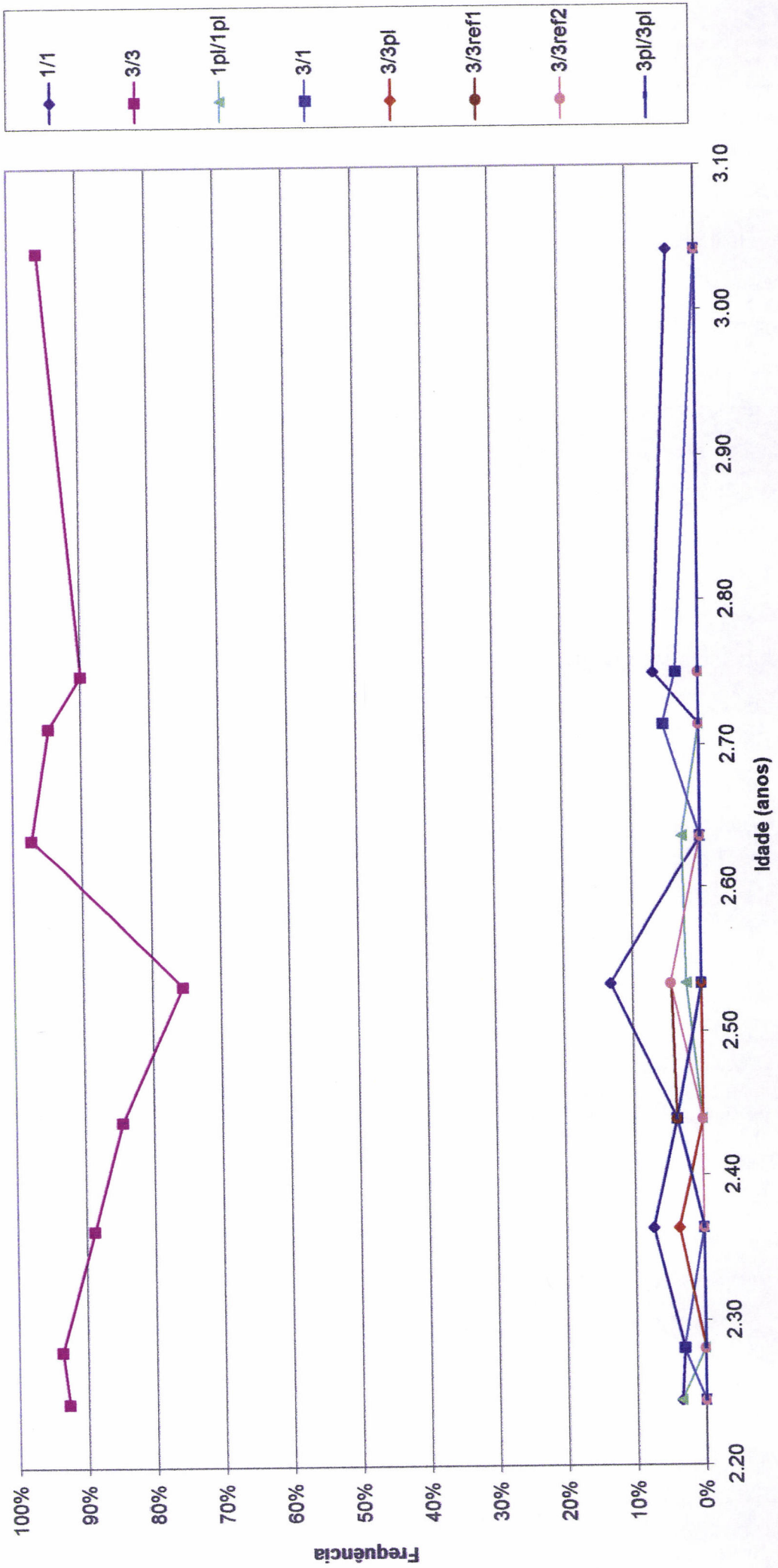
Na representação gráfica é possível avaliar a evolução ao longo do tempo da produção de cada pessoa gramatical para cada criança; foi fundamentalmente este aspecto que norteou a escolha da representação específica por que se optou (em relação à representação em barras, por exemplo). Uma vez que os gráficos representam os mesmos dados que estão descritos na segunda série de tabelas (em 6.3.2), é possível conferir nestas os valores relativos às pessoas com menores pesos percentuais, nem sempre claramente perceptíveis naqueles; em compensação, os gráficos permitem avaliar rapidamente, entre outros aspectos, o grande predomínio de 3/3 (constante, embora com diferenças individuais significativas).

Por forma a tornar os gráficos comparáveis entre si, de maneira a avaliar a evolução comparada de cada pessoa gramatical para as várias crianças, as idades correspondentes a cada sessão foram convertidas em anos (por exemplo, 2;04.04 equivale a 2.34; 2;08.16 a 2.71, etc.); por esse motivo, o eixo relativo a “Idade (anos)”, nos gráficos, vem expresso dessa forma. As sessões são no entanto facilmente identificáveis, correspondendo aos nós em cada linha.

Pessoas gramaticais - JOA



Pessoas gramaticais - TIA



6.4 Análise dos dados

6.4.1 PE

Nesta secção analisa-se detalhadamente a segunda série de tabelas de forma individualizada.

Os exemplos são apresentados em contexto, com a linha antecedente e a seguinte, e com a respectiva linha de análise sintáctica. Nesta, “(1)” assinala o elemento da pesquisa efectuada em cada caso específico.

Por uma questão de economia de espaço, optou-se, regra geral, por transcrever unicamente a linha secundária relativa à codificação sintáctica (%syn), omitindo-se todas as outras (incluindo a de transcrição fonética).

6.4.1.1 LUI

Da segunda à sexta sessão nota-se o domínio quase absoluto das formas 3/3, domínio que se vai depois dissolvendo em favor das formas de 1/1 e, em menor grau, de 3pl/3pl.

A primeira sessão apresenta valores de 1/1 algo inesperados; no entanto, a observação dos contextos em causa permite concluir que uma só forma verbal de primeira pessoa é utilizada: “quero”. Eis um exemplo:

- (45) LUI_P_01sI+T.cha": linha 851.
- | | |
|-------|------------------------------------|
| *MAE: | vá lá . |
| *LUI: | não que(r)o pão . |
| %syn: | 0suj 1neg 1v (1)1/1 pres 1obj |
| *MAE: | um@i # eu acho que podemos dar +/. |

As formas de 2/2 e de 1pl/1pl mantêm-se estabilizadas em valores muito baixos e a forma de segunda pessoa do plural utilizada contemporaneamente (“vocês vão”), aqui codificada como 3pl/3plref2pl, praticamente não surge: só ocorre um exemplo, em contexto de infinitivo flexionado:

- (46) LUI_P_06sI+T.cha": linha 843.
- | | |
|-------|-------------------------------------|
| *INV: | ãh@i ? |
| *LUI: | +, pa(ra) vocês colarem . |
| %syn: | 1suj-pp 1vinf-fl (1)3pl/3pl(ref2pl) |
| *INV: | pa(ra) vocês o quê ? |

A preferência inicial dá-se nitidamente pela forma de 3/3, sendo a forma de terceira pessoa do singular privilegiada em praticamente todos os contextos “agramaticais” (3/1, 3/2 e 3/3pl). Eis alguns exemplos:

- (47) LUI_P_02sI+T.cha": linha 188.
- *MAE: conta a história à João # da tia Rita .
- *LUI: eu vai [*] le(r) Rua &Sé +//.
- %syn: 1suj-pp 1vaux (1)3/1 pres 1vinf 1obj
- *MAE: vai le(r) a Rua quê ?
-
- (48) LUI_P_09sI+T.cha": linha 1184.
- *LUI: não .
- *LUI: porque tu vai [*] ler .
- %syn: 1comp 1suj-pp 1v (1)3/2 pres 1vinf 0obj
- *MAE: ah@i bom .
-
- (49) LUI_P_03sI+T.cha": linha 1185.
- *LUI: é o Bilulu [% rep .] .
- %syn: 0suj 1vser 3/3 pres 1pred
- LUI: quem é [*] esses ?
- %syn: 1comp 1vser (1)3/3pl pres 1sujp-d
- *INV: esse é o quê ?

Em relação às ocorrências de 3/2 as formas envolvidas foram “tem”, “gosta”, “quer”, “que(r)”, “vai”, “(es)tá”, “pode” e “faz”. Este elenco de formas poderia indiciar que o que está em causa é o contexto fonológico, já que em todas as ocorrências houve supressão da sibilante em coda da sílaba final. No entanto, esta não parece ser uma hipótese a explorar, uma vez que 2/2 tem, para todas as crianças portuguesas, um peso percentual superior a 3/2.

A única ocorrência “agramatical” restante (de 3pl/3) não é, pelo peso relativo, significativa, envolvendo uma construção quantitativa que tem como núcleo um nome colectivo, o que a torna natural, já que contextos deste tipo ocorrem também entre os adultos:

- (50) LUI_P_10sI+T.cha": linha 2412.
- *MAE: ele diz <ipOpÓt6S@u> [""] # mas agora +...
- *LUI: isto são a família dos [/] dos [/] dos [/] dos camelos .
- %syn: 1suj-d 1vser (1)3pl/3 pres 1pred
- *INV: dos k6mÉluS@u [% rep .] .

Do conjunto dos contextos “agramaticais”, os únicos com percentagens mínimas significativas correspondem à troca de número (3/3pl) e à estratégia de uso de terceira pessoa do singular em auto-referência (3/1).

Em relação a 3/3pl, observa-se que o tipo de contextos corresponde quase exclusivamente ao esperado, pelo que é conhecido sobre o estado adulto, em que exemplos do mesmo tipo ocorrem, apesar de não serem correctas: ocorrências com os verbos “ser” e “estar”, com sujeitos pós-verbais e em estruturas de coordenação:

- (51) LUI_P_03sI+T.cha": linha 366.
- *LUI: são os # papagaios .
- %syn: 0suj 1vser 3pl/3pl pres 1pred
- *LUI: não é [*] papagaios .
- %syn: 0suj 1neg 1vser (1)3/3pl pres 1pred
- *INV: não é ?

- (52) LUI_P_03sI+T.cha": linha 413.
- *MAE: a águia .
- *LUI: quem é [*] estes ?
- %syn: 1comp 1vser (1)3/3pl pres 1sujp-d
- *MAE: este # quem é ?

- (53) LUI_P_03sI+T.cha": linha 1994.
- *MAE: onde é que o Luis tem as bochechas # aqui ?
- *LUI: (es)tá aqui .
- %syn: 0suj 1vestar (1)3/3pl pres
- *MAE: eras um amor # filho .

- (54) LUI_P_11sI+T.cha": linha 851.
 *LUI: ++ bolachas .
 *LUI: chegou as cenouras .
 %syn: 1v (1)3/3pl pass 1sujp
 *LUI: depois já vem as bolachas .
 %syn: 1v 3/3pl pres 1sujp
- (55) LUI_P_04sI+T.cha": linha 167.
 *MAE: é qual ?
 *LUI: <a mãe e o (L)uis viu este> [/] a mãe e o (L)uis viu este a
 andar no [=? do] meu ja(r)dim .
 %syn: 1suj 1v (1)3/3pl 1obj 1vinf
 *MAE: foi ?

As três únicas exceções não são percentualmente significativas:

- (56) LUI_P_04sI+T.cha": linha 657.
 *MAE: diz lá à João .
 *LUI: as focas faz +...
 %syn: 1suj 1v (1)3/3pl pres 0obj
 *MAE: as focas faz ?
- (57) LUI_P_07sI+T.cha": linha 1176.
 *MAE: +, e aqui elas +...
 LUI: ++ saiu [*] .
 %syn: 1v (1)3/3pl pass
 *MAE: de aonde ?
- (58) LUI_P_08sI+T.cha": linha 112.
 *MAE: o que é que elas têm ?
 LUI: tem [] umas árvores na mão .
 %syn: 0suj 1v (1)3/3pl pres 1obj
 *MAE: têm # na mão .

Quanto às formas de terceira pessoa do singular em auto-referência (3/1), cerca de metade (14/29) são formas do verbo “querer” (“quer” ou “que(r)”), sendo que a forma “que(r)” ocorre frequentemente no estado adulto:

- (59) LUI_P_02sI+T.cha": linha 648.
- *MAE: não sabe que é microfone # pronto .
- *LUI: que(r) [*] cantar .
- %syn: 0suj 1v (1)3/1 pres 1vinf
- *MAE: quer cantar ?

Note-se que o uso de 3/1, genericamente considerado, pode ser favorecido pela forma como o adulto se dirige muitas vezes à criança, oscilando entre o tratamento “formal”, como na última fala do exemplo anterior, e o informal.

Quatro das ocorrências com o verbo “querer” correspondem à produção adulta habitual, em que se omite a vogal final para se fazer a elisão com a vogal inicial da palavra seguinte:

- (60) LUI_P_12sI+T.cha": linha 17.
- *MAE: este livro chama~se <o meu primeiro> ["] +...
- *LUI: oh@i pá # não quer(o) [*] esse .
- %syn: 0suj 1neg 1v (1)3/1 pres 1obj
- *MAE: não queres este ?

As restantes formas são “vai, foi, tem, viu, sabe”¹. Neste caso, não existe um contexto fonológico único em causa, o que sugere claramente que este é um aspecto relativo ao domínio do paradigma flexional. Eis alguns exemplos:

- (61) LUI_P_07sI+T.cha": linha 1929.
- *MAE: sabes cantar a do mar p(ara) a tia João ?
- *LUI: oh@i não sabe [*] .
- %syn: 0suj 1neg 1v (1)3/1 pres 0obj
- *MAE: sabes .

¹ Tal como me foi assinalado pela Professora Inês Duarte, é significativo notar que são todas formas de verbos irregulares.

Este aspecto leva a repensar propostas como as incluídas na RAH, segundo as quais os dados relevantes para o detonamento a partir dos paradigmas flexionais verbais estariam unicamente relacionados com os verbos regulares.

- (62) LUI_P_11sI+T.cha": linha 1328.
- *LUI: ah@i .
- *LUI: aquele qu(e) [*] eu foi [*] do [*] pai .
- %syn: 1suj-d 1comp 1suj-pp 1v (1)3/1 pass
- *MAE: foste com o pai ?

Quanto a 3/3ref1, tal como 3/1, é muitas vezes induzido pelos adultos, que falam com a criança referindo-se ao “Luís”, como é habitual no discurso dirigido às crianças:

- (63) LUI_P_02sI+T.cha": linha 736.
- *INV: o Luís (es)tava a ver o quê ?
- *LUI: (es)ta(va) [=? (es)tá] a ve(r) o pato .
- %syn: 0suj 1v (1)3/3(ref1) ?pres 1vinf 1obj
- *INV: (es)tava a ver o pato .

Quanto aos exemplos de 3/3ref2, não são, mais uma vez, significativos, já que se volta a seguir a estratégia discursiva do adulto, que diversas vezes se auto-refere em terceira pessoa. Eis os dois únicos exemplos:

- (64) LUI_P_04sI+T.cha": linha 1159.
- *MAE: como é que se chama este bicho ?
- *LUI: a mãe canta .
- %syn: 1suj 1v (1)3/3(ref2) pres 0obj
- *MAE: a mãe conta .

- (65) LUI_P_05sI+T.cha": linha 777.
- *INV: esses agora são muito giros .
- *LUI: a mãe segura .
- %syn: 1suj-d 1v (1)3/3(ref2) pres
- *MAE: a mãe segura [% rep .] .

Apresentam-se agora as formas verbais que surgem nas sessões iniciais a partir das transcrições originais, incluindo-se portanto imperativos e *tags*.

A consideração deste aspecto é fundamental para a apreciação de como se manifesta a oposição entre diferentes pessoas gramaticais, partindo-se do pressuposto normalmente assumido de que existe para cada língua uma forma *default*, sendo com o aparecimento

das primeiras oposições significativas (em termos quantitativos e tendo em conta o tipo de verbos envolvidos) que se pode tomar como consolidada a aquisição de [pessoa].

Verifica-se para LUI a seguinte evolução:

(66)

LUI (PE)	verbos com ocorrências de uma só forma	v. com ocorrências de formas múltiplas
1;9.29	- fez, deu, tem, está, fica, partes - pôr, ir	- é, são, foi - quero, que(r) (3/1) - comer, come - tira (imp.), tira
1;11.20	- está, caiu, tem, chama(-se), sei [=sábu], correm, faz, consigo, bateu - imp.: olha, toma. - tocar, jogar, ler, chorar, cantar, dormir, pintar, andar, papar, arrumar, rir	- é, são, foi (3/1+3/3) - quero, que(r) (3/1) - chorar, chora - vai (3/1), foi - vejo, vi - pôr, põe
2;0.27	- caiu, está, chama-se, pões, apanhas, posso, parece, agarras, há, diz, picou, sei, saiu - imp.: anda, come - ver, papar, brincar, guardar, abrir, rir, dormir, ver	- é, são - dá-me (imp.), deu - tem (3/1+3/3), tenho - vai, vais, vamos - cantar, canta - chorar, chora (imp./conj.) - olha (imp.), olha - fazer, faz - deitar, deita (imp.)
2;2.0	- falta, tem, chama(-se), acabou, quer, canta, bateu, precisava, parou, tirou, deu, abre - imp.: olha, fecha (/conj.), dá, senta - pentear, comer, guardar, levar, rir, pintar, andar	- ser, é, foi, são - está, estava, estavam, estão, estás (2/3) - viu (3/1+3/3), vi - vai, vou, foi (v. ir), ia (3/3), vais (2/3) - disse (1/1), diz, diz (imp.) - pôr, pôs, põe - fazer, faz (3/3pl), fez - cair, caiu, caíram - comprar, comprou - partir, partiram

A análise das formas verbais que ocorrem permite constatar que, por este paradigma analítico, na terceira sessão se verifica uma evolução decisiva, já que até aí os únicos contrastes entre formas do mesmo verbo diziam respeito a [número] e a [tempo], e, quanto a [pessoa], só para o verbo “querer”, com ocorrências exclusivas de “que(r)” em 3/1.

Na terceira sessão as ocorrências relevantes são: “tem, tenho” e “vai, vais, vamos”.

Esta evolução é consolidada na quarta sessão.

Quanto ao número de formas a que se associa a marca de 1/1, vemos que é de um na primeira sessão, quatro na segunda, duas na terceira e três na quarta; destas dez apenas duas surgem na primeira coluna (portanto, em relação a verbos com uma só forma), o que significa que, regra geral, a primeira pessoa do singular surge associada a raízes verbais que ocorrem com outras marcas de [pessoa] .

Embora se tenham incluído as formas de imperativo e de infinitivo, os contrastes com essas formas não podem ser tratados como os que são relativos ao indicativo, já que as respectivas estruturas oracionais são distintas. Note-se além disso que as únicas formas de imperativo que surgem correspondem morfológicamente à forma *default* de 3/3, a qual surge igualmente em contextos de imperativas negativas, em que o conjuntivo deveria surgir.

Tendo em conta toda a descrição, há que explicitar que a preferência pelas formas de singular normalmente assinalada na literatura se deve fundamentalmente ao predomínio da terceira pessoa do singular, já que a primeira do singular e a terceira do plural começam a estabilizar em momentos próximos, embora com valores mais elevados para a primeira pessoa do singular.

Em termos quantitativos de padrão de produção, regista-se a seguinte relação entre as formas “gramaticais”:

$$(67) \quad \text{LUI: } 3/3 > 1/1 > 3\text{pl}/3\text{pl} > 2/2 > 1\text{pl}/1\text{pl} > 3\text{pl}/3\text{plref}2\text{pl}$$

Complementarmente, é relevante explorar um outro indicador: tendo em conta que a consolidação de [pessoa] pode ser avaliada pela aquisição de 1/1 (em comparação com 3/3), é interessante confrontar a evolução de 1/1 e 3/1 (e 3/3refl).

Retomam-se então os dados introduzidos acima, somando 3/1 e 3/3refl e avaliando o peso percentual de formas correctas de 1/1 relativamente ao total de formas com significado de primeira pessoa de singular.

(68)

LUI (PE) Idade			1/1	3/1	3/3refl	3/1+3/3refl	Total	%1/1 / Total
1	9	29	11	3	0	3	14	78.6%
1	11	20	5	6	5	11	16	31.3%
2	0	27	4	3	6	9	13	30.8%
2	2	0	8	3	3	6	14	57.1%
2	2	27	6	2	0	2	8	75.0%
2	4	4	6	1	0	1	7	85.7%
2	5	7	49	1	0	1	50	98.0%
2	5	27	34	2	1	3	37	91.9%
2	6	26	51	0	3	3	54	94.4%
2	8	16	26	0	2	2	28	92.9%
2	9	21	70	4	0	4	74	94.6%
2	11	2	29	4	0	4	33	87.9%
			299	29	20	49	348	85.9%

Com exceção da primeira sessão, já acima analisada, há evidência clara de uma fase de não consolidação, com valores de formas de 1/1 à volta dos 30%, sendo que a quarta sessão constitui um ponto de viragem, que se confirma a partir da quinta sessão.

6.4.1.2 RAP

Também para a Raquel 3/3 é largamente predominante, embora com valores inferiores, em média. Nota-se a mesma tendência para a diminuição gradual do peso percentual destas formas, com o máximo de 82.5% na primeira sessão e o mínimo de 53.4% na última.

Esta diminuição dá-se em favor de 1/1, com valores mais significativos a partir da quinta sessão, e em favor de 2/2, em muito menor grau, a partir da mesma sessão.

Também 3pl/3pl começa a surgir sensivelmente na mesma altura.

Com poucas ocorrências, 1pl/1pl restringe-se quase exclusivamente (com duas exceções) à forma “vamos”:

(69) CRI_P_09sI+T.cha”: linha 1464.

*INV: já não tem mais,, pois não ?

*CRI: acho que vamos fazer a papa .

%syn: 0suj 1v 1/1 pres 1comp 0suj 1vaux (1)1pl/1pl pres 1vinf
1obj

*INV: outra vez ?

Quanto a 3/3ref1, nota-se de novo que é muitas vezes claramente induzido pelo adulto interlocutor:

- (70) CRI_P_02sI+T.cha": linha 861.
*MAE: quantos namorados é qu(e) a Raquel tem ?
CRI: não tem nada [] .
%syn: 0suj 1neg 1v (1)3/3(ref1) 1obj
*MAE: ãh@i ?

O mesmo se verifica na única ocorrência de 3/3ref2:

- (71) CRI_P_06sI+T.cha": linha 38.
*INV: e a madrinha não bebe ?
*CRI: bebe .
%syn: 0suj 1v (1)3/3(ref2) pres 0obj
*INV: ah@i .

Ocorre também uma única vez 3/3ref1pl:

- (72) CRI_P_07.cha": linha 2424.
*INV: oh@i # que pena .
*CRI: agora vou comprar &co [//] coisazinhas para a gente comer .
%syn: 0suj 1vaux 1/1 pres 1vinf 1obj 1suj (1)3/3(ref1pl)
1vinf ?fl ?3/3(ref1pl)
*CRI: ai .

Finalmente, no que diz respeito às formas “gramaticais”, 3/3ref3pl ocorre duas vezes, em contextos que se registam também no estado adulto, embora não correspondam à norma:

- (73) CRI_P_11sI+T.cha": linha 315.
*INV: não são cereais .
*CRI: é+é .
%syn: 0suj 1vser (1)3/3(ref3pl) pres 0pred
*INV: oh@i .

- (74) CRI_P_11sI+T.cha": linha 1611.
- *INV: então a qu(e) é que cheiram ?
- *CRI: chei(r)a a sapato .
- %syn: 0suj 1v (1)3/3(ref3pl) pres
- *INV: cheira a sapato novo ?

Quanto às formas divergentes da norma do estado final, privilegia-se de novo a terceira pessoa do singular em auto-referência (3/1), a substituir formas de segunda pessoa do singular (3/2) e de terceira pessoa do plural (3/3pl). Estas tendem a diminuir, embora com algumas oscilações, tendo globalmente um peso pouco significativo (3,6%).

Em relação às formas de 3/1, 20 em 27 exemplos incluem a forma “quer” (ou “que(r)”); as outras formas são “consegue”, “faz”, “tem”, “perdeu” e “foi”, repetindo-se a nota já feita acima para LUI: o contexto fonológico é heterogéneo.²

Eis alguns exemplos:

- (75) CRI_P_05sI+T.cha": linha 459.
- *INV: (es)tá interrompido ?
- *CRI: eu quer [*] fazer xixi .
- %syn: 1suj-pp 1v (1)3/1 pres 1vinf 1obj
- *INV: outra vez ?

- (76) CRI_P_06sI+T.cha": linha 1349.
- *CRI: eu faz esta .
- *CRI: eu faz [*] esta .
- %syn: 1suj-pp 1v (1)3/1 pres 1obj
- *INV: eu faço essa .

Em relação às formas de 3/2, 12 exemplos em 18 envolvem de novo a forma “quer” (ou “que(r)”). As restantes formas são “é”, “vai”, “comprou” e “está”. Aqui uma forma não implica, como as outras, a supressão da sibilante final (“comprou”).

Relativamente a 3/3pl, nota-se igualmente que o tipo de contextos é quase exclusivamente equivalente ao de privilégio (incorrecto) destas formas ao nível do estado adulto; são contextos com o verbo “ser” e “estar” e com sujeitos pós-verbais:

² Veja-se a nota anterior.

(77) CRI_P_08sI+T.cha": linha 1022.
 *INV: +, muitos bichinhos .
 CRI: é [/] é [] muito lindos .
 %syn: 0suj 1vser (1)3/3pl pres 1pred
 *INV: <é &mui> [//] são muito lindos,, não são ?

(78) CRI_P_08sI+T.cha": linha 1088.
 *INV: aí são as [/] as fitinhas .
 CRI: (en)to(r)nou~s(e) [] os bombons todos .
 %syn: 1v (1)3/3pl pass 1clit 1sujp
 *INV: um@i ?

A única ocorrência “agramatical” que não privilegia a forma de terceira pessoa do singular, de 1/2, não é significativa; pelo número e porque é corrigida na produção seguinte:

(79) *INV: (es)tou deitada?
 CRI: (es)tou [].
 %com: cf. produção seguinte
 %syn: 0suj 1v 1/2 pres
 *INV: não.
 *CRI: (es)tás+(es)tás.
 %com: corrige flexão
 %syn: 0suj 1vestar 2/2 pres

As formas verbais que ocorrem nas primeiras sessões são as seguintes:

(80)

RAP (PE)	verbos com ocorrências de uma só forma	v. com ocorrências de formas múltiplas
1;10.2	- pica, é, há, está, quer (3/1), tem, corta, tiro, cabe - imp.: olha, toma, tapa	- cai, caio, caiu - deu, dei
1;11.0	- está, tem, fala, apaga, acende, anda, presta, há, chega, canta - imp.: olha, sai, abre, põe, tira, toma - comprar	- é, foi (3/3pl) - quero, quer (3/1) - come, comi - dá (imp.), deu - lavar, lavo, lava (imp.), lava
2;0.0	- é, está, consegue (3/1+3/3), brinca, encaixa, papa, acabou, chama(-se), tem, vou - imp.: olha, toma, tira, dá - brincar, dormir	- abre (imp.), abre (imp./conj.), abre - quero, quer (3/1+3/3) - comi, comeu - ponho, põe

Apesar do número mais reduzido de formas relativamente à primeira criança referida, o que se relaciona naturalmente com a menor duração, em média, das gravações, esta criança apresenta desde a primeira sessão contrastes relevantes de [pessoa].

As ocorrências significativas são: “cai, caio, caiu” e “deu, dei”.

O número de formas a que se associa 1/1 é de dois na primeira sessão, dois na segunda, e quatro na terceira. Destas oito, só duas surgem na primeira coluna, o que significa, de novo, que 1/1 se associa tipicamente a raízes verbais que surgem já com outras marcas de [pessoa].

Relativamente a [número], o contraste é para esta criança ainda mais claro, com o favorecimento muito significativo das formas de singular.

Quanto ao padrão de produção, os resultados são equivalentes aos verificados para o Luís, com a alteração relativa a 2/2. Não ocorre 3pl/3plref2pl.

(81) RAP: 3/3 > 1/1 > 2/2 > 3pl/3pl > 1pl/1pl

Relativamente à evolução da aquisição da primeira pessoa do singular, regista-se o seguinte:

(82)

RAP (PE) Idade			1/1	3/1	3/3refl	3/1+3/3refl	Total	%1/1 / Total
1	10	2	3	3	0	3	6	50.0%
1	11	0	13	1	1	2	15	86.7%
2	0	0	9	6	1	7	16	56.3%
2	1	1	19	1	1	2	21	90.5%
2	3	3	23	1	0	1	24	95.8%
2	4	15	47	1	1	2	49	95.9%
2	5	19	79	2	1	3	82	96.3%
2	7	8	67	4	0	4	71	94.4%
2	8	11	71	4	1	5	76	93.4%
2	10	8	74	1	0	1	75	98.7%
2	11	22	105	3	1	4	109	96.3%
			510	27	7	34	544	93.8%

Este parâmetro permite verificar desde a primeira sessão valores percentuais significativos para a aquisição de 1/1, embora esta seja consolidada só nas sessões seguintes.

6.4.1.3 JOA

Em relação ao João repete-se o predomínio das formas de 3/3, com uma evolução muito semelhante às anteriores (de 84.2% a 63.0%). Repete-se igualmente a curva ascendente relativamente às formas de 1/1 e o decréscimo do uso de terceira pessoa do singular em auto-referência, o qual tem um peso percentual mais significativo para esta criança. As formas de 2/2 são pouco numerosas e vão oscilando, em termos relativos; as de 1pl/1pl têm valores muito próximos e mais ou menos constantes desde que surgem, na terceira sessão. Os de 3pl/3pl oscilam igualmente, desde a primeira sessão.

Em relação às formas de 1pl/1pl, são, de novo, quase exclusivamente “vamos”, com três exceções:

(83) JOA_P_07sI+T.CHA": linha 244.

*JOA: e agora ?

JOA: nós temos 0de [] colar .

%syn: 1suj-pp 1v (1)1pl/1pl pres 1vinf 0obj

*LUC: não temos quê ?

- (84) JOA_P_07sI+T.CHA": linha 997.
 *JOA: olh(a) .
 JOA: ac(ab)ámos Ode [] pintar [*] aqui uma [/] a história .
 %syn: Osuj 1v (1)1pl/1pl pass 1vinf 1obj
 *JOA: mais out(r)a não .

- (85) JOA_P_08sI+T.CHA": linha 1399.
 *JOA: quero o o(u)riço !
 *JOA: (es)tamos piores ou quê ?
 %syn: Osuj 1vestar (1)1pl/1pl pres 1pred 1comp 1comp
 *LUC: hã@i ?

Relativamente a 3pl/3pl, encontram-se as formas “são”, “estão” e “vão” e, com um número menos significativo de ocorrências, “estragaram”, “fugiram”, “apanharam”, “caem” e “guardam”.

Quanto a 3/3refl, verifica-se de novo que é um tipo de contexto muitas vezes induzido pelo contexto:

- (86) JOA_P_05sI+T.CHA": linha 155.
 *ANT: o João vai co(l)ar .
 *JOA: o João vai co(l)ar # vai .
 %syn: 1suj 1vaux (1)3/3(refl) pres 1vinf 0obj
 *PAI: vai colar o quê # João ?

No contexto acima, note-se como PAI se dirige à criança usando a forma formal (equivalente a 3/3).

Relativamente a 3/3reflpl temos um único exemplo:

- (87) JOA_P_07sI+T.CHA": linha 1038.
 *ANT: ai@i # ai@i # que eu já caí .
 *JOA: ai qu(e) a gente caiu .
 %syn: 1comp 1suj-pp 1v (1)3/3(reflpl) pres
 *JOA: o João .

Relativamente aos contextos “desviantes”, nota-se igualmente o privilégio da forma da terceira pessoa do singular, com uma única exceção (2/3), com duas ocorrências:

- (88) JOA_P_07sI+T.CHA": linha 977.
 *LUC: (es)tá constipado ?
 JOA: ai@i # esta não (es)tás [] constipado .
 %syn: 1suj-d 1neg 1vestar (1)2/3 pres 1pred
 *JOA: (o)lh(a) o mocho .

- (89) JOA_P_07sI+T.CHA": linha 1132.
 *JOA: olh(a) aqui xxx .
 JOA: istos@c [] tens [*] as pilhas .
 %syn: 1suj-d 1v (1)2/3 pres 1obj
 JOA: istos@c [] tens [*] pilhas .

Relativamente à estratégia de 3/1, as formas que ocorrem são: “quer”, “tem”, “pega”, “comeu”, “chora”, “bate”, “sabe”, “vai”, “está” e “foi”. Os contextos fonológicos são de novo heterogéneos. Eis alguns exemplos:

- (90) JOA_P_07sI+T.CHA": linha 1486.
 *JOA: <oh@i pá> [/] <oh@i pá> [//] pá !
 JOA: eu vai [] empurrar e(le)s .
 %syn: 1suj-pp 1vaux (1)3/1 pres 1vinf 1obj 1pron/clit
 *PAI: mas porquê ?

- (91) JOA_P_04sI+T.CHA": linha 1052.
 *PAI: como é que se chama o mano # não sabes ?
 JOA: sabe+sabe [] .
 %syn: 0suj 1v (1)3/1 pres 0obj
 *PAI: então diz lá como é que é .

Relativamente a 3/2, todos os contextos, salvo uma exceção, correspondem à forma “quer” (ou “que(r)”). Eis a exceção:

- (92) JOA_P_06sI+T.CHA": linha 477.
 *LUC: posso falar agora ?
 JOA: pode [] .
 %syn: 0suj 1v (1)3/2 pres 0vinf
 *LUC: posso ?

Não parece credível, até por ser uma ocorrência única, que se tratasse aqui do tratamento “formal”.

Quanto aos contextos de 3/3pl, nota-se de novo que têm que ver, sem exceções, com o tipo de estruturas que ocorrem também no estado adulto (veja-se a segunda fala de JOS no terceiro exemplo citado abaixo): com os verbos “ser” e “estar”, em estruturas de coordenação e com sujeitos pós-verbais.

(93) JOA_P_04sI+T.CHA": linha 252.

*JOA: a galinha em pé # com o cavalo .
*JOA: doi(s) [//] <é dois> [/] é dois com o cavalo .
%syn: 0suj 1vser (1)3/3pl pres 1pred
*ANT: é quê ?

(94) JOA_P_04sI+T.CHA": linha 397.

*PAI: ah+ah+ah+ah@i !
*JOA: vai cantar o cavalo e este .
%syn: 1vaux (1)3/3pl pres 1vinf 0obj 1sujp
*ANT: vai quê ?

(95) JOA_P_04sI+T.CHA": linha 527.

*JOS: (es)tão aonde ?
JOA: (es)tá [] (a)qui .
%syn: 0suj 1vestar (1)3/3pl pres
*JOS: não # aí não é os braços .

(96) JOA_P_06sI+T.CHA": linha 484.

*LUC: sentas aqui ao meu lado ?
JOA: oh:@i # <caiu todo> [//] caiu [] todos .
%syn: 1v (1)3/3pl pass 1sujp
*PAI: sabes # Lúcia # que o João foi dar um passeio de
<autocarro> [>] ?

- (97) JOA_P_08sI+T.CHA": linha 947.
- *JOA: vão .
- %syn: 0suj 1v 3pl/3pl pres
- *JOA: já acabou [*] a [//] as praias .
- %syn: 1v (1)3/3pl pass 1suj
- *ANT: já acabou as praias [% rep .]

Quanto às formas produzidas nas primeiras sessões, observa-se a seguinte evolução:

(98)

JOA (PE)	verbos com ocorrências de uma só forma	v. com ocorrências de formas múltiplas
2;0.2	- caiu, anda, está, morreu, faz, acorda -imp.: olha, cola, tira	- é, são
2;1.11	- tem (3/1 + 3/3), fez, há, corta, sobe, caiu, fechou, quer (3/1), ralha - imp.: olha, anda - tirar, fazer, pôr, nadar, papar, jogar, andar, beber, tomar	- é, são - está, estou, estão - estragar, estragaram
2;2.9	- sei, podes, é, pisei, morreu, pega (3/1), acabou, tem, parou - imp.: deixa, olha - fazer, esconder(-se), tocar, saltar, dormir, buscar, partir, comer	- está, estou - vai, vamos, vem, vou - gosta, gosto, gostas - come, comeu (3/1) - quero, quer (3/1) - gritar, grita (imp./conj.) - dar, dá (imp.) - morder, morde - papar, papa (imp.) - andar, anda

Esta tabela permite concluir que na segunda sessão se verifica uma evolução, evidenciada nas formas do verbo “estar”, a qual é consolidada na terceira sessão.

Quanto ao número de formas a que se associa a marca de 1/1, temos zero na primeira sessão, um na segunda e sete na terceira. Destas, três ocorrem na primeira coluna.

Em termos de padrão de produção, a relação entre tipos de contexto é equivalente às anteriores, com uma diferença relativa a 3pl/3pl, que troca de posição relativa com 2/2. 3pl/3plref2pl não ocorre.

(99) JOA: 3/3 > 1/1 > 3pl/3pl > 2/2 > 1pl/1pl

Quanto à evolução da aquisição do paradigma de primeira pessoa do singular, verificam-se os seguintes valores:

(100)

JOA (PE) Idade			1/1	3/1	3/3refl	3/1+3/3refl	Total	%1/1 / Total
2	0	2	0	0	0	0	0	-
2	1	11	4	6	0	6	10	40.0%
2	2	9	7	3	0	3	10	70.0%
2	3	17	27	7	0	7	34	79.4%
2	4	7	15	7	3	10	25	60.0%
2	5	2	14	7	0	7	21	66.7%
2	6	1	18	4	3	7	25	72.0%
2	7	16	41	6	0	6	47	87.2%
			126	40	6	46	172	73.3%

Também a observação comparada destes paradigmas permite verificar uma evolução na segunda sessão, consolidada claramente na terceira.

6.4.1.4 PED

Finalmente, nos dados de PED repete-se o mesmo peso relativo de 3/3, com algumas oscilações.

As formas “agramaticais” têm um peso considerável (10,3%), que tende naturalmente a diminuir.

Também as formas de 1/1 e 2/2 apresentam valores estabilizados (com exceção da primeira sessão), bem como 1pl/1pl e 3pl/3pl, com um pico na quinta sessão. As formas de 3pl/3plref2pl não ocorrem.

Em relação a 1pl/1pl, todas as ocorrências têm a forma “vamos”, com uma exceção, com “estamos”:

(101) PED_P_06sI+T.CHA": linha 453.

*PED: o(lh)a .

*PED: vamos p(ara) o qua(r)to .

%syn: 0suj 1v (1)1pl/1pl pres

*ANT: vamos p(ara) o quarto [?] .

(102) PED_P_06sI+T.CHA": linha 1174.

*PED: xx assim .
*PED: nós (es)tamos a fazer .
%syn: 1suj-pp 1vestar (1)1pl/1pl pres 1vinf 0obj
*ANT: ai este não entra # pronto já (es)tá,, não (es)tá ?

Quanto a 3pl/3pl, as formas que ocorrem são: “são, eram, estão, fazem, deitam, têm, podem”. Eis alguns exemplos:

(103) PED_P_02sI+T.CHA": linha 99.

*ANT: olha # o que é que estes (es)tão a fazer ?
*PED: (es)tão a sair do mar .
%syn: 0suj 1vestar (1)3pl/3pl pres 1vinf
*ANT: estão a sair do mar ?

(104) PED_P_05sI+T.CHA": linha 714.

*ANT: pois podem~se aleijar # fazer dói+dói .
*PED: pois podem .
%syn: 0suj 1v (1)3pl/3pl pres 0vinf 0clit
PED: está [] com isto .
%syn: 0suj 1vestar ?3/3pl pres

Quanto a 3/3refl, verificam-se somente duas ocorrências, em sequência:

(105) PED_P_04sI+T.CHA": linha 279.

*PED: é .
%syn: 0suj 1vser 3/3 pres
*PED: o Peu@f não gosta .
%syn: 1suj 1neg 1v (1)3/3(refl) pres
*ANT: não gosta de quê ?

(106) PED_P_04sI+T.CHA": linha 282.

*ANT: não gosta de quê ?
*PED: não gosta do gato !
%syn: 0suj 1neg 1v (1)3/3(refl) pres
*ANT: não gosta do gato ?

Relativamente a 3/3ref2, existe uma única ocorrência:

(107) PED_P_05sI+T.CHA": linha 122.

*ANT: quem é que conta # sou eu ou contas tu ?
*PED: é o Quintas .
%syn: 0suj 1vser (1)3/3(ref2) pres 1pred
*ANT: sou eu que conto. ³

Quanto às formas “agramaticais”, volta a privilegiar-se, para esta criança em termos mais significativos, a forma de terceira pessoa do singular, com uma única exceção (2/1), com uma ocorrência:

(108) PED_P_01sI+T.CHA": linha 381.

*MAE: não viste a Rua Sésamo !
PED: viste [] [/] viste [*] .
%syn: 0suj 1v (1)2/1 pass 0obj
*MAE: viste # viste ?

3/2 tem um peso percentual pouco significativo, com cinco ocorrências e duas formas: “quer” e “põe”:

(109) PED_P_02sI+T.CHA": linha 118.

*PED: aqui há muitos # macacos .
%syn: 1vimps 3/3 pres 1obj
PED: quer [] ver ?
%syn: 0suj 1v (1)3/2 pres 1vinf 0obj
*ANT: mostra .

(110) PED_P_02sI+T.CHA": linha 444.

@New Episode

PED: tu põe [] isto # da [*] mesa .
%syn: 1suj-pp 1v (1)3/2 pres 1obj
*ANT: o quê ?

³ O “Quintas” é o interlocutor da criança; o ANT.

O peso de 3/3pl é já considerável, ocorrendo as formas “fica, caiu, é, falta, está, acabou-se, faz, fez, tem, escondeu-se”. De novo se nota a tendência para o privilégio desta forma em contextos com os verbos “ser” e “estar” e com sujeitos pós-verbais:

(111) PED_P_02sI+T.CHA": linha 223.

*MAE: os dedos # os dedos !
PED: os dedos é [] aqui .
%syn: 1suj 1vser (1)3/3pl pres
*MAE: ah@i os dedos é aqui .

(112) PED_P_02sI+T.CHA": linha 855.

*ANT: acabaram todas ?
PED: acabou~se [] todas .
%syn: 1sujp 1v (1)3/3pl pass 1clit
PED: ago(r)a que(r) [] mais ?
%syn: 0suj 1v 3/1 pres 1obj

Por vezes, o sujeito é antecedido de pausa, deslocado à direita, o que favorece naturalmente 3/3pl.

(113) PED_P_04sI+T.CHA": linha 1102.

*ANT: p(a)ra embrulhar # agora vai lá mostrar à mãe
embrulhadas as canetas !
PED: (es)tá embrulhado [] # as canetas .
%syn: 1sujp 1vestar (1)3/3pl pres 1pred masc/fem sing/pl
*ANT: viste esta palavra ?

Minoritariamente (oito vezes em 36), ocorre 3/3pl noutros contextos:

(114) PED_P_01sI+T.CHA": linha 319.

*PED: eu já vou apanha(r) os carros .
%syn: 1suj-pp 1vaux 1/1 pres 1vinf 1obj
PED: os carros caiu [] todos aqui # oh@i <caído> [?] .
%syn: 1suj 1v (1)3/3pl pass
@New Episode

(115) PED_P_03sI+T.CHA": linha 149.

*ANT: o qu(e) é que eles fazem quando estão na água ?
PED: faz [] piu:@o !
%syn: 0suj 1v (1)3/3pl pres 1obj
*ANT: ãh@i ?

(116) PED_P_03sI+T.CHA": linha 805.

*MAE: veio o lobo mau para comer os porquinhos # e depois o
que é que os porquinhos fizeram ?
PED: &fa [/] fez [] [/] fez [/] piquenique .
%syn: 0suj 1v (1)3/3pl pass 1obj
*MAE: fez piquenique ?

(117) PED_P_05sI+T.CHA": linha 184.

*ANT: escondeu o quê ?
PED: os cabritinhos lá dentro do re(l)ógio # escondeu [] oh@i.
%syn: 1suj 1v (1)3/3pl pass 0clit
*PED: não se vê .
%syn: 1neg 1v 3/3 pres 1clitsuj 0obj

É especialmente interessante notar nos segundo e terceiro exemplos acima como a criança não repete a forma verbal correcta disponível na fala antecedente do adulto.

Quanto a 3/1, com um peso considerável, a evolução maior só se regista na quinta sessão, com uma descida significativa.

As formas são: “comeu, viu, brincou, contou, fez, que(r), quer, está, põe, vai, foi, contou, descasca, comeu, tem, gosta, correu, mata, empresta, tocou, vê, tapa, sabe, pôs”.

Eis alguns exemplos:

(118) PED_P_02sI+T.CHA": linha 637.

*MAE: pois # eu comi tudo .
PED: eu comeu [] a papa toda .
%syn: 1suj-pp 1v (1)3/1 pass 1obj
*MAE: eu comi a papa toda,, não é ?

(119) PED_P_04sI+T.CHA": linha 76.

*ANT: parece~me que não abre .
 PED: mas e(u) nã(o) tocou [] aí # não .
 %syn: 1comp 1suj-pp 1neg 1v (1)3/1 pass 2neg
 *ANT: tu não quê ?

(120) PED_P_06sI+T.CHA": linha 681.

*ANT: <vê lá se cais> [<] .
 PED: não cai [] nada !
 %syn: 0suj 1neg 1v (1)3/1 pres 2neg
 *ANT: não cai nada ?

Relativamente às formas verbais que ocorrem, verifica-se o seguinte⁴:

(121)

PED (PE)	verbos com ocorrências de uma só forma	v. com ocorrências de formas múltiplas
2;7.16	- esqueceu, guardo, fica, consigo, tenho, falta (3/3pl), janto, gosto, pisa, podes, fica (3/3pl+3/3), tapou, vestiu, chego, levou, deixei, anda - imp.: olha, dá, toma - buscar, apanhar, dormir, lavar	- é (3/3+3/3pl), são, fui, eram, foi - estou, está, estava (3/3), estão - tirar, tirei, tiro, tirou, tira (imp.) - vou, vais, vem (imp.), vem, veio, vai (3/3+3/1), foi - ponho, põe (3/1), põe (imp.) - vi, viste (2/1), viu (3/1) - comer, comi, comeu (3/1+3/3) - fiz, fez (3/1) - quero, que(r) (3/1) - sentar, sentares - brincar, brincou (3/1) - contar, contou (3/1) - comprar, comprou - cair, caiu (3/3pl+3/3)

A primeira sessão demonstra já a aquisição de [pessoa] consolidada, apesar do peso significativo de 3/1. Nota-se a este respeito a flutuação entre formas de 1/1 e 3/1 do mesmo verbo: “ponho, põe (3/1)”, “vi, viste (3/1)”, “comi, comeu (3/1)”, “fiz, fez (3/1)” e “quero, que(r) (3/1)”.

Quanto à associação da marca de 1/1 a diferentes formas verbais, temos 15 ocorrências distintas, seis na primeira coluna e nove na segunda.

O padrão da evolução, em termos quantitativos, é o seguinte:

⁴ Dado o grau de desenvolvimento observado, a pesquisa restringiu-se à primeira sessão.

(122) PED: 3/3 > 1/1 > 2/2 > 3pl/3pl > 1pl/1pl.

A aquisição da primeira pessoa do singular evolui da seguinte forma:

(123)

PED (PE) Idade			1/1	3/1	3/3refl	3/1+3/3refl	Total	%1/1 / Total
2	7	16	48	22	0	22	70	68.6%
2	8	0	20	23	0	23	43	46.5%
2	8	25	24	11	0	11	35	68.6%
2	10	10	38	16	2	18	56	67.9%
2	11	1	35	4	0	4	39	89.7%
3	1	15	50	6	0	6	56	89.3%
			215	82	2	84	299	71,9%

No cômputo geral, PED apresenta o maior peso percentual das crianças portuguesas para 3/1 e 3/3refl (6,2%) (sendo a que começa a ser gravada mais tarde).

Na tabela acima verifica-se a existência de uma fase mais ou menos estável até à antepenúltima sessão, altura em que 3/1 desce para valores que já não são significativos. Se compararmos estes dados com os anteriores para a mesma faixa etária verifica-se uma diferença individual pronunciada, sendo o fim de 3/1 mais tardio no caso desta criança.

6.4.1.5 Síntese relativa aos dados do PE

Em termos de médias, os resultados são os seguintes:

(124)

	1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	3/1	3/2	3/3pl	Outros	Total
LUI	10.5%	2.3%	73.5%	1.1%	8.3%	1.0%	0.3%	2.1%	0.9%	100%
RAP	26.6%	5.8%	59.4%	1.1%	2.9%	1.4%	0.9%	1.1%	0.8%	100%
JOA	11.7%	2.8%	71.5%	2.7%	3.4%	3.7%	2.1%	1.3%	0.9%	100%
PED	16.0%	6.9%	63.2%	0.7%	3.7%	6.1%	0.4%	2.7%	0.3%	100%
Total	16.2%	4.5%	66.9%	1.4%	4.6%	3.1%	0.9%	1.8%	0.7%	100%

Como aspectos comuns sublinha-se o peso relativo de 3/3, substancial para as quatro crianças, e ainda o de 1/1 como segunda forma mais presente, embora aqui a rapariga se distancie dos rapazes. Sublinha-se ainda a pouca relevância das formas de 2/2 (com mais ocorrências para RAP e para PED), o que não diminui, na globalidade, o peso

muito grande que as formas de singular têm em relação às de plural. Destas, 3pl/3pl é a mais significativa (de novo a terceira pessoa).

O facto de praticamente não ocorrerem formas de segunda pessoa do plural indicia que as condições pragmáticas não explicam, só por si, este padrão, já que por diversas vezes mais do que um adulto estava presente, sendo praticamente sempre esta a norma no caso de LUI.

Em relação às formas de terceira pessoa do singular usada em vez de outras formas (3/*), nota-se que, com variações entre formas e entre crianças, é uma estratégia com um peso que, face às formas de 2/2 e de plural, não se pode ignorar: 5,9%, com predomínio global do uso de terceira pessoa do singular em auto-referência. Em relação a este aspecto, como já foi sublinhado acima, existem diferenças individuais significativas.

Quanto à ordem de privilégio das formas “gramaticais” de [pessoa], eis a síntese:

(125)

LUI	3/3	1/1	3pl/3pl	2/2	1pl/1pl	3pl/3plref2pl
RAP	3/3	1/1	2/2	3pl/3pl	1pl/1pl	
JOA	3/3	1/1	3pl/3pl	2/2	1pl/1pl	
PED	3/3	1/1	2/2	3pl/3pl	1pl/1pl	

Nota-se a oscilação entre 2/2 e 3pl/3pl, unanimemente seguidas por 1pl/1pl; 3pl/3plref2pl surge mais tardiamente e, neste *corpus*, para uma só criança.

Quanto à observação da evolução das formas verbais, considerou-se especialmente relevante a determinação do momento em que 1/1 se pode considerar adquirido, surgindo já em contraste com 3/3 (a forma *default*, ou não pessoa). É nesse momento que se considera [pessoa] como um traço já adquirido.

Os dados para as quatro crianças portuguesas, agora sintetizados, são os seguintes:

(126)

PE	Sessão	Idade	Observações
LUI	LUI03	2;0.27	Consolidação em LUI04 (2;2.0).
RAP	RAP01	1;10.2	A aquisição pode ter ocorrido anteriormente, embora tal não seja provável.
JOA	JOA02	2;1.11	Consolidação em JOA03 (2;2.9).
PED	PED01	2;7.16	A aquisição pode ter ocorrido anteriormente, o que é muito provável.

Entretanto, este critério foi combinado com a observação da consolidação de 1/1 por relação com 3/1 (e 3/3refl).

Eis os resultados globais:

(127)

PE	1/1	3/1	3/3refl	3/1+3/3refl	Total	%1/1 / Total
LUI	299	29	20	49	348	85.9%
RAP	510	27	7	34	544	93.8%
JOA	126	40	6	46	172	73.3%
PED	215	82	2	84	299	71.9%

Aqui surgem claras diferenças interindividuais, com o distanciamento da rapariga num pólo e de PED no outro, tendo já sido notado acima o peso especialmente representativo de 3/1 para esta criança.

A partir deste indicador foi possível reformular definitivamente o estabelecimento do critério fundamental para determinar a consolidação de 1/1 e, conseqüentemente, de [pessoa]:

(128)

PE	Sessão	Idade	Observações
LUI	LUI03	2;0.27	Consolidação em LUI04 (2;2.0), confirmada pela observação de “% de 1/1 / Total”.
RAP	RAP01	1;10.2	A aquisição pode ter ocorrido anteriormente, embora tal não seja provável, como indicia também a medida de “% de 1/1 / Total”, com valores de 50.0% em RAP01, consolidados nas sessões seguintes.
JOA	JOA02	2;1.11	Consolidação em JOA03 (2;2.9). Esta consolidação é confirmada pela medida de “% de 1/1 / Total”, com valores de 40% na segunda sessão e 70% na terceira.
PED	PED01	2;7.16	A aquisição pode ter ocorrido anteriormente, o que é muito provável. Esta suposição é também suportada pela medida de “% de 1/1 / Total”, apesar do padrão específico (mais significativo) de 3/1 para esta criança.

6.4.2 PB

Nesta secção, descrevem-se os dados relativos às crianças brasileiras.

6.4.2.1 PAU

Em relação a PAU, nota-se de novo o predomínio de 3/3, com valores mais ou menos estabilizados, em termos percentuais. 1/1 regista uma subida considerável na segunda sessão, mantendo-se estável na terceira.

O factor mais notório é o recurso muito significativo à estratégia de 3/1, a juntar a 3/3ref1. As formas de plural são raras (27 em 1604 ou 1,7%) e 3/3ref2 (“você vai”, funcionalmente equivalente em PE a 2/2) surge com a percentagem de 3,2%.

Relativamente a 1pl/1pl, inexistente na primeira sessão, observa-se que todos os contextos dizem respeito a ocorrências de “vamos” (como no primeiro exemplo abaixo), com uma excepção (veja-se o segundo exemplo):

(129) PAU_B_02sI+T.cha": linha 4148.

*MOT: quê ?

*CHI: vamos ligar a gaga@c # pode ?

%syn: 0suj 1v (1)1pl/1pl pres 1vinf 1obj 1vimps 3/3 pres

*CHI: pode .

- (130) PAU_B_03sI+T.cha": linha 6452.
- *CHI: daí ?
- *CHI: fomos embora .
- %syn: 0suj 1v (1)1pl/1pl pass
- *INV: m@i .

Quanto a 3/3ref1, ocorrem as formas “fez, foi, consertou, é, quer, põe”.

Eis alguns exemplos:

- (131) PAU_B_02sI+T.cha": linha 4514.
- *INV: um monte de caneta .
- *CHI: é Paião@fp fez o papato@f .
- %syn: 1suj 1v (1)3/3(ref1) pass 1obj
- *CHI: é pa@fp [/] papato@f .
- %syn: 0suj 1vser 3/3 pres 1pred

- (132) PAU_B_02sI+T.cha": linha 6314.
- *MOT: que foi ?
- *CHI: Paião quer &to [/] tomar banho outra vez .
- %syn: 1suj 1v (1)3/3(ref1) pres 1vinf 1obj
- *MOT: Paulinho quer tomar banho outra vez ?

Quanto a 3/3ref2, é, como já se disse, a forma equivalente a 2/2 em PE.

Eis alguns exemplos:

- (133) PAU_B_03sI+T.cha": linha 777.
- *MOT: posso desligar ?
- *CHI: pode .
- %syn: 0suj 1v (1)3/3(ref2) pres 0vinf
- *MOT: estragou .
- (134) PAU_B_03sI+T.cha": linha 1492.
- *MOT: onde está aquele +/-.
- *CHI: você tocou uma musiquinha .
- %syn: 1suj-pp 1v (1)3/3(ref2) pres 1obj
- *INV: criatividade .

Relativamente às formas “agramaticais”, tal como já se verificou relativamente aos dados do PE, a forma de terceira pessoa do singular é privilegiada.

A única ocorrência excepcional é um caso de auto-referência, não sendo, também por isso, significativa:

(135) PAU_B_02sI+T.cha": linha 1230.

*CHI: não foi eu não .

%syn: 1neg 1vser 3/1 pass 1pred 2neg

*CHI: Paião vou aqui .

%syn: 1suj 1v (1)1/3(refl) pres

*CHI: brum@o [= onomatopéia imitando o ruído de um carro] .

Relativamente a 3/1, observa-se uma curva descendente, embora com valores consideráveis nas três sessões consideradas. As formas são: “desenhou, quer, ganhou, foi, lavou, achou, cai, carimbou, vai, está, traz, gosta, engoliu, dá, ouviu, sobe, desceu, caiu, precisa, escreve, gravou, amassou, sabe, bate, faz, consegue, conhece, abre, jogou, pintou, tem, põe, gostou”.

A forma “quer” (sempre correspondente a “que(r)”) é a mais frequente, com 91 das 289 formas (31,5%).

Eis alguns exemplos:

(136) PAU_B_02sI+T.cha": linha 1227.

*CHI: não .

*CHI: não foi eu não .

%syn: 1neg 1vser (1)3/1 pass 1pred 2neg

*CHI: Paião vou aqui .

%syn: 1suj 1v 1/3(refl) pres

(137) PAU_B_02sI+T.cha": linha 2125.

*CHI: achou .

%syn: 0suj 1v 3/1 pass 0obj

*CHI: eu achou .

%syn: 1suj-pp 1v (1)3/1 pass 0obj

*CHI: eu achou .

Relativamente às transcrições de PAU (como para os outros sujeitos) recorreu-se, em casos duvidosos, à transcrição fonética, disponibilizada para a totalidade do *corpus*. Assim, nos casos seguintes a codificação foi feita tendo em conta, fundamentalmente, aquela transcrição:⁵

(138) PAU_B_01sI+T.cha": linha 2739.

*CHI: quer água .

%pho: k E b a

%syn: 0suj 1v 3/1 pres 1obj

*CHI: eu quero água .

%pho: o k E b a

%syn: 1suj-pp 1v (1)3/1 pres 1obj

*EST: <eu quer aba@u> [""] .

(139) PAU_B_02sI+T.cha": linha 650.

*FAT: onde você está limpando ?

*CHI: eu vou botar .

%pho: o 'v aj b o 't a

%syn: 1suj-pp 1v (1)3/1 pres 1vinf 0obj

*FAT: limpa a cadeira também .

Em relação a 3/3pl, existe um único exemplo, com o verbo “ser”:

(140) PAU_B_03sI+T.cha": linha 4229.

*CHI: ó@ 0em baixo .

*CHI: foi dois carros .

%syn: 0suj 1vser (1)3/3pl pass 1pred

*FAT: lá em baixo ?

Quanto às formas verbais presentes nas primeiras sessões, observa-se o seguinte:

⁵ Estes casos corresponderam a 14 do total de 289.

Recorda-se que se optou como regra geral por transcrever unicamente a linha secundária relativa à codificação sintáctica, omitindo-se todas as outras (incluindo a de transcrição fonética), por uma questão de economia de espaço.

(141)

PAU (PB)	verbos com ocorrências de uma só forma	v. com ocorrências de formas múltiplas
1;8.21	<p>- acabou, caiu, abão@ [=abriu], derrubou, fechou, chega, dói, tomou, está, dá, desenhou, sujou, arde, guardou, botou, guardei, ganhei, achou (3/1), carimbou (3/1)</p> <p>-imp.: olha</p> <p>- bater, tirar, abrir, nanar, arrumar, dançar, escrever, papar, preparar, descer, subir</p>	<p>- é, foi (3/1)</p> <p>- quero, quer (3/1+3/3)</p> <p>- pôr, põe, põe (imp.)</p> <p>- caí, caiu, cai (3/1)</p> <p>- vou, vamos</p> <p>- lavar, lavou</p> <p>- tira (imp.), tirou</p> <p>- passar, passou, passa (imp.)</p> <p>- fazer, fez</p> <p>- lavar, lavou (3/1)</p>
1;10.20	<p>- caibo, serve, tem, acabou, chega, saiu, abriu, amassou, soltou, achou (3/1), pegou, ganhei, gosta (3/1), engoliu (3/1), sujou, quebrou, consertou</p> <p>- trabalhando</p> <p>- imp.: olha, abre, senta, pega, traz,</p> <p>- chamar, nanar, lavar, mudar, voar, entrar, pôr, passear, buscar, deixar, comer, levar, fechar, usar, arrumar, ligar, aparecer, ver, desenhar, consertar, matar, ficar</p>	<p>- é, foi (3/1+3/3)</p> <p>- estou, está (3/1+3/3)</p> <p>- vou, vai (3/1+3/3), vamos</p> <p>- fazer, fiz, fez</p> <p>- pode, posso</p> <p>- bate, bateu</p> <p>- falta, faltou</p> <p>- quero, quer (3/1)</p> <p>- usar, usou, usei</p> <p>- ficar, fica</p> <p>- limpar, limpou</p> <p>- botar, bota (imp.), botei</p> <p>- põe, põe (imp.)</p> <p>- tomar, tomou</p> <p>- traz (imp.), traz (3/1)</p> <p>- tirar, tira (imp.), tiro</p> <p>- escrever, escrevi</p> <p>- guardar, guardou</p> <p>- cair, caiu, cai</p> <p>- subir, subiu</p> <p>- guardar, guarda (imp.)</p> <p>- descer, desceu</p> <p>- comer, come (imp.)</p> <p>- fechar, fecha</p> <p>- terminar, terminou</p> <p>- dar, dá</p> <p>- pôr, põe</p> <p>- bater, bateu</p> <p>- beber, bebeu</p> <p>- dar, dá</p> <p>- ligar, liga</p>

Na primeira sessão os únicos contrastes relevantes são “quero, quer (3/1+3/3)” e “caí, caiu, cai (3/1)”, ainda com formas de 3/1. Na segunda, o processo consolida-se.⁶

O número de formas distintas a que se associa 1/1 é de cinco na primeira sessão (dois na primeira coluna e três na segunda) e de 10 na segunda (dois na primeira coluna e oito na segunda).

O padrão de privilégio de formas, em termos quantitativos, é o seguinte:

$$(142) \text{ PAU: } 3/3 > 1/1 > 3/3\text{ref2} > 1\text{pl}/1\text{pl}.$$

Quanto à aquisição da primeira pessoa do singular, verifica-se a seguinte evolução.

(143)

PAU (PB)			1/1	3/1	3/3ref1	3/1+3/3ref1	Total	%1/1 / Total
Idade								
1	8	21	9	38	1	39	48	18.8%
1	10	20	146	162	12	174	320	45.6%
2	2	18	164	89	3	92	256	64.1%
			319	289	16	305	624	51.1%

Estes dados demonstram de novo ter existido uma evolução muito significativa entre a primeira e a segunda sessões, consolidada na terceira.

6.4.2.2 RAB

RAB, embora repetindo o privilégio de 3/3, tem um peso mais significativo para 1/1 e igualmente para 3/3ref2, com valores mais ou menos estabilizados, embora com alguns picos.

Eis alguns exemplos de 3/3ref2, um tipo de contexto exclusivo do PB, nos dados analisados:

(144) RAQ_B_03sI+T.CHA": linha 58.

*RAQ: num [= não] consigo .

%syn: 0suj 1neg 1v 1/1 pres 0obj

*RAQ: põe eu aqui ?

%syn: 0suj 1v (1)3/3(ref2) pres 1obj 1pron/clit

*MAE: ponho ## vem .

⁶ Dada a grande extensão do ficheiro, a análise da segunda sessão foi feita até à linha 4600 (num total de 9393 linhas).

(145) RAQ_B_03sI+T.CHA": linha 278.

*MAE: como é que eles vão brinca(r) ?
*RAQ: assim ## que(r) ve(r) ?
%syn: 0suj 1v (1)3/3(ref2) pres 1vinf 0obj
*MAE: quero .

(146) RAQ_B_03sI+T.CHA": linha 428.

*MAE: troca ele primeiro .
*RAQ: ah@i # ah@i # ah@i # você [/] você [/] ah@i # você
segura .
%syn: 1suj-pp 1v (1)3/3(ref2) pres 0obj
*RAQ: ah@i ## você [/] você segura esse aqui .
%syn: 1suj-pp 1v 3/3(ref2) pres 1obj

Surgem igualmente contextos de 1pl/1pl, com o peso de 5,2%. A forma em causa é quase exclusivamente “vamos”, sempre produzida como “vamo(s)”, com duas exceções, correspondentes à forma “vemos”, em sequência. Eis alguns exemplos, incluindo as exceções referidas:

(147) RAQ_B_08sI+T.CHA": linha 230.

*MAE: tampei pra você # o(lha) !
*RAQ: agora vamo(s) vira(r) essa daqui ?
%syn: 0suj 1vaux (1)1pl/1pl pres 1vinf 1obj
*RAQ: <e esta daqui>[>] .

(148) RAQ_B_08sI+T.CHA": linha 76.

*RAQ: não .
*RAQ: nunca nó(s) vemos isso daqui .
%syn: 1neg 1suj-pp 1v (1)1pl/1pl pres 1obj
*MAE: nunca lavamo(s) o quê ?

(149) RAQ_B_08sI+T.CHA": linha 80.

*RAQ: hum@i # não !
*RAQ: nunca nós vemos isso daqui .
%syn: 1neg 1suj-pp 1v (1)1pl/1pl pres 1obj
*MAE: nunca nós vemos ?

Com quatro ocorrências numa única sessão, 3/3reflpl não é um contexto significativo, em termos quantitativos, sobretudo quando o seu peso é comparado com o de 1pl/1pl. É no entanto relevante assinalar que estas formas surgem na última gravação. Percentualmente, tem pesos tão pouco significativos como nos dados das duas crianças portuguesas em que este tipo de contexto ocorre (0.3% contra 0.1% nos dados de RAP e JOA).

(150) RAQ_B_11sI+T.cha": linha 104.

*MAE: e esta ?
*RAQ: essa eu não sei onde <a gente compro(u)>[>] .
%syn: 1obj 1suj-pp 1neg 1v 1/1 pres 1comp 1suj-pp 1v
(1)3/3(reflpl) pass (o)
*DAN: <eu tinha duas filhas>[<] .

(151) RAQ_B_11sI+T.cha": linha 326.

*MAE: pra [/] pra falar que a gente vai lá .
*RAQ: a gente [/] a gente já converso(u) xxx por [/] por que a gente vai lá .
%syn: 1suj-pp 1v (1)3/3(reflpl) pass 1comp 1suj-pp 1v
(2)3/3(reflpl) pres
*MAE: é ?

(152) RAQ_B_11sI+T.cha": linha 384.

*PAI: e depois pra xxx [/] pra ele voltar ?
*RAQ: a gente pega na linha .
%syn: 1suj-pp (1)3/3(reflpl) pres
*PAI: ah@i ## isso mesmo !

Em termos de formas “agramaticais”, destaca-se 3/1, embora com valores baixos. Por diversas vezes a forma que ocorre é a repetição da que o interlocutor produz no enunciado imediatamente anterior. A forma mais frequente é “que(r)”, com oito ocorrências (em 26). As outras formas são: “sabe, tem, achou, engoliu, segurou, põe, vai, consegue, é, mostra, cabe”.

Eis alguns exemplos:

(153) RAQ_B_01sI+T.cha": linha 329.

*ENT: você tem bastante boneca ?

*RAQ: tem .

%syn: 0suj 1v pres (1)3/1 0obj

*ENT: é ?

(154) RAQ_B_03sI+T.CHA": linha 802.

*MAE: segura !

*RAQ: seguro(u) !

%syn: 0suj 1v (1)3/1 pass 0obj

*MAE: dá aqui na minha mão que eu seguro .

(155) RAQ_B_04sI+T.CHA": linha 568.

*DAN: põe nela .

*RAQ: eu põe sozinha .

%syn: 1suj-pp 1v (1)3/1 pres

*MAE: <então põe> [>] .

Com duas ocorrências, 3/1pl não é um contexto significativo, em termos quantitativos. No entanto, por não ocorrer qualquer contexto deste tipo nos dados do PE e por corresponder a um padrão de inovação assinalado na literatura, os exemplos respectivos são interessantes:

(156) RAQ_B_07sI+T.CHA": linha 333.

*MAE: ah@i ## sei !

*RAQ: igual nós fez no [/] como é que chama ?

%syn: 1suj-pp 1v (1)3/1pl pass 1comp 1vser 3/3 pres 1comp
0clit 1v 3/3 pres

*RAQ: eu [/] eu num lembro .

(157) RAQ_B_07sI+T.CHA": linha 372.

- *MAE: não sei .
*RAQ: aonde foi nós ?
%syn: 1comp 1v (1)3/1pl pass 1suj-pp
*MAE: onde que vocês fizeram ginástica ?

O padrão de 3/3pl surge igualmente, embora com um peso percentual diminuto. Os contextos são dos tipos já mencionados: com os verbos “ser” e “estar” e com sujeitos pós-verbais. Eis alguns exemplos:

(158) RAQ_B_09sI+T.CHA": linha 316.

- *MAE: e esse ?
*RAQ: esses é filhinhos .
%syn: 1suj-d 1vser (1)3/3pl pres 1pred
*MAE: o que que esse (es)tá fazendo ?

(159) RAQ_B_06sI+T.CHA": linha 596.

- *DAN: troca de roupa ## pronto !
*RAQ: onde que vai esses <travesseiro>[>] ?
%syn: 1comp 1v (1)3/3pl pres 1sujp
*DAN: <aqui >[<] .

(160) RAQ_B_03sI+T.CHA": linha 616.

- *RAQ: é .
*RAQ: os anõezinhos #hum@i # (es)tá dormindo !
%syn: 1suj 1vestar (1)3/3pl pres 1vger
*MAE: hum@i !

Os quatro enunciados que são excepcionais por não corresponderem àqueles tipos de contextos são preenchidos pela forma “vai”:

(161) RAQ_B_03sI+T.CHA": linha 274.

- *MAE: agora eles vão dormi(r) ?
*RAQ: não ele ## eles vai brinca(r) !
%syn: 1suj-pp 1vaux (1)3/3pl pres 1vinf
*MAE: ah@i ## eles vão brinca(r) ?

(162) RAQ_B_08sI+T.CHA": linha 579.

*MAE: ah@i !

RAQ: agora sabe ## o [/] o [/] o [/] os carro agora vai aqui [] .

%syn: 0suj 1v 3/3(ref2) pres 0obj 1suj 1v (1)3/3pl pres

*MAE: os carros vão tudo aí no [/] no [/] no círculo de animaizinhos ?

(163) RAQ_B_08sI+T.CHA": linha 582.

*MAE: os carros vão tudo aí no [/] no [/] no círculo de animaizinhos ?

*RAQ: vai .

%syn: 0suj 1v (1)3/3pl pres

*MAE: então vai .

(164) RAQ_B_08sI+T.CHA": linha 750.

*RAQ: (es)to(u) !

%syn: 0suj 1vestar 1/1 pres

*RAQ: esses vai pra lá e deixa eu [/] eu i(r)+...

%syn: 1suj-d 1v (1)3/3pl 1comp

*MAE: o que que vai pra lá ?

Embora fora do escopo da análise agora levada a cabo, não é possível deixar de notar nalguns exemplos algo que não ocorre nos dados do PE e que foi já mencionado atrás como um padrão inovador distintivo de algumas variantes internas ao PB: a marcação de número no constituinte nominal feita exclusivamente no determinante: “os carro”, no exemplo (162) acima e “esses travesseiro” no exemplo (159), igualmente acima.

Quanto à evolução registada nas primeiras sessões, observa-se o seguinte:

(165)

RAB (PB)	verbos com ocorrências de uma só forma	v. com ocorrências de formas múltiplas
1;11.12	- é, brinquei, caiu, está, tinha, nadei, entrou, começa, pode, deixa, tem (3/3+3/1), achou (3/1), quero - toma, adivinha, abre - tirar, fazer, pegar, chover, segurar, pegar	- vai, vamos, vou - sei, sabe (3/1) - soltou (3/3ref2), solta (imp.) - põe, põe (imp.), pôr - ver, vi
2;0.5	- é, posso, caiu, dá, vira, espero, abri, cabe, ficou, mijou, tem, perdi, está, segura (3/3ref2), precisa, acabei - desliga, olha, espera, deixa, segura, abotoa - viajar, fechar, puxar, ver, dar, enxugar, lavar, tomar, limpar	- vou, vamos, vai - quero, quer - pôr, ponho, põe (imp.) - nanar, nanado, nana (imp.) - tirar, tira (imp.), tirou - pegar, pego - fazer, fiz

Esta tabela revela que existem já oposições relevantes na primeira sessão analisada, bem como na segunda: “vai, vamos, vou” (nas duas), “sei, sabe (3/1)” e “quero, quer”.

Globalmente, observa-se que, apesar de surgirem já algumas formas de plural de primeira e terceira pessoas, além de algumas formas de 3/3ref1pl (“a gente vai”) na última sessão considerada, o predomínio das formas de singular é muito maior.

Quanto às diferentes formas a que surge associada a marca de 1/1, o seu número é de seis na primeira sessão (três na primeira coluna e três na segunda) e dez na segunda (cinco na primeira coluna e cinco na segunda).

O padrão de privilégio quantitativo das formas analisadas é o seguinte:

(166) RAB: 3/3 > 1/1 > 3/3ref2 > 1pl/1pl > 3pl/3pl > 3/3ref1pl

Quanto à aquisição da primeira pessoa do singular, a evolução registada é a seguinte:

(167)

RAB (BRA) Idade			1/1	3/1	Total	%1/1 / Total
1	11	12	12	4	16	75.0%
2	0	5	51	0	51	100.0%
2	1	16	43	7	50	86.0%
2	2	19	35	1	36	97.2%
2	3	6	24	1	25	96.0%
2	4	11	28	7	35	80.0%
2	5	15	58	0	58	100.0%
2	6	12	41	2	43	95.4%
2	7	12	43	1	44	97.7%
2	8	14	44	1	45	97.8%
3	0	7	44	2	46	95.7%
			423	26	449	94.2%

Note-se que nos dados relativos a esta criança não houve registo de 3/3refl. As percentagens de 1/1 (em relação a 3/1) são globalmente muito elevadas (embora com pequenas flutuações), sobretudo a partir da segunda sessão.

6.4.2.3 TIA

Finalmente, o Tiago apresenta um predomínio acima dos 90% de 3/3, seguido a grande distância por 1/1, com valores oscilantes.

As formas de 1/1 são: “sei, mostrei, posso, fiz, vou, estou, cortei, quero, tenho”. Eis alguns exemplos:

(168) TIA_B_05sI+T.CHA": linha 130.

*MAE: tem que soltar ## depois dar um apertão .

*TIA: eu vou dar apertão # mãe .

%syn: 1suj-pp 1vaux (1)1/1 pres 1vinf 1obj 1oc

*MAE: mas tem que soltar pra dar apertão .

(169) TIA_B_08sI+T.CHA": linha 112.

*MAE: você já sabe usar tesoura .

*TIA: eu sei cortar sim .

%syn: 1suj-pp 1v (1)1/1 pres 1vinf 0obj

*MAE: é assim .

Os exemplos de 3/3ref2 são unicamente dois:

(170) TIA_B_05sI+T.CHA": linha 141.

*MAE: dá pra mamãe que a mamãe quer brincar um pouco .
*TIA: não ## mamãe não quer brincar .
%syn: 1suj 1neg 1v (1)3/3(ref2) pres 1vinf
*MAE: como é que você sabe que a mamãe não quer brincar ?

(171) TIA_B_05sI+T.CHA": linha 308.

*MAE: não vou brincar hoje ?
*TIA: você não vai # não .
%syn: 1suj-pp 1neg 1v (1)3/3(ref2) pres 2neg
*TIA: mãe .

Quanto às formas de plural, existem unicamente quatro exemplos (três de 1pl/1pl, com a forma “vamos”, e um de 3pl/3pl):

(172) TIA_B_01sI+T.CHA": linha 549.

*MAE: arruma também ## a Rosa (es)tá vendo se você sabe
arrumar tudo direitinho .
*TIA: vamos arrumar laranja ?
%syn: 0suj 1vaux (1)1pl/1pl pres 1vinf 1obj
*MAE: ahn@i ?

(173) TIA_B_05sI+T.CHA": linha 152.

*MAE: uhn@i ?
*TIA: vamos guardar o jogo ?
%syn: 0suj 1vaux (1)1pl/1pl pres 1vinf 1obj
*MAE: vamos guardar o jogo ?

(174) TIA_B_06sI+T.CHA": linha 176.

*TIA: o@i berenice .
*TIA: vamos pegar o carro .
%syn: 0suj 1vaux (1)1pl/1pl pres 1vinf 1obj
*MAE: vamos pegar o carro .

- (175) TIA_B_04sI+T.CHA": linha 479.
- *MAE: esses dois aí vão lá dentro também ?
- *TIA: vão .
- %syn: 0suj 1v (1)3pl/3pl pres
- *MAE: vão .

A estratégia de 3/1 não é especialmente significativa, embora exista. Eis a totalidade dos exemplos relevantes:

- (176) TIA_B_02sI+T.CHA": linha 421.
- *ENT: foi o tiago quem tirou o aquário .
- *TIA: tirou .
- %syn: 0suj 1v (1)3/1 pass
- *ENT: tirou do castelo .
- (177) TIA_B_04sI+T.CHA": linha 155.
- *MAE: esse é amarelo ## amarelo e branco .
- *TIA: não ## não sabe # mãe .
- %syn: 0suj 1neg 1v (1)3/1 pres 0obj 1oc
- *MAE: não sabe .

- (178) TIA_B_07sI+T.CHA": linha 137.
- *MAE: você tem um carrinho igual a esse # tiago,, tem ?
- *TIA: tem .
- %syn: 0suj 1v (1)3/1 pres 0obj
- *MAE: qual é ?

- (179) TIA_B_08sI+T.CHA": linha 202.
- *TIA: é .
- *TIA: &co cortou tudo .
- %syn: 0suj 1v (1)3/1 pass
- *MAE: (vo)cê quer cortar esse pano # tiago ?

- (180) TIA_B_08sI+T.CHA": linha 214.
- *TIA: yy .
- *TIA: qualquer um eu vai cortar .
- %syn: 1obj (o) 1suj-pp 1vaux (1)3/1 pres 1vinf
- *MAE: uhn ?

Os valores de 3/3refl são igualmente pouco significativos. Eis os exemplos relevantes:

- (181) TIA_B_04sI+T.CHA": linha 377.
- *MAE: quem foi que quebrou ?
- *TIA: foi o tiago .
- %syn: 0suj 1vser (1)3/3(refl) pass 1pred
- *MAE: tiago .

- (182) TIA_B_05sI+T.CHA": linha 118.
- *MAE: a água (es)tá lá em cima .
- *TIA: o tiago (es)tá apertando (o) botão .
- %syn: 1suj 1vestar (1)3/3(refl) pres 1vger 1obj
- *TIA: mãe .

- (183) TIA_B_05sI+T.CHA": linha 124.
- *MAE: que é ?
- *TIA: yy (es)tá apertando .
- %syn: ?1suj 1vestar (1)3/3(refl) pres 0obj
- *MAE: dá um apertão .

Finalmente, 3/3pl tem uma só ocorrência, com um sujeito pós-verbal:

- (184) TIA_B_03sI+T.CHA": linha 98.
- *INV: não dá pra entender ## acho que ele tentou engatilhar e saiu .
- *TIA: chegou os dois .
- %syn: 1sujp 1v (1)3/3pl pass
- *INV: chegou os dois juntos ## chegaram sim .

A evolução dos contrastes de pessoa é a seguinte:

(185)

TIA (PB)	verbos com ocorrências de uma só forma	v. com ocorrências de formas múltiplas
2;2.28	- está, sei, acabou, ficou - imp.: olha, pega - comendo	- vamos, vai - fechar, fechou - cair, caindo, caiu
2;3.11	- está, cabe, larga, chegou, tirou, acabou, pega, sei - imp.: abre - falar - puxando	- saiu, sai
2;4.11	- está, saiu, chegou (3/3pl+3/3) caiu, sei, sumiu, sentou, mostrei, desceu, parou, pegou - abrir	- vai, foi - passar, passando, passou
2;5.8	- tem, está, sabe (3/1), caiu, chegou, posso - imp.: olha, põe, anda - abrir, passear	- é, foi - vai, vão, vem
2;6.12	- fiz, é, sabe, subiu, quer, sumiu, tem, pôs, virou, chegou, cortou - imp.: toma, olha, limpa - cair, brincar, abrir, descer, ligar - batendo	- está, estou - vou, vai, vamos, foi - apertar, apertando - pegar, pega (imp.) - tirar, tirou - dar, dá
2;7.19	- desliga, fica, é, consertou, vira, ajuda, está, caiu, estragou, bateu, passa, tem - imp.: coloca, deixa - quebrar, ligar, pegar - rodando, fazendo	- vai, vamos, vem (imp.) - arrumar, arrumou
2;8.17	- chegou, é, está, apaga, anda, viu - subir, descer - fazendo, puxando, papando	
2;9.0	- sei, quero, está, puxa, senta, cabe, fica, chegou, pode - imp.: olha, deixa	- cortar, cortou (3/1+3/3), cortei, corta (imp.) - vou, vai (3/1+3/3) - é, foi - caiu, cai - fazendo, faz
3;0.15	- é, está, sumiu, prende, tirou, precisa, caiu, acabou - pega, põe, olha, bate, senta, arruma, limpa, vê - sentar, sair, andar	- tenho, tem - vou, vai

A reduzida dimensão do *corpus* relativo ao Tiago e a relativa lentidão na evolução levou a sintetizar todas as sessões analisadas.

A tabela mostra que até à quarta sessão o único contraste relevante é “vamos, vai”, na primeira sessão. Os únicos contrastes de [pessoa] envolvendo outros verbos, até à nona são “está, estou”, “cortou (3/1+3/3), cortei” e “tenho, tem”, o que comprova o que o número reduzido de enunciados verbais já sugeria: uma evolução bastante mais lenta do que a evidenciada pelos restantes dados. O mesmo aspecto é sublinhado quando nos atemos no reduzido número de formas verbais de 1/1 – oito ao todo: “sei, mostrei, posso, fiz, estou, vou, quero, tenho”.

Apesar disso, a quarta sessão apresenta contrastes já significativos, com a única exceção anterior de “vamos, vai”, na primeira.⁷

Quanto ao número de associações entre a marca de 1/1 e as diferentes formas verbais, nas duas colunas, verifica-se a seguinte evolução:⁸

(186)

Sessão	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Formas	1+0	1+0	2+0	1+0	1+2	0	0	2+2	0+2

Nas ocorrências “agramaticais” privilegia-se de novo a terceira pessoa do singular.

As formas de plural começam a emergir mas ainda com um padrão oscilante.

O padrão é o seguinte:

(187) TIA: 3/3 > 1/1 > 1pl/1pl > 3/3ref2

Quanto à evolução na aquisição da primeira pessoa do singular, observa-se o seguinte:

⁷ A forma “vamos” é de resto considerada como uma forma estereotipada, sem significado específico, em Gebara (1984) e Santos (2001), sendo por isso excluída nas respectivas análises, quer dos dados de RAB, quer de TIA. Os contextos em causa não levam no entanto a essa conclusão, provavelmente aplicável a dados relativos a fases anteriores. Eis um exemplo:
TIA_B_01sl+T.CHA”: linha 549.

*MAE: arruma também ## a Rosa (es)tá vendo se você sabe arrumar tudo direitinho .

*TIA: vamos arrumar laranja ?

%syn: 0suj 1vaux (1)1pl/1pl pres 1vinf 1obj

*MAE: ahn@i ?

⁸ Indica-se o número da primeira coluna mais o da segunda.

(188)

TIA (PB) Idade			1/1	3/1	3/3refl	3/1+3/3refl	Total	%1/1 / Total
2	2	28	1	0	0	0	1	100.0%
2	3	11	1	1	0	1	2	50.0%
2	4	11	2	0	0	0	2	100.0%
2	5	8	1	1	1	2	3	33.3%
2	6	12	6	0	2	2	8	75.0%
2	7	19	0	0	0	0	0	-
2	8	17	0	1	0	1	1	0.0%
2	9	0	4	2	0	2	6	66.7%
3	0	15	2	0	0	0	2	100.0%
			17	5	3	8	25	68.0%

A expressão numérica reduzida destes dados torna os valores percentuais pouco significativos; importa reter precisamente essa presença muito restrita, quer de formas de 1/1 (com 17 exemplos de oito formas), quer de 3/1 (ou de 3/3refl).

6.4.2.4 Síntese relativa aos dados do PB

Os dados comparativos das três crianças apresentam-se no quadro seguinte:

(189)

	1/1	3/3	1pl/1pl	3/1	3/3pl	3/3ref2	Outros	Total
PAU	19.9%	56.0%	1.7%	18.0%	0.1%	3.2%	1.1%	100%
RAB	34.5%	47.3%	5.2%	2.1%	1.1%	9.2%	0.7%	100%
TIA	5.3%	90.1%	0.9%	1.5%	0.3%	0.6%	1.2%	100%
Total	19.9%	64.5%	2.6%	7.2%	0.5%	4.3%	1.0%	100%

O predomínio de 3/3 é de novo inquestionável mas agora com diferenças relativas entre as três crianças: PAU tem um valor próximo da média das crianças portuguesas mas RAB e TIA têm valores muito distintos entre si, o que pode ser correlacionado com o facto de TIA ter um ritmo de evolução muito mais lento, como notado nos trabalhos em que se analisaram os dados destas duas crianças, a começar por Gebara (1984). Veja-se ainda, a título de exemplo, Santos (2001) e Palmiere (2002).

É de notar que se pode igualmente correlacionar este aspecto com a medida que escolhi para a caracterização do desenvolvimento global das crianças (o número de verbos por

número de enunciados), o que acrescenta simultaneamente consistência àquela medida e à relevância do estudo descrito no presente capítulo.

Em segundo lugar, sublinha-se o peso de 1/1, com valores de novo muito variáveis, o que confirma que esta é a segunda forma mais privilegiada. RAB obtém o valor mais elevado e TIA o mais baixo. É muito curioso verificar como PAU se aproxima de novo da média entre os dois pontos extremos.

A forma de 3/1 tem pesos diversos para as várias crianças. Contrariamente ao que se poderia pensar, não é uma forma especialmente relevante nos dados de TIA, o que se poderá atribuir ao facto de estar ainda na primeira fase do chamado padrão “em U”, sem análise implícita da marcação de flexão.

As formas de plural e de 3/3ref2 são atrasadas, com RAB a distinguir-se de novo.

Quanto ao privilégio relativo das formas “gramaticais”, observa-se a seguinte relação:

(190)

PAU	3/3	1/1	3/3ref2	1pl/1pl		
RAB	3/3	1/1	3/3ref2	1pl/1pl	3pl/3pl	3/3ref1pl
TIA	3/3	1/1	1pl/1pl	3/3ref2		

É de novo evidente o padrão comum nos primeiros estádios, com a alternância seguinte entre 3/3ref2 e 1pl/1pl para as três crianças, sendo que só para a rapariga se registam 3pl/3pl e 3/3ref1pl.

Tendo em conta o critério já acima mencionado para considerar adquirido o traço de 1/1 e, logo, de [pessoa], deu-se conta acima, a partir da observação das formas verbais nas sessões relevantes, do seguinte conjunto de observações:

(191)

PB	Sessão	Idade	Observações
PAU	PAU02	1;10.20	Apesar dos contrastes que já surgem em PAU01, a evolução é clara na sessão seguinte.
RAB	RAB01	1;11.12	A aquisição de [pessoa] pode ter ocorrido anteriormente. ⁹
TIA	TIA04	2;5.8	A aquisição de [pessoa] vai-se consolidando gradualmente, até TIA09. ¹⁰

⁹ Em Santos (2001), dissertação em que se analisam dados de RAB a partir de estádios anteriores, assinala-se (*op.cit.*:154) o aparecimento da primeira pessoa do singular a 1;9, embora se considere (*op.cit.*:153) que o uso das formas verbais com diferenças flexionais só é produtivo, para esta criança, em 2;0.12. A diferença de critérios não permite no entanto deduzir linearmente em que fase, de acordo com o indicador fundamental aqui eleito, está a marcação de 1/1 consolidada.

Este critério foi combinado com a observação da consolidação de 1/1 por relação com 3/1 (e 3/3ref1).

Eis os resultados globais:

(192)

PB	1/1	3/1	3/3ref1	3/1+3/3ref1	Total	%1/1 / Total
PAU	319	289	16	305	624	51.1%
RAB	423	26	0	26	449	94.2%
TIA	17	5	3	8	25	68.0%

De novo, surgem claras diferenças interindividuais, com o distanciamento máximo entre a rapariga e PAU, com valores muito significativos de 3/1 já acima notados.

A partir deste indicador estabeleceu-se definitivamente a determinação da consolidação da aquisição de [pessoa]:

(193)

PB	Sessão	Idade	Observações
PAU	PAU02	1;10.20	Apesar dos contrastes que já surgem em PAU01, a evolução é clara na sessão seguinte. Esta observação é claramente fundamentada pela evolução verificada na medida de “%1/1 / Total” (de 18.8% para 45.6%).
RAB	RAB01	1;11.12	A aquisição de [pessoa] pode ter ocorrido anteriormente, o que pode ser tido como muito provável, a partir da observação de “%1/1 / Total”.
TIA	TIA04	2;5.8	A aquisição de [pessoa] vai-se consolidando gradualmente, até TIA09. A medida de “%1/1 / Total” não é especialmente representativa pelo número reduzido de ocorrências.

6.4.3 Síntese relativa aos dados das duas variantes

Retomam-se agora os padrões de produção e as duas tabelas acima para confrontar as sete crianças e as duas variedades.

¹⁰ Em Santos (2001:151) aponta-se 2;4.0 como o momento de uso produtivo das diferentes marcas flexionais para esta criança. A abordagem é aí exclusivamente qualitativa.

(194)

LUI	3/3	1/1	3pl/3pl	2/2	1pl/1pl	3pl/3plref2pl
RAP	3/3	1/1	2/2	3pl/3pl	1pl/1pl	
JOA	3/3	1/1	3pl/3pl	2/2	1pl/1pl	
PED	3/3	1/1	2/2	3pl/3pl	1pl/1pl	

(195)

PAU	3/3	1/1	3/3ref2	1pl/1pl		
RAB	3/3	1/1	3/3ref2	1pl/1pl	3pl/3pl	3/3ref1pl
TIA	3/3	1/1	1pl/1pl	3/3ref2		

Como aspectos comuns sublinha-se o padrão que privilegia 3/3, seguido sempre de 1/1, independentemente do desenvolvimento linguístico das crianças. As formas de 2/2 e 3/3ref2, funcionalmente equivalentes, surgem nas posições seguintes, alternando (para as várias crianças) com formas de plural.

Em PE a primeira pessoa de plural a ocorrer é 3pl/3pl, seguida, para as quatro crianças, de 1pl/1pl. O padrão de plural repete assim o de singular : 3 > 1 > 2.

Note-se que 2pl/2pl não surge, o que é inteiramente esperado, confirmando o seu desaparecimento gradual (embora com diferenças regionais) do quadro da flexão verbal (e da forma correspondente no quadro pronominal respectivo) do PE e do PB.

Em PB a alternância dá-se entre 3/3ref2 e 1pl/1pl. As formas de 3pl/3pl surgem mais tarde e as de 2pl/2pl não surgem, como esperado, não surgindo ainda 3pl/3plref2pl (“você^s vão^s”). Aqui a sequência é 3/3 > 1/1 > 3/3ref2 para o singular e 1pl/1pl > 3pl/3pl > 3/3ref1pl > 3pl/3plref2pl, ou seja, 3 > 1 > 2 para o singular e 1 > 3 > 2 para o plural.

Retomam-se agora as tabelas de valores médios de produção das várias marcações flexionais para as duas variantes.

(196)

	1/1	2/2	3/3	1pl/1pl	3pl/3pl	3/1	3/2	3/3pl	Outros	Total
LUI	10.5%	2.3%	73.5%	1.1%	8.3%	1.1%	0.3%	2.1%	0.8%	100%
RAP	26.6%	5.8%	59.4%	1.1%	2.9%	1.4%	0.9%	1.1%	0.8%	100%
JOA	11.7%	2.9%	71.4%	2.7%	3.4%	3.7%	2.1%	1.3%	0.9%	100%
PED	16.0%	6.9%	63.2%	0.7%	3.8%	6.1%	0.4%	2.7%	0.3%	100%
Total	16.2%	4.5%	66.9%	1.4%	4.6%	3.1%	0.9%	1.8%	0.7%	100%

(197)

	1/1	3/3	1pl/1pl	3/1	3/3pl	3/3ref2	Outros	Total
PAU	19.9%	56.0%	1.7%	18.0%	0.1%	3.2%	1.1%	100%
RAB	34.5%	47.3%	5.2%	2.1%	1.1%	9.2%	0.7%	100%
TIA	5.3%	90.1%	0.9%	1.5%	0.3%	0.6%	1.2%	100%
Total	19.9%	64.5%	2.6%	7.2%	0.5%	4.3%	1.0%	100%

Em relação a 3/3, os dados médios totais acabam por ser muito aproximados em PE e PB, com as diferenças individuais já notadas. É curioso assinalar que as raparigas são nas duas variedades as crianças com valores percentuais mais baixos. Tendo-se já verificado que é possível correlacionar este aspecto com um maior desenvolvimento linguístico, existe aqui um indício de que as raparigas, por este indicador, poderão ser consideradas como mais precoces, embora este seja um dado meramente indicativo.

Em relação a 1/1, nota-se um valor médio total aproximado ligeiramente superior em PB. As raparigas distinguem-se de novo, sendo possível verificar que produzem menos formas de 3/3, em termos relativos, porque produzem mais formas de 1/1.

A comparação de 2/2 (“tu vais”) com 3/3ref2 (“você vai”) é especialmente interessante, já que nos permite fazer o confronto entre duas marcas funcionalmente equivalentes mas formalmente distintas, sendo que só uma delas é específica da segunda pessoa de singular.

Atendendo à proeminência relativa, poderíamos colocar a hipótese de que 2/2 surgisse mais cedo ou com maior peso relativo neste momento inicial do processo de aquisição. Esta hipótese não parece no entanto confirmar-se, já que 2/2 e 3/3ref2 ocorrem em PE e em PB, respectivamente, com um peso praticamente idêntico (4.5% em PE e 4.3% em PB).

Quanto às formas de plural, regista-se a maior diferença entre as duas variantes: o seu peso é mais significativo em PE, com a terceira pessoa a distinguir-se, como já foi notado. Sublinhe-se no entanto que surgem formas de 3/3pl para as quatro crianças.

Em PB contextos de 3pl/3pl praticamente não ocorrem e mesmo 3/3pl é um tipo de contexto com poucas ocorrências. Este dado indica que existe um “atraso” do plural em PB. Os dados quantitativos globais são os seguintes:

(198)

PE	1pl/1pl	3pl/3pl	Total 1pl/1pl+3pl/3pl	3/3pl
LUI	1.1%	8.3%	9.4%	2.1%
RAP	1.1%	2.9%	4.0%	1.1%
JOA	2.7%	3.4%	6.1%	1.3%
PED	0.7%	3.7%	4.4%	2.7%
Média	1.4%	4.6%	6.0%	1.8%

(199)

PB	1pl/1pl	3pl/3pl	Total 1pl/1pl+3pl/3pl	3/3pl(+3/1pl)
PAU	1.7%	0.0%	1.7%	0.1%
RAB	5.2%	0.1%	5.3%	1.1%(+0.2%)
TIA	0.9%	0.3%	1.2%	0.3%
Média	2.6%	0.1%	2.7%	0.6%

Como se nota, a diferença mais dilatada verifica-se em 3pl/3pl e em 3/3pl.

Em relação a 1pl/1pl a vantagem relativa do PB, em termos de média, fica-se a dever à criança mais precoce (RAB), apresentando esta valores de total de formas de plural e de formas de 3pl/3pl equivalentes às dos dados do PE; note-se que este último indicador dá conta de que as crianças já estão a “testar” o domínio das marcações morfológicas de plural, encontrando-se pois no segundo momento do chamado “padrão em U”.

Em relação a 3pl/3pl, é notório assinalar que todos os dados do PB manifestam a mesma tendência, sendo o contraste global significativo: 4.6% vs. 0.1%.

É ainda curioso assinalar que a forma original de 1pl/1pl (“nós vamo(s)”) está mais presente do que a forma inovadora 3/3ref1pl (“a gente vai”) nas duas variantes: em PE regista-se uma única ocorrência da forma inovadora para RAP e outra para JOA e em

PB registam-se 4 ocorrências 0.3% no total de resultados de RAB, unicamente na última sessão (tendo nessa sessão o peso relativo de 2.9%).

Quanto ao peso relativo das formas incorrectas, verifica-se o privilégio quase exclusivo, nas duas variantes, da forma de terceira pessoa do singular a substituir pessoas do singular – 3/2, mais significativo no PE, e sobretudo 3/1 – e do plural (3/3pl).

Destaca-se aqui o uso de 3/1 e as diferenças entre crianças a este nível, as quais, como já foi dito acima, não estão linearmente correlacionadas com o desenvolvimento linguístico medido por outros indicadores: no PE, PED, uma das crianças mais velhas e, por outros indicadores, mais próximas do estado final, é a que mais usa 3/1; no PB, PAU, com valores próximos da média para outros aspectos recorre com grande insistência ao uso de terceira pessoa em auto-referência.

A este aspecto associa-se a estratégia equivalente, em termos funcionais, de 3/3refl.

Confrontando-se 3/1 (correspondente a estruturas com sujeito nulo ou do tipo “eu vai”), com 3/3refl (do tipo “O João vai” em que o João é o falante), verifica-se um tratamento diferenciado entre constituintes ramificados (DPs) e não ramificados (pronomes e categorias vazias). Este aspecto será retomado.

A exploração da aquisição das formas verbais para determinação da aquisição de [pessoa] leva-nos a concluir que, em termos etários, há diferenças claras, que não têm que ver com o factor “variante”, mas sim com a variação interindividual:

(200)

PE	LUI	RAP	JOA	PED
Idade	2;0.27	1;10.2 (ou antes)	2;1.11	antes de 2;7.16

(201)

PB	PAU	RAB	TIA
Idade	1;10.20	provavelmente, antes de 1;11.12	2;5.8

Quanto aos dados relacionados com a forma como evoluem comparadamente 1/1 e 3/1, retomam-se as respectivas tabelas:

(202)

PE	1/1	3/1	3/3refl	3/1+3/3refl	Total	%1/1 / Total
LUI	299	29	20	49	348	85.9%
RAP	510	27	7	34	544	93.8%
JOA	126	40	6	46	172	73.3%
PED	215	82	2	84	299	71.9%

(203)

PB	1/1	3/1	3/3refl	3/1+3/3refl	Total	%1/1 / Total
PAU	319	289	16	305	624	51.1%
RAB	423	26	0	26	449	94.2%
TIA	17	5	3	8	25	68.0%

Estes dados permitem perceber que não se pode correlacionar a estratégia de 3/1 com uma das duas variantes mas sim, de novo, com diferenças interindividuais; assim, nas duas variantes as raparigas voltam a distinguir-se, com valores muito próximos entre si acima de 90% de formas correctas de 1/1; por outro lado, em cada variante uma criança (PED no PE e PAU no PB) apresenta valores claramente inferiores à média, especialmente no caso da criança brasileira.

Finalmente, sublinha-se de novo a não coincidência entre a recorrência mais ou menos frequente a 3/1 (e 3/3refl) e a maior evolução, de acordo com os outros indicadores em observação.

Foi este, fundamentalmente, o factor que me levou a não optar por um outro indicador muitas vezes referido na bibliografia: o que determina que a concordância sujeito-verbo está adquirida quando 90% das formas são correctamente utilizadas (como por exemplo em Clashen *et al.* 1996).

O outro motivo teve que ver com as flutuações verificadas entre sessões, o que torna muito difícil determinar o momento exacto a considerar; veja-se por exemplo o caso de RAP, com valores de formas “incorrectas” acima de 10% só na terceira sessão, ou o caso de JOA, com o mesmo peso relativo só na segunda sessão, ou ainda o caso de PED, que só regista valores abaixo daquele número na quinta sessão; relativamente aos dados do PB, PAU não teria ainda a concordância consolidada na terceira sessão, RAB

teria um “retrocesso” aos 2;4.11 e TIA, apesar do predomínio quase absoluto de 3/3, já teria a relação de concordância consolidada na primeira sessão.

Em termos genéricos, o confronto entre as duas séries de tabelas permite observar os seguintes aspectos:

- (i) O peso das formas de imperativo nas duas variantes.
Este aspecto, que fica para já fora do escopo desta análise, é muito interessante quando se avalia os paradigmas relevantes para detonar o processo. Além disso, também demonstra que o sistema já contemplava um paradigma em que 2/2 “equivalia” morfológicamente a 3/3.
- (ii) A não existência de 2/2 em PB, a não ser naqueles contextos em que é morfológicamente idêntica a 3/3 do paradigma de indicativo.
- (iii) A não variação morfológica em PB no imperativo negativo.¹¹
- (iv) O peso também muito significativo das *tags* em PB, quase inexistentes em PE (daí os dados manterem-se praticamente inalterados para esta variante, com exceção da “saída” das formas de 2/2 de imperativo entre a primeira e a segunda série de tabelas).

Quanto aos gráficos, evidenciam claramente os seguintes aspectos:

- (i) As semelhanças mais notórias entre variantes (predomínio de 3/3, por exemplo); as semelhanças entre as raparigas (RAP e RAB), e entre os rapazes, num estágio menos desenvolvido (TIA, sobretudo, avança devagar, em termos relativos).
- (ii) As principais diferenças entre variantes e entre crianças (a “estratégia de 3/1”, por exemplo, é muito significativa para PAU e não existe nos dados de RAB).
- (iii) O peso relativo dos enunciados “agramaticais” e as formas favorecidas nestes.

¹¹ A eliminação da segunda pessoa do singular levou a que as formas de conjuntivo associadas aos contextos imperativos negativos sejam equivalentes às de imperativo: “vai – não vás” *versus* “vá (você) – não vá” (para a segunda pessoa do plural o percurso percorrido pelas duas variantes é comum: “vão (vocês) – não vão”); é ainda relevante assinalar que ocorrem por vezes em PB exemplos imperativos do tipo “não vai”, em que o conjuntivo é substituído pelo indicativo.

Genericamente, é possível verificar que a diferença entre crianças (com os casos extremos de RAB e de TIA) permite identificar claramente o padrão de evolução na produção de [pessoa], com a exceção já referida relativa à estratégia de 3/1.

Assim, do predomínio (quase exclusivo, no caso de TIA) de 3/3 (sentido também em todas as formas de 3/*, em que “*” assinala, naturalmente, todas as pessoas excepto 3), evolui-se, nas duas variantes, para valores de 1/1 mais significativos.

Por outro lado, evolui-se do singular para o plural, embora a produção significativa de formas de plural se possa evidenciar em simultâneo com formas de 2/2 (no PE) e 3/3ref2 (no PB).

6.5 Interpretação dos dados

Resumidamente, os dados mais notórios acima analisados dão conta de um predomínio muito significativo da forma da terceira pessoa do singular num estágio inicial, claramente a forma *default* nas duas variantes, o qual se vai gradualmente dissolvendo, com a progressão, primeiro da forma da primeira pessoa do singular e depois da segunda e das formas de plural, que surgem nas variantes estudadas, como em muitas outras línguas, “atrasadas”.

Em termos comparados, dois factos são especialmente relevantes: as semelhanças observadas nos padrões de evolução e no peso relativo (em termos globais) das formas “agramaticais” e as diferenças individuais consideráveis, no uso de 3/1, por exemplo, que “atravessam” as duas variantes.

A diferença óbvia entre variantes prende-se com a ausência de 2/2 em PB, em que a forma de 3/3ref2 aparece em equivalência funcional, mas a comparação entre as duas formas, como notado acima, revela pesos percentuais praticamente iguais.

A outra exceção significativa (e já não óbvia) diz respeito às formas de plural, mais tardias em PB.

Observando a ordem relativa de aparecimento significativo de formas, é interessante verificar que no PE a última [pessoa] a ocorrer é aquela cuja forma foi importada do paradigma de outra [pessoa] (3pl/3plref2pl) e a penúltima é aquela que ocorre hoje alternativamente com outra também importada (1pl/1pl), considerando-se que a forma nominal respectiva (“a gente”) integra já o quadro pronominal. Curiosamente, os dados do estado adulto revelam uma flutuação significativa nas formas verbais que acompanham “a gente” (veja-se Pereira, 2002 e 2003).

No PB verifica-se o mesmo “atraso” das formas de segunda pessoa, as que sofreram processos de substituição por outras não específicas (3/3ref2 e 3pl/3plref2pl). No paradigma de plural as formas de 1pl/1pl surgem antes de 3pl/3pl. Este aspecto é algo surpreendente, se se assumir que está igualmente uma alteração em curso no PB, com favorecimento de 3/3ref1pl, tal como tem sido defendido por diversos autores (nomeadamente em Duarte, 1995).

Os dados observados indiciam claramente que a mudança linguística afectou (e afecta) em primeiro lugar as formas que surgem mais tardiamente.

Este aspecto é potencialmente muito interessante, já que permite perceber que a mudança, como se assume em 4.1, está inscrita no próprio sistema; por outro lado, tem um poder preditivo claro e importante: é possível prever qual será o curso de futuras evoluções; no caso do PE, menos inovador, neste aspecto, é possível prever que, a verificarem-se alterações, elas irão no mesmo sentido do que ocorreu em PB, o que já sucedeu em relação à segunda e à primeira pessoas do plural.

Note-se que a mudança tem neste sentido o efeito de tornar os sistemas globalmente menos especificados, deixando de se percorrer todos os passos do estádio anterior. Esta assunção coincide com o que se nota para o PB em Galves (1993:395) relativamente à marcação de [pessoa]:

“É o que acontece no PB onde não se encontra na flexão verbal a oposição 1ª, 2ª e 3ª pessoas, mas somente uma oposição binária, pessoa (1ª)/não-pessoa (3ª), articulada a uma oposição singular/plural.”

Quanto ao percurso global observado (3>1>2), pode-se pensar que, do ponto de vista referencial, é o percurso natural, já que a terceira pessoa é a mais neutra, de um ponto de vista pragmático, dizendo respeito ao que não participa no acto comunicativo estabelecido entre emissor e receptor; também chamada uma “não pessoa”.

No entanto é admissível que noutras línguas, como em Inglês, não seja essa a forma escolhida, o que é condicionado pelas propriedades morfológicas dos paradigmas específicos a cada língua.

Quanto ao enquadramento teórico que melhor permite explicar os dados acima analisados, retomar-se-ão as propostas referidas no ponto 4.3.1.

Observando os dados acima descritos, poderia colocar-se a hipótese de todo o processo ser determinado, basicamente, pela maturação cognitiva, o que, como se sabe, está na

base das formulações baseadas na Hipótese Maturacional. Esta corrente associa a consolidação dos núcleos funcionais (incluindo AgrP) a um estágio situado por volta dos dois anos de idade.

Tendo em conta as idades dos sujeitos aquando da consolidação de AgrP, verificamos que há flutuações etárias consideráveis, tomando-se como casos extremos RAB e TIA.

Quanto ao padrão genérico de produção, se o “atraso” das formas de plural pode ser atribuído a factores cognitivos (até por ser comum a muitas outras línguas), já se torna mais difícil explicar por essa via a ordem relativa entre formas de primeira e de segunda pessoas do singular, já que também os referentes que dizem respeito a 2/2 estão presentes no “aqui e agora” que rodeia a criança e o seu domínio de terceira pessoa indica claramente que ela já distingue “o outro” (embora por vezes associe a marcação morfológica de 3/3 ao “eu”, com o uso de 3/1).

Tendo especificamente em conta o que se prevê em Radford (1996) para línguas como o Português (veja-se 4.3.1.1 acima), não há de facto provas visíveis para diagnosticar a existência de uma fase da oração pequena, nem em PB, nem em PE, o que, nos seus termos, não constitui contraprova.

Do ponto de vista que mais interessa aqui realçar, e a acreditar na Hipótese formulada pelo autor, a morfossintaxe do PB é ainda suficientemente rica para que a fase em causa não seja “visível”.

Esta via teórica deixa no entanto por explicar alguns aspectos cruciais revelados pelos dados, nomeadamente a condição indiscutível da terceira pessoa do singular como forma *default*, não especificada, que evolui depois para outras, mais específicas. O poder explicativo da proposta (claro para línguas como o Inglês) esvazia-se assim, já que nada prediz sobre o curso do processo de aquisição.

Como foi possível constatar em 4.3.1 acima, muitas das hipóteses teóricas exploradas recentemente sublinham a importância da subespecificação, embora com acepções muito distintas entre si.

Assim, de acordo com a Hipótese da Aprendizagem Lexical, toda a estrutura está presente desde o início, embora subespecificada, havendo desenvolvimento gradual do que diz respeito a cada língua particular.

Em relação a este aspecto, nada nos dados acima apresentados parece servir de contraprova, embora se torne imprescindível observar a aquisição de aspectos sintácticos, como farei nos próximos pontos.

Quanto à economia projecional e interna a cada projecção (*head-driven projections*) que aquela Hipótese também advoga, é possível conceber que as formas *default* tenham de facto uma constituição distinta, enquanto feixe de traços, e que encabecem unicamente as projecções tornadas necessárias. No entanto, existe uma questão crucial: o que as torna necessárias? Como fica claro pela defesa de detonamento morfológico, de acordo com Clashes *et al.* (1996), nomeadamente, é, no caso concreto da concordância, a flexão a forçar as projecções funcionais.

Os autores defendem pois que a inserção de marcas de [pessoa], por exemplo, força a subida do verbo.

É em relação a esta concepção que é possível colocar objecções, já que se é claro que a consolidação da aquisição da concordância verbal é um sinal de que a criança domina já a configuração projecional e o movimento derivacional que lhe estão associados, não é evidente que esse domínio não possa existir previamente. Tal ocorre se se verificar que aspectos sintácticos fundamentais da língua estão já dominados quando ainda não há evidência para a consolidação da aquisição da concordância verbal.

Dada a gradualidade do processo, assumida por aqueles autores e também na presente dissertação, é de prever que muito antes daquela consolidação a criança domine o tipo de relação sintáctica que está em causa, o que a poderá levar a ter plena consciência da respectiva marcação morfológica, factor que se pode avaliar ao nível da compreensão.

Não é por isso, no entanto, que se torna menos relevante estudar a produção, já que é necessariamente significativo que as crianças produzam, durante este processo de desenvolvimento, umas formas por outras e que a forma preferida seja quase sempre, com poucas excepções, a mesma, tal como é significativo existir uma ordem relativa de aparecimento produtivo das formas de [pessoa].

É essa distância, que existe quase obrigatoriamente (a que diz respeito ao que separa o saber activo do passivo), que diversos autores têm assinalado para outros tópicos, como seja o caso dos infinitivos opcionais, a abordar abaixo: em Soderstrom, Wexler e Jusczyk (2002), nomeadamente, verifica-se que as crianças de dezanove meses observadas não evidenciam a existência de uma fase de infinitivos opcionais a nível receptivo, já que preferem as produções com as marcas de concordância, embora crianças com dificuldades linguísticas especiais (SLI) pareçam passar por essa fase, a nível da compreensão (*op.cit.*:650). Este dado não retira no entanto importância aos estudos sobre a fase em que (nalgumas línguas) são produzidos infinitivos opcionais.

Continua assim em aberto a determinação do tipo (ou tipos) de detonador que activa o processo de aquisição dos aspectos sintácticos, aspecto que será retomado abaixo.

Quanto à proposta em Hyams (1996), sabe-se que o conceito de subespecificação surge numa acepção mais específica; línguas como o Português não parecem no entanto conformar-se às predições dessa proposta, o que levou aliás a uma reformulação da mesma para as línguas românicas em Salustri e Hyams (2003).

Independentemente da verificação empírica daquela hipótese, a noção de “subespecificação de I” aí explorada deverá ser reequacionada, já que é sabido que, para além do valor dêictico do “aqui-e-agora” há contrastes aspectuais claros nos dados infantis mais precoces; para o PE veja-se Quintas (1991).

Parece preferível manter a noção de subespecificação de I, mas não na mesma acepção, defendendo-se aqui que os traços associados a cada projecção funcional se vão especificando gradualmente; tal foi já defendido explicitamente para o processo de aquisição do PB para TP em Kato (1994:140) (*apud* Palmiere 2002:159):

“(...) the perfective form seems to be assigned only an aspectual status by the child, with the meaning of ‘completion of action’. I assume that Tense as a category has not been analyzed yet, as there is no contrast between present and perfect.”

Esta autora afirma que, apesar de INFL ser uma categoria presente desde cedo nos dados de crianças brasileiras, a mesma se mostra inicialmente como:

“(...) an aspectual/finiteness marker related to its function as the head of assertion (or its pragmatic function of assent), but with no tense value. One could use this fact as a counter-argument for the continuity hypothesis, as the INFL node seems to change its nature. What actually happens, however, is that the INFL node acquires more features. In the beginning it is merely a finiteness/aspectual marker; in the second stage it becomes the locus of person; later on tense features are added.”

Globalmente, retém-se pois a noção de subespecificação, assumindo-se aqui a estrutura inicial [AgrP[TP-vP[VP]]] em que cada nó funcional se vai gradualmente especificando.

Quanto à natureza do(s) detonador(es), a assunção teórica de que não serão necessariamente de natureza morfológica é confirmada por dados empíricos recentemente apontados relativos ao PB.

Assim, em Oliveira (1999:21) assume-se o seguinte:

“Eu poderia dizer aqui que a sintaxe de outros elementos poderia também ser considerada como *trigger* para a criança deduzir o movimento do verbo: são os advérbios, os quantificadores e a inversão verbo-sujeito nas sentenças interrogativas.”

Por outro lado, em Palmiere (2002:179) nega-se as conclusões de Borer e Wexler (1987), que afirmam, com base em dados do Inglês, que as crianças não distinguem verbos inacusativos de inergativos por motivos relacionados com maturação neurológica: em PB a estrutura é adquirida nas fases mais iniciais pela proeminência do contraste na ordem de constituintes.

Em Palmiere (2002:179) procura-se associar ao mesmo parâmetro os seguintes aspectos: sujeito nulo/ ordem V DP / aspectos perfectivo acabado (marcado pela morfologia flexional do perfeito) / distinção inacusativo *versus* inergativo.

Considera-se que o dado detonador (*op.cit.*:182) é a ordem V NP nos inacusativos com o seu argumento único *in situ*, “que não precisa ser alçado para a posição de especificador de VP pelo facto de o PB ser uma língua de sujeito nulo”, afirmando-se o seguinte: (*op.cit.*:183):

“Embora o PB não apresente marcação morfológica específica que distinga inacusativos de inergativos, a ordem V DP, associada à estrita relação entre os verbos inacusativos e a marcação morfológica do perfeito, poderiam ser consideradas como indicadores da distinção inergativos X inacusativos. Desta forma, nossos dados de aquisição do PB parecem lançar luz sobre o fato de que – para além de uma determinação a partir de traços semânticos do verbo, a distinção entre estas duas classes verbais é também determinada por traços formais. Assim, inacusatividade é um fenómeno que só pode ser adequadamente compreendido na interface Sintaxe/Semântica.”

Teremos pois neste caso um detonador sintáctico – a ordem V DP – para o estabelecimento da distinção entre duas classes de verbos.

Se, como a autora pretende, se defender a associação de todos os aspectos referidos a um único parâmetro, é até possível pensar que este seja o detonador para todas as outras propriedades citadas, incluindo o sujeito nulo.

A resposta final para o que defendo quanto à natureza do detonador em causa será dada depois da avaliação dos indicadores sintácticos.

Quanto à noção específica de subespecificação, reter-se-á o contributo de Halle e Marantz (1993:120), autores que descrevem a marcação morfológica como uma competição entre formas hierarquizadas que se introduzem nos nós terminais que constituem o *output* do nível sintáctico, numa escala determinada pelo grau de especificação, ganhando as mais especificadas. Seguem propostas anteriores, como a de Kiparsky, que formulou a Condição *Elsewhere*, e explicitam que a mesma noção terá já sido reconhecida por Pānini:

“The Vocabulary entries in competition for insertion in a particular terminal node automatically organize themselves into blocks (...), where entries are ordered by the principle that the most specified entry takes precedence over entries that are less specified. As noted by Kiparsky (1973), this ordering by decreasing complexity was explicitly recognized already in Pānini’s Aṣṭadhyāyī.”

A competição só se estabelece quando o conjunto de traços do item de Vocabulário é não distinto dos traços do nó terminal que serve como local de inserção (Halle e Marantz 1993:121-2):

“The competition among different Vocabulary items nondistinct from the features of a terminal node at MS [Morphological Structure] ensures that the Vocabulary item that matches the most features of the node will be inserted.”

Esta noção é também adoptada em Ferdinand (1996:42) para descrever o processo de aquisição da concordância verbal em Francês, também com um predomínio muito significativo de 3/3 nos primeiros estádios de desenvolvimento, bem como em Gaya (1998:317), que assinala o mesmo padrão em Castelhana e Catalão.

Como se afirma em Ferdinand (1996:47), nos estádios referidos, “*elsewhere*” equivale a “*anywhere*”; ou seja, só a forma mais genérica está disponível. Estas formas caracterizam-se pela ausência de marcação; no entanto, tal não equivale a defender que haja ausência do domínio da relação de concordância.

Tal como em Ferdinand (1996:57), a partir da proposta de Rooryck (1995), defendo que aquelas formas se caracterizam por apresentarem traços- α , sem um valor específico, tornando as formas compatíveis com qualquer valor desse traço.

Como afirma a autora, “isto é crucialmente diferente de formas sem qualquer concordância”, já que permitem o licenciamento sintáctico dos sujeitos.

Assumindo, como em Chomsky (1993), que a cada traço funcional está associada uma projecção, assume-se que AgrP está já presente nesta fase.

A forma como se interpreta o predomínio da terceira pessoa do singular (como ausência de concordância ou existência de concordância – enquanto relação sintáctica – sem marcação morfológica de [pessoa] e [número]) é crucial para optar pelo modelo teórico mais ajustado; a primeira hipótese seria compatível com a defesa de um estádio pré-funcional; a segunda, possivelmente a mais correcta, é antes compatível com a hipótese de continuidade, a qual, sendo incompatível com uma proposta como a formulada em Radford (1986)¹², não é absolutamente incompatível com todas as propostas maturacionais¹³: é possível que a evolução no conhecimento lexical, que determina, entre outros aspectos, o domínio do paradigma flexional (defendida em Clashen *et al.* 1996), ou o domínio consolidado do sistema referencial (crucial para a proposta em Hyams 1996) sejam determinados pela maturação cognitiva.

¹² Mas note-se a ressalva estabelecida pelo autor em Radford (1996) para línguas como o Português.

¹³ Esta compatibilidade foi reconhecida, em termos genéricos, em Guasti (2002:129).

Subespecificação significa, nesta acepção, “com um número limitado de especificações”.

No estado adulto tem lugar uma competição entre formas, ganhando as mais especificadas, em função do conjunto de traços em causa para o respectivo item de Vocabulário; nos primeiros estádios de aquisição da linguagem (nos dados aqui analisados) o conjunto de traços disponível é limitado, o que condiciona a marcação morfológica, com uma preferência clara pelas formas menos especificadas – em Português, claramente a forma de 3/3.

A utilização dessa forma implica que a criança já domina uma relação sintáctica específica (a de concordância verbal), embora não tenha ainda consolidado a aquisição de [pessoa]; aquela relação, com ou sem marcação explícita, é universal – o que é específico a cada língua é o tipo de marcação que ocorre. Por isso, é natural que só muito tempo depois de ter já dominado (ao nível da compreensão) essa marcação, a criança consiga demonstrá-lo ao nível da produção, prova final de que a aquisição de [pessoa] está consolidada.

Quanto à proposta específica de derivação das estruturas nos estádios iniciais nas duas variantes, os dados apontam claramente para uma dissociação entre [pessoa] e [número]. Nessa medida, seria possível assumir a dissociação de AgrP numa projecção de [pessoa] (PerP) e noutra de [número] (NumP) (comum a inúmeras propostas teóricas), defendendo-se que NumP é subespecificado até mais tarde, sendo beneficiadas, mais uma vez, as formas de singular (as menos especificadas), e, de entre estas, a *default*; em Português, 3/3.¹⁴

A diferença entre a natureza dos traços de [pessoa] e [número] está de resto atestada em propostas como em Hoekstra e Hyams (1998), em que se nota que [número] é um traço nominal e [pessoa] e [tempo] são traços dêicticos.¹⁵

No entanto, é difícil explicar o “atraso” das formas de plural em PB, por relação com o PE com o recurso a esta proposta. Complementarmente, assumirei que a natureza do morfema de [plural] é distinta nas duas variantes, como em Costa e Silva (2003), como referido em 3.3 acima: no caso da variante brasileira com o padrão de inovação extremo

¹⁴ A justificação para a projecção de NumP, no entanto, precisamente pela sua natureza, não é óbvia no quadro minimalista.

¹⁵ Os autores assumem que a subespecificação só afecta o domínio nominal, explicando-se assim porque, na sua proposta, só [número] pode ser subespecificado, quer ao nível da oração, quer ao nível de DP. Como notado pela Professora Inês Duarte, fica por explicar o padrão evolutivo distinto em PE relativamente à morfologia verbal de plural (mais tardia) e a correspondente morfologia nominal.

(reduzido a duas formas), os autores concluem que só [pessoa] (já não [número]) é o traço relevante.

Como explicação para as diferenças entre PE e PB, assumem que em PE, [plural] é um “morfema dissociado”, podendo-se associar (*attach*) a várias cabeças, por processo morfológico; em PB, é um “morfema único” (*singleton*), ligando-se ao elemento que faz a “ancoragem” da informação de número.

6.6 Síntese global

Nesta secção foi descrita a evolução da marcação de [pessoa] e [número], a qual dá forma à concordância verbal, para as duas variantes em estudo.

Foi especialmente notado o predomínio, no estádio inicial, da forma de terceira pessoa do singular, quer em contextos de 3/3, quer em contextos “agramaticais”, em que surge (com pesos percentuais variáveis de criança para criança que tendem naturalmente a diminuir ao longo do processo de aquisição), a substituir outras formas (3/1, 3/2, 3/3pl e até, para o PB, 3/1pl).

Globalmente, foram sublinhadas semelhanças entre as duas variantes, quer a nível do padrão global de evolução, quer das formas “agramaticais” e do seu peso relativo.

Como diferenças mais notórias, sublinhou-se a inexistência de 2/2 em PB e o “atraso” das formas de plural nessa variante.

A nível explicativo, optou-se por reter noções fundamentais da Hipótese da Aprendizagem Lexical, rejeitando-se no entanto a noção de detonamento morfológico.

O conceito de subespecificação, enquanto restrição à especificação traduzida pelo número de especificações associadas inicialmente aos traços de cada projecção funcional, foi considerado fulcral.

Concorrentemente, defendeu-se a dissociação entre [pessoa] e [número] e a associação das diferenças verificadas ao nível da aquisição das formas de plural nas duas variantes a diferentes naturezas desse traço: morfema dissociado em PE e único em PB.

Como ficou claro pela argumentação em 6.4, é crucial analisar agora em que medida a aquisição da sintaxe nas duas variantes é condicionada pelas diferenças (e semelhanças) encontradas ao nível da evolução da marcação de [pessoa] e [número], tendo-se em conta nas próximas secções os seguintes indicadores: sujeito nulo, objecto nulo e infinitivos.

7. Aquisição de sujeito

7.1 Introdução

Antes de mais, deve-se salientar que, pelo peso relativo do estudo deste tópico na globalidade da presente dissertação, esta Introdução não constituirá mais do que um enquadramento genérico ao seu estudo, já que o objectivo fundamental consistirá em relacionar os dados deste indicador sintáctico com aqueles que foram descritos e analisados na secção anterior.

A divisão tipológica das línguas entre as que permitem sujeitos nulos em orações finitas e as que não o permitem tem sido correlacionada com múltiplos aspectos de tipo sintáctico e morfológico. Fazer derivar esses aspectos de uma única activação paramétrica é, do ponto de vista do estudo da aquisição da linguagem, bastante interessante, tendo o PSN recebido particular atenção por parte de muitos investigadores, como já foi referido.

Desde as propostas iniciais (veja-se Chomsky, 1981) que o PSN tem sido associado à riqueza do paradigma morfológico verbal, tomando-se unicamente a concordância rica como regente dos sujeitos nulos; nas línguas em que não está presente, o sujeito nulo constituiria uma violação do Princípio da Categoria Vazia, não sendo por isso possível. A proposta inicial foi sucessivamente reformulada, até se definir em Rizzi (1986) um sistema duplo para a legitimação dos sujeitos nulos: o licenciamento formal e a identificação.

Numa revisão recente do PSN (Rizzi, 1997:270 e seguintes), assinalam-se os seguintes contrastes entre línguas que accionam este parâmetro positiva e negativamente:

- (i) O Italiano e o Catalão permitem sujeitos nulos com interpretação pronominal definida; o Inglês e o Francês não o permitem; este aspecto estende-se aos sujeitos nulos com interpretação não referencial.
- (ii) Línguas como o Italiano permitem que o sujeito (incluindo sujeitos derivados, como na construção passiva) ocorra numa posição pós-verbal interna a VP. O mesmo não ocorre no segundo conjunto de línguas: (Rizzi, 1997:271;(15)):

- (1)a. ____ è stato dato un premio al presidente.
 b. ____ há estat donat un premi al president.
 c. * ____ a été donné un prix au président.
 d. * ____ was given a prize to the president.

Os sujeitos nulos podem ainda ocorrer no primeiro conjunto de línguas em posição final de VP (Rizzi, 1997:271;(16)):

- (2)a. ____ há telefonato Gianni.
 b. ____ há telefonat en Joan.
 c. * ____ a téléphoné Jean.
 d. * ____ telephoned John.

(iii) Só línguas como o Italiano permitem extracção-qu de um sujeito encaixado sobre um complementador explícito, quer de declarativas, quer de interrogativas encaixadas (Rizzi, 1997:272;(18)):

- (3)a. Una persona che non so se ____ ci potrà aiutare è Gianni.
 b. Una persona que no sé si ____ ens podrá ajudar és en Joan.
 c. *Une personne que je ne sais pas si ____ pourra nous aider est Jean.
 d. *A person who I don't know if ____ will help us is John.

(iv) Nas línguas como o Italiano a marcação morfológica da concordância sujeito-verbo é bastante rica e transparente. O autor apresenta o paradigma do presente do indicativo para o demonstrar (Rizzi, 1997:272;(19)):

- (4) Italiano: parl-o, parl-i, parl-iamo, parl-ate, parl-ano
 Catalão: parl-o, parl-es, parl-a, parl-em, parl-eu, parle-en
 Francês: parl, parl-õ, parl-é
 Inglês: speak, speak-s

O PE comporta-se como o Italiano em todos os aspectos relevantes, sendo portanto inequivocamente uma língua de sujeito nulo.

A primeira hipótese explicativa (como em Rizzi, 1982) consistiu em afirmar que Agr tem em línguas como o PE um traço [+pronominal], sendo por isso responsável pela legitimação do sujeito nulo.

No entanto, dados empíricos vieram pôr em causa esta associação estrita, nomeadamente a existência de casos como o do PB que não permite sujeitos nulos referenciais mas permite nulos expletivos.

Assim, em Rizzi (1986) formula-se a seguinte teoria de *pro* (aqui adaptada: Rizzi, 1997:273):

- (i) Licenciamento formal:
pro é licenciado por X^o [...] sob concordância ou regência.
- (ii) Identificação:
pro herda traços da X^o licenciadora.

O licenciamento determina as posições sintáticas em que *pro* pode ocorrer; a identificação recupera os traços-phi que são requeridos para determinar a identidade do antecedente do *pro*.

AgrS seria uma cabeça licenciadora em Italiano, Catalão ou Português mas não em Inglês ou Francês. A diferença entre o PE e o PB explicar-se-ia da seguinte forma: só em PE se daria (além do licenciamento) a identificação; em PB, só o *pro* formalmente lícito mas sem traços seria permitido: o nulo expletivo.

Depois de num primeiro momento se pensar que seria a natureza pronominal de Agr a legitimar o sujeito nulo, línguas como o Mandarim, precisamente, levaram a colocar a hipótese de ser a uniformidade morfológica a determinar a forma como se dá a parametrização.¹

Quanto à forma como se adquire o sujeito (ou a sua natureza), Hyams (1986) constituiu-se como um texto seminal. No entanto, a autora viria a reformular a sua proposta inicial, que consistia, basicamente, em defender que todas as crianças começariam com um valor positivo para o PSN, o qual seria posteriormente alterado, em função de evidência empírica, em línguas como o Inglês, justificando-se assim a curva decrescente nos valores de sujeito nulo nos estádios iniciais de aquisição.

Assim, vem mais tarde a defender que todas as crianças partiriam de um mecanismo como em Mandarim (uma língua sem riqueza morfológica e com sujeito nulo): o licenciamento do *pro* é feito em I mas a identificação é feita por um tópico discursivo. Num momento posterior, com a aquisição da flexão, dar-se-ia numas línguas a identificação por essa via e noutras as crianças verificariam que tal não era possível. No

¹ Veja-se Jaeggli e Safir (1989).

entanto, tal faria prever um número equivalente de sujeitos nulos na fase relevante em todas as línguas, e em todas as estruturas (finitas e infinitivas, nomeadamente) o que não se verifica.

Outras propostas foram avançadas, como em Wexler (1994): aí se defende que o constituinte omitido não é *pro* mas PRO, o sujeito nulo associado aos infinitivos. PRO ocorre porque [tempo] é subespecificado no discurso infantil em línguas como o Inglês; em Italiano aparece *pro*, licenciado pela marcação morfológica rica. N. Hyams também vem a defender o mesmo (ou seja, que o sujeito nulo é PRO) mas acredita que o traço subespecificado é [número], e não [tempo].

Em suma, a investigação concernente a este parâmetro está longe de estar encerrada, sendo precisamente a existência de línguas “mistas”, como o PB, que se torna mais problemática, como se nota em Duarte (2003:20-21), concluindo-se:

“Gramáticas com estas propriedades sugerem que aquilo que tem sido considerado um parâmetro é, na realidade, um *cluster* de parâmetros, ou seja, sugerem que o Parâmetro do Sujeito Nulo deve ser decomposto em escolhas binárias mais finas”.

Sobre o sujeito nulo em PB, Duarte (1995) constitui um texto de referência.

Os primeiros dados a este respeito surgiram no entanto nos trabalhos de F. Tarallo, dando conta de um decréscimo acentuado no uso de sujeitos nulos.

Em Simões (1997:67) reproduz-se de forma adaptada a Tabela 3, relativa ao “Resumo de percentagem de retenção pronominal ao longo do tempo”, surgida em Tarallo (1993:84):

(5)

TEMPO	1725	1775	1825	1880	1981
FUNÇÃO					
Sujeito	23.3%	26.6%	16.4%	32.7%	79.4%

Não se considerava aqui o factor “contexto sintáctico”.

Defende-se em Duarte (1995) que o sujeito nulo é hoje em dia residual em PB. A mudança paramétrica não é ainda dada como um facto consumado.

Os dados da autora têm vindo a ser complementados em muitos trabalhos posteriores, como em Barbosa, Duarte e Kato (2000), onde se resumem dados de Duarte (1993) com base em peças teatrais:

“ Note-se que, enquanto na primeira década do século XIX [1845], o preenchimento do sujeito se restringia a apenas 20%, no final deste século [1992] esse índice sobe para 74%”.

Referem-se ainda dados de Duarte (2000), segundo os quais há diferenças relevantes no número de sujeitos referenciais expressos em PE e PB: 1ª pessoa: 35% (PE), 74% (PB); 2ª pessoa: 24% (PE), 90% (PB); 3ª pessoa: 21%(PE), 58% (PB).

Acrescentam-se ainda novos dados, (Barbosa, Duarte e Kato 2000:542), com base num *corpus* escrito de entrevistas reproduzidas pela imprensa:

(6)

Variedade	Sujeito Nulo	Sujeito Pleno	Total
PE	126 (78%)	36 (22%)	162 (100%)
PB	63 (44%)	79 (56%)	142 (100%)

Quanto à ocorrência do sujeito duplo, as autoras afirmam o seguinte (*op.cit.*:545): “nota-se um significativo incremento no uso da estrutura com duplo sujeito pelo grupo mais jovem, tanto em frequência quanto em variedade”.

Esta evolução, com o diminuição significativa no número de sujeitos nulos, é relacionada em Duarte (1995) com a do Francês, língua em que se registou uma alteração paramétrica neste domínio, com um longo período de transição de cerca de 150 anos (*cf. op.cit.*:119 e seg.).

Embora aquela mudança no Francês seja muitas vezes associada à perda de flexão, essa associação não é unanimemente assumida, como a autora reconhece, citando B. Vance. Para o PB, a autora defende que tal associação existe assumindo claramente que foi a perda de flexão verbal que conduziu à perda do princípio “evite pronome”.

Quanto ao processo específico, assume a mesma autora (*op.cit.*:127), como em Tarallo e Kato (1989) que a mudança não é brusca mas gradual.

Em termos teóricos, a autora defende (Duarte 1995:127), como em Silva (1994) (seguindo o trabalho de L. Rizzi), que Agr0, embora capaz de legitimar formalmente *pro* argumental definido, não possui o conjunto de traços capazes de o identificar.

C. Figueiredo Silva defende, como em Galves (1991 e 1993), que o paradigma verbal em PB perdeu o traço [pessoa], retendo apenas [número].

A estrutura que assume é a seguinte:

(7) [CP[TopP[FocusP[TopP[IP]]]]]

Cada um dos traços de concordância (género, número e pessoa) ocupa um núcleo separado, sendo o de género o mais baixo e de pessoa o mais alto.

O verbo move-se em PB apenas até Agr-número devido à perda do traço [pessoa]; este subiria em busca da relação anafórica com o sujeito matriz.

A mudança é descrita por C. Figueiredo Silva da seguinte forma: o PB perdeu a capacidade de identificar localmente os seus sujeitos nulos referenciais. Assim, só ocorrem em contextos em que *pro* pode ser identificado por outros mecanismos, dependentes do sistema CP: ligação-A da categoria vazia ao sujeito de uma oração mais alta ou ligação-A' de um vestígio a um tópico de CP ou de um vestígio a um *pro* que se move até CP em busca do traço [pessoa] no discurso precedente.

Finalmente, quanto à origem do processo, não se rejeita em Duarte (1995:74) que factores fonológicos tenham actuado como “propulsores de mudança”; no entanto, a distanciação crescente entre a língua oral e a escrita pode funcionar agora como detonadora de novas evoluções, afirmando-se (*op.cit.*:143): “É por esses caminhos que uma mudança paramétrica pode ocorrer”.

A autora conclui que o PB é pois uma “língua mista”, como outros autores têm feito – em Kato (1999b), nomeadamente, assume-se igualmente que o PB é uma língua “mista” na medida em que apresenta sujeito nulo parcial, autorizando sujeitos nulos de terceira pessoa mas não de primeira e segunda.

A noção de que o PB está a deixar de ser uma língua de sujeito nulo não é no entanto consensual.

A condição de licenciamento formal é, nesta proposta, a existência de um núcleo T com um traço-D forte de que resulta a possibilidade de a posição de SpecTP ser ocupada por um elemento com ou sem matriz fonética.

O sujeito nulo referencial deve ainda ter o conteúdo referencial identificado – quando é interpretado como pessoa (ou como não pessoa), pode-se fazer uma ligação comum entre esse sujeito e um DP (contido na frase ou no discurso) mas também através de uma ligação especial entre o sujeito e uma marca morfofonológica especificada com o subtraço [+pessoa], ou seja, por uma flexão rica, que constitui portanto apenas um dos mecanismos de identificação do conteúdo referencial do sujeito nulo.

Os “sujeitos pós-verbais” com verbos intransitivos são aqui tratados como “objectos nominativos” e nada dizem sobre os sujeitos nulos.

Assim, defende-se que o PB tem sujeitos nulos mas não tem a ordem VS (ao contrário do PE).

Assume-se (*op.cit.*:271) que o PB tem uma categoria expletiva nula sem conteúdo fonético, sem traços-phi, sem papel-theta e sem Caso mas especificada com um traço-D e, por isso, pode ser o sujeito de tais frases.

Por outro lado, tem sido explorada a possibilidade de correlação entre diferentes comportamentos sintácticos e a natureza dos pronomes envolvidos; em Kato (1999) defende-se que os fracos ocupam uma posição interna a TP e os fortes estão numa posição mais alta, na margem esquerda da oração.

Toma-se como princípio universal a impossibilidade de ocorrência de sujeitos nulos que correspondam a pronomes lexicais fracos.

Assume-se então que em PB o sujeito nulo corresponderá a um pronome fraco e o lexical é forte e que em PE não há pronomes lexicais fracos para a posição de sujeito.

Por outro lado, em PE os morfemas de concordância são tomados como itens independentes que se associam à raiz verbal no curso da derivação, deixando de se postular a existência de *pro* na posição de sujeito.

Em Ferreira (2000:16) avança-se ainda outra proposta: o sujeito nulo referencial não corresponde a um pronome nulo nem a uma categoria vazia vinculada a um operador nulo mas a um vestígio resultante de uma operação de subida a partir da posição de especificador de T finito para uma oração mais alta (“hiperalçamento” na terminologia de Ura 1994). Os sujeitos nulos referenciais só aparecem em encaixadas.

Sobre o processo de aquisição este autor afirma o seguinte (*op.cit.*:33):

“ (...) A Gramática Universal confere a T finito a propriedade de possuir um conjunto completo de traços- ϕ , ou, para usar um outro jargão, a propriedade de atribuir Caso nominativo. Esta é a opção não-marcada (*default*) e uma criança aprendendo uma língua não necessita de evidências positivas para adquiri-la. O que houve com o PB foi o ganho de uma opção extra, a reanálise de T finito como um conjunto incompleto de traços- ϕ , ou, dito de outra forma, a opcionalidade de atribuição de Caso nominativo por parte de T. A aquisição desta opção extra relaciona-se, conforme colocado na seção anterior, ao enfraquecimento da concordância verbal ocorrida em PB”.

Esta possibilidade, interessante do ponto de vista que aqui nos ocupa, deixa algumas questões em aberto: de que forma específica se estabelece a relação entre aquele enfraquecimento e a opcionalidade referida? Seria o paradigma enfraquecido o detonador para a activação da opção extra? E, em termos paramétricos, como conceber tal opção? Como mais um parâmetro? Finalmente, se a opção não marcada é legítima, qual a motivação para a aquisição da opção extra?

De qualquer forma, a proposta é assumidamente problemática (*op.cit.*:55) a partir de Chomsky (1998), onde se assume que uma vez completada uma fase, os elementos no seu domínio (complemento de v ou C) não podem ser alvo de qualquer operação:

“No caso de hipersubida há o movimento a partir do Spec de T de uma oração encaixada deslocando um alvo de dentro do domínio de uma fase para fora desta fase. Uma possível solução é admitir que C que selecciona T incompleto não define uma fase, ou define uma fase fraca no sentido de Chomsky (1999).”

Quanto à aquisição do sujeito em PE, os dados analisados em Faria (1993) (relativos à faixa etária entre 1;0 e 2;5) demonstram que desde o início parece fixado o PSN, afirmando-se (*op.cit.*:37) que “A fixação do parâmetro do Sujeito Nulo transparece na forma como é progressivamente realizado o uso exclusivo da desinência verbal” e, em síntese (*op.cit.*:45),

“(…) Que a primeira propriedade do Parâmetro do Sujeito Nulo, ausência de realização fonética dos Sujeitos argumentais (agentes), aparece fixada desde cedo. Este facto permite acentuar ou tornar proeminentes na representação os efeitos em vez das causas (perspectiva resultativa da transitividade)”.

No que diz respeito à aquisição do sujeito em PB, tomarei Simões (1997) como o principal texto de referência.

Aí se assinala (*op.cit.*:173) que nos dados analisados, respeitantes a uma criança, A., gravada entre 2;4 e 3;0, se verificam percentagens de sujeitos nulos mais baixas do que em PE mas mais altas que no PB adulto.

Assinala-se ainda um contraste entre pessoas gramaticais semelhante ao do PB adulto (terceira pessoa com mais sujeitos nulos e segunda com menos).

Assume-se ainda (*op.cit.*:183) que a criança fixa bem desde o início o PSN, afirmando-se que o padrão descrito está de acordo com a aquisição de uma língua sem sujeito nulo ou com tipos restritos de sujeito nulo.

Os valores mais elevados do que no PB adulto são explicados pelo tipo específico de interacção.

Este aspecto é igualmente assinalado em Palmiere (2002:113):

“No que diz respeito ao preenchimento dos argumentos especificados pelo verbo, no período aqui em questão – entre 2;0 e 2;6 – verifica-se nos dados das duas crianças que, tanto para as ocorrências de verbos monoargumentais quanto de verbos de dois lugares, predominam as estruturas com sujeito nulo, ou seja, com argumentos externos não preenchidos foneticamente, podendo estes serem identificados ou no contexto imediato, ou na fala do adulto (...). Com relação a tal padrão de predicação, verifica-se que a fala dessas crianças diferencia-se quantitativamente, neste aspecto, da fala do adulto. Vários autores têm mostrado que no PB observa-se o uso cada vez menos frequente de sujeito nulo (...).”

Este aspecto é atribuído à situação comunicativa, em que “adulto e criança falavam maioritariamente sobre o aqui e o agora”.

Em Simões (2000) reproduz-se no essencial a mesma argumentação, procedendo-se a uma comparação com o Inglês para se demonstrar (*op.cit.*:80) que o número de sujeitos nulos em PB é mais próximo do Inglês que do PE.

Neste trabalho sublinha-se igualmente o facto de ocorrerem mais sujeitos pronominais com a primeira pessoa.

Este dado é especialmente relevante porque vai contra a ideia de que a mudança no parâmetro de sujeito nulo se teria dado por falta de transparência referencial das formas verbais: a primeira pessoa é precisamente a mais transparente.

De resto, tal aspecto está já largamente documentado na literatura.

Veja-se nomeadamente Negrão e Viotti (2000:108), onde se citam resultados da análise de um *corpus* de dez diálogos orais por um grupo de 20 crianças de 11 anos matriculadas no 5º grau de uma escola de S. Paulo afirmando-se:

“the verbal first person singular, the only person that has kept morphological markers of referential identity, is the category which shows the highest percentage of use of overt pronouns as compared to empty categories (...).”

Em Modesto (2000:148) dá-se conta do mesmo aspecto:

“In colloquial speech, the form *a gente*, which takes third person singular inflection, is taking over the first plural pronoun *nós*, causing the first person singular to be the only person to be distinctively marked.”

O mesmo é verificado em Kato (2000:225-6):

“But the intriguing fact is that the first person, which is the only form still marked with a distinct morphology, was the first subject to become more frequently expressed.”

Quanto à forma como se deve conceber o PSN, existe a possibilidade teórica de que existam subparâmetros; esta possibilidade é aplicada ao PB em Lopes (2000:37), aqui mencionada a título ilustrativo, onde se apresenta a seguinte tabela²:

² Remete-se para o texto original para a fundamentação da proposta agora referida.

(8)

	Italiano	PB	Inglês
parâmetro “principal”			
sujeito nulo	+	+/-	-
“subparâmetros”			
Expletivo	-	-	+
Inversão livre	+	-	-
movimento longo do sujeito	+	+	-
pronome resumptivo	-	+	+
efeito that-t	-	-	+

7.2 Notas metodológicas

Nas contagens não foram incluídos os sujeitos com forma de pronome relativo e interrogativo por se considerar que têm características específicas.

Também não se incluíram os clíticos-sujeito por se considerar igualmente que têm características específicas, além de que não ocorrem em PB, o que faria subir, em termos relativos, a frequência de sujeitos realizados em PE.

Não se diferenciam aqui os sujeitos em termos de posição (para se manter a metodologia citada).

Nos enunciados com infinitivos flexionados só foram codificados os sujeitos quando explícitos, ficando a forma verbal e a pessoa interrogadas (“para fazer” – 1vinf; “para ele fazer” – 1suj 1vinf ?fl ?3/3) ou, sendo nulos, quando associados a formas verbais inequívocas (“para fazeres” – 0suj 1vinf-fl 2/2).

As contagens foram executadas a partir dos ficheiros sem imperativos, sem *tags* e sem “ser=sim”.³

A metodologia usada, no que diz respeito à diferenciação dos sub-tipos de sujeitos (referenciais nulos, expletivos nulos, DPs, pronomes demonstrativos e pronomes pessoais) seguiu a que se descreve em Simões (1997 e 2000) para ser possível o confronto directo.

³ Mais uma vez se nota que apesar de se terem excluído as *tags* pelos motivos explicitados em 6.2, estes não são contextos irrelevantes – veja-se a nota 5 daquela secção.

7.3 Os dados

Como nota prévia, assinala-se que os totais percentuais são calculados com base nos valores absolutos (por exemplo, 67.7%, na primeira coluna, é a percentagem de 1873 sobre 2768) e não com base na soma dos valores percentuais parciais a dividir por doze, já que estes são valores arredondados.

Todas as operações de cálculo foram executadas automaticamente com recurso ao programa Excel. Nas tabelas as siglas indicam os sujeitos nulos referenciais (0suj) e expletivos (0suj-ex, correspondentes nos exemplos a 1vimps) e os preenchidos DPs (1suj), pronomes demonstrativos (1suj-d) e pronomes pessoais (1suj-pp).

(9)

Idade	Tipos de Sujeito – LUI					Total
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	
1;9.29	36	0	3	8	2	49
1;11.20	137	0	19	17	7	180
2;0.27	145	5	15	27	8	200
2;2.0	143	0	31	26	8	208
2;2.27	150	2	25	45	5	227
2;4.4	179	0	26	21	6	232
2;5.7	157	0	14	7	16	194
2;5.27	249	1	29	40	29	348
2;6.26	226	1	23	32	32	314
2;8.16	159	0	55	68	43	325
2;9.21	213	3	38	38	46	338
2;11.2	79	1	23	38	12	153
Total	1873	13	301	367	214	2768

(10)

Idade	Tipos de Sujeito (%) – LUI					Total
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	
1;9.29	73.5%	0.0%	6.1%	16.3%	4.1%	100%
1;11.20	76.1%	0.0%	10.6%	9.4%	3.9%	100%
2;0.27	72.5%	2.5%	7.5%	13.5%	4.0%	100%
2;2.0	68.8%	0.0%	14.9%	12.5%	3.8%	100%
2;2.27	66.1%	0.9%	11.0%	19.8%	2.2%	100%
2;4.4	77.2%	0.0%	11.2%	9.1%	2.6%	100%
2;5.7	80.9%	0.0%	7.2%	3.6%	8.2%	100%
2;5.27	71.6%	0.3%	8.3%	11.5%	8.3%	100%
2;6.26	72.0%	0.3%	7.3%	10.2%	10.2%	100%
2;8.16	48.9%	0.0%	16.9%	20.9%	13.2%	100%
2;9.21	63.0%	0.9%	11.2%	11.2%	13.6%	100%
2;11.2	51.6%	0.7%	15.0%	24.8%	7.8%	100%
Total	67.7%	0.5%	10.9%	13.3%	7.7%	100%

(11)

Idade	Tipos de Sujeito – RAP					Total
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	
1;10.2	27	6	6	1	2	42
1;11.0	56	1	5	4	1	67
2;0.0	40	0	4	4	4	52
2;1.1	84	1	15	21	7	128
2;3.3	41	2	3	5	10	61
2;4.15	125	3	14	16	8	166
2;5.19	212	1	44	16	60	333
2;7.8	132	3	27	36	46	244
2;8.11	187	2	25	13	26	253
2;10.8	152	1	15	12	18	198
2;11.22	230	3	5	33	77	348
	1286	23	163	161	259	1892

(12)

Idade	Tipos de Sujeito (%) – RAP					Total
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	
1;10.2	64.3%	14.3%	14.3%	2.4%	4.8%	100%
1;11.0	83.6%	1.5%	7.5%	6.0%	1.5%	100%
2;0.0	76.9%	0.0%	7.7%	7.7%	7.7%	100%
2;1.1	65.6%	0.8%	11.7%	16.4%	5.5%	100%
2;3.3	67.2%	3.3%	4.9%	8.2%	16.4%	100%
2;4.15	75.3%	1.8%	8.4%	9.6%	4.8%	100%
2;5.19	63.7%	0.3%	13.2%	4.8%	18.0%	100%
2;7.8	54.1%	1.2%	11.1%	14.8%	18.9%	100%
2;8.11	73.9%	0.8%	9.9%	5.1%	10.3%	100%
2;10.8	76.8%	0.5%	7.6%	6.1%	9.1%	100%
2;11.22	66.1%	0.9%	1.4%	9.5%	22.1%	100%
Total	68.0%	1.2%	8.6%	8.5%	13.7%	100%

(13)

Idade	Tipos de Sujeito – JOA					Total
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	
2;0.2	15	0	3	0	0	18
2;1.11	31	1	14	20	3	69
2;2.9	42	0	2	5	5	54
2;3.17	107	0	29	15	7	158
2;4.7	85	0	13	17	5	120
2;5.2	88	0	9	7	9	113
2;6.1	206	1	37	34	16	294
2;7.16	161	0	21	18	20	220
Total	735	2	128	116	65	1046

(14)

Idade	Tipos de Sujeito (%) – JOA					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
2;0.2	83.3%	0.0%	16.7%	0.0%	0.0%	100%
2;1.11	44.9%	1.4%	20.3%	29.0%	4.3%	100%
2;2.9	77.8%	0.0%	3.7%	9.3%	9.3%	100%
2;3.17	67.7%	0.0%	18.4%	9.5%	4.4%	100%
2;4.7	70.8%	0.0%	10.8%	14.2%	4.2%	100%
2;5.2	77.9%	0.0%	8.0%	6.2%	8.0%	100%
2;6.1	70.1%	0.3%	12.6%	11.6%	5.4%	100%
2;7.16	73.2%	0.0%	9.5%	8.2%	9.1%	100%
Total	70.3%	0.2%	12.2%	11.1%	6.2%	100%

(15)

Idade	Tipos de sujeito – PED					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
2;7.16	143	0	17	16	30	206
2;8.0	115	2	17	22	29	185
2;8.25	119	0	15	4	12	150
2;10.10	130	0	19	28	28	205
2;11.1	124	0	16	25	27	192
3;1.15	193	0	17	50	44	304
	824	2	101	145	170	1242

(16)

Idade	Tipos de sujeito (%) – PED					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
2;7.16	69.4%	0.0%	8.3%	7.8%	14.6%	100%
2;8.0	62.2%	1.1%	9.2%	11.9%	15.7%	100%
2;8.25	79.3%	0.0%	10.0%	2.7%	8.0%	100%
2;10.10	63.4%	0.0%	9.3%	13.7%	13.7%	100%
2;11.1	64.6%	0.0%	8.3%	13.0%	14.1%	100%
3;1.15	63.5%	0.0%	5.6%	16.4%	14.5%	100%
	66.3%	0.2%	8.1%	11.7%	13.7%	100%

(17)

Idade	Tipos de Sujeito – PAU					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
1;8.21	150	0	11	2	5	168
1;10.20	482	32	67	42	115	738
2;2.18	577	14	63	37	81	772
Total	1209	46	141	81	201	1678

(18)

Idade	Tipos de Sujeito (%) – PAU					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
1;8.21	89.3%	0.0%	6.5%	1.2%	3.0%	100%
1;10.20	65.3%	4.3%	9.1%	5.7%	15.6%	100%
2;2.18	74.7%	1.8%	8.2%	4.8%	10.5%	100%
Total	72.1%	2.7%	8.4%	4.8%	12.0%	100%

(19)

Idade	Tipos de sujeito – RAB					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
1;11.12	28	23	1	4	4	60
2;0.5	58	4	3	3	42	110
2;1.16	72	4	3	4	27	110
2;2.19	48	3	3	2	34	90
2;3.6	38	3	12	1	35	89
2;4.11	36	0	12	2	22	72
2;5.15	67	8	8	9	55	147
2;6.12	78	5	9	13	34	139
2;7.12	88	3	14	15	48	168
2;8.14	37	1	6	6	33	83
3;0.7	77	1	4	4	48	134
Total	627	55	75	63	382	1202

(20)

Idade	Tipos de sujeito (%) – RAB					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
1;11.12	46.7%	38.3%	1.7%	6.7%	6.7%	100%
2;0.5	52.7%	3.6%	2.7%	2.7%	38.2%	100%
2;1.16	65.5%	3.6%	2.7%	3.6%	24.5%	100%
2;2.19	53.3%	3.3%	3.3%	2.2%	37.8%	100%
2;3.6	42.7%	3.4%	13.5%	1.1%	39.3%	100%
2;4.11	50.0%	0.0%	16.7%	2.8%	30.6%	100%
2;5.15	45.6%	5.4%	5.4%	6.1%	37.4%	100%
2;6.12	56.1%	3.6%	6.5%	9.4%	24.5%	100%
2;7.12	52.4%	1.8%	8.3%	8.9%	28.6%	100%
2;8.14	44.6%	1.2%	7.2%	7.2%	39.8%	100%
3;0.7	57.5%	0.7%	3.0%	3.0%	35.8%	100%
Total	52.2%	4.6%	6.2%	5.2%	31.8%	100%

(21)

Idade	Tipos de sujeito – TIA					Total
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	
2;2.28	23	0	3	0	1	27
2;3.11	23	0	9	0	0	32
2;4.11	19	0	8	0	0	27
2;5.8	15	3	4	1	0	23
2;6.12	12	1	20	3	7	43
2;7.19	21	2	12	1	0	36
2;8.17	16	0	4	0	0	20
2;9.0	40	0	7	4	9	60
3;0.15	27	1	11	7	5	51
Total	196	7	78	16	22	319

(22)

Idade	Tipos de sujeito (%) – TIA					Total
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	
2;2.28	85.2%	0.0%	11.1%	0.0%	3.7%	100%
2;3.11	71.9%	0.0%	28.1%	0.0%	0.0%	100%
2;4.11	70.4%	0.0%	29.6%	0.0%	0.0%	100%
2;5.8	65.2%	13.0%	17.4%	4.3%	0.0%	100%
2;6.12	27.9%	2.3%	46.5%	7.0%	16.3%	100%
2;7.19	58.3%	5.6%	33.3%	2.8%	0.0%	100%
2;8.17	80.0%	0.0%	20.0%	0.0%	0.0%	100%
2;9.0	66.7%	0.0%	11.7%	6.7%	15.0%	100%
3;0.15	52.9%	2.0%	21.6%	13.7%	9.8%	100%
Total	61.4%	2.2%	24.5%	5.0%	6.9%	100%

7.4 Análise dos dados

7.4.1 PE

7.4.1.1 LUI

Os dados mostram um peso muito significativo de sujeitos nulos, com algumas oscilações mas sem uma tendência evolutiva muito clara, sendo o valor máximo de 80.9% e o mínimo de 48.9%.

É possível no entanto constatar que os valores mais baixos de sujeitos nulos ocorrem nas últimas três sessões e que os sujeitos com forma de pronome pessoal tendem a aumentar.

Os expletivos ocorrem exclusivamente com a forma “há”:

- (23) LUI_P_08sI+T.cha": linha 1169.
- *INV: um@i .
- *LUI: aqui [/] aqui não há dinossauros .
- %syn: 1neg (1)1vimps 3/3 pres 1obj
- *INV: pois não .

A soma total de sujeitos nulos é de 68.1% contra 31.9% de preenchidos, tendo os demonstrativos o maior peso relativo.

7.4.1.2 RAP

A descrição é semelhante à anterior no que diz respeito ao padrão constante, com algumas oscilações, e a mesma tendência crescente, embora não muito significativa nem contínua, no que diz respeito ao uso de pronomes pessoais.

O valor máximo de sujeitos nulos é de 83.6% (na segunda sessão) e o mínimo de 54.1% (na oitava).

Os expletivos ocorrem com a forma “há”, maioritariamente (com 19 ocorrências em 23), mas também nos seguintes contextos:

- (24) CRI_P_05sI+T.cha": linha 96.
- *PAI: porque é que (es)tás a fechar a porta # Raquel ?
- *CRI: porque [?] está calor .
- %syn: ?1comp (1)1vimps 3/3 pres 1obj
- *PAI: (es)tá calor,, é ?

- (25) CRI_P_06sI+T.cha": linha 1115.
- *INV: já chega ?
- *CRI: chega .
- %syn: (1)1vimps 3/3 pres
- *INV: um@i # que sopa boa .

- (26) CRI_P_06sI+T.cha": linha 1207.
- *INV: diz lá Raquel .
- *CRI: dá 0~se [*] à noiva .
- %syn: (1)1vimps 3/3 pres 0obj 0clit
- *INV: pois # mas o que é que se dá à noiva ?

- (27) CRI_P_11sI+T.cha": linha 1385.
- *CRI: nem na sala .
 - *CRI: agora não chove aqui dent(r)o,, poi(s) não ?
 - %syn: 1neg (1)1vimps 3/3 pres
 - *INV: não .

A soma total de sujeitos nulos é de 69.2% contra 30.8% de preenchidos, tendo os pronomes pessoais o maior peso relativo.

7.4.1.3 JOA

Os valores revelam de novo constância, com oscilações.

Regista-se na segunda sessão o aparecimento das formas pronominais.

O valor máximo de sujeitos nulos é de 83.3% na primeira sessão e o mínimo de 44.9% na segunda.

Os expletivos só ocorrem duas vezes, com a forma "há":

- (28) JOA_P_02sI+T.CHA": linha 210.
- *JOA: há ali um passarinho .
 - %syn: (1)1vimps 3/3 pres 1obj

A soma total de sujeitos nulos é de 70.5% contra 29.5% de preenchidos, tendo os DPs o maior peso percentual.

7.4.1.4 PED

Os valores são de novo muito constantes, aqui com oscilações menores.

Os sujeitos nulos situam-se entre 79.3% e 62.2%.

Os expletivos têm igualmente duas ocorrências, com a forma "há":

- (29) PED_P_02sI+T.CHA": linha 116.
- *PED: aqui há muitos # macacos .
 - %syn: (1)1vimps 3/3 pres 1obj

A soma total de sujeitos nulos é de 66.5% contra 33.5% de preenchidos, tendo os pronomes pessoais o maior peso relativo.

7.4.1.5 Síntese relativa aos dados do PE

(30)

	Tipos de sujeito – PE					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
LUI	67.7%	0.5%	10.9%	13.3%	7.7%	100%
RAP	68.0%	1.2%	8.6%	8.5%	13.7%	100%
JOA	70.3%	0.2%	12.2%	11.1%	6.2%	100%
PED	66.3%	0.2%	8.1%	11.7%	13.7%	100%
Média	68.1%	0.5%	10.0%	11.2%	10.3%	100%

Como foi sendo referido, os valores médios são muito aproximados para as quatro crianças, podendo-se unicamente notar uma diferença ligeira no peso relativo dos pronomes pessoais com função de sujeito, mais baixo para LUI e JOA, com a correspondente subida nos valores dos sujeitos-DP.

7.4.2 PB

7.4.2.1 PAU

O valor da primeira sessão de sujeitos nulos é o mais elevado (com 89.3%), com uma descida significativa na segunda (para 65.3%) e um patamar intermédio na terceira. Para todos os tipos de sujeitos preenchidos registam-se subidas, sendo que a mais significativa se regista no caso dos pronomes pessoais.

O número reduzido de sessões levanta algumas dúvidas sobre o padrão de evolução, já que nos dados relativos ao PE também se verificam oscilações mas, globalmente, sem um peso muito claro.

Os expletivos ocorrem com as formas “tem”, com 29 ocorrências, “pode”, com 16, e “chega”, com uma. Eis alguns exemplos:

(31) PAU_B_02sI+T.cha": linha 1069.

*FAT: <as oclusivas pomou@ # ta@> ["] .

*CHI: mamãe chega 0de tomar café !

%syn: 1oc (1)1vimps 3/3 pres 1vinf 1obj

*MOT: já vai .

- (32) PAU_B_02sI+T.cha": linha 2322.
 *CHI: tchau@i .
 *CHI: hoje <&m &nã &ã> [/] não tem filme não .
 %syn: 1neg (1)1vimps 3/3 pres 1obj 2neg
 *MOT: hoje não tem filme .
- (33) PAU_B_02sI+T.cha": linha 4148.
 *MOT: quê ?
 *CHI: vamos ligar a gagá@c # pode ?
 %syn: 0suj 1v 1pl/1pl pres 1vinf 1obj (1)1vimps 3/3 pres
 *CHI: pode .
 %syn: 1vimps 3/3 pres 0obj

A soma total é de 74.8% de sujeitos nulos contra 25.2% de preenchidos, tendo estes nos pronomes pessoais o peso relativo mais elevado.

7.4.2.2 RAB

Os valores de sujeito nulo não têm oscilações significativas; os de sujeito expletivo, depois de um pico na primeira sessão, tendem a estabilizar igualmente.

Quanto aos sujeitos preenchidos, apesar de alguns picos, demonstram um padrão globalmente constante, com exceção dos pronomes pessoais, com um valor baixo na primeira sessão.

O valor mais elevado de sujeitos nulos é de 65.5% na terceira sessão e o mais baixo é de 42.7% na quinta.

Os expletivos ocorrem com as formas “dá”, “tem”, “tinha”, “põe” e “precisa”.

Eis alguns exemplos:

- (34) RAQ_B_01sI+T.cha": linha 320.
 *RAQ: vo(u) tira(r) .
 %syn: 0suj 1vaux pres 1/1 1vinf 0obj
 *RAQ: pode tira(r) ?
 %syn: (1)1vimps pres 3/3 1vinf 0obj
 *ENT: pode !

- (35) RAQ_B_02sI+T.CHA": linha 67.
 *MAE: xxx .
 *RAQ: n~u [= não] dá pá pá [/] pá por .
 %syn: 1neg (1)1vimps 3/3 pres 1vinf 0obj
 *MAE: eu também (es)to(u) achando que não dá não .

- (36) RAQ_B_02sI+T.CHA": linha 759.
 *MAE: precisa enxugar !
 *RAQ: precisa enxuga(r) ?
 %syn: (1)1vimps 3/3 pres 1vinf 0obj
 *MAE: precisa .

A soma total é de 56.8% contra 43.2% de preenchidos, tendo os pronomes pessoais o peso mais substancial.

7.4.2.3 TIA

Os valores de sujeito nulo apresentam oscilações significativas, com o valor máximo de 85.2% na primeira sessão e o mínimo de 27.9% na quinta.

Quanto aos preenchidos, o padrão é igualmente irregular para os três sub-tipos, embora se note uma tendência ténue (pela irregularidade) para subirem as formas pronominais.

Os expletivos ocorrem exclusivamente com a forma "tem":

- (37) TIA_B_04sI+T.CHA": linha 139.
 *MAE: esse também é cavalo .
 *TIA: não tem cavalo # mãe .
 %syn: 1neg (1)1vimps 3/3 pres 1obj 1oc
 *MAE: não tem ?

A soma total é de 63.6% de sujeitos nulos e 36.4% de preenchidos, tendo os DPs um peso muito significativo.

7.4.2.4 Síntese relativa aos dados do PB

(38)

	Tipos de sujeito – PB					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
PAU	72.1%	2.7%	8.4%	4.8%	12.0%	100%
RAB	52.2%	4.6%	6.2%	5.2%	31.8%	100%
TIA	61.4%	2.2%	24.5%	5.0%	6.9%	100%
Média	61.9%	3.2%	13.0%	5.0%	16.9%	100%

Nesta tabela notam-se diferenças significativas entre os dados relativos às três crianças; com efeito, RAB apresenta um valor substancialmente inferior de sujeitos nulos referenciais, correlacionado com um peso muito grande de sujeitos com a forma de pronome pessoal e um valor também mais significativo de expletivos.

Quanto a TIA, é sobretudo notório o peso de sujeitos-DP e o nível baixo de sujeitos com forma de pronome pessoal. Quanto aos sujeitos nulos, encontram-se precisamente na média entre os valores extremos de PAU e RAB.

Finalmente, é de assinalar que, contrariamente ao que se poderia esperar, não surgem quaisquer contextos com “sujeitos duplos”, adoptando o termo habitual.

Tal ausência ficará provavelmente a dever-se à faixa etária dos dados aqui analisados: em Grolla (2000), relativamente aos chamados elementos resumptivos, usando dados do mesmo *corpus* de outra criança, Natália (como em Simões 1976), verifica-se que tais elementos só surgem aos 3;1. Eis alguns exemplos (Grolla, 2000:55; (42)):

- (39)a. O Adriano, num vi ele lá. (3;5)
- b. O homem da televisão ele fala com... o telefone na mão... (3;8)
- c. Essi colar eu gosto dessi colar, manhê. (3;5).

Também são encontrados resumptivos em orações relativas (Grolla, 2000:55; (43)):

- (40)a. Eu vô no seu colo, porque lá tem aquela cobrinha que as muler dança nela. (3;1)
- b. Você queria a borsinha que eu tava junto com ela?

Do ponto de vista teórico, o aparecimento mais tardio destes constituintes é um dado muito relevante, já que implica considerar que a gramática se pode estruturar sem os incluir, o que permite pensar que estejam associados à componente pragmática.⁴

7.4.3 Síntese relativa aos dados das duas variantes

Retomo agora as sínteses dos dados relativos às duas variantes.

(41)

	Tipos de sujeito – PE					Total
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	
LUI	67.7%	0.5%	10.9%	13.3%	7.7%	100%
RAP	68.0%	1.2%	8.6%	8.5%	13.7%	100%
JOA	70.3%	0.2%	12.2%	11.1%	6.2%	100%
PED	66.3%	0.2%	8.1%	11.7%	13.7%	100%
Média	68.1%	0.5%	10.0%	11.2%	10.3%	100%

(42)

	Tipos de sujeito – PB					Total
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	
PAU	72.1%	2.7%	8.4%	4.8%	12.0%	100%
RAB	52.2%	4.6%	6.2%	5.2%	31.8%	100%
TIA	61.4%	2.2%	24.5%	5.0%	6.9%	100%
Média	61.9%	3.2%	13.0%	5.0%	16.9%	100%

Nestas tabelas nota-se antes de mais o peso menor de sujeitos nulos nos dados relativos ao PB, apesar de a diferença não ser substancial. A observação do que se passa para cada variante, neste aspecto, revela no entanto realidades muito distintas: enquanto os dados do PE são muito aproximados para todas as crianças, os do PB revelam grandes diferenças, com PAU a apresentar dados equivalentes aos da variante europeia e TIA e, sobretudo, RAB a demonstrarem uma descida considerável nos valores de sujeito nulo. Os valores relativos aos sujeitos expletivos são igualmente interessantes: são mais baixos para o PE e, de entre as crianças brasileiras, RAB é a que apresenta o valor mais elevado.

É curioso assinalar que (por motivos de evolução diacrónica) a forma mais frequente em PE, do verbo “haver”, não ocorre em PB, sendo que a forma equivalente (“tem”) e a

⁴ A relevância deste aspecto foi sublinhada pela Professora Inês Duarte, que identificou igualmente a possibilidade de se relacionar este dado com pesquisas recentes que defendem que a aquisição da componente pragmática ocorre mais tardiamente.

segunda mais frequente, “pode”, não ocorrem em PE (com valor impessoal, naturalmente).

Para este parâmetro, PAU afasta-se da média do PE.

Em relação aos sujeitos DPs, volta a verificar-se a homogeneidade dos dados do PE e diferenças relevantes entre crianças nos dados do PB: PAU volta a aproximar-se da média do PE, RAB tem um valor mais baixo e TIA um valor muito mais alto.

Quanto aos demonstrativos, volta a verificar-se regularidade entre as crianças de cada uma das variantes, com valores globais mais elevados em PE.

Finalmente, os pronomes pessoais com função de sujeito têm um emprego com as flutuações entre as crianças (portuguesas e brasileiras) já referidas, sendo o dado mais significativo o valor muito elevado de RAB, sendo possível verificar que o desfavorecimento no recurso ao sujeito nulo está correlacionado com o favorecimento dos pronomes pessoais.

Globalmente, o uso de sujeitos nulos (incluindo expletivos) tem valores percentuais muito semelhantes nas duas variantes (68.6% em PE contra 65.1% em PB), embora se deva reter as diferenças interindividuais acima apontadas.

Sintetizam-se agora os valores máximos e mínimos de sujeitos nulos para cada criança:

(43)

Valores mínimos e máximos de sujeitos nulos – PE		
LUI	80.9%	48.9%
RAP	83.6%	54.1%
JOA	83.3%	44.9%
PED	79.3%	62.2%
Média	81.8%	52.5%

(44)

Valores mínimos e máximos de sujeitos nulos – PB		
PAU	89.3%	65.3%
RAB	65.5%	42.7%
TIA	85.2%	27.9%
Média	80.0%	45.3%

De novo é evidenciada a semelhança nos valores globais, a homogeneidade nos dados do PE e a flutuação significativa nos dados do PB.

Note-se que o valor máximo de sujeitos nulos de PAU é superior ao verificado para os dados do PE e o valor inferior é igualmente superior ao das quatro crianças falantes de

PE. Por outro lado, para RAB também este indicador demonstra um padrão distinto, visível sobretudo no valor máximo, substancialmente inferior às médias do PE e do PB. O valor mínimo muito baixo de TIA não é especialmente significativo, já que é um caso isolado, sendo o segundo valor mínimo de 52.9%.

Em síntese, foi possível observar o seguinte:

- (i) Em relação ao PE, verifica-se que os dados são homogêneos.
- (ii) Em termos evolutivos, LUI e RAP demonstram uma tendência ligeira para usar cada vez menos sujeitos nulos e mais pronomes pessoais; JOA apresenta oscilações significativas, de valores mais elevados para menos, estabilizando em valores intermédios e PED apresenta uma curva sem oscilações significativas.
- (iii) Em relação ao PB, verificam-se grandes diferenças interindividuais.
- (iv) Em termos evolutivos, TIA apresenta grandes oscilações, PAU, valores próximos da média do PE para os sujeitos nulos e os pronomes pessoais (curiosamente com um padrão semelhante, para os valores de sujeito nulo, ao de JOA, com estabilização em valores intermédios), e RAB valores muito mais baixos de sujeitos nulos e muito mais altos de pronomes pessoais, com um privilégio maior dos pronomes pessoais a partir da segunda sessão.

7.5 Interpretação dos Dados

Antes de mais, compararei estes dados com os que se apresentam em Simões (1997:163).

Quanto à metodologia, como foi já referido, reteve-se aqui a tipologia de sujeitos considerada naquela dissertação; também a exclusão de contextos imperativos é comum.

A autora opta ainda por excluir as respostas curtas, por serem contextos categóricos de omissão de sujeito, fazendo a seguinte observação (*op.cit.*: 162-3):

“Diante da ausência de literatura acerca dessas estruturas em português, decidi por simplesmente excluí-las das contagens, ainda que me intrigue o fato de que, por um lado, essas respostas sejam uma fonte de evidência robusta para a observação de que A já respeita em índices elevados as regras de concordância verbal do PB, e, por outro, a concordância deva envolver uma relação especificador/núcleo”.

Como foi já explicitado na secção dedicada à Metodologia, a opção é nesta dissertação distinta, tendo aqueles contextos sido incluídos, também pela argumentação agora citada.

Este aspecto pode justificar pequenas diferenças em termos absolutos, fazendo subir as percentagens de sujeitos nulos nos dados aqui apresentados, mas em termos percentuais a diferença não deverá ser especialmente notória quando se procede à comparação, já que nas duas variantes existem contextos deste tipo.

Por outro lado, a autora dissocia os contextos matriz dos encaixados, dizendo a tabela abaixo reproduzida respeito às orações principais; essa dissociação não foi aqui contemplada⁵ (embora não se tenham contabilizado os sujeitos com forma de pronome relativo), o que poderá igualmente resultar em pequenas diferenças percentuais.^{6,7}

Reproduz-se agora a tabela relevante (*op.cit.*:163) (“Sujeitos Nulos e Manifestos nos Dados de A”):

(45)

	Nulo Referencial	Nulo Expletivo	Pronome Pessoal	Pronome Demonstrativo	NP Pleno
A1	54.9%	-	33.1%	-	12%
A2	39.7%	5.5%	31.9%	16.4%	6.5%
A3	52.0%	4.1%	28.4%	5.9%	10.6%
A4	58.5%	7.4%	19.1%	8.5%	6.3%
A5	32.1%	8.0%	31.2%	10.6%	18.1%
A6	40.6%	5.0%	30.6%	15.1%	8.7%
A7	52.7%	8.5%	18.6%	7.8%	12.4%
A11	51.5%	7.2%	27.7%	3.5%	10.1%
A16	34.0%	8.3%	43.2%	4.3%	10.2%
Média	46.2%	6.0%	29.6%	8.0%	10.5%

⁵ Um dos motivos para a aplicação de tal critério prende-se com o facto de por diversas vezes o complementador ser omitido, como no exemplo seguinte:

CRI_P_07.cha: linha 2760.

*INV: pois .

CRI: que(r) [] ver 0que [*] tu não cabes ?

%syn: 0suj 1v 3/2 pres (1)1vinf 0comp 1suj 1neg 1v 2/2 pres

*INV: eu não caibo # não .

Uma vez que o estabelecimento de critérios relativos a estruturas subordinadas ficou fora do escopo da presente dissertação, achou-se preferível não distinguir este tipo de estruturas.

⁶ Naquela dissertação em 84 orações (incluindo clivadas, complementos frásicos e relativas) 29 são de sujeito nulo (*op.cit.*:194).

⁷ Reserva-se a abordagem deste aspecto para investigação futura.

A autora nota que as percentagens permanecem relativamente estáveis, não havendo alterações bruscas.⁸

Comparando agora as médias globais, verifica-se nos dados apresentados em Simões (1997) uma percentagem menor de sujeitos nulos e de DPs e valores mais elevados de expletivos e pronomes demonstrativos (embora com uma diferença pequena) e, mais significativamente, de pronomes pessoais.

(46)

	Nulo Referencial	Nulo Expletivo	Pronome Pessoal	Pronome Demonstrativo	NP Pleno
Simões (1997) Média	46.2%	6.0%	29.6%	8.0%	10.5%
Dados acima Média – PB	61.9%	3.2%	16.9%	5.0%	13.0%

As diferenças são significativas.

Compare-se agora aqueles resultados com os de RAB:

(47)

	Nulo Referencial	Nulo Expletivo	Pronome Pessoal	Pronome Demonstrativo	NP Pleno
Simões (1997) Média	46.2%	6.0%	29.6%	8.0%	10.5%
Dados acima Média – RAB	52.2%	6.2%	31.8%	5.2%	6.2%

Como se verifica, a semelhança é impressionante, com valores muito próximos nos cinco subtipos de sujeitos considerados.

Quanto ao confronto com o estado adulto, retomo os dados de Barbosa, Duarte e Kato (2000:542) acima reportados:

(48)

Variedade	Sujeito Nulo	Sujeito Pleno	Total
PE	126 (78%)	36 (22%)	162 (100%)
PB	63 (44%)	79 (56%)	142 (100%)

Se os valores médios de sujeito nulo do PE são inferiores no *corpus* aqui trabalhado, os valores máximos para cada criança são da ordem do que se verificou para o estado

⁸ A autora apresenta posteriormente (*op. cit.*:189) dados resultantes da exclusão dos contextos “não sei” e da inclusão exclusiva dos contextos de primeira pessoa, concluindo que há muito menos sujeitos nulos.

adulto; no entanto, a grande diferença verifica-se para o PB, com valores médios e, sobretudo, máximos de sujeito nulo, muito acima do que se identifica na tabela acima.

Trabalhos anteriores levam a tomar consciência de que resultados aqui apresentados poderão ser complementados pela observação de contextos específicos, tendo em conta [pessoa] e [número], o tempo verbal, a presença de outros constituintes (como marcadores de negação frásica) a natureza do sujeito (animada ou não, por exemplo) ou a estrutura em causa (matriz ou encaixada, por exemplo), o que se pretende levar a cabo em investigação futura.

Assim, em Duarte (1995:57) afirma-se que o sujeito nulo é mais favorecido pelo pretérito perfeito (39%), seguido do imperfeito (27%) e presente (26%); afirma-se ainda (*op.cit.*:70) que a presença de elementos em SpecCP favorece o sujeito exposto e (*op.cit.*:71) também um argumento interno ou um PP topicalizado; afirma-se igualmente (*op.cit.*:73) que com negação, pronomes clíticos e advérbios (“já, só, nunca, sempre, ainda”) há mais sujeitos nulos e que as pessoas gramaticais favorecem mais ou menos o sujeito nulo, sendo a hierarquia (de mais para menos) a seguinte (*op.cit.*:80): 3ª pessoa > 1ª do singular > 1ª do plural > 2ª do singular.

Por outro lado, em Barbosa, Duarte e Kato (2000) assinalam-se quatro padrões para a produção de sujeitos:

“Padrão I: 3% (PE) vs. 22% (PB) – realização de sujeitos redundantes em encaixadas: sujeito realizado na matriz e pronome nas encaixadas, realizado ou nulo.

Padrão II – com antecedente no contexto precedente: preenchidos 11% em PE e 42% em PB.

Padrão III – com frases intervenientes entre o antecedente e o nulo: preenchidos 29% em PE e 75% em PB.

Padrão IV – com antecedente que não é sujeito: preenchidos 33% em PE e 57% em PB.”

Finalmente, as autoras resumem (*op.cit.*:544) as suas conclusões da seguinte forma:

“O maior uso de sujeitos pronominais em PB deve-se aos seguintes factores:

o preenchimento é livre no PB quando o sujeito referencial é [- animado], contexto em que o PE usa quase categoricamente o nulo;

o uso do nulo é livre no PE, mas não no PB, quando o antecedente e o nulo não se encontram em frases adjacentes.”

Apesar de não se ter em conta tais aspectos, a análise aqui efectuada permite concluir que o PE e o PB têm, em relação ao sujeito nulo, um quadro distinto: os dados do PE são homogéneos, revelando um momento estacionário, em termos evolutivos; os dados do PB demonstram, ao invés, existir heterogeneidade.

As diferenças interindividuais assinaladas para o PB deixam em aberto duas possibilidades teóricas: ou se trata de uma situação de gramáticas em competição, ou, simplesmente, de diferentes estratégias de desenvolvimento; assim, se PAU se

aproxima, quanto aos valores de sujeito nulo referencial e de pronomes pessoais, do PE, os dados relativos a RAB indiciam claramente que se está perante um quadro consistentemente diferente, com privilégio das formas de pronome pessoal, em detrimento do sujeito nulo referencial.

Como se verificou, os dados relativos a RAB coincidem com os de A., analisados em Simões (1997).

Tal como naquele trabalho, também não se encontrou aqui evidência para falar de uma alteração paramétrica (ou reparametrização) brusca, quer nos dados relativos ao PE, quer nos dados relativos ao PB.

Quanto às diferenças relativamente ao estado adulto, verificou-se o que já se tinha igualmente constatado em Simões (1997) e Palmiere (2000): os dados do PB aqui apresentados evidenciam valores mais elevados de sujeito nulo do que os do respectivo estado adulto.

A hipótese explicativa mais evidente é a que aquelas autoras assumem: ficar a dever-se tal aspecto a factores pragmáticos. No entanto, a observação dos dados do PE problematiza tal hipótese, já que se esperaria que em PE os valores de sujeito nulo fossem ou iguais, ou, avaliando o peso dos referidos factores pragmáticos, igualmente superiores ao que se verifica para o estado adulto; nunca inferiores, como se constatou acima ser o caso (68.6% contra 78%).

Acresce ainda o facto de os dados não revelarem uma tendência para aumento de sujeitos nulos: ou são constantes, com oscilações, ou revelam uma ligeira tendência para diminuir, pelo privilégio crescente das formas pronominais.

Poder-se-á naturalmente assumir que os factores pragmáticos pesam aqui, mas por outra via: é possível que no texto escrito o uso de sujeitos nulos seja superior.

Por outro lado, só uma metodologia exactamente coincidente poderia permitir conclusões sólidas a este respeito.

Independentemente dos motivos que levam a que os dados (para as duas variantes) não coincidam com os dos respectivos estados adultos, não se pode escamotear a relevância do contraste verificado entre as crianças falantes de PE e RAB (e A.).

Se nos limitássemos a comparar as médias das duas variantes poderíamos ser levados a concluir que haveria um “ponto comum” na génese do processo, que derivaria depois em PB (com uma eventual reparametrização). No entanto, a relativa estabilidade (ou, melhor dizendo, a inexistência de uma tendência para a diminuição, para cada criança,

dos valores de sujeito nulo) leva-nos a identificar “diferentes gramáticas” nos dados do PB; daí afirmar que o contraste significativo é o que tem que ver com RAB (e A.).

Não havendo saltos bruscos, deverá concluir-se que o valor “misto” do PSN (pelo menos no que tem que ver com a realização dos sujeitos) é accionado desde o início do processo, para as gramáticas que são determinadas por esse valor “misto”.

Em relação a PAU e TIA não parece haver razões para não defender que o valor do PSN (no que tem que ver estritamente com a realização de sujeitos em finitas) é idêntico ao que é evidenciado pelas crianças portuguesas.

Quanto aos objectivos que nortearam a elaboração desta secção, convém reter fundamentalmente os aspectos já acima enunciados: a inexistência, para todas as crianças observadas, de provas de reparametrização (apesar das oscilações claras para algumas) e o contraste entre duas tendências: a das crianças portuguesas, de PAU e de TIA, por um lado, e a de RAB por outro.

O objectivo final só se cumprirá quando estes resultados forem confrontados com os da secção precedente; antes, porém, analisarei ainda os dados relativos ao objecto e aos infinitivos.

8. Aquisição de objecto

8.1 Introdução

Tem sido assinalada na literatura uma evolução significativa no PB também ao nível da realização de objectos, com uma tendência assinalada para privilégio dos objectos nulos (ON), a qual é normalmente relacionada com o desaparecimento dos pronomes clíticos acusativos.

Assim, em Berlinck (1988:238) reproduz-se a seguinte tabela, extraída de Tarallo, 1983:166 e 193) (“Frequência da retenção de objeto direto anafórico em cinco momentos históricos”):

(1)

<i>Corpus</i>	%
I. 1ª metade do século XVIII	89.2%
II. 2ª metade do século XVIII	96.2%
III. 1ª metade do século XIX	83.7%
IV. 2ª metade do século XIX	60.2%
V. <i>corpus</i> sincrónico (1982)	18%

A propósito da evolução referida fazem-se os seguintes reparos:

“Note-se que essa diminuição, esboçada entre os momentos II e III, intensifica-se entre o III e o IV e resulta em um percentual bastante baixo no *corpus* sincrónico. Os dados revelam, por dedução um aumento crescente do apagamento do objeto direto anafórico e a predominância dessa regra no *corpus* sincrónico.

A baixa frequência do uso de clíticos acusativos no português do Brasil já é apontada por Omeno (1978), que não registrou qualquer ocorrência desse tipo em seu *corpus* (...). Para seus dados, o objeto vazio constitui a regra mais produtiva, correspondendo a 76% dos casos analisados. Também é o que revela o estudo de Duarte (1986): em 1974 dados, 62.6% eram o que ela denominou categoria vazia, enquanto apenas 4.9% das ocorrências foram preenchidas por clíticos. O pronome lexical ocupa uma posição intermediária nos resultados desses estudos, mas sempre com percentuais baixos: 24% no primeiro; 15.4% no último.”

A subida do número de objectos nulos no *corpus* do século XX é portanto muito significativa.

Já em Cyrino (1994) se observa o tipo de antecedente do objecto para concluir (*op.cit.*:62) que o objecto nulo em PB não tolera antecedentes [+ animados], sendo analisado como um pronome que pode estar A'-ligado.

O factor animacidade é pois fundamental, na medida em que o preenchimento nunca declinou com antecedentes [+específico], [+animado].

A autora foca ainda um aspecto que é especialmente relevante para o âmbito do presente trabalho, já que, ao assumir (*op.cit.*:65) que o contraste entre PE e PB neste domínio só se verifica nas encaixadas, explicita a dificuldade em explicar a sua aquisição, de acordo com hipóteses como a formulada em Lightfoot (1991).

A autora propõe então que existe uma estratégia igual em PE e PB: movimento do objecto nulo para a posição TopP, motivado por um traço forte e, adicionalmente, em PB, a possibilidade de licenciar objectos nulos *in situ*.

Descreve-se assim o processo: a criança, perante frases como (2)a., contrastadas com (2)b. conclui que o verbo “precisar” não atribui Caso acusativo:

- (2)a. João precisa desse livro.
- b. *João precisa esse livro

Quando ouve frases como em (3) conclui que a categoria vazia na posição de objecto não pode ser um vestígio já que, como o movimento se daria para TopP, não teria o seu Caso verificado:

- (3) Esse livro, o João precisa.

Conclui assim:

“A única opção é admitir a existência de um elemento foneticamente não realizado contido na numeração correspondente à derivação da sentença e que é inserido na posição de objeto do verbo “precisar”. Este elemento deve ter as [seguintes] características (...):

- a. ser capaz de preencher uma posição temática;
- b. não possuir traço de Caso;
- c. poder estar A-barrado ligado.

Baseado então no que acabamos de ver, podemos caracterizar o ON em PB como um pronome nulo sem traço de Caso e que pode estar A-barrado ligado.”

Em Cyrino (1994) identifica-se como detonador para mudanças no ON as alterações no sistema pronominal e perda dos clíticos de 3ª pessoa, mudança fonológica ocorrida no século XVII.

Afirma-se pois (*op.cit.*:199) que quando o clítico de terceira pessoa desaparece, os ON passam a ocorrer com antecedentes [-animado] e o pronome tónico com os outros tipos de antecedente (*op.cit.*:200-201):

“Assim, pudemos também responder porque a mudança ocorreu no PB e não no PE: em PB, devido a uma alteração fonológica [perda do clítico de terceira pessoa] e à escolha de uma das opções oferecidas pela sintaxe da língua [realização elíptica do objecto], obscureceu-se a evidência positiva necessária para a criança determinar a gramática. A partir da falta de evidência robusta, a criança inovou as possibilidades de objeto nulo no PB e, conseqüentemente,

houve uma mudança no paradigma pronominal da língua [com o pronome tónico usado agora também na posição de objecto]”.

Esta análise é no entanto problematizada (*op.cit.*:201):

“No caso do PB, embora seja proposto, nesta tese que primeiramente houve uma mudança fonológica e depois um aumento da elipse, é possível que tudo tenha ocorrido ao mesmo tempo, ou quase ao mesmo tempo”.

Afirma-se ainda: “No caso do PB, a perda do clítico de terceira pessoa é uma consequência da reanálise para o objeto nulo”.

A relação de causalidade entre a alteração no sistema pronominal e o maior recurso à estratégia de objecto nulo acaba assim por ser deixada em aberto.

Em Raposo (1986), a partir da análise de Huang (1984) para o Chinês, considera-se que o objecto nulo é uma variável ligada por tópico nulo, responsável pela ligação entre a frase e o contexto pragmático, criada pelo movimento do operador até à periferia da oração matriz. O maior argumento para esta análise prende-se com o facto de poder ocorrer no interior de ilhas.

Esta análise é reavaliada em Kato e Raposo (2000:674), onde se assume (como em Raposo 1998), o seguinte:

- a) o artigo definido genérico pode ser nulo no português, mas não nas outras línguas românicas;
- b) o objecto nulo é um clítico nulo, analisado como um artigo definido cujo N é nulo;
- c) CLLD [deslocação à esquerda clítica] e “topicalização” são um único fenómeno: no primeiro caso o clítico resuntivo é fonológico e no segundo o clítico é nulo.”

Esta descrição é válida para o PE e para o PB formal; no PB vernacular surge DE (deslocação à esquerda) em vez de CLLD.

Segue-se Kato (1996), que descreve a duplicação clítica sem preposição:

- (4) Eu só Ø-encontrei ele na Fenac.

Considera-se nesse trabalho que o clítico nulo se gramaticalizou, em seguida, como afixo, não subindo para I e afixando-se ao verbo principal.

Os pronomes “ele/ela” passam a ser objectos da estrutura, não fazendo já parte da estrutura de duplicação.

A análise em Raposo (1986) é avaliada criticamente em Costa e Duarte (2003).

Aí se propõe a extensão da análise referida, demonstrando-se que não são só os argumentos internos directos nominais que podem ser elididos; assume-se que a categoria vazia é A-barrado ligada por um tópico nulo e pode corresponder a qualquer

constituente menor que VP que possa ser topicalizado (não se identificando assim esta construção com elipse de VP, até porque os VP máximos não podem ser topicalizados), nomeadamente, complementos indirectos, advérbios de VP (por contraste com advérbios frásicos) e VP-*shells*.

Quanto à natureza do objecto nulo, também a análise tradicional é reformulada, assumindo-se que pode não ser uma variável: quando ocorre numa ilha forte, é necessariamente *pro*, uma vez que uma variável não poderia ser A'-ligada localmente.

O facto de ser *pro* explica as restrições de animacidade já anteriormente observadas: nos contextos de ilha forte apenas objectos nulos não animados podem ocorrer; veja-se o seguinte contraste (*op.cit.*: (34) e (35)):

(5) E este carro?

?O Zé ficou nervoso porque o Pedro comprou *cv*.

(6) E a Maria?

*O Zé ficou nervoso porque o Pedro beijou *cv*.

Nos outros contextos, incluindo as construções semi-pseudo-clivadas, a categoria vazia é uma variável, o que explica que não se verifiquem restrições de animacidade.

Esta análise aplica-se igualmente ao PB e a alguns falantes do PE, cujos juízos identificam o contraste relacionado com a animacidade dos constituintes que ocorrem em ilhas fortes acima assinalado.

Em termos genéricos, sublinha-se pois o que aproxima as duas variantes, relativamente ao tópico estudado: o facto de nas duas o objecto nulo poder ser variável ou *pro*.

Em relação ao processo de aquisição do objecto, não existem dados disponíveis para o PE; para o PB tomar-se-ão de novo Simões (1997 e 2000) como as principais referências.

Volta-se a afirmar a especificidade do processo de aquisição de cada língua, com valores mais próximos dos dos respectivos estados adultos do que de outras línguas que por postulações teóricas se poderiam pensar muito próximas.

Assim, se o PB apresenta valores próximos dos do Inglês ao nível do sujeito nulo, apresenta valores muito distintos ao nível do objecto nulo (veja-se Simões 2000:83), aproximando-se de novo do PB adulto.

Estes dados serão retomados na discussão abaixo.

8.2 Notas metodológicas

São englobadas como estruturas de objecto nulo, no presente trabalho, as de elipse de VP; só se tiveram em conta os objectos directos, como tem sido habitualmente o caso em trabalhos sobre aquisição deste tópico.¹

Foram considerados todos os tipos de contextos com verbos transitivos. Os objectos que coocorrem com verbos intransitivos só foram contabilizados quando explícitos.

Nas contagens não foram incluídos os objectos com forma de pronome relativo e interrogativo por se considerar que têm características específicas (ficaram no *corpus* codificados como “1comp”).

Não se avaliou o factor “contexto sintáctico” nem os subtipos de objectos preenchidos.

8.3 Os dados

(7)

Idade	Tipos de objecto – LUI		
	0obj	1obj	Total
1;9.29	17	10	27
1;11.20	16	23	39
2;0.27	18	33	51
2;2.0	33	44	77
2;2.27	41	80	121
2;4.4	37	34	71
2;5.7	65	33	98
2;5.27	73	96	169
2;6.26	103	67	170
2;8.16	75	78	153
2;9.21	79	95	174
2;11.2	31	36	67
Total	588	629	1217

¹ A proposta em Costa e Duarte (2003), brevemente referida na Introdução acima, abre, também a este nível, novas possibilidades de estudo, ao alargar o âmbito do que deve ser tomado como objecto nulo. Em investigação futura será interessante confrontar os dados agora obtidos com outros, complementares, relativos aos constituintes agora assim identificados.

(8)

Idade	Tipos de objecto (%) – LUI		
	0obj	1obj	Total
1;9.29	63.0%	37.0%	100%
1;11.20	41.0%	59.0%	100%
2;0.27	35.3%	64.7%	100%
2;2.0	42.9%	57.1%	100%
2;2.27	33.9%	66.1%	100%
2;4.4	52.1%	47.9%	100%
2;5.7	66.3%	33.7%	100%
2;5.27	43.2%	56.8%	100%
2;6.26	60.6%	39.4%	100%
2;8.16	49.0%	51.0%	100%
2;9.21	45.4%	54.6%	100%
2;11.2	46.3%	53.7%	100%
Média	48.3%	51.7%	100%

(9)

Idade	Tipos de objecto – RAP		
	0obj	1obj	Total
1;10.2	26	12	38
1;11.0	24	14	38
2;0.0	28	17	45
2;1.1	24	29	53
2;3.3	7	15	22
2;4.15	37	56	93
2;5.19	75	64	139
2;7.8	76	68	144
2;8.11	75	99	174
2;10.8	51	46	97
2;11.22	113	91	204
Total	536	511	1047

(10)

Idade	Tipos de objecto (%) – RAP		
	0obj	1obj	Total
1;10.2	68.4%	31.6%	100%
1;11.0	63.2%	36.8%	100%
2;0.0	62.2%	37.8%	100%
2;1.1	45.3%	54.7%	100%
2;3.3	31.8%	68.2%	100%
2;4.15	39.8%	60.2%	100%
2;5.19	54.0%	46.0%	100%
2;7.8	52.8%	47.2%	100%
2;8.11	43.1%	56.9%	100%
2;10.8	52.6%	47.4%	100%
2;11.22	55.4%	44.6%	100%
Média	51.2%	48.8%	100%

(11)

Idade	Tipos de objecto – JOA		
	0obj	1obj	Total
2;0.2	3	4	7
2;1.11	6	30	36
2;2.9	20	19	39
2;3.17	76	26	102
2;4.7	61	51	112
2;5.2	39	45	84
2;6.1	99	89	188
2;7.16	78	80	158
Total	382	344	726

(12)

Idade	Tipos de objecto (%) – JOA		
	0obj	1obj	Total
2;0.2	42.9%	57.1%	100%
2;1.11	16.7%	83.3%	100%
2;2.9	51.3%	48.7%	100%
2;3.17	74.5%	25.5%	100%
2;4.7	54.5%	45.5%	100%
2;5.2	46.4%	53.6%	100%
2;6.1	52.7%	47.3%	100%
2;7.16	49.4%	50.6%	100%
Média	52.6%	47.4%	100%

(13)

Idade	Tipos de objecto – PED		
	0obj	1obj	Total
2;7.16	43	58	101
2;8.0	32	69	101
2;8.25	40	41	81
2;10.10	123	95	218
2;11.1	49	45	94
3;1.15	116	81	197
Total	403	389	792

(14)

Idade	Tipos de objecto (%) – PED		
	0obj	1obj	Total
2;7.16	42.6%	57.4%	100%
2;8.0	31.7%	68.3%	100%
2;8.25	49.4%	50.6%	100%
2;10.10	56.4%	43.6%	100%
2;11.1	52.1%	47.9%	100%
3;1.15	58.9%	41.1%	100%
Média	50.9%	49.1%	100%

(15)

Idade	Tipos de objecto – PAU		
	0obj	1obj	Total
1;8.21	67	40	107
1;10.20	279	248	527
2;2.18	240	191	431
Total	586	479	1065

(16)

Idade	Tipos de objecto (%) – PAU		
	0obj	1obj	Total
1;8.21	62.6%	37.4%	100%
1;10.20	52.9%	47.1%	100%
2;2.18	55.7%	44.3%	100%
Média	55.0%	45.0%	100%

(17)

Idade	Tipos de objecto – RAB		
	0obj	1obj	Total
1;11.12	34	16	50
2;0.5	29	46	75
2;1.16	37	48	85
2;2.19	31	42	73
2;3.6	36	38	74
2;4.11	23	35	58
2;5.15	50	43	93
2;6.12	45	37	82
2;7.12	70	53	123
2;8.14	26	32	58
3;0.7	33	18	51
Total	414	408	822

(18)

Idade	Tipos de objecto (%) - RAB		
	0obj	1obj	Total
1;11.12	68.0%	32.0%	100%
2;0.5	38.7%	61.3%	100%
2;1.16	43.5%	56.5%	100%
2;2.19	42.5%	57.5%	100%
2;3.6	48.6%	51.4%	100%
2;4.11	39.7%	60.3%	100%
2;5.15	53.8%	46.2%	100%
2;6.12	54.9%	45.1%	100%
2;7.12	56.9%	43.1%	100%
2;8.14	44.8%	55.2%	100%
3;0.7	64.7%	35.3%	100%
Média	50.4%	49.6%	100%

(19)

Idade	Tipos de objecto – TIA		
	0obj	1obj	Total
2;2.28	3	4	7
2;3.11	3	2	5
2;4.11	1	1	2
2;5.8	3	6	9
2;6.12	9	10	19
2;7.19	7	11	18
2;8.17	2	2	4
2;9.0	12	15	27
3;0.15	7	14	21
Total	47	65	112

(20)

Idade	Tipos de objecto (%) – TIA		
	0obj	1obj	Total
2;2.28	42.9%	57.1%	100%
2;3.11	60.0%	40.0%	100%
2;4.11	50.0%	50.0%	100%
2;5.8	33.3%	66.7%	100%
2;6.12	47.4%	52.6%	100%
2;7.19	38.9%	61.1%	100%
2;8.17	50.0%	50.0%	100%
2;9.0	44.4%	55.6%	100%
3;0.15	33.3%	66.7%	100%
Média	42.0%	58.0%	100%

8.4 Análise dos dados

8.4.1 PE

Os dados das três crianças são muito semelhantes entre si.

Eis as médias comparadas:

(21)

	0obj	1obj	Total
LUI	48.3%	51.7%	100%
RAP	51.2%	48.8%	100%
JOA	52.6%	47.4%	100%
PED	50.9%	49.1%	100%
Média	50.8%	49.3%	100%

Verificam-se igualmente para todas as crianças oscilações, maiores no caso de JOA, sem uma tendência constante definida.

Eis os valores máximos e mínimos de objecto nulo para as quatro crianças:

(22)

	Valor máximo de ON	Valor mínimo de ON
LUI	66.3% (7ª sessão)	41.0% (2ª sessão)
RAP	68.4% (1ª sessão)	31.8% (5ª sessão)
JOA	74.5% (4ª sessão)	16.7% (2ª sessão)
PED	58.9% (6ª sessão)	31.7% (2ª sessão)
Média	67.0%	30.3%

Com excepção de JOA, que apresenta picos mais notórios, os valores máximos e mínimos são igualmente muito próximos entre si.

8.4.2 PB

Eis os resultados médios comparados relativos às crianças brasileiras:

(23)

	0obj	1obj	Total
PAU	55.0%	45.0%	100%
RAB	50.4%	49.6%	100%
TIA	42.0%	58.0%	100%
Média	49.1%	50.9%	100%

Os valores são de novo próximos entre si e as oscilações pouco significativas.

Eis os valores mínimos e máximos para as três crianças:

(24)

	Valor máximo de ON	Valor mínimo de ON
PAU	62.6% (1ª sessão)	52.9% (2ª sessão)
RAB	68.0% (1ª sessão)	38.7% (2ª sessão)
TIA	60.0% (2ª sessão)	33.3% (9ª sessão)
Média	63.5%	41.6%

O resultado mais diferenciado diz respeito ao valor mínimo de PAU, o que se pode justificar pelo número mais reduzido de sessões tratadas. Quanto aos valores máximos são, de novo, muito próximos entre si.

8.4.3 As duas variantes comparadas

Eis o confronto entre as médias globais para as duas variantes:

(25)

	Médias de objecto nulo	Médias de o. preenchido
PE	50.8%	49.3%
PB	49.1%	50.9%

Como se nota, os resultados são praticamente coincidentes.

Quanto aos valores máximos e mínimos médios comparados, os resultados são os seguintes:

(26)

	Valores máximos médios de objectos nulos	Valores mínimos médios de objectos nulos
PE	67.0%	30.3%
PB	63.5%	41.6%

Como se verifica, ao contrário do que seria esperado, os valores máximos de objectos nulos dizem respeito ao PE; nos valores mínimos a média aproxima-se mais do que seria previsível, sendo mais elevada para o PB.

8.5 Interpretação dos dados

Comparar-se-á antes de mais os resultados aqui apresentados com os que se tratam em Simões (1997). Aí se apresenta a tabela que diz respeito aos “Objetos Nulos e Manifestos nos Dados de A.”, aqui reproduzida:²

(27)

	nulos	Lexicais	demonstrativos	pronomes
A1	45%	51.7%	-	3.3%
A2	50%	36.3%	13.7%	-
A3	62.3%	33.4%	-	4.3%
A4	42.8%	43%	8.5%	5.7%
A5	35.9%	43.4%	13.2%	7.5%
A6	45.6%	29.6%	23.2%	1.6%
A7	42.5%	45%	7.5%	5%
A11	49.3%	37.3%	9.3%	4.1%
A16	62.1%	27.4%	3.2%	7.2%
Média	48.4%	38.6%	8.7%	4.3%

Como se verifica, a autora optou por identificar subtipos de objectos preenchidos, o que não foi aqui levado a cabo.

Por forma a facilitar a comparação, adaptar-se-á a referida tabela:

(28)

	0obj	1obj	Total
A1	45%	55%	100%
A2	50%	50%	100%
A3	62.3%	37.7%	100%
A4	42.8%	57.2%	100%
A5	35.9%	64.1%	100%
A6	45.6%	54.4%	100%
A7	42.5%	57.5%	100%
A11	49.3%	50.7%	100%
A16	62.1%	37.8%	100%
Média	48.4%	51.6%	100%

Como é possível verificar, o padrão de oscilações é muito semelhante ao descrito para os dados aqui tratados.

² Tal como no presente trabalho, foram considerados todos os contextos (incluindo portanto os imperativos) e os intransitivos só foram tidos em conta quando apresentavam objecto explícito.

Quanto às médias globais acima indicadas, a semelhança é total: 48.4% contra 50.8% (em PE) e 49.1% (em PB) e 51.6% contra 49.3% (em PE) e 50.9% (em PB).

Quanto ao confronto com o estado adulto, verifica-se que estes valores de objectos nulos ficam muito abaixo do que se indica acima para o objecto nulo anafórico em PB, já que os dados acima referidos apontam para 82% de objectos nulos no *corpus* do século XX (contra 49.1% nos dados aqui tratados e 48.4% nos dados analisados em Simões 1997).

Independentemente dos dados absolutos, a evolução documentada para o PB faria esperar um número mais elevado de objectos nulos em PB do que em PE, o que não se verifica, igualmente.

Em Simões (1997), depois de se descartar a possibilidade de explicações baseadas em desempenho, notam-se aspectos inovadores que reproduzem o que ocorre no estado adulto: o uso muito restrito de pronomes acusativos e (*op.cit.*:181) as evidências para a distinção entre [+/-animado]: o uso de pronomes restringe-se aos referentes [+animados].

Haverá certamente muitos factores que poderão ser ponderados, como a natureza do objecto nulo ou o subtipo de predicado transitivo em causa. A respeito deste último, afirma-se em Palmiere (2002:113), a propósito de dados de aquisição do PB:

“Diferentemente do que ocorre com o preenchimento do argumento externo, com relação às ocorrências de verbos de dois lugares, predominam as estruturas com argumento interno realizado foneticamente, independentemente do argumento externo estar ou não preenchido (...). Tais resultados coincidem com o que foi relatado por Dillinger et alii (1996) quanto a dados do PB falado por adultos (dados do NURC). De acordo com esses autores, com relação ao complemento de verbos de dois ou mais lugares, estes tendem a ser maioritariamente lexicalizados, o que ocorre em 83% das ocorrências, o que fortalece a visão do predicado como trazendo informação nova na frase. Neste aspecto, a gramática das crianças aqui analisadas também assemelha-se à gramática do adulto.”

Pretende-se naturalmente voltar a estes aspectos em investigação futura; parece no entanto que os dados aqui apresentados são suficientes para concluir que não existem a este nível diferenças substanciais entre as duas variantes, para nenhuma das crianças consideradas, o que é inesperado, se se assumir que a perda do clítico acusativo foi um factor detonador de mudança linguística relacionada com os objectos – veja-se 8.1 acima.

Estes dados dão assim suporte a propostas que enfatizam as propriedades comuns, mais do que as diferenças substanciais entre as duas variantes a este nível, tal como em Costa e Duarte (2003).

Quanto à justificação para as diferenças substanciais relativamente aos dados do PB adulto, a hipótese de serem condicionadas por aspectos pragmáticos torna-se neste caso mais remota; no entanto, mais uma vez, só um estudo que analisasse dados tratados com a mesma metodologia e com a mesma natureza (oral/escrita; formal/informal, etc.) poderia ser conclusiva a este respeito.

Relativamente ao confronto com os dados analisados no capítulo anterior, há desde já que notar que não existe para este tópico a situação de gramáticas em competição, o que demonstra claramente que se deve dissociar em absoluto o tratamento dos tópicos em causa (sujeito e objecto).

Quanto aos objectivos finais, mais uma vez se remete para o momento em que se tratarão conjuntamente os resultados obtidos nas secções 7., 8. e 9. com os que se analisaram em 6..

9. A aquisição dos infinitivos

9.1 Introdução

Um dos tópicos mais estudados nos anos recentes no âmbito dos trabalhos generativistas sobre aquisição da linguagem é o que se prende com os chamados infinitivos raiz (*root infinitives*) ou opcionais (*optional infinitives*).

Situando a questão, verificou-se, a partir de Wexler (1994), a existência de uma fase em que, de forma opcional (ou seja, em coocorrência temporal com as formas canónicas), surgiam núcleos verbais não flexionados em orações matriz. Estas observações disseram originalmente respeito ao Inglês e posteriormente a muitas outras línguas. A estrutura está ilustrada em (1) e (2) (exemplos reproduzidos em Guasti (2002), onde constam as referências de recolha originais):

- (1)a. Marie go (Sarah, 2;3);
- b. Mumma ride horsie (Sarah, 2;6).
- (2) Pas la poupée dormir (Nathalie, 1;9).

Uma vez que constitui uma divergência em relação ao estado final, o fenómeno requer explicações. Um intenso trabalho interlinguístico de muitos autores permitiu isolar um conjunto de propriedades com que os infinitivos opcionais estão correlacionados.

A mais saliente é a natureza de cada língua quanto ao fenómeno de queda de *pro* (*pro-drop*). Assim, nas línguas de sujeito nulo não há infinitivos opcionais, ou eles não são significativos, contrariamente ao que acontece nas línguas que não são de sujeito nulo.

Outras propriedades incluem o facto de estes infinitivos não ocorrerem em subordinadas (daí a designação “infinitivos raiz”); de ocorrerem em declarativas mas não em interrogativas-qu¹; de serem incompatíveis com auxiliares e com clíticos ou pronomes fracos com função de sujeito.

Para uma síntese daquelas propriedades, veja-se Guasti (2002: cap. 4), onde se apresentam as principais diferenças quantitativas entre línguas. O contraste mais evidente ali realçado é o que se verifica entre o Inglês, por um lado e o Italiano ou o Catalão, por outro.

¹ Embora este aspecto tenha já merecido contestação.

Em termos teóricos, Hoekstra e Hyams (1998) constitui uma referência relevante para a análise destas construções. Aí se enuncia a Restrição de Eventividade (*Eventivity Constraint*), segundo a qual só os predicados que exprimem eventos ocorrem na forma de infinitivos opcionais; os estativos que ocorrem no mesmo período requerem finitude, tipicamente.

Defende-se ainda que a interpretação dos infinitivos opcionais é modal e não de tempo dêictico; o chamado Efeito de Referência Modal (*Modal Reference Effect*).

O Inglês (por contraste com o Neerlandês, o Francês, o Alemão e o Sueco, por exemplo) diferencia-se pelo facto de as formas verbais nuas não obedecerem a estas restrições.

As diferenças entre línguas são explicadas pela natureza distinta dos respectivos sistemas morfológicos e pela relação que se estabelece entre o desenvolvimento da morfossintaxe e das condições de interface ou discurso que regulam.

Assume-se que a criança converge muito rapidamente para a morfossintaxe que corresponde ao estado adulto (*Early Morphosyntactic Convergence*) mas tem condições de interface menos restritas.

Pretende-se assim dar conta das seguintes propriedades dos infinitivos opcionais:

- (i) aparecem nas posições da gramática-alvo (por exemplo, em Francês, depois de *pas*);
- (ii) não correspondem a uma fase anterior ao aparecimento de finitude: ocorrem no mesmo período formas finitas que respeitam as relações (spec-cabeça) de concordância;²
- (iii) não há também erros na própria morfologia do infinitivo.

Estes aspectos contrariam a hipótese maturacional de, por exemplo, Radford (1996).

Os autores defendem a existência de uma cadeia com operador temporal (segundo Enç, 1987 e Guéron e Hoekstra, 1989) que fixa o valor temporal do evento denotado pelo VP nas finitas – é uma ancoragem gramatical:

- (3) $TO_i F_1 \dots F_n \dots Tense_i VP.$

[tempo] é tido como um pronominal que recebe o estatuto de variável pronominal se está ligado ao operador de [tempo] por meio de uma cadeia visível.

² São citados dados de Alemão, Italiano, Catalão e Castelhana entre 1;4 e 3;0. Os erros de concordância sujeito-verbo variam (por criança) entre 0.56% e 4%.

A diferença entre as línguas reside no mecanismo morfológico que torna essa cadeia visível; ou seja, na forma como expressam finitude: por um morfema de [tempo] (como em Japonês); por morfologia de pessoa, pelo menos (como em Italiano, Espanhol ou catalão – ou PE) ou por morfologia de número (como em Neerlandês, Inglês, Francês ou Alemão).

Assume-se que em Inglês “-s” marca número singular, a primeira pessoa é não marcada (segundo Kayne 1989) e *you* é gramaticalmente plural.³

A generalização a que se chega é a seguinte: as línguas que admitem infinitivos opcionais são as que expressam finitude por morfologia de número; as que não admitem expressam finitude (pelo menos) por morfologia de pessoa. O fenómeno resulta da subespecificação opcional da cabeça funcional [número].

Nas línguas que só dependem dessa marca para tornar a cadeia de [tempo] visível, a cadeia não ocorre – [tempo] fica não ligado, tendo o estatuto de pronome livre (e não de variável pronominal) e é interpretado discursivamente.

Nas outras línguas as cabeças (de [pessoa] e [tempo]) não podem ser deixadas subespecificadas e por isso não ocorrem infinitivos opcionais.

A diferença entre as cabeças de [número] (por um lado) e [pessoa] e [tempo] (por outro) é explicada da seguinte forma: [número] é um traço nominal e [pessoa] e [tempo] são traços dêicticos. Assumindo-se que a subespecificação só afecta o domínio nominal, explica-se porque só [número] pode ser subespecificado, quer ao nível da oração, quer ao nível de DP.⁴

Conclui-se pois que a diferença não é gramatical. As crianças têm mais opções disponíveis para satisfazer as exigências de interface de gramática e discurso, sendo as relações de interface concretizadas ao nível das categorias funcionais: C é a expressão gramatical da força pragmática da frase (interrogativa, enfática, declarativa, etc.); D é responsável pela referencialidade das expressões nominais e I tem a finitude que fixa a referência temporal da frase com relação ao tempo do discurso.

São estas categorias que fazem a ancoragem da frase na representação do discurso.

³ A motivação para incluir o Francês e o Alemão, que “aparentemente” têm morfologia de pessoa, neste grupo é dada noutro texto: Hoekstra e Hyams (1995) (*apud* Hoekstra e Hyams, 1998).

⁴ Explica-se assim a opcionalidade de determinantes e certos tipos de sujeitos nulos – pela subespecificação de [número], resultando em DPs “não-finitos”, não se verificando a necessária cadeia-D, equivalente, ao nível de DP, da cadeia-T ao nível da oração.

Assim, verifica-se a correlação entre DPs especificados (“finitos”) (Dets realizados, com marca de plural ou pronomes) e verbos finitos.

Assume-se assim que há uma tensão entre os mecanismos gramaticais e extra-gramaticais; no sistema adulto, os gramaticais ganham, normalmente. No infantil, o discurso e a informação pressuposicional têm maior importância.

Uma outra hipótese é trabalhada em vários artigos, de Wexler (1994) a Wexler (1998) sob a designação de Modelo de Omissão de Tempo:⁵ é a subespecificação de [tempo] (em aparente violação da Restrição⁶ de Tempo, que diz que todas as frases têm de ter especificação de [tempo]) que resulta na realização de infinitivos opcionais.

Assume-se que a violação é só aparente; ou seja, que as crianças conhecem a Restrição de Tempo. A diferença em relação aos adultos reside antes no seguinte aspecto: elas têm uma restrição suplementar – a Restrição de Verificação Única (em versões anteriores, Restrição de Unicidade), a qual estipula que na fase relevante a criança pode verificar o traço ininterpretável de T ou Agr mas não dos dois.

Isso faz com que se possa, opcionalmente, violar a Restrição de Tempo (eliminando TP da estrutura) ou a Restrição de Verificação Única (verificando-se os traços-D ininterpretáveis de Agr e T – como no sistema adulto, que obedece, tal como o da criança, à Restrição de Verificação: Agr e T têm um traço-D que tem de ser eliminado por verificação contra o traço-D de um sujeito DP que sobe por SpecTP e SpecAgrP). Essa opcionalidade deriva da Restrição de Minimizar Violações, já que num caso e noutro temos o mesmo número de violações (uma).

Nas línguas de sujeito nulo a opcionalidade não existe (não se gerando infinitivos opcionais) pelas propriedades de Agr: porque Agr licencia sujeitos nulos, não tem um traço-D ininterpretável para ser verificado. Assim, o sujeito DP lexical não precisa de subir a SpecAgr. Assume-se pois (Wexler 1998:56) a “Generalização Sujeito Nulo/Infinitivo Opcional: só ocorre o estágio de infinitivos opcionais nas línguas que não têm sujeito nulo licenciado por INFL”.

Explicita-se ainda (Wexler 1998:70) que “em línguas de sujeito nulo licenciado por INFL não há infinitivos opcionais porque AGR não é D”.

Neste caso, não há violações, ao passo que a violação da Restrição de Tempo (com ausência de TP) violaria uma restrição. Por isso não há opcionalidade nas línguas de sujeito nulo.^{7,8}

⁵ Em Wexler (1998) TNS e/ou AGR (ATOM) – cf. (1998:43).

⁶ “Restrição” é aqui usado como no âmbito da Teoria da Optimalidade, podendo ser violada.

⁷ Aqui a subespecificação implica a não presença da respectiva categoria funcional (ao invés do que defendem Hoekstra e Hyams, em que a subespecificação é do traço, mantendo-se a estrutura).

⁸ Para uma síntese avaliativa da proposta de Wexler, veja-se Guasti (2002:140).

Assim, não há um traço-D em AGR que tenha de ser verificado pelo sujeito. Como tal, AGR não atrai o sujeito, pelo menos por esse motivo. Aquele sobe a T para verificar o seu traço-D.

Nesse caso, a representação é igual à do adulto.

Por esta proposta (*op.cit.*:73) prediz-se ainda a omissão de auxiliares mesmo em línguas como o Italiano, por omissão de um nó específico (AUX), assumindo a representação em Belletti (1990):

(4) AGRS TNS[D] AUX[D] [_{VP} DP V...]

Os auxiliares são omitidos para continuar a haver só uma verificação de traços-D (em TNS).

Em conclusão, defende-se que tudo deriva de uma única restrição extra para as crianças: a Restrição da Verificação Única (*The Unique Checking Constraint*).

Uma terceira hipótese é explorada em Rizzi (1993/94), defendendo-se que os infinitivos opcionais resultam de “truncagem” da estrutura frásica abaixo de TP.

Nas línguas que não são de sujeito nulo os infinitivos podem ser satisfeitos dentro de VP; estando a estrutura cortada abaixo de TP, não se viola a Restrição de Identificação de Tempo Anafórico, que é respeitada no sistema adulto. Também os sujeitos são satisfeitos dentro de VP e os auxiliares não ocorrem.

Nas línguas de sujeito nulo os infinitivos têm de subir até TP e AgrP – logo, forçam a projecção de IP. De acordo com esta proposta, a não existência de uma dada projecção implica não haver a estrutura acima, nomeadamente CP, o que explica porque os infinitivos opcionais não ocorrem em perguntas⁹.

Apesar das semelhanças com a proposta anterior, há diferenças empiricamente comprováveis: veja-se a nota 12. ao cap. 4 em Guasti (2002:414), onde se nota que um exemplo como em (5)a. baixo, analisado como em b., “obriga” L. Rizzi a considerar uma ordenação das categorias funcionais como em c. (com o truncamento a aplicar-se abaixo de TP), distinta da proposta em Belletti (1990) (*cf. d.*), já que de outra forma o tempo anafórico teria de ser identificado internamente à frase e não haveria identificador.

⁹ Que os infinitivos opcionais não ocorrem em perguntas é contestado por K. Wexler.

Por outro lado, em Plunkett e Cat (2001) apresentam-se outros argumentos contra a hipótese de truncagem: as autoras notam diferenças entre verbos lexicais e auxiliares e assinalam que os infinitivos opcionais são tão frequentes nas encaixadas como nas principais.

- (5)a. Pas la poupée dormir (Nathalie, 1 ;9).
- b. [NegP pas [VP la poupée dormir]]
- c. AgrP>TP>NegP>VP.
- d. AgrP>NegP>TP>VP.¹⁰

Apesar das diferenças identificadas, um aspecto fulcral é comum à proposta anterior: a de que é a natureza de alguma forma deficiente de [tempo] a determinar a existência em algumas línguas de infinitivos opcionais.

Em termos estritamente teóricos, as duas propostas, Wexler (1998) e Rizzi (1993/1994), fazem depender a explicação para as diferenças interlinguísticas da presença *versus* ausência de nós funcionais, diferentemente do que se defende em Hoekstra e Hyams (1998), onde se propõe que a subespecificação diz respeito a traços e não a categorias, presentes universalmente desde o início.

Quanto à proposta em Rizzi (1993/1994), ela parece a menos adequada por questões teóricas genéricas: como assinalado por K. Wexler, faz prever a inexistência de infinitivos opcionais em perguntas, o que não se verifica; por outro lado, é incompatível com a estrutura que se assumiu: [AGRP[TP]], e não [TP[AGRP]].

Apesar de a noção de valor *default* ser assumidamente compatível com a proposta em Wexler (1998), a sua implementação é mais complexa, já que se fala de omissão das categorias funcionais de T ou AGR, pelo que é necessário determinar que evidência é crítica para o seu aparecimento.

A concepção de que as categorias estão universalmente presentes com traços subespecificados parece, pois, a mais adequada.

As propostas aqui abordadas dizem naturalmente respeito a dados de produção e não são menos válidos pelo que foi já apontado relativamente ao processo de compreensão: em Soderstrom, Wexler e Jusczyk (2002) afirma-se que as crianças de 19 meses não evidenciam a existência de uma fase de infinitivo opcional a nível receptivo, já que preferem as produções com as marcas de concordância.¹¹

Por outro lado (*op.cit.*:650), crianças com SLI parecem passar por essa fase, a nível da compreensão.

¹⁰ Este aspecto (que levaria a reconsiderar uma parte importante do que se tem dito sobre a ordenação de categorias funcionais em Francês) foi objecto de crítica em Ferdinand (1996), nomeadamente, onde se afirma que nas não-finitas em Francês há NegP, havendo também, necessariamente, TP.

¹¹ Os resultados não são definitivos.

Em resumo, os infinitivos opcionais aparecem claramente correlacionados, ao nível dos dados de produção, com as línguas que não são de sujeito nulo.

Do ponto de vista que foi privilegiado na presente dissertação importa naturalmente encontrar resposta para a seguinte questão: são as alterações sintácticas verificadas no século passado no PB (com início no final do século XIX) correlacionáveis com a existência de infinitivos opcionais ao nível do processo da aquisição?

Em caso afirmativo, o PB deverá apresentar valores distintos dos do PE ao nível da produção de infinitivos opcionais, na fase relevante.

Para o PE, prevê-se, naturalmente, a inexistência ou existência não significativa de infinitivos opcionais.

9.2 Notas metodológicas

Foram incluídos nas contagens todos os contextos, incluindo os imperativos, *tags* e respostas de “ser=sim”.

Foram considerados todos os contextos com infinitivos.

9.3 Os dados

A registar-se um número significativo de infinitivos opcionais em PB, tal deveria reflectir-se no peso global de infinitivos produzidos; por esse motivo, os infinitivos foram contabilizados.

Nas tabelas seguintes “INF” designa o número de ocorrências de infinitivos, “EV” o número de ocorrências de formas verbais (incluindo portanto as anteriores), de acordo com os dados já fornecidos no capítulo dedicado à Metodologia, e “INF/EV” a percentagem dos valores da primeira coluna sobre os da segunda.

(6)

Idade	Infinitivos – LUI		
	INF	EV	INF/EV
1;9.29	5	57	8.8%
1;11.20	27	220	12.3%
2;0.27	22	244	9.0%
2;2.0	30	271	11.1%
2;2.27	45	320	14.1%
2;4.4	21	305	6.9%
2;5.7	20	253	7.9%
2;5.27	72	473	15.2%
2;6.26	65	446	14.6%
2;8.16	75	470	16.0%
2;9.21	78	474	16.5%
2;11.2	9	190	4.7%
Total/Média	469	3723	12.6%

(7)

Idade	Infinitivos – RAP		
	INF	EV	INF/EV
1;10.2	1	59	1.7%
1;11.0	4	87	4.6%
2;0.0	8	90	8.9%
2;1.1	25	197	12.7%
2;3.3	13	81	16.0%
2;4.15	32	227	14.1%
2;5.19	85	460	18.5%
2;7.8	54	365	14.8%
2;8.11	79	410	19.3%
2;10.8	67	289	23.2%
2;11.22	85	504	16.9%
Total/Média	453	2769	16.4%

(8)

Idade	Infinitivos – JOA		
	INF	EV	INF/EV
2;0.2	1	27	3.7%
2;1.11	20	94	21.3%
2;2.9	24	101	23.8%
2;3.17	39	255	15.3%
2;4.7	44	225	19.6%
2;5.2	26	192	13.5%
2;6.1	86	510	16.9%
2;7.16	63	386	16.3%
Total/Média	303	1790	16.9%

(9)

Idade	Infinitivos - PED		
	INF	EV	INF/EV
2;7.16	28	270	10.4%
2;8.0	24	255	9.4%
2;8.25	36	220	16.4%
2;10.10	50	369	13.6%
2;11.1	58	280	20.7%
3;1.15	58	538	10.8%
Total/Média	254	1932	13.1%

(10)

Idade	Infinitivos – PAU		
	INF	EV	INF/EV
1;8.21	55	251	21.9%
1;10.20	248	1161	21.4%
2;2.18	205	1125	18.2%
Total/Média	508	2537	20.0%

(11)

Idade	Infinitivos – RAB		
	INF	EV	INF/EV
1;11.12	21	103	20.4%
2;0.5	50	192	26.0%
2;1.16	35	179	19.6%
2;2.19	28	171	16.4%
2;3.6	38	163	23.3%
2;4.11	32	143	22.4%
2;5.15	32	250	12.8%
2;6.12	38	218	17.4%
2;7.12	32	283	11.3%
2;8.14	35	159	22.0%
3;0.7	30	204	14.7%
Total/Média	371	2065	18.0%

(12)

Idade	Infinitivos - TIA		
	INF	EV	%INF/EV
2;2.28	3	44	6.8%
2;3.11	1	37	2.7%
2;4.11	3	31	9.7%
2;5.8	2	31	6.5%
2;6.12	12	71	16.9%
2;7.19	4	70	5.7%
2;8.17	2	28	7.1%
2;9.0	5	97	5.2%
3;0.15	4	98	4.1%
Total/Média	36	507	7.1%

9.4 Análise dos dados

Como nota preliminar, assinala-se que a enunciação dos tipos de contextos abordados é exaustiva, fazendo-se portanto referência a todos os auxiliares e preposições que coocorrem com os infinitivos, bem como a todos os restantes tipos de contextos em que figuram, canónicos ou não, do ponto de vista do estado adulto.

Por uma questão de economia de espaço os exemplos dizem respeito aos verbos referidos e não a cada forma verbal específica.

Finalmente, assinala-se que na análise não foram consideradas as ocorrências em que não era compreensível todo o material anterior ao infinitivo, como no seguinte exemplo:

- (13) PAU_B_01.cha": linha 183.
- *CHI: yy mãe .
 - *CHI: yy tirar .
 - %syn: (1)1vinf
 - *EST: que que a mamãe diz # Pá # ein@i ?

Neste exemplo, sendo impossível determinar o contexto de ocorrência do infinitivo, não se podem tirar conclusões sobre a sua natureza; daí a exclusão.

Foram igualmente excluídos contextos duvidosos, como o seguinte:

- (14) PAU_B_01.cha": linha 630.
- *CHI: auau@o ?
 - *CHI: auau@o põe [?] tirar .
 - %syn: ?1suj ?1v ?3/3 ?pres (1)1vinf
 - *CHI: o auau@o .

Note-se no entanto que estes dados, embora excluídos da análise, foram incluídos no número de infinitivos ("INF" nas tabelas) contabilizados acima.

9.4.1 PE

9.4.1.1 LUI

Em termos percentuais, os valores flutuam entre 4.7%, na última sessão, e 16.5%, na penúltima, atingindo a média de 12.6%. Não se nota portanto nenhuma tendência evolutiva clara.

Quanto aos contextos de ocorrência, os infinitivos surgem a acompanhar auxiliares, outros verbos e preposições.

As formas auxiliares que surgem no discurso produzido pela criança correspondem aos verbos "ir" ("vou", "vais", "vai", "vamos", "vão", "foi", "ia", "iam"), "vir" ("vem"), "estar a" ("estou", "estás", "está", "estão", "estamos", "estava"), "andar" ("anda"), "poder" ("posso", "podes", "pode") e "ter que" ("tens que", "tem que", "tenho que", "temos que"):

- (15) LUI_P_03.cha": linha 1480.
 *INV: como é que se chama aquela coisa pa(ra) cortar ?
 *LUI: <tu vais> [/] tu vais ver este .
 %syn: 1suj 1v 2/2 pres (1)1vinf 1obj
 *MAE: como é que se chama isto que corta o cabelo # diz só .
- (16) LUI_P_05.cha": linha 433.
 *MAE: (es)tá a andar [% rep .] .
 *LUI: iam mexe(r) no carro # do Noddy .
 %syn: 0suj 1vaux 3pl/3pl pass (1)1vinf
 *MAE: os ursinhos foram mexer no carro do Noddy +.
- (17) LUI_P_09.cha": linha 1714.
 *LUI: mãe .
 *LUI: vem fazer um ja(r)dim # zo(o)lógico .
 %syn: 0suj 1vimp 2/2 pres (1)1vinf 1obj
 *MAE: com estas bolachas ?
- (18) LUI_P_02.cha": linha 636.
 *INV: é com um quê ?
 *LUI: o menino (es)tá a cantar .
 %syn: 1suj 1vestar 3/3 pres (1)1vinf
 *LUI: e o menino (es)tá a cantar .
- (19) LUI_P_03.cha": linha 43.
 *INV: sim # senhor .
 *LUI: anda cá fazer o jogo .
 %syn: 0suj 1vimp 2/2 pres (1)1vinf 1obj
 *LUI: anda ver o jogo .

- (20) LUI_P_12.cha": linha 1345.
 *MAE: que é # filho ?
 *LUI: posso pintar aquele resto ?
 %syn: 0suj 1v 1/1 pres (1)1vinf 1obj
 *MAE: sim .

- (21) LUI_P_05.cha": linha 535.
 *MAE: o Orelhas+grandes [% rep .] .
 *LUI: tens que compra(r) este ?
 %syn: 0suj 1v 2/2 pres 1comp (1)1vinf 1obj
 *MAE: compro .

Outras formas a subcategorizar infinitivos correspondem aos verbos “querer” (“quero”, “queres”, “quer”, “queria”, “queriam”, “quis”), “conseguir” (“consigo”, “consegues”, “consequem”), “deixar” (“deixa”), “saber” (“sei”) e “começar a” (“começou”):

- (22) LUI_P_06.cha": linha 419.
 *MAE: agora vamos <ver aqui> [//] explicar à tia João quem é este .
 *LUI: que(r)o fazer o policia e o bom::beiro .
 %syn: 0suj 1v 1/1 pres (1)1vinf 1obj
 *INV: é um bombeiro [% rep .] .

- (23) LUI_P_02.cha": linha 1534.
 *INV: anda ve(r) o baloiço # anda .
 *LUI: pai # não (con)sigo pôr o Pateta .
 %syn: 1oc 0suj 1neg 1v 1/1 pres (1)1vinf 1obj
 *INV: não consigo pôr o Pateta [% rep .] .

- (24) LUI_P_08.cha": linha 1556.
 *LUI: tu já não +//.
 *LUI: deixa aparecer estes .
 %syn: 0suj 1vimp 2/2 pres (1)1vinf 1obj
 *MAE: (es)tá bem .

(25) LUI_P_11.cha": linha 840.
 *LUI: eu [/] eu não quero contar .
 *LUI: não sei contar .
 %syn: 0suj 1neg 1v 1/1 pres (1)1vinf 0obj
 *MAE: não ?

(26) LUI_P_11.cha": linha 957.
 *LUI: umas batatas xxx .
 *LUI: depois ele começou a cai(r) .
 %syn: 1suj 1v 3/3 pass (1)1vinf
 *LUI: pim@o .

Surgem ainda infinitivos com as preposições “para”, “a” (que também acompanha o auxiliar “estar” e “começar” nos exemplos acima) e “de” (que também surge com “ter”):

(27) LUI_P_02.cha": linha 866.
 *MAE: é pa(ra) pôr aonde ?
 *LUI: para andar .
 %syn: (1)1vinf
 *INV: é p(ara) andar .

(28) LUI_P_06.cha": linha 1715.
 *LUI: pois é .
 *LUI: é o pato Donald a brincar de [?] barco .
 %syn: 0suj 1vser 3/3 pres 1pred (1)1vinf
 *INV: ãh@i ?

(29) LUI_P_08.cha": linha 240.¹²
 *MAE: e o que é isto ?
 *LUI: é uma casinha do Pluto entrar .
 %syn: 0suj 1vser 3/3 pres 1pred (1)1vinf ?fl ?3/3
 *MAE: um@i .

¹² Este exemplo é interessante, já que “de” equivale a “para”: “é uma casinha para o Pluto entrar”.

Quanto aos dados distintos da norma final, os contextos aparentemente mais problemáticos não o são, já que correspondem normalmente a estruturas que o interlocutor inicia, com o propósito explícito de serem completadas por LUI, como nos seguintes exemplos:¹³

- (30) LUI_P_03.cha": linha 183;
*INV: (es)tá a +...
*LUI: ++ papar .
%syn: 1 vinf
*INV: (es)tá a papar ?
- (31) LUI_P_02.cha": linha 382;
*MAE: o Poupas foi +...
*LUI: ++ toca(r) viola .
%syn: 1 vinf 1 obj
*MAE: mas tocava muito mal .
- (32) LUI_P_05.cha": linha 1507;
*MAE: com a caneta eles (es)tão a +...
*LUI: (escre)ver .
%syn: 1 vinf
*MAE: escrever [% rep .] .

Por vezes, a própria forma de infinitivo é interrompida, com o mesmo objectivo:

- (33) LUI_P_01.cha": linha 1266;
*MAE: o Luis tem que &arru +...
*LUI: &mar caneta .
%syn: 1 vinf 1 obj
*MAE: arrumar nE@u .

Outras vezes, os infinitivos surgem em ocorrências, que, não sendo canónicas (pela omissão de preposição ou de auxiliar), não apresentam as características típicas dos infinitivos opcionais.

¹³ Como notado pela Professora Inês Duarte, estes são contextos de elipse focal, em que o que se pretende que a criança produza corresponde à informação nova (veja-se Duarte, 2003b) .

Nas ocorrências seguintes a preposição foi omitida:

- (34) LUI_P_03.cha": linha 196;
*INV: (es)tamos a quê ?
*LUI: (brin)car .
%syn: 1 vinf
*INV: não disse como há bocadinho .

- (35) LUI_P_02.cha": linha 630;
*MAE: como é que se chama ?
*LUI: é o menino 0a cantar .
%syn: 0suj 1vser 3/3 pres 1pred 1vinf
*MAE: o menino está a cantar .

Nos exemplos abaixo omitiu-se o auxiliar:

- (36) LUI_P_02.cha": linha 1543;
*MAE: vai pôr aonde ?
*LUI: pôr no bolso da mãe .
%syn: 1 vinf 0obj
*MAE: no bolso da mãe .

- (37) LUI_P_04.cha": linha 1926;
*LUI: olha .
*LUI: a mãe 0vai comp(r)a(r) este # (es)tá bem ?
%syn: 1suj(ref2) 0v 1vinf 1obj 0suj 1vestar=tag 3/3 pres
*MAE: (es)tá bem .

Outros contextos distintos da norma final são muito raros e não têm, mais uma vez, as características de infinitivos opcionais. Abaixo identifica-se a totalidade de tais exemplos (três), que se registam nas primeiras sessões (primeira e terceira):

- (38) LUI_P_01.cha": linha 1566;
*MAE: à quê ?
*LUI: i(r) casa tio .
%syn: 1 vinf
*MAE: quer ir a casa do tio ?

(39) LUI_P_01.cha": linha 1847;
 *MAE: quem são estes ?
 *LUI: come(r) sopa .
 %syn: 1vinf 1obj
 *MAE: (es)tão a comer sopa .

(40) LUI_P_03.cha": linha 1035.
 *MAE: com o +...
 *LUI: deitar .
 %syn: (1)1vinf
 *MAE: ah@i # deitar # que coisa .

Reformulações indicam que LUI já tem uma noção clara da estrutura em causa:

(41) LUI_P_03.cha": linha 709;
 *INV: pois é .
 *LUI: guardar [//] <agora vai> [//] o (L)ui(s) vai (guar)dar #
 aqui.
 %syn: 1suj 1v 3/3(refl) pres 1vinf 0obj
 *MAE: vai guardar aqui # então .

Note-se ainda a ocorrência abaixo:

(42) CRI_P_02.cha": linha 908;
 *MAE: a Raquel gosta de gelados,, não gosta ?
 *CRI: comp(r)ar .
 *MAE: ãh@i ?
 *CRI: quero comp(r)ar .
 %syn: 0suj 1v 1/1 pres 1vinf 0obj
 *MAE: que(re)s comprar ?

Finalmente, assinalam-se contextos em que os infinitivos surgem isolados, constituindo itens de uma lista de tarefas:

- (43) LUI_P_09.cha": linha 582.
- *MAE: lembrás ?
- *LUI: subir a cadeira .
- %syn: (1)1vinf
- *MAE: e depois ?
- *LUI: deitar o leite .
- %syn: (1)1vinf 1obj
- *MAE: um+um@i .

Conclui-se portanto que não existe qualquer evidência que leve a defender a existência de uma fase de infinitivo opcional para esta criança.

9.4.1.2 RAP

Em relação a RAP, verifica-se uma tendência ascendente na curva percentual de forma de infinitivo, sendo possível verificar, pela observação dos contextos em causa, que a mesma está correlacionada com um maior número de ocorrências com auxiliares e outros verbos que subcategorizam formas de infinitivo.

Os infinitivos ocorrem com os seguintes auxiliares: “estar a” (“estou”, “estás”, “está”, “estão”, “estavas”) “ir” (“vou”, “vais”, “vai”, “vamos”, “vão”, “fui”), “poder” (“posso”, “podes”, “pode”), “ter de/que” (“tenho que/de”, “tens que”, “tem que/de”, “têm de”), “ver a” (“via”) “pôr a” (“ponho”), “ficar a” (“fica”), “ser a” (“é”):

- (44) CRI_P_04.cha": linha 1009.
- *CRI: não .
- *CRI: ele (es)tá a do(r)mir .
- %syn: 1suj 1vestar 3/3 pres (1)1vinf
- *PAI: mas mostra lá .
-
- (45) CRI_P_04.cha": linha 82.
- *PAI: não guardas p(ara) o Dida ?
- *CRI: (v)ou come(r) todos .
- %syn: 0suj 1vaux 1/1 pres (1)1vinf 1obj
- *PAI: ai é ?

- (46) CRI_P_07.cha": linha 1332.
 *INV: (es)tá todo junto à mão ?
 *CRI: (es)tá uma coisinha lá dent(r)o qu(e) eu não posso ti(r)ar .
 %syn: 1vestir 3/3 pres 1sujp 1comp 1suj 1neg 1vaux 1/1 pres
 (1)1vinf
 *INV: ah@i # tem uma coisinha lá dentro .
- (47) CRI_P_09.cha": linha 73.
 *CRI: aquele .
 *CRI: o Diogo via a comer a mim # e agora com(e) o dele .
 %syn: 1suj 1v 3/3 pass (1)1vinf 1comp 0suj 1v 3/3 pres 1obj
 *INV: o Diogo # é que come o dele ?
- (48) CRI_P_08.cha": linha 1434.
 *INV: viste no Continente ?
 *CRI: eu tenho que comp(r)a(r) <0em o> [=no] Continente .
 %syn: 1suj 1v 1/1 pres 1comp (1)1vinf 0obj
 *INV: ãh@i ?
- (49) CRI_P_10.cha": linha 623.
 *CRI: que(re)s ve(r) ?
 CRI: eu ponho 0~o [] a do(r)mir e ele do(r)me .
 %syn: 1suj 1v 1/1 pres 0clit (1)1vinf 1comp 1suj 1v 3/3 pres
 *CRI: vês ?
- (50) CRI_P_11.cha": linha 1490.
 *INV: (es)tá bem .
 *CRI: agora ele fica despido aqui a secar e vai para dentro .
 %syn: 1suj 1v 3/3 pres 1pred (1)1vinf 1comp 0suj 3/3 pres
 *CRI: ele (es)tá seco .

- (51) CRI_P_09.cha": linha 1580.
- *INV: mas aquele fogão é a fingir .
 - *CRI: e(s)t(e) é a fingir .
 - %syn: 1suj 1vser 3/3 pres (1)1vinf
 - *INV: pois .

Ocorrem ainda formas de infinitivo com os seguintes verbos: “querer” (“quero”, “queres”, “quer”, “queria”, “quis”), “deixar” (“deixo”, “deixa”), “saber” (“sei”, “sabes” “sabe”), “conseguir” (“consigo”):

- (52) CRI_P_04.cha": linha 355.
- *PAI: isso é pa(ra) cantar # não é p(a)ra andar aí dum lado p(ara) o outro .
 - *CRI: eu quero cantar assim .
 - %syn: 1suj 1v 1/1 pres (1)1vinf
 - *PAI: então vá # canta lá .

- (53) CRI_P_04.cha": linha 1004.
- *PAI: de que cor é qu(e) é esse macaco ?
 - *CRI: deixa do(r)mir aqui .
 - %syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 0obj (1)1vinf
 - *PAI: olha lá o papá .

- (54) CRI_P_06.cha": linha 455.
- *CRI: café .
 - *CRI: não sabe sair .
 - %syn: 0suj 1neg 1v 3/3 pres (1)1vinf
 - *INV: é o João Pedro que (es)tá a bater à porta ?

- (55) CRI_P_08.cha": linha 240.
- *INV: põe lá dentro .
 - *CRI: eu não consig(o) ab(r)ir .
 - %syn: 1suj 1neg 1v 1/1 pres (1)1vinf 0obj
 - *CRI: <eu ponho> [/] e(u) ponh(o) esta,, (es)tá bem ?

Surgem ainda infinitivos isolados ou em função de predicativo:

- (56) CRI_P_04.cha": linha 1027.
*CRI: é e(s)ta .
*CRI: do(r)mi(r) é só aqui .
%syn: (1)1vinf 1vser 3/3 pres
*PAI: essa é lá pa(ra) dent(r)o tam(b)ém
- (57) CRI_P_07.cha": linha 1472.
*INV: o qu(e) é que se faz na praia ?
*CRI: nadar .
%syn: (1)1vinf
*INV: nadar [% rep .] .
- (58) CRI_P_07.cha": linha 216.
*INV: e o qu(e) é isso ?
*CRI: é do(r)mir .
%syn: 0suj 1vser 3/3 pres (1)1vinf
*INV: é dormir .

Finalmente, ocorrem formas de infinitivo com as preposições “para” e “a” (veja-se ainda os exemplos acima com “a” e “de”):

- (59) CRI_P_02.cha": linha 475.
*INV: p(a)ra que é a água ?
CRI: para lavar 0os [] dentes .
%syn: (1)1vinf 1obj
*INV: ah@i # pa(ra) lava(r) os dentes [% rep .] .
- (60) CRI_P_05.cha": linha 411.
*INV: oh@i depois ele acorda .
*CRI: é só a b(r)incar .
%syn: 0suj 1vser 3/3 pres (1)1vinf
*CRI: [=! canta] .

Contextos aparentemente problemáticos são-no só pela ausência do auxiliar (ou outro verbo) ou da preposição respectivos, sendo diversas vezes reformulados:

(61) CRI_P_02.cha": linha 908.

*MAE: a Raquel gosta de gelados,, não gosta ?

*CRI: comp(r)ar .

%syn: (1)1vinf

*MAE: ãh@i ?

*CRI: quero comp(r)ar .

%syn: 0subj 1v 1/1 pres (1)1vinf 0obj

*MAE: que(re)s comprar ?

(62) CRI_P_11.cha": linha 93.

*MAE: Raquel # o qu(e) é que vais fazer ?

*CRI: tira(r) isto .

%syn: (1)1vinf 1obj

*MAE: só se for a camisola interior .

Veja-se ainda a seguinte sucessão:

(63) CRI_P_03.cha": linha 736.

*MAE: o qu(e) é que (es)tás a fazer ?

*CRI: brincar .

%syn: (1)1vinf

*MAE: ãh@i ?

(64) CRI_P_03.cha": linha 741.

*MAE: ãh@i ?

*CRI: a brincar .

%syn: (1)1vinf

*MAE: a brincar com a chucha # uma menina tão grande ?

E ainda a seguinte:

- (65) CRI_P_06.cha": linha 1454.
- *CRI: faze(r) uma cami(o)neta [% cf . seq .] .
- *CRI: &fa [//] faze(r) uma cami(o)neta [% cf . seq .] .
- %syn: (1)1vinf 1obj
- *CRI: eu vou faze(r) uma cami(o)neta # com isto .

Outros contextos correspondem a conclusões de estruturas propositadamente incompletas:

- (66) CRI_P_07.cha": linha 1674.
- *INV: +" sabem bem +...
- *CRI: ++ (n)adar .
- %syn: (1)1vinf
- *INV: nadar [% rep .] .

As únicas duas ocorrências de facto problemáticas são as seguintes:

- (67) CRI_P_07.cha": linha 2776.
- *INV: não posso # senão estragamos a cama .
- *CRI: depois # sujar [*] a cama a mim .
- %syn: 0suj ?0vaux (1)1vinf 1obj
- *INV: ãh@i ?

Este exemplo poderá corresponder a “(vão) sujar”.

- (68) CRI_P_08.cha": linha 1177.
- *INV: o qu(e) é qu(e) os meninos fazem na escola ?
- *CRI: a brincar .
- %syn: 1comp (1)1vinf
- *CRI: a brincar .

Apesar da estranheza do último exemplo, é possível pensar que a estrutura em causa é a seguinte: “<auxiliar aspectual> a brincar”.

Como se verifica, estes exemplos não dizem respeito às primeiras sessões, o que relativiza ainda mais a sua importância.

Tal como para LUI, conclui-se que não há quaisquer evidências de uma fase de infinitivo opcional.

9.4.1.3 JOA

Em termos percentuais, nota-se uma subida muito significativa na segunda sessão; a partir daí os valores mantêm-se mais ou menos estáveis, com oscilações entre 13.5%, na sétima sessão, e 23.8%, na segunda.

Os contextos com auxiliares incluem os seguintes verbos: “estar a” (“estou”, “estás”, “está”, “estão”, “estavas”), “andar” (“anda”), “ir” (“vou”, “vais”, “vai”, “vamos”, “vão”, “fui”, “foi”, “ia”) “ir a” (“vai”, “vamos”), “ter de” (“tenho de/que”, “tens que”, “tem de/que”, “temos (de)”), “poder” (“podes”, “pode”), “acabar de” (“acabámos (de)”), “ficar a” (“fica”):

(69) JOA_P_01.CHA": linha 217.

*ANT: onde é que (es)tá o bebé ?

*JOA: está a chorar .

%syn: 0suj 1vestar 3/3 pres (1)1vinf

*ANT: o quê ?

(70) JOA_P_02.CHA": linha 550.

*PAI: o que é ?

*JOA: anda ver # a:h@i .

%syn: 0suj 1vimp 2/2 pres (1)1vinf 0obj

*JOA: anda ver !

(71) JOA_P_03.CHA": linha 34.

*PAI: <(es)tá a saltar> [<] .

*JOA: <vai mo(r)de(r)> [//] vai morder o # [/] o ba(r)co .

%syn: 0suj 1vaux 3/3 pres (1)1vinf 1obj

*ANT: vai morder o barco ?

(72) JOA_P_04.CHA": linha 335.

*JOA: olha .

*JOA: vai # a cantar # música [?] .

%syn: 0suj 1vimp 2/2 pres (1)1vinf 1obj

*JOA: <o cavalo e a> [>] +/.

- (73) JOA_P_07.CHA": linha 256.
 *JOA: e agora ?
 JOA: nós temos 0de [] colar .
 %syn: 1suj 1v 1pl/1pl pres (1)1vinf 0obj
 *LUC: não temos quê ?
- (74) JOA_P_07.CHA": linha 787.
 *LUC: uma estrela do mar,, não é ?
 *JOA: e(le) não pode andar a passar a água .
 %syn: 1suj 1neg 1v 3/3 pres (1)1vinf (2)1vinf 1obj
 *LUC: vai passar a água .
- (75) JOA_P_07.CHA": linha 1054.
 *JOA: olh(a) .
 JOA: ac(ab)ámos 0de [] pintar [*] aqui uma [/] a história .
 %syn: 0suj 1v 1pl/1pl pass (1)1vinf 1obj
 *JOA: mais out(r)a não .
- (76) JOA_P_08.CHA": linha 121.
 *JOA: (a)qui # (a)qui colar .
 *JOA: xx fica aqui a colar .
 %syn: ?0suj ?1v ?3/3 pres (1)1vinf
 *ANT: e agora ?

Os infinitivos acompanham ainda outros verbos: “olhar a” (“olha a”), “deixar” (“deixa”), “querer” (“quero”, “queres”, “quer”, “queria”) :

- (77) JOA_P_08.CHA": linha 669.
 *ANT: cuidado # cuidado não caias .
 *JOA: oh+oh@i # olha eu a jogar .
 %syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 1obj 1pron/clit (1)1vinf
 *ANT: jogas bem futebol .

(78) JOA_P_03.CHA": linha 850.
*PAI: obrigado .
*JOA: deixa ve(r) .
%syn: 0suj 1vimp 2/2 pres (1)1vinf 0obj
*PAI: o que é que o pai (es)tá a fazer ?

(79) JOA_P_05.CHA": linha 228.
*ANT: olha aqui # olha # olha esta .
*JOA: quere(s) [/] <que(re)s ver> [/] <que(re)s ver> [/] que(re)s
ver ?
%syn: 0suj 1v 2/2 pres (1)1vinf 0obj
*JOA: que(re)s ver ?

Acompanham ainda as preposições “para” e “a” (veja-se ainda os exemplos acima com “a” e “de”):

(80) JOA_P_02.CHA": linha 270.
*PAI: e serve para quê ?
*JOA: para o Luís papar .
%syn: 1suj (1)1vinf ?fl ?3/3
*JOA: para o Luís papar .

(81) JOA_P_04.CHA": linha 789.
*JOA: olha # ca+go+ga+gum+gum+ae:@o .
*JOA: todas a saltar # tum+tum+tum@o .
%syn: (1)1vinf
*JOS: é uma corrida ?

Os casos aparentemente problemáticos estão de novo relacionados com preposições ou auxiliares (ou outros verbos) omitidos.

Nesta ocorrência a preposição foi omitida:

- (82) JOA_P_02.CHA": linha 85.
- *MAE: o qu(e) é qu(e) o pai (es)tá a fazer ?
- *JOA: (t)i(r)ar (fo)tog(r)afias .
- %syn: (1)lvinf lobj
- *MAE: ai@i mastiga [/] mastiga isso !

No exemplo seguinte omitiu-se o auxiliar, produzindo-se uma resposta breve, legítima do ponto de vista do estado final:

- (83) JOA_P_04.CHA": linha 466.
- *JOS: o que é que (es)tás a fazer com o coelho ?
- *JOA: upa@i a (l)utar com o coelho .
- %syn: (1)lvinf
- *PAI: (es)tás a lutar com o coelho ?

Os exemplos seguintes são os que, apesar das explicações encontradas, ficarão classificados como problemáticos.

Na ocorrência seguinte a resposta de PAI é significativa; o auxiliar e a preposição terão sido omitidos (“<auxiliar aspectual> a enterrar”):

- (84) JOA_P_04.CHA": linha 817.
- *PAI: diz lá o que é que fizeste na escola .
- *JOA: (en)terrar .
- %syn: (1)lvinf
- *PAI: estás a enterrar ?

A ocorrência seguinte corresponde possivelmente a “(queres/vamos) fazer outras?”:

- (85) JOA_P_05.CHA": linha 546.
- *ANT: faz barulho ?
- *JOA: fazer out(r)as ?
- %syn: (1)lvinf lobj
- *JOA: olha # um cachimbo [=? peixinho] .

Sobre o contexto abaixo, é possível pensar que o infinitivo substituiu uma forma de indicativo:

- (86) JOA_P_02.CHA": linha 133.
- *MAE: fazes o quê João ?
- *JOA: pôr dentro de um balde !
- %pho: po de~ du~ baw
- %syn: (1)1vinf 0obj
- *MAE: toma banho,, não é ?

A transcrição fonética leva-nos a pensar que uma alternativa seria termos a forma verbal “po(nho)”.

Veja-se ainda a seguinte ocorrência:

- (87) JOA_P_02.CHA": linha 142.
- *MAE: hum@i ?
- *JOA: ontem [?] nadar com 0o [*] (L)uís .
- %syn: (1)1vinf
- *PAI: ai sim ?
- *MAE: a nadar com o Luís?

Este exemplo é analisável como “(fui) nadar”, ou, como a interpretação de MAE, “(estive a) nadar”.

Veja-se ainda o seguinte exemplo:

- (88) JOA_P_02.CHA": linha 154.
- *PAI: o que é <que fazes> [>] +/.
- *JOA: <nadar> [<] com o (L)uís .
- %syn: (1)1vinf
- *MAE: o qu(e) é que andaste a apanhar com os meninos ?

Apesar de parafraseável por “o que eu faço é nadar (...)”, manter-se-á a classificação de exemplo problemático, totalizando cinco as ocorrências assim consideradas.

Os exemplos concentram-se na segunda à quinta sessões.

De novo, reformulações como as seguintes atestam um domínio considerável do tipo de contextos em causa:

(89) JOA_P_07.CHA": linha 123.
 *LUC: várias vezes .
 *JOA: guardar [//] vou guardar .
 %syn: Osuj 1vaux 1/1 pres (1)1vinf 0obj
 *JOA: xxx .

(90) JOA_P_07.CHA": linha 1272.
 *JOA: passar [/] passar aqui [//] por aqui.
 JOA: Oo [] comboio parar [/] passa.
 %syn: 1suj 1v 3/3 pres
 *JOA: (a)gora dá!

De novo, conclui-se que não se verifica para este sujeito a existência de uma fase de infinitivos opcionais.

9.4.1.4 PED

Em termos quantitativos, não se verifica para PED qualquer tendência (crescente ou decrescente), oscilando a percentagem de infinitivos entre 9.4%, na segunda sessão, e 20.7%, na quinta.

Observando agora as ocorrências em causa, é possível verificar que os seguintes auxiliares ocorrem com as formas de infinitivo: “ir” (“vou”, “vais”, “vai”, “vamos”, “foi”), “estar a” (“estou”, “estás”, “está”, “estamos”, “estão”, “estava”), “poder” (“podes”, “pode”), “ser a” (“é”), “vir” (“vem”), “ter que/de” (“tenho que”, “tens que”, “tem que/de”, “tinha que”), “ser de” (“é”), “dever” (“deve”):

(91) PED_P_01.CHA": linha 27.
 *PED: estes <são meus> [/] <são meus> [//] estes são meus .
 *PED: e(u) vou buscar um choco(l)ate # xxx .
 %syn: 1suj 1vaux 1/1 pres (1)1vinf 1obj
 *MAE: vais quê ?

- (92) PED_P_01.CHA": linha 269.
 *ANT: o quê ?
 *PED: (es)tou a b(r)incar c(om) os carros !
 %syn: 0suj 1vestar 1/1 pres (1)1vinf
 *ANT: (es)tás a brincar ?
- (93) PED_P_01.CHA": linha 293.
 *PED: <os meus bonecos> [//] pisas os meus bonecos .
 *PED: já podes senta(r) .
 %syn: 0suj 1v 2/2 pres (1)1vinf
 *AVO: é pa(ra) sentar aí ?
- (94) PED_P_01.CHA": linha 829.
 *ANT: o quê ?
 *PED: é a lava(r) os dentes .
 %syn: 0suj 1vser 3/3 pres (1)1vinf 1obj
 *ANT: é a lavar os dentes ?
- (95) PED_P_02.CHA": linha 365.
 *MAE: (es)tá bem # já percebi # (es)tás a desconversar .
 PED: mas xx (de)pois a mãe vem a [] (bus)car .¹⁴
 %syn: 1comp 1suj 1v 3/3 pres (1)1vinf 0obj
 *MAE: olha # o João pode ir ou não à escolinha contigo ?
- (96) PED_P_06.CHA": linha 42.
 *ANT: se tirares este ficam um bicho # um crocodilo com a
 cabeça de tigre # fica um coco+tigre@n !
 *PED: mas tens que tirar isto .
 %syn: 1comp 0suj 1v 2/2 pres 1obj 1comp (1)1vinf 1obj
 *ANT: pois # e agora ?

¹⁴ É possível que a adição indevida da preposição constitua uma interferência de natureza dialectal.

(97) PED_P_06.CHA": linha 833.
*ANT: isso não é pistola é o quê ?
*PED: isto é de puxar os carros .
%syn: 1suj 1vser 3/3 pres (1)1vinf 1obj
*ANT: ah@i !

(98) PED_P_06.CHA": linha 1246.
*ANT: agora (es)tá aqui outro amarelo # deve ser daqui .
*PED: deve ser xx .
%syn: 0suj 1v 3/3 pres (1)1vinf
*ANT: este .

Os infinitivos surgem ainda com outros verbos: “deixar” (“deixei”, “deixa”), “querer” (“quero”, “queres”, “quer”, “queria”), “saber” (“sei”, “sabes”), “ver a” (“vês”), “começar a” (“começa”):

(99) PED_P_01.CHA": linha 998.
*ANT: o quê ?
*PED: deixei cai(r) um .
%syn: 0suj 1v 1/1 pass (1)1vinf 1obj
*ANT: o quê ?

(100) PED_P_01.CHA": linha 1064.
*AVO: é a surpresa .
*PED: que(r)o comer !
%syn: 0suj 1v 1/1 pres (1)1vinf 0obj
*AVO: não # comer não !

(101) PED_P_04.CHA": linha 75.
*ANT: o quê ?
*PED: nã(o) sabes fazer assim .
%syn: 0suj 1neg 1v 2/2 pres (1)1vinf 0obj
*ANT: abrir ?

(102) PED_P_05.CHA": linha 759.

*PED: olha o carro .

*PED: vês o carro a andar ?

%syn: 0suj 1v 2/2 pres 1obj (1)1vinf

*ANT: sim # sim .

(103) PED_P_06.CHA": linha 1124.

*PED: olha .

*PED: aqui # começa a subir .

%syn: 0suj 1v 3/3 pres (1)1vinf

*PED: onde é que (es)tá o azul ?

As formas de infinitivo são ainda subcategorizadas pela preposição “para” (veja-se igualmente os exemplos acima com “a” e “de”):

(104) PED_P_06.CHA": linha 537.

*ANT: aqui diz Tobias .

*PED: é [/] é pa(ra) conta(r) a histó(r)ia # pa(ra) tu saberes .

%syn: 0suj 1vser 3/3 pres (1)1vinf 0obj 1suj 1vinf-fl 2/2 0obj

*ANT: pois e não tens outra aí que me queiras contar ?

Os infinitivos surgem ainda em função de predicativo:

(105) PED_P_02.CHA": linha 111.

*ANT: o que é isso # é saltar ?

*PED: é saltar é .

%syn: 0suj 1vser 3/3 pres (1)1vinf 0suj 1vser=tag 3/3 pres

*PED: é [/] é saltar .

De novo, estruturas aparentemente problemáticas são justificadas em contexto. Veja-se as seguintes sequências:

(106) PED_P_03.CHA": linha 15.

*PED: a jogar à bola .
*PED: a b(r)incar .
%syn: (1)1vinf
*ANT: que programa é esse # Pedro ? (...)
*MAE: estás a fazer o quê ?
*PED: (es)tou a joga(r) à bola .
%syn: 0subj 1vestar 1/1 pres (1)1vinf
*MAE: estás a quê ?

(107) PED_P_03.CHA": linha 542.

*MAE: agora emprestas o palhaço .
*PED: agora vou emp(r)estar à mãe .
%syn: 0subj 1vaux 1/1 pres (1)1vinf 0obj
*MAE: ai@i # que giro .
*MAE: oh@i # caiu .
*PED: emp(r)estar à mãe .
*MAE: não me serve # tenho a cabeça muito grande # oh@i #
vês?

Na ocorrência seguinte, o contexto indicia de novo estar em causa um auxiliar omitido:

(108) PED_P_04.CHA": linha 186.

*ANT: quando é que vais aprender ?
*PED: ap(r)ender aqui .
%syn: (1)1vinf 0obj
*ANT: vais aprender aí ?

No exemplo seguinte a preposição omitida foi claramente a causa do “desvio” à norma do estado final:

(109) PED_P_05.CHA": linha 750.

*ANT: (es)tá a fazer o quê ?
*PED: subir p(a)r(a) a árvore .
%syn: (1)1vinf
*ANT: pois .

Conclui-se portanto que não existem quaisquer provas para se defender para este sujeito a existência de uma fase de infinitivos opcionais.

9.4.1.5 Síntese relativa aos dados do PE

Retomam-se agora os dados globais para cada uma das crianças:

(110)

PE	INF	EV	INF/EV
LUI	469	3723	12.6%
RAP	453	2769	16.4%
JOA	303	1790	16.9%
PED	254	1932	13.1%
Total/Média	1479	10214	14.5%

Como se verifica, os valores médios são muito aproximados para as quatro crianças, variando entre 12.6% e 16.9%; não se verificam portanto tendências, nem decrescentes nem crescentes, em função da faixa etária média de cada criança.

Em termos individuais, como se assinalou acima, RAP e JOA demonstram uma tendência crescente na produção de infinitivos, sendo a evolução mais gradual no caso de RAP e mais abrupta no caso de JOA.

Relembrando agora a descrição dos tipos de contextos em causa, verificou-se de novo uma semelhança notável ao nível dos auxiliares, outros verbos e preposições que subcategorizam infinitivos. As formas são as seguintes:

- (i) para LUI, os infinitivos coocorrem com: “ir” (“vou”, “vais”, “vai”, “vamos”, “vão”, “foi”, “ia”, “iam”), “vir” (“vem”), “estar a” (“estou”, “estás”, “está”, “estão”, “estamos”, “estava”), “andar” (“anda”), “poder” (“posso”, “podes”, “pode”) e “ter que” (“tens que”, “tem que”, “tenho que”, “temos que”); “querer” (“quero”, “queres”, “quer”, “queria”, “queriam”, “quis”), “conseguir” (“consigo”, “consegues”, “conseguem”), “deixar” (“deixa”), “saber” (“sei”) e “começar a” (“começou”); “para” e “a”;
- (ii) para RAP, coocorrem com: “estar a” (“estou”, “estás”, “está”, “estão”, “estavas”) “ir” (“vou”, “vais”, “vai”, “vamos”, “vão”, “fui”), “poder” (“posso”, “podes”, “pode”), “ter de/que” (“tenho que/de”, “tens que”, “tem que/de”, “têm de”), “ver a” (“via”) “pôr a” (“ponho”), “ficar a” (“fica”), “ser a” (é); “querer” (“quero”, “queres”, “quer”, “queria”,

“quis”), “deixar” (“deixo”, “deixa”), “saber” (“sei”, “sabes” “sabe”), “conseguir” (“consigo”); “para” e “a”;

- (iii) para JOA, coocorrem com: “estar a” (“estou”, “estás”, “está”, “estão”, “estavas”), “andar” (“anda”), “ir” (“vou”, “vais”, “vai”, “vamos”, “vão”, “fui”, “foi”, “ia”) “ir a” (“vai”, “vamos”), “ter de” (“tenho de/que”, “tens que”, “tem de/que”, “temos (de)”), “poder” (“podes”, “pode”), “acabar de” (“acabámos (de)”), “ficar a” (“fica”); “olhar a” (“olha a”), “deixar” (“deixa”), “querer” (“quero”, “queres”, “quer”, “queria”); “para” e “a”;
- (iv) para PED, coocorrem com: “ir” (“vou”, “vais”, “vai”, “vamos”, “foi”), “estar a” (“estou”, “estás”, “está”, “estamos”, “estão”, “estava”), “poder” (“podes”, “pode”), “ser a” (“é”), “vir” (“vem”), “ter que/de” (“tenho que”, “tens que”, “tem que/de”, “tinha que”), “ser de” (“é”), “dever” (“deve”); “deixar” (“deixei”, “deixa”), “querer” (“quero”, “queres”, “quer”, “queria”), “saber” (“sei”, “sabes”), “ver a” (“vês”), “começar a” (“começa”); “para”.

Também as formas “desviantes”, em relação à norma do estado final, são de natureza comum, e todas justificáveis pelas mesmas causas: omissão de auxiliares ou preposições a eles associados.

Os casos excepcionais, acima classificados como problemáticos, são muito raros. Eis a sua contabilização:

(111)

PE	INF	INF problemáticos	INF probl./INF
LUI	469	3	0.6%
RAP ¹⁵	453	2	0.4%
JOA	303	5	1.7%
PED	254	0	0%
Total/Média	1479	10	0.7%

A homogeneidade relativa, quer aos dados quantitativos, quer à análise de contextos acima mencionada, leva a defender com toda a certeza que não existem nos dados observados quaisquer evidências para uma fase de infinitivos opcionais em PE.

¹⁵ Apesar da possibilidade levantada acima, foi considerado, pela estranheza do exemplo (68), acima transcrito, bem como (67).

9.4.2 PB

9.4.2.1 PAU

Em termos percentuais, verifica-se nos dados de PAU uma tendência estacionária, com um ligeiro decréscimo na terceira sessão, e valores entre 21.9% na primeira e 18.2% na terceira.

Observando os contextos em causa, é possível concluir que os infinitivos ocorrem com os seguintes auxiliares: “ir” (“vou”, “vai”, “vamos”, “foi”), “poder” (“pode”) e “ter de” (“tem”):

(112) PAU_B_01.cha": linha 2799.

*CHI: vou nanar # Nenê .
%syn: 0suj 1vaux 1/1 pres (1)1vinf
*CHI: vou nanar .

(113) PAU_B_02.cha": linha 2761.

*CHI: a' .
*CHI: pode deixar aqui .
%syn: 0suj 1v 3/3 pres (1)1vinf 0obj
*MOT: acho melhor deixar na mesa .

(114) PAU_B_03.cha": linha 4771.

*CHI: m@i ?
*CHI: tem de pôr .
%syn: 0suj 1v 3/3 pres (1)1vinf 0obj
*CHI: agora tirar .

Surgem ainda com outros verbos: “querer” (“quero”, “quer”) e “deixar” (“deixa”):

(115) PAU_B_02.cha": linha 2790.

*MOT: gosta ?
*CHI: quero oferecer balinha e outro bá@f .
%syn: 0suj 1v 1/1 pres (1)1vinf 1obj
*CHI: quero [//] cadê 0a outro bá@f ?

(116) PAU_B_03.cha": linha 743.

*CHI: não dá ?
*CHI: não # deixa pôr .
%pho: 'n 6w~ 'd e S A 'p o
%syn: 0suj 1vimp 2/2 pres (1)1vinf 0obj
*MOT: agora deixa .

Os infinitivos são ainda subcategorizados pela preposição “para” (também por “de” em “ter de”, acima):

(117) PAU_B_01.cha": linha 430.

*EST: quem deu a caixinha pra você # ein@i ?
*CHI: é pra por aqui [% pondo papel na máquina de escrever] .
%syn: 0suj 1vser 3/3 pres (1)1vinf 0obj
*EST: e aqui .

(118) PAU_B_02.cha": linha 2514.

*CHI: papai !
*CHI: pai # tem bá@f para oferecer ?
%syn: 1oc 0suj 1v 3/3(ref2) pres 1obj (1)1vinf
*FAT: o quê ?

Note-se que em certos contextos o verbo copulativo é omitido ou o infinitivo surge isolado:

(119) PAU_B_01.cha": linha 326.

*EST: isso não é pra por aí não .
*CHI: não 0é pra por .
%syn: 0suj 1neg 0v (1)1vinf
*CHI: põe aqui .

(120) PAU_B_01.cha": linha 1506.

*CHI: 0 [=! no banheiro, fazendo a higiene e continuando a choramingar].

*CHI: lavar cocô não .

%syn: (1)1vinf lobj 1neg

*EST: lavar cocô sim .

Nota-se ainda que existem muitos contextos em que o infinitivo surge isoladamente, o que não acontecia de forma significativa nos dados do PE acima descritos, sendo naquele caso as ocorrências compreensíveis em contexto, como se sublinhou.

Eis os exemplos em causa:¹⁶

(121) PAU_B_01.cha": linha 252.

*EST: que que você deu pro auau@o ?

*CHI: bater .

%syn: (1)1vinf

*EST: você bateu ?

(122) PAU_B_01.cha": linha 926.

*EST: que foi ?

*CHI: aiai@i abrir .

%syn: (1)1vinf

*EST: ahn@i ?

(123) PAU_B_01.cha": linha 1297.

*CHI: o nenê .

*CHI: nanar .

%syn: (1)1vinf

*EST: dá o chapéu pra titia .

¹⁶ Sempre que relevante, incluíram-se as linhas de transcrição fonética.

Foram excluídas todas as repetições próximas e todos os casos em que havia reformulações próximas, anteriores ou posteriores, com correção (acrescentando-se auxiliares, por exemplo).

- (124) PAU_B_01.cha": linha 1391.
 *CHI: não .
 *CHI: arrumar # não .
 %pho: u m a 'm A n 6w~
 %syn: (1)1vinf 1neg
 *CHI: arrumar # não .
- (125) PAU_B_01.cha": linha 1396.
 *CHI: arrumar # não .
 *CHI: não arrumar .
 %pho: m n 6w~ u 'm A
 %syn: 1neg (1)1vinf
 *CHI: a maquiqui@c .
- (126) PAU_B_01.cha": linha 1608.
 *CHI: Oum beijo [=! mandando beijos] .
 *CHI: <não dançar> [=! cantando] .
 %pho: n 6w~ a A 's a
 %syn: Osuj 1neg (1)1vinf
 *EST: e beijo, e beijo ?
- (127) PAU_B_01.cha": linha 2249.
 *EST: de quem é ?
 *CHI: escrever Ono cartão Oda mamãe .
 %pho: k e 'v e v e k a 't o~ m 6~ m 6~ 'nj e
 %syn: (1)1vinf 0obj
 *CHI: escrever Ono cartão Odo Pá .
- (128) PAU_B_01.cha": linha 2948.
 *CHI: yy yy .
 *CHI: papar cacá@c .
 %pho: p a 'p a k A 'k a
 %syn: (1)1vinf 1obj
 *CHI: yyy toma [=! choramingando] .

(129) PAU_B_01.cha": linha 3094.

*EST: ahn@i ?
*CHI: vamos descer aqui 0e 0ir lá .
%pho: m s e 's e a 'k i l a
%syn: 0suj ?1v ?1pl/1pl ?pres (1)1vinf 0comp 0vinf
*CHI: tirar aqui .
%pho: t i 'dt a k i
%syn: ?1vinf

(130) PAU_B_01.cha": linha 3867.

*EST: você quer ?
*CHI: fazer (n)a mão .
%pho: f a 'ʎ e A 'm 6w~
%syn: (1)1vinf
*CHI: fazer (n)a mão .

(131) PAU_B_01.cha": linha 4245.

*CHI: fez .
*CHI: papar zezão@f .
%pho: p A 'p a c\ e 'z o~
%syn: (1)1vinf 1obj
*CHI: preparar zezão@f pra papar .
%pho: p u 'p a c\ e 'z o~ p a p A 'p a
%syn: 1vinf 1obj 1vinf 0obj
*EST: a mamãe já vai arrumar o zezão@f pra você # está ?

(132) PAU_B_01.cha": linha 4357.

*EST: eu já vou dar .
*CHI: papar .
%pho: p A 'p a
%syn: (1)1vinf
*EST: mostra como você está lindo # Paulo .

- (133) PAU_B_01.cha": linha 4361.
- *EST: mostra como você está lindo # Paulo .
- *CHI: descer tirar .
- %pho: z e 'z e tS i 'a
- %syn: (1)1vinf (2)1vinf 0obj
- *EST: e o cabelo ?
-
- (134) PAU_B_01.cha": linha 4367.
- *CHI: aiaiai@i [=! choramingando] .
- *CHI: aiaiai@i abrir .
- %pho: Aj aj 'Aj a 'b i
- %syn: (1)1vinf 0obj
- *LEO: www .
-
- (135) PAU_B_01.cha": linha 4641.
- *EST: não quer chamar o papai pra ele ver você subir ?
- *CHI: por # mamãe # por
[=! tentando por as estórias em quadrinhos na máquina] .
- %pho: p o m 6~ 'm 6j~ p o
- %syn: (1)1vinf
- *CHI: mais .
-
- (136) PAU_B_02.cha": linha 342.
- *CHI: <mamãe mamãe> [//] a mamãe está aqui .
- *CHI: nanar@f .
- %pho: n A 'n a
- %syn: (1)1vinf
- *INV: onde é que está a mamãe ?

- (137) PAU_B_02.cha": linha 477.
- *INV: quem derrubou água ?
- *CHI: limpar .
- %pho: i 'p a
- %syn: (1)1vinf
- *CHI: limpar .
- (138) PAU_B_02.cha": linha 639.
- *CHI: m@i .
- *CHI: limpar .
- %pho: i 'p a:
- %syn: (1)1vinf
- *INV: ah@i # ele vai limpar ?
- (139) PAU_B_02.cha": linha 715.
- *CHI: guardar [% vai guardar o pano] .
- %pho: g A 'd a
- %syn: (1)1vinf
- *INV: guardar .
- (140) PAU_B_02.cha": linha 1032.
- *INV: ahn@i ?
- *CHI: nanar@f .
- %pho: n A 'n a
- %syn: (1)1vinf
- *MOT: vai nanar@f .
- (141) PAU_B_02.cha": linha 1492.
- *INV: isso é criação dele .
- *CHI: escrever .
- %pho: d e 'v e
- %syn: (1)1vinf
- *CHI: escrever .

(142) PAU_B_02.cha": linha 2572.

*MOT: na cozinha .
*CHI: buscar bá@f .
%pho: b u 'k a 'b a
%syn: (1)1vinf 1obj
*CHI: bá@f .

(143) PAU_B_02.cha": linha 2661.

*CHI: pôr .
*CHI: pôr babador # pôr .
%pho: 'p o b A b a 'd o 'p o
%syn: (1)1vinf 1obj
*MOT: ein@i ?

(144) PAU_B_02.cha": linha 2811.

*INV: m@i # parece um cachorrinho .
*CHI: andar .
%pho: 6~ 'n a
%syn: (1)1vinf
*INV: m@i # o cachorrinho faz assim@;; ein@i ?

(145) PAU_B_02.cha": linha 4377.

*MOT: a chupeta está atrapalhando .
*CHI: matar .
%pho: m A 't a
%syn: (1)1vinf 0obj
*INV: é .

(146) PAU_B_02.cha": linha 4553.

*MOT: mas não são todas # <não> [>] .
*CHI: <tirar> [<] aqui .
%pho: tS i 'a 'k i
%syn: (1)1vinf 0obj
*MOT: e o beije que ele fala às vezes .

(147) PAU_B_02.cha": linha 4557.

*MOT: e o beije que ele fala às vezes .

*CHI: ficar aqui .

%pho: f i 'k a 'k i

%syn: (1)l vinf

*CHI: ficar aqui .

(148) PAU_B_02.cha": linha 4913.

*MOT: que que a gente canta ?

*CHI: cantar .

%pho: k 6~ 't a

%syn: (1)l vinf

*MOT: como é ?

(149) PAU_B_02.cha": linha 5374.

*INV: quer dizer não o aspecto dentro do aspecto # ele está com
imperfeito o imperfeito oposto ao presente e depois o [//]
à ação acabada,, né .

*CHI: dormir aqui .

%pho: u 'm i a 'k i

%syn: (1)l vinf

*CHI: yyy .

(150) PAU_B_02.cha": linha 5405.

*CHI: ah@i .

*CHI: levar .

%pho: e 'v a

%syn: (1)l vinf

*FAT: você está aí ?

(151) PAU_B_02.cha": linha 6032.
 *CHI: banho [?] .
 *CHI: <&nã> [//] mas <tirar> [/] tirar cueca .
 %pho: n 6~ m a tS i 'a tS i 'a k u E e k A
 %syn: (1)1vinf 1obj
 *MOT: espera que eu tiro .

(152) PAU_B_02.cha": linha 6061.
 *MOT: vamos tirar o xixi,, vamos ?
 *CHI: não fazer .
 %pho: <m f a 'z e> [= !gritando]
 %syn: 1neg (1)1vinf 0obj
 *CHI: tomar banho .
 %pho: p o 'm a b 6~ n
 %syn: 1vinf 1obj

(153) PAU_B_02.cha": linha 6070.
 *MOT: é um negócio .
 CHI: aqui fazer [] .
 %pho: 'k i a 'z e
 %syn: (1)1vinf 0obj (o)
 *CHI: esse não .

(154) PAU_B_02.cha": linha 6116.
 *MOT: segura lá .
 *CHI: esse sentar .
 %pho: 'e s i s e~ 't a
 %syn: ?1suj (1)1vinf
 *MOT: tirar um pouco da água,, né ?

(155) PAU_B_02.cha": linha 6336.

*CHI: sabão .
*CHI: passar (n)o pé .
%pho: u p a 's ja u 'p E
%syn: (1)1vinf 0obj
*CHI: o outro .

(156) PAU_B_02.cha": linha 6545.

*INV: ahn@i ?
*CHI: aqui # aqui esconder .
%pho: 'k i 'k i k o~ 'd e
%syn: (1)1vinf 0obj (o)
*INV: não tem mais pé ?

(157) PAU_B_02.cha": linha 6925.

*INV: que que você vai pôr ali,, ahn@i ?
CHI: a outra correr [] .
%pho: m 'o t A k o 'z E
%syn: ?1suj (1)1vinf
*CHI: não posso .
%syn: 0suj 1neg 1v 1/1 pres

(158) PAU_B_03.cha": linha 180.

*MOT: está coçando .
*CHI: coçar barriguinha .
%pho: k u 's a b i 'i~
%syn: (1)1vinf 1obj
*MOT: espera # vou pôr remédio .

(159) PAU_B_03.cha": linha 1218.

*CHI: já sambou .
%pho: 'Z a t 6~ 'b u
*CHI: já sambar .
%pho: 'Z a t 6~ 'b a
%syn: (1)1vinf
*INV: sambou é ?

(160) PAU_B_03.cha": linha 1463.

*MOT: os outros ela chama de titia # mas ela ele chama de +/.
*CHI: guardar tudo .
%pho: g wa 'd a 't u d u
%syn: (1)1vinf 1obj
*CHI: guardar tudo .

(161) PAU_B_03.cha": linha 1553.

*FAT: gozado,, né que ele +/.
*CHI: desligar a musiquinha .
%pho: d e dZ i 'k a a m u z i 'k i~ nj A
%syn: (1)1vinf 1obj
*CHI: desligar a musiquinha .

(162) PAU_B_03.cha": linha 1720.

*CHI: não .
*CHI: botar .
%pho: b o 't a
%syn: (1)1vinf
*FAT: não botou ?

(163) PAU_B_03.cha": linha 2121.

*CHI: está bem .

*CHI: jogar # subir .

%pho: Z o 'g a s u 'b i

%syn: (1)1vinf (2)1vinf

*CHI: yyy .

*CHI: bater nele .

%pho: b a 't e 'n e l i

%syn: (1)1vinf

*FAT: por que que o penico fica dentro da cama ?

(164) PAU_B_03.cha": linha 2176.

*FAT: <não> [/] não senhor capitão .

*CHI: sentar .

%pho: s e ~ 't a

%syn: (1)1vinf

*FAT: ah@i # os dois vão sentar juntos aí ?

(165) PAU_B_03.cha": linha 3572.

*INV: fazem bolo ?

*CHI: fazer bolo .

%pho: f a 'z e 'b o ~

%syn: (1)1vinf 1obj

*CHI: < eu eu > [/] eu faz bolo Pa !

(166) PAU_B_03.cha": linha 4244.

*CHI: põe a barba .

*CHI: agora cortar .

%pho: a 'g O A k o 't a

%syn: (1)1vinf 0obj

*FAT: é .

(167) PAU_B_03.cha": linha 4774.

*CHI: tem de pôr .
*CHI: agora tirar .
%pho: 'g Oj A tS i 'a
%syn: (1)1vinf 0obj
*FAT: não consegue ?

(168) PAU_B_03.cha": linha 6442.

*FAT: vou esconder .
*CHI: procurar .
%pho: p u k u 'a
%syn: (1)1vinf 0obj
*FAT: cadê,, ein ?

(169) PAU_B_03.cha": linha 6527.

*FAT: como era ?
*CHI: levantar a tampa mostrou a cara dele .
%pho: 6~ 't a A 't 6~ p A 't o a 'k a 'd e j i
%syn: (1)1vinf 1obj 0comp 0subj 1v 3/3 pass 1obj
*FAT: e ?

(170) PAU_B_03.cha": linha 6864.

*MOT: que que é ?
*CHI: guardar .
%pho: 'g wa 'd wa
%syn: (1)1vinf 0obj
*CHI: guarda .
%pho: 'g A d a
%syn: 0subj 1vimp 2/2 pres 0obj

(171) PAU_B_03.cha": linha 7846.

*MOT: pega o garfo +...
*CHI: comer .
%pho: u 'm e:
%syn: (1)1vinf 0obj
*MOT: vai essa # primeiro .

Note-se que é crucial ter em conta o acento em casos como [g wa 'd wa] (“guardar”), contrastado no penúltimo exemplo acima com [g A d a] (“guarda”).

Apesar de, por um lado, a maior parte destes contextos ser parafraseável por “quero INF” ou “vou INF”, e, por outro, alguns poderem ser reanalisados (como no caso de [po] que poderá corresponder a “põ(e)” e não a “pô(r)”), o seu número não deixa de ser muito significativo, já que, tendo-se aplicado os mesmos critérios que para as crianças falantes de PE, é muito superior: 56 ocorrências foram contabilizadas.

É relevante assinalar que estas ocorrências se distribuem de forma praticamente uniforme, em termos absolutos, pelas três sessões consideradas: 17 na primeira, 23 na segunda e 16 na terceira. No entanto, é mais significativo assinalar que em termos relativos (avaliando a percentagem das formas problemáticas sobre o total de infinitivos produzidos) a tendência é claramente decrescente: 17/55 (ou 30%) na primeira sessão; 23/248 (ou 9.2%) na segunda e 16/205 (ou 7.8%) na terceira.

É possível pensar que a eliminação do segmento final das formas de infinitivo, sistemática em PB, poderá ter alguma interferência no processo de aquisição em causa, o que não diminui o peso dos últimos exemplos analisados.

9.4.2.2 RAB

Em termos quantitativos não se nota uma tendência clara (ascendente ou descendente), oscilando os valores entre 12.8%, na sétima sessão, e 26.0%, na segunda.

Em termos contextuais, os infinitivos surgem a acompanhar os seguintes auxiliares: “ir” (“vou”, “vai”, “vamos”, “vão”, “fui”, “foi”), “poder” (“posso”, “pode”), “vir” (“vem”, “vim”), “ter que” (“tem”), “acabar de” (“acabou”) e “ser de” (“é”):

(172) RAQ_B_01.cha": linha 169.
*RAQ: entrou !
*RAQ: vamo(s) tira(r) ?
%syn: 0suj 1vaux pres 1pl/1pl (1)1vinf 0obj
*ENT: tira(r) ?

(173) RAQ_B_01.cha": linha 334.
*RAQ: vo(u) tira(r) .
*RAQ: pode tira(r) ?
%syn: 1vimps pres 3/3 (1)1vinf 0obj
*ENT: pode !

(174) RAQ_B_05.CHA": linha 368.
*RAQ: agora apaga .
*RAQ: vem agora apagar bem forte .
%syn: 0suj 1vimp 2/2 pres (1)1vinf 0obj
*MAE: apagar tudo ?

(175) RAQ_B_07.CHA": linha 12.
*RAQ: ai@i !
*RAQ: tem que fica(r) quietinho .
%syn: 0suj 1v ?3/3 pres (1)1vinf 1pred
*RAQ: deixa eu fala alô # alô .

(176) RAQ_B_07.CHA": linha 240.
*RAQ: +, você .
*RAQ: <ela acabou de faze(r) cocô> [>] .
%syn: 1suj 1v 3/3 pass (1)1vinf 1obj
*DAN: <mãe> [<] .

(177) RAQ_B_10.CHA": linha 103.

*RAQ: xxx eu vou fazer isso hum@i # o(lha) ?

*RAQ: aqui é de subi(r) .

%syn: 0suj 1vser 3/3 pres (1)1vinf

*DAN: não .

As formas de infinitivo surgem ainda a acompanhar outros verbos: “dar para” (“dá”), “deixar” (“deixa”), “querer” (“quero”, “quer”), “precisar” (“precisa”), “saber” (“sei”, “sabe”) e “conseguir” (“consegui”):

(178) RAQ_B_02.CHA": linha 73.

*MAE: xxx .

*RAQ: n~u [= não] dá pá pá [/] pá por .

%syn: 1neg 1vimps 3/3 pres (1)1vinf 0obj

*MAE: eu também (es)to(u) achando que não dá não .

(179) RAQ_B_03.CHA": linha 487.

*MAE: vamo(s) conta(r) a história da Branca+de+neve ?

*RAQ: deixa [/] deixa eu pega(r) esse aqui ?

%syn: 0suj 1v 3/3(ref2) pres 1obj 1pron/clit (1)1vinf 1obj

*RAQ: hum@i@i # hum@i@i ?

(180) RAQ_B_02.CHA": linha 690.

*RAQ: tira o ve(s)tido dela +...

*RAQ: eu quero ve(r) .

%syn: 1suj 1v 1/1 pres (1)1vinf 0obj

*MAE: mas é tão lindo esse vestido +...

(181) RAQ_B_02.CHA": linha 783.

*MAE: precisa enxugar !

*RAQ: precisa enxuga(r) ?

%syn: 1vimps 3/3 pres (1)1vinf 0obj

*MAE: precisa .

(182) RAQ_B_06.CHA": linha 570.
 *RAQ: é .
 *RAQ: hum@i # eu sabe pôr sozinha .
 %syn: 1suj 1v 3/1 pres (1)1vinf 0obj
 *RAQ: puxo # ai@i # ai@i # mãe !

(183) RAQ_B_10.CHA": linha 442.
 *MAE: não precisa chora(r) .
 *RAQ: consegui tira(r) a unha do dedo c(om) a mão !
 %syn: 0suj 1v 1/1 pass (1)1vinf 1obj
 *RAQ: não xxx tijola [= tesoura] .

Os infinitivos são igualmente subcategorizados pelas preposições “para” e “de” (veja-se ainda os exemplos com “para” e “de” acima):

(184) RAQ_B_03.CHA": linha 38.
 *RAQ: yyy da tampa .
 *RAQ: põe no chão pra [/] pra mim senta(r) .
 %syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 0obj 1suj (kaso) (1)1vinf ?fl ?1/1
 *MAE: isso aqui ?

(185) RAQ_B_04.CHA": linha 613.
 *MAE: dia de tomar um bom banho .
 *RAQ: hoje é sábado é dia de ficar [/] de ficar bonitinha .
 %syn: 1suj 1vser 3/3 pres 1pred 0suj 1vser 3/3 pres (1)1vinf
 1pred
 *MAE: é .

Ocorrem ainda infinitivos em respostas breves, com omissão de auxiliares ou preposições, legítimas, do ponto de vista do estado final:

(186) RAQ_B_01.cha": linha 102.
 *ENT: onde (vo)cê foi ?
 *RAQ: ve(r) o auau@f .
 %syn: (1)1vinf 1obj
 *ENT: (vo)cê foi ve(r) o auau@f ?

Outros contextos apresentam ainda omissão de auxiliares:

(187) RAQ_B_03.CHA": linha 125.

*MAE: vira(r) tudo ?
*RAQ: você [/] você [/] você tira(r) tudo # eu tira(r) tudo,, né ?
%syn: 1suj (1)1vinf 1obj 1suj (2)1vinf 1obj 0suj 1vser=tag 3/3
pres
*RAQ: então tira !

No exemplo seguinte, o contexto anterior enquadra o infinitivo isolado:

(188) RAQ_B_03.CHA": linha 384.

*RAQ: <vamo(s)> [/] vamo(s) faze(r) uma coisa [<] ?
*RAQ: pega(r) um bonequinho ?
%syn: (1)1vinf 1obj
*MAE: pega(r) um bonequinho # lá da parede ?

O mesmo se verifica no exemplo seguinte:

(189) RAQ_B_03.CHA": linha 779.

*MAE: ah@i ## pra eu come(r) ?
*RAQ: é .
*RAQ: come(r) .
%syn: (1)1vinf
*MAE: (o)brigado, viu ?

Veja-se ainda o contexto anterior do exemplo seguinte:

(190) RAQ_B_04.CHA": linha 688.

*RAQ: deixa eu guardar esse xxx senão (es)tá sujo .
*MAE: senão (es)tá sujo,, ah é !
*MAE: senão o quê ?
*RAQ: lavar essa roupa senão (es)tá sujo .
%syn: (1)1vinf 1obj 1comp 0suj 1vestar 3/3 pres 1pred
*MAE: ah,,é [% rindo] ?

Como exemplos problemáticos (ou seja, os que não se justificam, nem como estrutura elíptica nem pelo contexto imediato) consideraremos os seguintes:

- (191) RAQ_B_03.CHA": linha 822.
- *RAQ: queto [/] (e)u quero mais carne .
- *RAQ: fica(r) aqui !
- %syn: (1)1vinf
- *MAE: (vo)cê que(r) mais carne ?

- (192) RAQ_B_07.CHA": linha 1190.
- *RAQ: não .
- *RAQ: delisga(r) # delisga(r) .
- %syn: (1)1vinf
- *MAE: bom@i ## quarenta minutos de gravação .

Como se constata facilmente, esta descrição é muito distinta da que foi levada a cabo para PAU: os exemplos problemáticos voltam a não ser significativos, em termos quantitativos.

Poder-se-ia colocar a hipótese de RAB ter passado por uma fase semelhante à de PAU num estágio de desenvolvimento anterior. Por esse motivo, procedeu-se à análise de uma sessão disponibilizada pelo CEDAE em versão dactilografada (não digital, portanto), de que se dá agora conta.¹⁷

9.4.2.2.1 RAB (1;06.06)¹⁸

Os dados são os seguintes:

(193)

Ficheiro	Idade	Enunciados	EV ¹⁹	INF	INF/EV
RAB	1;06.06	332	55	8	14.5%

Antes de mais, este dado quantitativo permite concluir que, contrariamente ao que se poderia esperar, o número de infinitivos é, em termos percentuais, inferior à média dos ficheiros posteriores, já analisados.

Observam-se agora os contextos em causa.

¹⁷ Tendo-se naturalmente digitalizado os exemplos relevantes, não se procedeu a qualquer alteração na transcrição original, de acordo com o critério adaptado para o *corpus* restante.

¹⁸ Esta secção baseia-se em Gonçalves (2002 e 2003), remetendo-se sobretudo para Gonçalves (2003) para uma abordagem mais detalhada.

¹⁹ Este valor corresponde a um total de 89 ocorrências de que foram excluídas as repetições próximas dos adultos e da criança, representando 21 formas verbais distintas.

- (194) *ANT: to(ma) a sandália # fala pra sua mamãe por nocê@f [=em você].
- %com: RAQ dirige-se à mãe com a sandália na mão.
- *RAQ: pô tatata@c.
- *EST: que que é, Raquel?
- *RAQ: pô lalala@c.
- *EST: o que que é?
- *RAQ: popo lala@c.
- *EST: por a sandália?

Neste contexto, a partir do primeiro enunciado e do último, é possível colocar duas hipóteses: a de que se trata de uma forma de infinitivo (“po(r)”) ou de imperativo (“pô(e)”).

Vejamos o seguinte exemplo:

- (195) *EST: será que (vo)cê pega?
- *RAQ: papá [=pegar].
- *EST: força!

Neste exemplo, respeitando a interpretação original, é possível estarmos perante uma omissão de auxiliar: “(quero) pegar”.

Vejamos o terceiro exemplo:

- (196) *EST : será que (es)tá nessa? dá # deixa eu abrir.
- *RAQ: a tota aí [=! vendo a mãe abrir a lata].
- *EST: força # ah # esse “tota” aí # força? ahn.
- *RAQ: [=! sussura algo].
- *EST: força # força.
- *RAQ: abee.
- *EST: abriu # vão [=vamos] por esse aqui dentro dessa ?

Mais uma vez, é possível que a forma “abee” corresponda a “ab(r)i(r)” ou a “ab(r)i(u)”, não sendo portanto conclusiva, tal como acontece no exemplo seguinte:

- (197) *RAQ: ati@c # ape@c.
 *EST: abrir a outra parte do berço ? não precisa # já tem uma parte aberta.
 *RAQ: abee # abee.
 *EST: não # não precisa abrir.
 *RAQ: abee # babaaba@c [=! cantarolando] # folá [=! olha para a porta].

O último exemplo representa certamente a omissão de um auxiliar:

- (198) *EST: não? # não vou? # então não quer?
 *RAQ: le? [=! com a revista na mão].
 *EST: vai ler?

Pode-se assim verificar que mesmo nesta fase precoce a performance de RAB não se aproxima nem da de PAU acima observada nem da que se descreveu acima para as línguas em que existe, de acordo com os autores citados, uma fase de infinitivos opcionais.

9.4.2.3 TIA

Em termos quantitativos, TIA apresenta valores surpreendentemente baixos, já que, tendo em conta que se encontra num estágio inferior de desenvolvimento, poder-se-ia esperar que os infinitivos suplantassem outras formas, substituindo-as.

Quanto à curva de evolução, verificam-se oscilações, sem uma tendência definida.

Observando-se agora os contextos relevantes, é possível observar que os infinitivos surgem com os seguintes auxiliares: “ir” (“vou”, “vai”, “vamos”) e “poder” (“pode”):

- (199) TIA_B_01.CHA": linha 552.
 *MAE: arruma também ## a Rosa (es)tá vendo se você sabe arrumar tudo direitinho .
 *TIA: vamos arrumar laranja ?
 %syn: 0suj 1vaux 1pl/1pl pres (1)1vinf 1obj
 *MAE: ahn@i ?

(200) TIA_B_09.CHA": linha 532.

*PAI: porque se não ele não pode andar .
*TIA: esse também pode andar # pai .
%pho: esi tambem pOdZi 6~'da paj
%syn: 1suj 1v 3/3 pres (1)1vinf 1oc
*PAI: esse a- roda ?

As formas de infinitivo surgem ainda associadas aos seguintes verbos: “querer” (“quero, “quer”), “deixar” (“deixa”) e “saber” (“sei”):

(201) TIA_B_05.CHA": linha 145.

*MAE: dá pra mamãe que a mamãe quer brincar um pouco .
*TIA: não ## mamãe não quer brincar .
%syn: 1suj 1neg 1v 3/3(ref2) pres (1)1vinf
*MAE: como é que você sabe que a mamãe não quer brincar ?

(202) TIA_B_06.CHA": linha 192.

*MAE: a berenice arrumou .
*TIA: deixa a Cláudia arrumar carro # mãe .
%pho: deSa kawdZia aRuma 'kaw maj
%syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 1obj 1suj (1)1vinf ?fl ?3/3 1obj 1oc
*MAE: deixa o tiago arrumar .

(203) TIA_B_08.CHA": linha 118.

*MAE: você já sabe usar tesoura .
*TIA: eu sei cortar sim .
%pho: o sej ko'ta si~
%syn: 1suj 1v 1/1 pres (1)1vinf 0obj
*MAE: é assim .

Os infinitivos surgem ainda associados à preposição “para”:

(204) TIA_B_05.CHA": linha 475.

*TIA: mãe .
*TIA: é pra ligar este .
%syn: 0suj 1vser 3/3 pres (1)1vinf 1obj
*MAE: é pra ligar este na torneira .

Consideraram-se ocorrências problemáticas as seguintes:

(205) TIA_B_01.CHA": linha 51.

*MAE: e agora ?

*TIA: fecha(r) .

%pho: fe'Sa

%syn: (1)1vinf

*MAE: fechar ?

(206) TIA_B_02.CHA": linha 299.

*ENT: faz barulho .

*TIA: fala(r) .

%pho: fa'IA

%syn: (1)1vinf

*ENT: falar .

(207) TIA_B_04.CHA": linha 555.

*MAE: essas rodas que faltam,, né # tiago ?

*TIA: mãe ## pa& passear ## mãe .

%syn: loc (1)1vinf

*MAE: quem é que vai passear ?

(208) TIA_B_05.CHA": linha 104.

*TIA: o(lha) lá a verde .

*TIA: mãe ## a verde cair .

%pho: mai'e a ve'dZi ca'i

%syn: loc 1suj (1)1vinf

*MAE: cair .

No exemplo acima, é mais uma vez possível termos a forma verbal relevante a corresponder a “cai(r)” ou a “cai(u)”.

(209) TIA_B_05.CHA": linha 178.

*TIA: mãe .
*TIA: abrir .
%pho: a'bi
%syn: (1)1vinf
*MAE: não pode .

(210) TIA_B_05.CHA": linha 186.

*TIA: mãe .
*TIA: tirar .
%pho: ti'la:
%syn: (1)1vinf
*TIA: tira caixa +...
%pho: 'tila 'kaSa

Note-se de novo, no exemplo acima, a questão crucial do acento tónico para a determinação da natureza da forma verbal em causa: infinitiva ou imperativa.

(211) TIA_B_05.CHA": linha 402.

*TIA: mãe .
*TIA: apertar # mãe .
%pho: pe'ta maj
%syn: (1)1vinf loc
*MAE: (es)tá apertando .

(212) TIA_B_06.CHA": linha 165.

*MAE: (es)tá quente,, não (es)tá ?
*TIA: berenice ## ligar .
%pho: bedteni'se li'ga
%syn: loc (1)1vinf
*MAE: o quê ?

Os exemplos dizem respeito às seis primeiras sessões, como se verifica.

Nos dados de TIA é mais uma vez visível um menor desenvolvimento linguístico, claro no número menor de tipos de ocorrências dos infinitivos. Por outro lado, o número de exemplos problemáticos volta a ser bastante elevado.

9.4.2.4 Síntese relativa aos dados do PB

Retomam-se agora os dados globais para cada uma das crianças:

(213)

PB	INF	EV	INF/EV
PAU	508	2537	20.0%
RAB	371	2065	18.0%
TIA	36	507	7.1%
Total/Média	915	5109	17.9%

Como é claro, existem no caso do PB diferenças substanciais ao nível do peso percentual dos infinitivos, relativamente ao número total de enunciados, sendo este mais baixo para TIA .

Em termos evolutivos, RAB e TIA não demonstram uma tendência clara, crescente ou decrescente; PAU, como referido em 9.4.2.1, apresenta uma tendência decrescente.

Também ao nível dos contextos específicos em que ocorrem os infinitivos se nota alguma diferença:

- (i) para PAU os infinitivos coocorrem com: “ir” (“vou”, “vai”, “vamos”, “foi”), “poder” (“pode”) e “ter de” (“tem”); “querer” (“quero, “quer”) e “deixar” (“deixa”); “para”;
- (ii) para RAB coocorrem com “ir” (“vou”, “vai”, “vamos”, “vão”, “fui, “foi”) , “poder” (“posso”, “pode”), “vir” (“vem”, “vim”), “ter que” (“tem”), “acabar de” (“acabou”) e “ser de” (“é”); “dar para” (“dá”), “deixar” (“deixa”), “querer” (“quero”, “quer”), “precisar” (“precisa”), “saber” (“sei”, “sabe”) e “conseguir” (“consegui”); “para” e “de”;
- (iii) para TIA coocorrem com “ir” (“vou”, “vai”, “vamos”) e “poder” (“pode”); “querer” (“quero, “quer”), “deixar” (“deixa”) e “saber” (“sei”); “para”.

Como se verifica, a variedade é muito superior para RAB.

Os casos excepcionais acima classificados como problemáticos foram contabilizados, apresentando os seguintes valores:

(214)

PB	INF	INF problemáticos	INF probl./INF
PAU ²⁰	508	56	11%
RAB	371	2	0,5%
TIA	36	8	22.2%
Total/Média	915	66	7.2%

Como se verifica, a média final é enganadora, já que reflecte grandes diferenças entre as crianças. Mais uma vez, é a heterogeneidade a esse nível a nota dominante.

9.4.3 Síntese relativa aos dados das duas variantes

Retomam-se as tabelas introduzidas nas sínteses relativas ao PE e ao PB.

(215)

PE	INF	EV	INF/EV
LUI	469	3723	12.6%
RAP	453	2769	16.4%
JOA	303	1790	16.9%
PED	254	1932	13.1%
Total/Média	1479	10214	14.5%

(216)

PB	INF	EV	INF/EV
PAU	508	2537	20.0%
RAB	371	2065	18.0%
TIA	36	507	7.1%
Total/Média	915	5109	17.9%

Como se verifica, são globalmente produzidos mais infinitivos em PB (com excepção de TIA), embora a diferença não seja muito significativa: 14.5% em PE contra 19% em PB, excluindo os valores relativos àquela criança. No entanto, não se deve esquecer que a alguns contextos de infinitivo na norma padrão do PE correspondem contextos de gerúndio em PB (como em “estar a fazer” *versus* “estar fazendo”), o que faria prever a tendência contrária.

Sublinha-se de novo a homogeneidade do PE a contrastar com a heterogeneidade do PB.

²⁰ O facto de se terem excluído das contagens na análise as repetições próximas e os casos de reformulações com auxiliares ou preposições em contextos próximos, por uma questão de não subavaliar a *performance* da criança, faz com que o valor percentual seja substancialmente mais baixo do que seria caso aqueles critérios não tivessem sido adoptados.

Esta observação não se aplica no caso de TIA devido ao estilo diferente desta criança (comparativamente a PAU), com muito menos repetições e reformulações.

Aquele contraste levou a uma atenção particular sobre os dados relativos ao gerúndio que agora se reporta. Conclui-se que as crianças portuguesas não produzem uma única destas formas verbais; quanto às crianças brasileiras os resultados quantitativos são os seguintes:

(217)

	GER	EV	GER/EV
PAU	37	2537	1.6%
RAB	77	2065	3.7%
TIA	23	507	4.5%

Quanto à evolução entre sessões, para PAU não se regista nenhuma ocorrência na primeira sessão, registam-se duas na segunda e as restantes 35 na terceira.

As sequências verbais com que ocorrem os gerúndios incluem: “estou, está, vou, vai, vinha, veio, foi, ir”.

Para RAQ a distribuição, respeitando a ordem das sessões, é a seguinte: 0+2+4+10+8+2+9+4+26+9+3.

As sequências verbais com que ocorrem os gerúndios incluem: “estou, está, estava, estavam, vem”.

Para TIA a distribuição, respeitando de novo a ordem das sessões, é a seguinte: 9+3+1+0+3+3+3+1+0.

As sequências verbais com que ocorrem os gerúndios incluem: “estou, está”.

Para as três crianças os gerúndios surgem por vezes isolados, em ocorrências que são anómalas, provavelmente por omissão de uma forma verbal, como no primeiro exemplo abaixo, ou normais, do ponto de vista do estado adulto, por omissões legítimas, como no segundo exemplo abaixo.

(218) PAU_B_02.cha": linha 6873.

*CHI: cai # cai aqui (n)o chão .

*CHI: mais faltando aqui .

%syn: 0v (1)1vger 0obj

*INV: ah@i # caiu,, né ?

(219) PAU_B_03.cha": line 2200.

*INV: como é que ele fica ?

*CHI: correndo # pai .

%syn: (1)lvger loc

*CHI: eu vou .

%syn: 1suj 1v 1/1 pres

Os exemplos anómalos não têm qualquer significado percentual, já que, no total são seis (quatro para PAU, dois para TIA e nenhum para RAB).

Em resumo, no que diz respeito às ocorrências com gerúndios, verifica-se que são pouco significativas, quer em termos quantitativos, quer pelas sequências verbais em que aquelas formas surgem integradas.

Retomam-se agora as conclusões a que se chegou nas secções anteriores.

Quanto aos verbos que coocorrem com os infinitivos, a mesma nota relativa à homogeneidade dos dados do PE em contraste com a heterogeneidade dos dados do PB se pode acentuar: se a variedade é significativa para as quatro crianças falantes de PE, o mesmo não se verifica para duas das crianças brasileiras, observando-se um atraso relativo na aquisição de estruturas verbais complexas para PAU e TIA.

Este aspecto está naturalmente correlacionado com os dados relativos ao número de exemplos com infinitivos acima considerados como problemáticos:

(220)

PE	INF	INF problemáticos	INF probl./INF
LUI	469	3	0.6%
RAP ²¹	453	2	0.4%
JOA	303	5	1.7%
PED	254	0	0%
Total/Média	1479	10	0.7%

²¹ Veja-se a nota 15 acima.

(221)

PB	INF	INF problemáticos	INF probl./INF
PAU ²²	508	56	11%
RAB	371	2	0,5%
TIA	36	8	22.2%
Total/Média	915	66	7.2%

Como se verifica, RAB mostra, também neste parâmetro, uma proximidade significativa relativamente aos valores médios do PE; PAU e TIA, ao invés, apresentam valores muito superiores de ocorrências problemáticas.

9.5 Interpretação dos dados

Comparam-se antes de mais os dados acima trabalhados relativos ao PB com os que se encontraram na bibliografia consultada. Apenas foi possível verificar, em Simões (1997:152), o seguinte:

“De uma maneira geral, sentenças infinitivas não aparecem como frases independentes na fala de A. O infinitivo está restrito a completivas (...) ou a frases encabeçadas pela preposição *pra* (...) muito frequentes nos dados. O infinitivo ocorre também dentro de perífrases (...) e em resposta a perguntas focais (...)”

Os exemplos dados pela autora são, respectivamente, os seguintes:

- (222)a. A6-005*A: Eu não consigo cortar.
- b. A6-015*A: <Isso tem ponta> [>] pra machucar, tem ponta pra machucar. Machuca isso.
- c. A1-560*A: Vou cantar.
- d. 710*L: Ana? Que legal, gostei! E o que vocês fazem lá? Vocês brincam? ãh? Vocês brincam de pular? Ou de fazer desenho?
771*A: (?) desenho, pular.
712*L: Mmm.
713*A: Nadar.

Ocorre uma única exceção, perfeitamente explicável no contexto discursivo.

²² Veja-se a nota 20 acima.

Não existem portanto evidências para se falar, a partir dos dados analisados na dissertação referida, numa fase de infinitivos opcionais, pelo que tais resultados se aproximam do que se concluiu acima para RAB.

Tendo em conta as diferenças observadas, foi ainda feito um confronto com uma amostra de dados relativos ao *input*, em cada uma das variantes, por forma a ter uma noção de quais os valores correspondentes a cada um dos estados finais.

Para o PE trataram-se os enunciados correspondentes ao adulto ANT em quatro sessões (a primeira, a terceira, a quinta e a sétima).²³ Verificando-se regularidade nos quatro ficheiros tratados, com os seguintes valores totais:

(223)

Sujeito	Enunciados	EV	INF	INF/EV
ANT	641	442	87	19.7%

Relativamente aos dados do PB, elegeram-se duas falantes: ENT (a interlocutora principal de RAB na primeira sessão) e MAE (nas restantes três sessões consideradas: a quarta, a sexta e a oitava).

Os dados são os seguintes:

(224)

Sujeitos	Enunciados	EV	INF	INF/EV
ENT e MAE	939	639	150	23.5%

Como se verifica, os valores do PE são próximos dos da média das quatro crianças acima determinada, embora ligeiramente superiores: 19.7% contra 14.5%; diferença que pode estar correlacionada com o domínio gradual de mais estruturas verbais complexas. Quanto aos valores do PB adulto, são ligeiramente superiores ao do PE adulto, repetindo a tendência já acima verificada para os dados das crianças (excluindo TIA): 23.5% contra 19.7%.

Relativamente ao confronto com os dados infantis (excluindo TIA), verifica-se que a média é também ligeiramente superior, o que pode ser explicado pela razão já avançada para o PE: 23.5% contra 17.9%.

Curiosamente, a diferença entre cada estado infantil e adulto é aproximadamente a mesma: 5.2% para o PE e 5.6% para o PB.

²³ Para mais detalhes veja-se Gonçalves (2002), de onde se reproduzem as duas tabelas seguintes.

Estes dados ajudam a confirmar a atipicidade dos valores de TIA (para este aspecto), e, em termos genéricos, confirmam a inexistência de favorecimento nos primeiros estádios de aquisição do PB (em termos quantitativos) dos infinitivos face a outras formas verbais.

A observação da natureza das ocorrências específicas de infinitivos leva no entanto a repensar a questão, no que diz respeito aos dados de PAU e TIA.

Como se verificou na secção introdutória (9.1), os exemplos típicos de infinitivos opcionais incluem sujeitos explícitos.

Retomando os 56 exemplos relevantes de PAU, é possível constatar que a grande maioria (54) não apresenta sujeito explícito, o que sugere que se trata de ocorrências em que os auxiliares (ou outras formas verbais) foram omitidos.

De acordo com esta análise, o que está em causa nos dados de PAU é a aquisição de estruturas verbais complexas.

Por outro lado, foi igualmente assinalada acima a incompatibilidade entre infinitivos opcionais e auxiliares, logo, o aspecto mencionado pode constituir um argumento a favor da defesa da existência da fase de infinitivos opcionais em PB.

Acresce que existem ainda três exemplos cruciais com sujeito explícito, aqui repetidos:

(225) PAU_B_02.cha": linha 6116.

*MOT: segura lá .
*CHI: esse sentar .
%pho: 'e s i s e~ 't a
%syn: ?1suj (1)1vinf
*MOT: tirar um pouco da água,, né ?

(226) PAU_B_02.cha": linha 6925.

*INV: que que você vai pôr ali,, ahn@i ?
CHI: a outra correr [] .
%pho: m 'o t A k o 'z E
%syn: ?1suj (1)1vinf
*CHI: não posso .
%syn: 0suj 1neg 1v 1/1 pres

(227) TIA_B_05.CHA": linha 104.

*TIA: o(lha) lá a verde .
*TIA: mãe ## a verde cair .
%pho: mai'e a ve'dZi ca'i
%syn: loc 1suj (1)1vinf
*MAE: cair .

A estes poder-se-á juntar um quarto, duvidoso, em que "Berenice" pode ser vocativo ou sujeito, apesar de a pausa longa favorecer a primeira possibilidade.

(228) TIA_B_06.CHA": linha 165.

*MAE: (es)tá quente,, não (es)tá ?
*TIA: berenice ## ligar .
%pho: bedteni'se li'ga
%syn: loc (1)1vinf

Tendo em conta que TIA é a criança menos desenvolvida, estes dados, embora escassos, são percentualmente relevantes, podendo indiciar que existe de facto, nesta criança, uma fase de infinitivos opcionais.

Apesar de estes não serem dados conclusivos, já que será necessário alargar ainda mais o trabalho de confronto entre crianças, sobretudo em estádios de desenvolvimento mais precoces, será aqui assumido que estamos de novo perante evidências que levam a advogar a existência de gramáticas em competição: RAB (e também A., de acordo com os dados disponibilizados em Simões 1997) apresenta, para este aspecto, dados muito semelhantes à média dos resultados para o PE; PAU e TIA apresentam uma percentagem acima de 10% de contextos problemáticos, sendo possível defender que estas crianças atravessam uma fase de infinitivos opcionais.

No caso de PAU esta afirmação encontra suporte na evolução da curva de infinitivos problemáticos sobre o total de infinitivos, sobretudo pela grande queda da primeira para a segunda sessão; relembando os valores, estes vão de 30% a 9.2% (na segunda sessão) e 7.8% (na terceira).

No caso de TIA, esta afirmação encontra suporte no peso do total de formas problemáticas sobre o total de formas de infinitivo (8/36 ou 22.2%) e no facto de se registarem só até à sexta sessão (com uma ocorrência na primeira, segunda, quarta e sexta sessões e quatro na quinta).

Tendo em conta as propostas teóricas anteriormente referidas, serão agora retomadas as hipóteses formuladas em Hoekstra e Hyams (1998).

Como se afirmou acima, os autores relacionam a aquisição da morfossintaxe particular de cada língua com a existência da fase dos infinitivos opcionais, correlacionando-a, concretamente, com a inexistência da oposição de [pessoa].

Assim, para o Francês, por exemplo, defende-se que não existe oposição de [pessoa] mas sim de [número], unicamente.

Observando o paradigma do Francês, é possível concluir que a uniformidade das pessoas de singular (na oralidade) é um aspecto crucial:

(229)

Francês	PB
j'aime	eu amo
tu aimes	você ama
il aime	ele ama
nous aimons / on aime	nós amamos / a gente ama
vous aimez	vocês amam
ils aiment	eles amam

Observando comparadamente o paradigma do PB, verifica-se que quer no singular quer no plural existem ainda formas distintas entre si, embora em menor número que em PE. Por outro lado é sabido que vários autores têm defendido que se está precisamente a perder aquela oposição em PB.^{24, 25}

Esta proposta permite então formular uma hipótese interessante: assumindo-se que existem gramáticas em competição, esperar-se-á que as crianças que apresentam a fase de infinitivo opcional demonstrem também evidência de um paradigma verbal mais reduzido (embora seja difícil antever como se reflectiria, nos termos de Hoekstra e Hyams, 1998, a ausência de oposição de [pessoa] em PB).

Linearmente, esperar-se-ia, pela observação comparada dos paradigmas do Francês e do PB, que a distinção das primeiras pessoas (do singular e do plural) fosse ainda suficiente para “segurar” a referida oposição; tendo em conta a situação de gramáticas em

²⁴ Vide secção 3.

²⁵ A forma singular em “a gente ama” não perturba o sistema e é equivalente à forma (fonológica) singular em “on aime” (a aceitar-se que é a forma correspondente ao francês oral (como em Ferdinand (1996), por exemplo). O caso de “ils aiment” é algo distinto porque a consoante final é produzida quando seguida de vogal.

competição acima caracterizada, só aquela diferença a nível morfossintáctico seria compatível com a hipótese dos autores.

Este aspecto será retomado no capítulo seguinte, quando se confrontarem os resultados aqui analisados com os das secções anteriores.

As propostas alternativas em Wexler (1998) e Rizzi (1993/1994) não estabelecem correlações da mesma natureza (ou seja, com a aquisição da morfossintaxe); tendo em conta os dados apresentados, confirma-se, de acordo com os pressupostos das duas hipóteses, a existência de gramáticas em competição em PB, associado-se os resultados de RAB a uma língua de sujeito nulo e os dados de PAU e TIA a línguas de não sujeito nulo.

Deixa-se igualmente para a próxima secção a comparação entre resultados obtidos nesta e aqueles já atrás reportados concernentes ao sujeito nulo. Esperar-se-á naturalmente (pelas três propostas citadas) que RAB apresente valores de sujeito nulo distintos de PAU e TIA; especificamente, valores compatíveis com os das crianças falantes de PE.

Relativamente às línguas de sujeito nulo, uma outra proposta surgiu recentemente.

Apesar de não ser possível a sua abordagem desenvolvida nesta dissertação por limitações de tempo, ser-lhe-á agora feita uma referência breve.

9.6 Reanálise da questão: os imperativos

9.6.1 Introdução

Por se ter verificado que os infinitivos opcionais não ocorrem em línguas de sujeito nulo, explorou-se a possibilidade de a fase relevante ser associada nessas línguas às formas de imperativo.

Em Deen e Hyams (2002:132) propõe-se a Hipótese de Oposição semântica, a qual contempla as seguintes assunções:

- (i) Modo *irrealis* (vs. *realis*) é uma oposição primitiva na gramática infantil.
- (ii) Significado Modal/*irrealis* deriva de um MoodP activo.
- (iii) MoodP é licenciado por traços morfossintácticos apropriados.

“Activo” significa, na segunda assunção, “marcado”, de acordo com Cinque (1999), que defende que as cabeças têm valores marcados e não marcados (ou *default*). Os traços marcados (que correspondem a projecções activas) têm de ser verificados e contribuem

para a interpretação da frase. Mood tem o valor marcado *irrealis*; perfectivo é o valor marcado de AspP (embora este pareça sujeito a variação interlinguística).

Assume-se ainda (*op.cit.*: 139) que a subespecificação de T é tornada possível pela especificação de Modo ou Aspecto: “[-tense] is licenced by Mood (or Aspect)”.

Esta hipótese é explorada em Salustri e Hyams (2003), resumindo-se assim (*op.cit.*:692) as propriedades dos infinitivos opcionais:

- (i) Os infinitivos opcionais são formas verbais sem marcação de tempo em contextos matriz.
- (ii) Os infinitivos opcionais têm tipicamente um significado modal ou *irrealis* expressando volição, intenção ou direcção com respeito a alguma eventualidade (o Efeito de Referência Modal; MRE).
- (iii) Os infinitivos opcionais são tipicamente eventivos (a Restrição de Eventividade; EC).

Assume-se que a EC é derivada do MRE.

Observação interlinguística leva a propor que em Grego o equivalente aos infinitivos opcionais é um perfectivo sem marcações flexionais e que nas línguas românicas correspondem às formas de imperativo, já que também estas formas têm as propriedades acima descritas.

Esta proposta leva a formular predições muito claras (*op.cit.*:695):

- (230) Predições da Hipótese de Analogia do Imperativo (IAH):
- (i) Nas línguas de sujeito nulo os imperativos ocorrerão mais frequentemente na linguagem infantil que na adulta;
 - (ii) Na linguagem infantil os imperativos ocorrerão mais frequentemente nas línguas de sujeito nulo que nas línguas de infinitivos opcionais.

A estrutura proposta (*op.cit.*:700) é a seguinte:

- (231) [[ForceP][MoodP][TP/Agr][AspP][VP]]

Para haver verificação de Mood contra um traço *irrealis* no verbo infinitivo, as projecções intermédias em I têm de ser subespecificadas (ou seja, eliminadas).

Em Italiano tal não é possível porque os infinitivos têm traços de Agr que têm de ser verificados (de acordo com Belletti 1990).

O imperativo tem um traço *irrealis* mas não tem traços temporais (de tempo ou aspecto). Como só usa a segunda pessoa do singular, assume-se (*op.cit.*:701) que são formas subespecificadas em termos de concordância. A verificação dá-se entre Force e VP.

Em Alemão os infinitivos são favorecidos por considerações gerais de economia: o movimento só ocorre para verificação de traços e como último recurso. A localidade é satisfeita por subespecificação, sendo esta a opção mais económica. Por isso, se tudo o resto for igual, os infinitivos opcionais são preferidos aos infinitivos como uma expressão de Mood *irrealis*. Em Italiano é a verificação obrigatória dos traços AGR dos infinitivos que limita esta possibilidade.

As predições acima enunciadas levam-nos naturalmente a formular a seguinte hipótese, baseada nas premissas das autoras: deverá haver diferenças, em termos quantitativos, entre os valores de imperativos produzidos em PE e em PB.

Tendo em conta os resultados atrás descritos, nesta secção, esperar-se-á que exista um contraste entre as três crianças falantes de PB.

9.6.2 Os dados

Nas tabelas seguintes “IMP” designa o número de ocorrências de imperativos, “EV” o número de ocorrências de formas verbais (incluindo portanto as anteriores), de acordo com os dados já fornecidos no capítulo dedicado à Metodologia, e “IMP/EV” a percentagem dos valores da primeira coluna sobre os da segunda.

(232)

Idade	Imperativos – LUI		
	IMP	EV	IMP/EV
1;9.29	3	57	5.3%
1;11.20	7	220	3.2%
2;0.27	19	244	7.8%
2;2.0	23	271	8.5%
2;2.27	42	320	13.1%
2;4.4	43	305	14.1%
2;5.7	29	253	11.5%
2;5.27	41	473	8.7%
2;6.26	63	446	14.1%
2;8.16	54	470	11.1%
2;9.21	45	474	9.5%
2;11.2	17	190	8.9%
Total/Média	386	3723	10.4%

(233)

Idade	Imperativos – RAP		
	IMP	EV	IMPEV
1;10.2	15	59	25.4%
1;11.0	15	87	17.2%
2;0.0	24	90	26.7%
2;1.1	34	197	17.3%
2;3.3	4	81	4.9%
2;4.15	27	227	11.9%
2;5.19	49	460	10.7%
2;7.8	55	365	15.1%
2;8.11	65	410	15.9%
2;10.8	16	289	5.5%
2;11.22	68	504	13.5%
Total/Média	372	2769	13.4%

(234)

Idade	Imperativos – JOA		
	IMP	EV	IMP/EV
2;0.2	7	27	25.9%
2;1.11	4	94	4.3%
2;2.9	22	101	21.8%
2;3.17	48	255	18.8%
2;4.7	52	225	23.1%
2;5.2	39	192	20.3%
2;6.1	119	510	23.3%
2;7.16	94	386	24.4%
Total/Média	385	1790	21.5%

(235)

Idade	Imperativos – PED		
	IMP	EV	IMP/EV
2;7.16	29	270	10.7%
2;8.0	36	255	14.1%
2;8.25	26	220	11.8%
2;10.10	105	369	28.5%
2;11.1	19	280	6.8%
3;1.15	97	538	18.0%
Total/Média	312	1932	16.1%

(236)

Idade	Imperativos – PAU		
	IMP	EV	IMP/EV
1;8.21	20	251	8.0%
1;10.20	116	1161	10.0%
2;2.18	50	1125	4.4%
Total/Média	186	2537	7.3%

(237)

Idade	Imperativos – RAB		
	IMP	EV	IMP/EV
1;11.12	11	103	10.7%
2;0.5	22	192	11.5%
2;1.16	17	179	9.5%
2;2.19	27	171	15.8%
2;3.6	22	163	13.5%
2;4.11	20	143	14.0%
2;5.15	15	250	6.0%
2;6.12	17	218	7.8%
2;7.12	32	283	11.3%
2;8.14	16	159	10.1%
3;0.7	19	204	9.3%
Total/Média	218	2065	10.6%

(238)

Idade	Imperativos – TIA		
	IMP	EV	IMP/EV
2;2.28	3	44	6.8%
2;3.11	1	37	2.7%
2;4.11	0	31	0.0%
2;5.8	3	31	9.7%
2;6.12	6	71	8.5%
2;7.19	11	70	15.7%
2;8.17	0	28	0.0%
2;9.0	15	97	15.5%
3;0.15	16	98	16.3%
Total/Média	55	507	10.8%

9.6.3 Análise dos dados

Como nota prévia, assinala-se que foram naturalmente analisados os ficheiros que incluem todos os tipos de contextos, tendo sido contabilizados todos os imperativos devidamente codificados (excluindo-se portanto, de acordo com a metodologia genericamente adoptada, todas as repetições próximas da criança ou de um adulto e todas as ocorrências duvidosas).

Relativamente a LUI, os valores oscilam entre 3.2% (na segunda sessão) e 14.1% (na sexta e na nona). A tendência de evolução, embora não muito clara, é crescente, com oscilações.

Relativamente a RAP, os valores oscilam entre 4.9% (na quinta sessão) e 26.7% (na terceira). Não havendo uma tendência clara de evolução, pelas oscilações, nota-se apesar de tudo uma tendência decrescente, com os valores percentuais mais elevados associados às quatro primeiras sessões.

Quanto a JOA, apresenta valores mais elevados e mais ou menos constantes (com exceção da segunda sessão); excluindo o valor de 4.3%, variam entre 18.8% e 25.9%.

Finalmente, PED também não apresenta uma tendência de evolução (crescente ou decrescente), situando-se os valores entre 6.8% (na quinta sessão) e 18.0% (na sexta).

Os dados quantitativos globais são os seguintes:

(239)

PE	IMP	EV	IMP/EV
LUI	386	3723	10.4%
RAP	372	2769	13.4%
JOA	385	1790	21.5%
PED	312	1932	16.1%
Total/Média	1455	10214	14.3%

Como se verifica, a criança mais nova (JOA) é a que apresenta valores mais elevados de produção de imperativos; as diferenças entre as outras três crianças não são tão significativas.

Relativamente a PAU, não há uma tendência evolutiva clara, situando-se os valores entre 4.4% na terceira sessão e 10.0% na segunda.

Quanto a RAB, não se verifica, de novo, uma tendência clara (crescente ou decrescente), situando-se os valores entre 6.0% (na sétima sessão) e 15.8% (na quarta).

Relativamente a TIA, verificam-se algumas oscilações, embora seja possível identificar uma tendência genericamente crescente, com 0% em duas sessões (terceira e sétima) e 16.3% na última.

Os dados quantitativos globais são os seguintes:

(240)

PB	IMP	EV	IMP/EV
PAU	186	2537	7.3%
RAB	218	2065	10.6%
TIA	55	507	10.8%
Total/Média	459	5109	9.0%

Como se verifica, os dados não são neste caso muito distintos entre crianças, situando-se entre 7.3% e 10.8%.

Fazendo agora a síntese relativa às duas variantes, no que diz respeito às curvas de evolução não se notaram tendências claras para a maior parte das crianças; para LUI e TIA a tendência é ligeiramente crescente e para RAP ligeiramente decrescente.

Quanto aos quadros evolutivos, os valores globais de 14.3% em PE e 9.0% em PB parecem indicar que as crianças portuguesas favorecem mais o imperativo; note-se no entanto que aquele valor, para o PE, reflecte o peso significativo de 21.5% de uma só criança; os valores de LUI (10.4%) são até equivalentes aos de RAB (10.6%) e TIA (10.8%).

9.6.4 Interpretação dos dados

Relativamente às predições acima enunciadas, a partir de Salustri e Hyams (2003), é possível observar alguns aspectos interessantes.

Assim, quanto à curva de evolução, esperar-se-ia que, pelo menos para os dados do PE, se notasse uma tendência decrescente, que reflectisse um uso mais intenso de imperativos nos estádios mais precoces; como se observou acima, não há uma tendência clara de evolução, tendo LUI e RAP tendências ligeiras contraditórias. No entanto, notou-se que a criança menos desenvolvida é a que tem as percentagens mais elevadas de imperativos, o que pode ser lido como um indício de que a evolução é a prevista.

Não obstante, não se considera aqui que este seja um dado definitivo, já que só a observação longitudinal mais alargada de JOA e de dados de referência para o estado adulto permitiria chegar a conclusões sobre a sua curva de evolução. Complementarmente, conviria observar crianças em estádios anteriores aos que se analisam nesta dissertação.

No que diz respeito às diferenças entre PE e PB, o ligeiro favorecimento acrescido na produção de imperativos em PE parece mais uma vez confirmar as predições; no entanto, a diferença não é tão clara como se poderia esperar, o que levará de novo a preferir a prudência quanto a conclusões definitivas.

Quanto às diferenças entre crianças em PB, o cruzamento com os dados acima observados relativos aos infinitivos levaria a esperar contrastes claros entre RAB, por um lado, e PAU e TIA por outro, esperando-se, concretamente, que RAB produzisse

uma percentagem mais elevada de imperativos do que PAU e TIA, já que no que diz respeito aos infinitivos se comporta como as crianças falantes de PE. No entanto, esta previsão não é consentânea com os resultados: se os resultados de RAB são ligeiramente superiores aos de PAU, esperar-se-ia sobretudo que os de TIA fossem mais baixos do que o que é observado. Mais uma vez, optar-se-á pela prudência no que diz respeito a conclusões a retirar.

Apesar de as predições (de acordo com Salustri e Hyams, 2003) dizerem respeito a variáveis medidas em termos quantitativos, reservar-se-á para investigação futura uma análise qualitativa, que poderá ser determinante para a obtenção de conclusões mais claras; por outro lado, mesmo em termos quantitativos é imprescindível ter em conta a comparação dos resultados obtidos com os dos estados adultos de cada variedade, o que também não foi já possível levar a cabo no âmbito desta dissertação, ficando igualmente reservado para investigação futura, sendo possível para isso recorrer, antes de mais, ao discurso que em todas estas sessões é dirigido às crianças.

10. Aquisição da morfologia e da sintaxe comparadas em PE e em PB

10.1 Introdução

A forma como se deve relacionar a aquisição da morfologia e da sintaxe tem constituído uma importante linha de investigação nos últimos anos. A relação de dependência durante muito tempo estabelecida entre a aquisição da sintaxe e da morfologia (dependendo a primeira da segunda) tem sido objecto de reflexão.

Assim, em Sprouse (1998), nomeadamente, reflecte-se sobre o que levou a relacionar a fixação de parâmetros com a aquisição da morfologia. Concretamente, o autor identifica os seguintes aspectos: “restringir os parâmetros possíveis; reduzir o conjunto de entidades que tem de ser adquirido e captar (alegadas) generalizações empíricas”.

O autor revê as propostas de B. Rohbacher e S. Vikner, caracterizadas na secção 2. (sublinhando (Sprouse, 1998:50) uma vantagem empírica e a maior simplicidade e elegância do sistema proposto por S. Vikner), para depois salientar a existência de textos, como em Snyder (1995), que sugerem que não existe ligação directa entre a aquisição da flexão e a fixação de parâmetros em geral.

Seguidamente, analisam-se (Sprouse, 1998:51 e seg.) os três critérios apontados, de um ponto de vista minimalista, assumindo-se Chomsky (1995).

Quanto à noção de parâmetro possível, é naturalmente constrangida, já que o sistema se baseia em traços abstractos, “não necessariamente dependentes em quaisquer correlatos morfológicos explícitos particulares para as suas especificações de força”.

Em relação ao segundo tópico de reflexão (a redução de entidades a adquirir), o autor argumenta da seguinte forma: não é legítimo afirmar-se que a aquisição dos paradigmas morfológicos é determinante e, em simultâneo, que a observação da ordem de palavras, por exemplo, não o é, quando o que está em causa é a fixação dos parâmetros relativos à sintaxe. A criança poderá descobrir a força relativa dos traços precisamente pela observação de como se move o verbo antes de *Spell-Out*.

Esta concepção é só aparentemente mais complexa (uma vez que a criança, pela hipótese alternativa, tem de, independentemente, adquirir paradigmas flexionais e fixar parâmetros; por exemplo, determinar as especificações de força relativa dos traços), já que a alivia da necessidade de avaliar paradigmas “incluindo (quer no sistema de B. Rohbacher quer no de S. Vikner) a decisão relativa precisamente a que paradigmas são relevantes”.

Quanto ao terceiro tópico de reflexão, relativo às generalizações empíricas normalmente consideradas, aponta-se mais um caso que serve como contra-exemplo¹ para a associação determinística entre morfologia rica e sujeitos nulos: o Survelano, uma língua reto-românica falada na Suíça que tem um sistema muito rico (com seis formas distintas) mas sujeito nulo apenas na segunda pessoa do singular e plural, sendo portanto mais um sistema misto.

Também a associação entre V-para-I e flexão é para o autor problemática, tendo em conta os princípios minimalistas, já que se defende que o movimento do verbo deriva da força dos traços associados às categorias funcionais; também estes deveriam estar dependentes dos paradigmas morfológicos, o que não se verifica.

Mais genericamente, o movimento (dos objectos, por exemplo) não pode ser associado a paradigmas de concordância.

Finalmente, a observação de paradigmas de subida do verbo em Alemão e Neerlandês levam de novo o autor a pôr em causa as propostas de S. Vikner e de B. Rohrbacher.

Conclui-se pois (Sprouse, 1998:58) que os paradigmas morfológicos não determinam no geral a força dos traços flexionais no sentido minimalista. Assume-se ainda que a ordem em estruturas encaixadas muito curtas pode servir de pista fundamental para a fixação de parâmetros.

Relativamente a dados da aquisição, o autor cita Verrips e Weissenborn (1992), onde se defende que a aquisição do movimento do verbo é independente da morfologia verbal em Francês, já que é anterior: surgem erros de flexão até mais tarde, sendo a percentagem de erros relativos ao movimento do verbo praticamente inexistentes para crianças entre 1;05,11 e 2;02,10.

Cita-se ainda Snyder (1995), que chega a conclusões do mesmo tipo ao relacionar a possibilidade de queda de nome e a aquisição da morfologia nominal em Espanhol.

Crucialmente, o autor enfatiza (Sprouse, 1998:64, nota 8) o seguinte: só um subtipo das predições feitas pelas propostas baseadas em paradigmas é correcto. Uma vez que não se consegue predizer quais os casos em que se confirmam e quais os que não “encaixam”, o autor não sente a necessidade de oferecer alternativas, já que assume que as predições correctas são meras coincidências. Para o caso das correlações diacrónicas, faz notar que a coincidência temporal não implica necessariamente uma relação causal.

¹ Neste aspecto o autor afasta-se assumidamente da noção de *aprendibilidade* de “grau-0”, como em Lightfoot (1991).

Em Liceras *et al.* (2000) identificam-se as duas vias que, no âmbito dos estudos sobre aquisição, se têm explorado, a respeito da forma como se relacionam morfologia e sintaxe: por um lado (*op.cit.*:67) há autores que defendem que os detonadores imediatos para a aquisição de L1/L2 estão nos paradigmas morfológicos explícitos (como em Vainikka e Scholten, 1998); outros defendem que estão localizados em traços abstractos relacionados com categorias funcionais, o que implica que a aquisição da morfologia explícita não é um pré-requisito para a aquisição de operações sintáticas (como em Philips, 1996; Grondin e White, 1996; Garuseva e Lardiere, 1996 para L2 e Sprouse, 1998 para L2 adulto).

Finalmente, cita-se Lardiere (1998,1999), onde se assinala que não há falta de conhecimento de traços sintáticos abstractos mas omissões ou produção variável de afixos particulares que reflectem um défice na área pós-sintáctica, em que operações morfológicas conduzem à PF.

Os autores encontram evidência para a segunda hipótese, a partir do estudo do domínio nominal.

As duas posições são ainda sintetizadas em Herschensohn e Stevenson (2003:301). Apesar de os autores se debruçarem sobre a aquisição de L2, alguns dos trabalhos citados dizem respeito a L1.

Assim, identifica-se por um lado a Hipótese dos Traços Falhados (*Failed Features Hypothesis* ou FFH), segundo a qual o desenvolvimento da sintaxe está ligado a especificações da morfologia explícita; tal como em Clashes *et al.* (2002), defende-se que existe uma correlação forte entre desenvolvimento da sintaxe e da morfologia, com convergência cronológica na fixação de parâmetros.

Por outro lado, identifica-se a Hipótese da Flexão Superficial Omitida (*Missing Surface Inflection Hypothesis* ou MSIH), segundo a qual o desenvolvimento da sintaxe não está dependente da morfologia; os erros eventualmente observados devem ser associados a problemas de *performance*, como em Lardiere (1998).

Mais uma vez, os autores encontram dados (de L2) que apoiam a segunda hipótese, demonstrando-se (*op.cit.*:309) que a facilidade na sintaxe pode estar associada (num dado ponto de desenvolvimento linguístico) a dificuldades no domínio da morfologia flexional.

Em Lardiere (2000) avaliam-se igualmente as propostas de S. Vikner e B. Rohrbacher do ponto de vista da aquisição, concentrando-se a autora no facto de ser necessário

observar os paradigmas regulares (vs. irregulares). Conclui que a distinção entre formas regulares e supletivas deve ser irrelevante para a verificação de traços sintáticos e que a aquisição da subida do verbo e do conhecimento sintático no geral não parece dependente da de paradigmas verbais regulares.

Finalmente, sublinha-se de novo que os dados relativos à percepção não são necessariamente coincidentes com os que acima se citaram.

Por outro lado, esses dados podem não ser universais: em Blenn, Seidi e Hohle (2003) verifica-se que as crianças alemãs são sensíveis (ao nível da percepção) à morfologia de concordância, tida como um elemento importante para segmentar os sintagmas (a par com a prosódia); as americanas não são, talvez por prestarem mais atenção ao princípio das palavras do que ao final.

Em resumo, a exploração, ao nível dos estudos sobre aquisição, das propostas introduzidas em Vikner (1997) e Rohrbacher (1999) tem sido crescente, constatando-se que é relevante verificar até que ponto serão adequadas.

A medição do seu grau de adequação passará necessariamente pela verificação de como se confirmam ou não, em termos empíricos, as predições a que permitem dar corpo.

Verificou-se ainda que aquelas propostas se inserem num âmbito mais vasto que faz diferir, por um lado, a possibilidade teórica de a aquisição da sintaxe (englobando mas não se restringindo ao movimento do verbo) depender da aquisição de paradigmas morfológicos; por outro, a hipótese de aqueles aspectos seguirem vias paralelas, relacionáveis ou até associadas, nalguns aspectos, mas não necessariamente de forma determinística.

É tendo em conta tal enquadramento e toda a secção 2., em que se procedeu a uma caracterização detalhada das duas propostas mais proeminentes no estudo dos aspectos aqui considerados, que se procederá agora à sua avaliação a partir da análise dos dados do Português.

10.2 Avaliação analítica de Vikner (1997) e Rohrbacher (1999) a partir de dados do Português

Retomando a RAH, tal como caracterizada na secção 2., destaca-se, antes de mais, a necessidade de estabelecer quais os paradigmas relevantes para a sua análise, a partir da verificação empírica.

Por forma a não afastar imediatamente a proposta em Vikner (1997), elegeu-se (de forma necessariamente discutível) para o Português os paradigmas de presente do indicativo, pretérito perfeito e pretérito imperfeito dos verbos regulares.

Para o PE, o diagnóstico determina, de forma não problemática, que existe V-para-I:

(1)

comer		
Presente	Pret. Perfeito	Pret. Imperfeito
eu como	eu comi	eu comia
tu comes	tu comeste	tu comias
ele come	ele comeu	ele comia
nós comemos	nós comemos	nós comíamos
vocês comem	vocês comeram	vocês comiam
eles comem	eles comeram	eles comiam

A questão do paradigma a eleger para o PB é altamente problemática, já que das formas consideradas podem derivar conclusões distintas.

O paradigma que tem sido considerado (a partir de Duarte, 1993), sendo também citado em Rohrbacher (1999:222), é o seguinte:²

(2)

comer - paradigma 3		
Presente	Pret. Perfeito	Pret. Imperfeito
eu como	eu comi	eu comia
you come	you comeu	you comia
ele come	ele comeu	ele comia
a gente come	a gente comeu	a gente comia
vocês comem	vocês comeram	vocês comiam
eles comem	eles comeram	eles comiam

Se para S. Vikner este paradigma continua a indiciar V-para-I (sem permitir tirar qualquer ilação sobre a mudança ocorrida no PB, com posição mais baixa para o verbo), para B. Rohrbacher o diagnóstico altera-se, embora conduzindo empiricamente a um resultado que pode ser idêntico ou não, consoante a proposta que o autor adopte, já que deixa duas possibilidades em aberto: V-para-T (que para ele não é “V-para-I”), hipótese também abrangida por S. Vikner, ou V em VP, esta já não abrangida pela descrição em Vikner (1997).

² Duarte (1993:109):
Paradigma 3: Cant-o; Canta-0; Canta-m.

Como se assumiu que o verbo termina em TP, as duas propostas, dando resultados que são (ou podem ser) distintos, prevêm empiricamente o mesmo.

No entanto, o paradigma acima indicado não é comum a todos os falantes do PB, como já referido acima.

Assim, na bibliografia consultada surgem-nos referências a um paradigma ainda mais restrito (a que chamaremos Paradigma 4) e que está associado ao Português Vernacular do Brasil (PVB).³

(3)

comer - paradigma 4		
Presente	Pret. Perfeito	Pret. Imperfeito
eu como você/etc. come	eu comi você/etc. comeu	eu/etc. comia

Considerando tal paradigma, os resultados para Vikner são contraditórios, com os dois primeiros tempos a permitir diagnosticar V-para-I e o pretérito imperfeito (PI) a indicar o contrário.⁴ Como conta o conjunto dos tempos “fundamentais”, o resultado é de *V-in situ*.

É evidente que se poderia defender a não inclusão nos tempos fundamentais do pretérito imperfeito, embora pareça que a mesma muito dificilmente seria motivada, até porque a sua vitalidade na língua é tal que está mesmo a substituir, em muitos contextos, o paradigma relativo ao condicional, como notado acima.

Em resumo:

(4)

Vikner (1997)	Movimento do verbo	Dados relevantes
PE	V-para-I	Qualquer paradigma apresenta flexão de pessoa no verbo.
PB	P. 3 V-para-I	Qualquer paradigma apresenta flexão de pessoa no verbo.
	P. 4 <i>V-in situ</i>	Pretérito Imperfeito não apresenta flexão de pessoa (embora [pessoa] seja marcada nos outros tempos).

Confrontar-se-á agora a proposta contida em Rohrbacher (1999) com os dados do Português acima introduzidos.

³ Em Careno (2000:505) caracteriza-se o PVB, de que se dá o seguinte paradigma:

PVB: eu ficu; (v)ocê fica; eli/ela fica; nós fica (ficamu); a genti fica; (v)oceis fica; eles/elas fica (ficum).

⁴ Note-se que S. Vikner não aborda explicitamente o caso do Português.

Também neste caso o pretérito imperfeito (mas em PE) conduz a resultados contraditórios. Note-se no entanto que para o autor este aspecto não é problemático, já que para ele é suficiente que um único paradigma apresente as distinções que permitem diagnosticar V-para-I.

Sendo o PE consensualmente uma língua que apresenta esse movimento – mesmo de acordo com a definição mais restrita do autor (movimento para a categoria funcional mais alta de IP) – o diagnóstico é o correcto.

É no entanto muito curioso assinalar que num idioleto em que se utilize sistematicamente “você vai” (etc.), em vez de “tu vais” (etc.) tal diagnóstico é alterado. Ou seja, a evolução já verificada de “vós ides” para “vocês vão” veio conduzir a que só o paradigma de singular assegure ainda o que a definição de Rohrbacher requer: distinção entre primeira e segunda pessoa e destas relativamente à terceira. Se também a segunda pessoa do singular for “neutralizada” em função da terceira, o diagnóstico altera-se.⁵

De acordo com a abordagem explícita do autor (*op.cit.*: 221 e seg.), a síntese sobre o que advoga para o Português⁶ é a seguinte:

(5)

Rohrbacher (1999)	Movimento do verbo	Concordância sujeito-verbo	Sujeito nulo
PE	para o nó flexional mais alto	todos os traços flexionais referenciais marcados distintamente	Queda de <i>pro</i>
PB	V- <i>in situ</i> (<i>apud</i> Galves 1989,1990) ou V-para-nó funcional intermédio (<i>apud</i> Bianchi e F. Silva 1993 e Mendes 1993).		Não queda de <i>pro</i>

⁵ Esta observação leva obviamente a pensar em “ilhas sociológicas” associadas a tal preferência (nomeadamente as que se situam na linha de Cascais), embora a falta de dados disponíveis sobre a caracterização dessas ilhas leve a não prosseguir. Uma linha de investigação muito interessante seria pois avaliar até que ponto os falantes que usam sistematicamente (se é que existem) “você” por “tu” em PE apresentam ou não padrões sintácticos diversos dos da norma.

⁶ Note-se que para o autor é indiferente tratar-se do Paradigma 3 (aquele que aborda) ou do Paradigma 4 (o que se trata aqui mais detalhadamente).

É de notar que o autor assume (*op.cit.*: 222) que as duas variantes perderam a forma “vós comprais” e para PB assume como funcionais as formas “a gente compra” e “você fala”, mudança do princípio do século XX.

Apesar da síntese acima referida, o autor reconhece que, a partir dos dados que explora, as conclusões não são óbvias no caso do PB, já que os contextos com advérbios negativos indiciam movimento para o nó mais alto nas duas variantes:

No exemplo abaixo (*op.cit.*:223) o verbo deveria estar mais baixo:

(6) Maria não fala nunca disso

Por outro lado, não percebe a posição de “nunca” em:

(7) Maria nunca fala disso.⁷

A ordem S-V-Adv.-Obj. em PB é igualmente problemática (*op.cit.*:224), já que também nesses contextos o verbo parece subir mais alto “do que devia”. No entanto, para estes contextos, o autor argumenta, como em Galves (1990), que só são possíveis com advérbios que podem ocorrer em final de VP – estão em adjunção à direita a VP, com o objecto extraposto à direita. Logo, não são prova de que o verbo saia de VP em PB.

O autor menciona ainda dados relativos a quantificadores flutuantes, objectos nulos e cliticização, os quais são assumidamente problemáticos e parcialmente inconclusivos, pelo que não serão aqui abordados.

Quanto às diferenças registadas entre variantes, B. Rohrbacher defende o cenário de mudança no PB: identifica-a como estando datada do princípio do século XX (a partir de dados de Duarte, 1993) – é de 1918 o último texto com segunda pessoa directa (“tu”).

De acordo com a proposta do autor, isto significa que por essa altura terá ocorrido em simultâneo a perda de V-para-I e de queda de *pro* (Rohrbacher 1999:249).

“Logo depois” os pronomes nulos de segunda pessoa caíram de 69% em 1918 para 25% em 1937 e os de primeira de 80% em 1918 para 20% em 1992 sendo de 10% actualmente na oralidade.

⁷ O autor não considera a hipótese de “nunca” ter mais do que uma natureza. Em Gonçalves (1994), considera-se que “nunca” pode ser gerado em Neg^o, tendo o mesmo comportamento sintáctico de “não”, nesse caso.

Apesar de todos os contextos problemáticos que o próprio autor aponta, acaba pois por assumir o contraste acima descrito: V-para-I em PE; inexistência de V-para-o nó mais elevado de I em PB.

Parece no entanto que é a sua própria argumentação relativa ao Islandês a contribuir com o maior argumento contra a assunção de V-para-I em PB, ou, pelo menos, contra a correlação entre V-para-I e queda de *pro*.

Como é sabido, a queda de *pro* em PB não é linear: a mudança consistiu fundamentalmente na restrição de uso de *pro* referencial; o *pro* não referencial continua a ser usado livremente.

Por sua vez, e como notado em 2.2 acima, o Islandês apresenta um quadro semelhante, a este nível; nos termos de B. Rohrbacher, o *pro* é licenciado mas o *pro* referencial não é identificado – só é gramatical o *pro* expletivo que ocorre em passivas impessoais e orações existenciais (bem como com verbos atmosféricos – dito “quase argumental” e possivelmente não sendo *pro* – cf. nota 13: 270).

Ora, crucialmente, o Islandês é uma língua com V-para-I, já que só assim é possível o licenciamento de *pro* (independentemente da sua identificação).

Logo, pela sua proposta, o PB não deveria ter qualquer ocorrência de *pro* – nem referencial nem expletivo: não deveria ser possível nem a identificação nem o licenciamento, já que não existe, segundo ele, V-para-I.

Uma vez que existe licenciamento de *pro* expletivo, nos termos da sua própria teoria, tem de existir V-para-I (ou seja, V-para-Agr).

Em resumo, os maiores problemas levantados às propostas referidas são os seguintes:

- (i) A perda de V-para-I em PB não é evidente: muitos testes clássicos dão resultados contraditórios, como reconhecido por Rohrbacher (*op. cit.*: 223 e seguintes e também Brito 1999).
- (ii) A mudança no parâmetro de queda de *pro* no PB não é evidente: o *pro* referencial está em perda mas o *pro* expletivo é generalizadamente permitido.
- (iii) A perda de AgrP (/PersP) não aconteceu: a projecção ainda existe (para adjunção dos tópicos-sujeitos, por exemplo) mas com propriedades diferentes. Uma mudança simples (ou única) no parâmetro de I-cindido não é defensável.

Como delineado inicialmente, tratar-se-á agora de avaliar estas propostas a partir dos dados da aquisição acima analisados.

10.3 Os dados da aquisição do Português

Apesar de todos estes problemas conceptuais, a hipótese de explorar propostas do tipo das abrangidas na RAH é deveras tentadora, sobretudo se se assumir que a parametrização envolve unicamente as propriedades morfofonológicas realizadas das categorias funcionais.

Assim, no caso da proposta de Rohrbacher, a avaliação de uma distinção morfológica mínima levaria a fixar o valor paramétrico relativo a um amplo conjunto de propriedades sintácticas: língua de queda de *pro* (ou não); língua com movimento de V-para-I (ou não) e até língua com movimento do objecto (ou não).

A experiência despoletadora centrar-se-ia assim na morfologia e não na queda de *pro*, por exemplo.

No entanto, apesar do seu forte carácter atractivo, os problemas, quer conceptuais, quer empíricos, não podem ser esquecidos, o que é mais uma vez sublinhado em Bobaljik (2000:26 e seg), onde (citando Sprouse, 1998, Lardiere, 2000 e Snyder, 1995) o autor defende que os dados sugerem claramente que não se pode defender uma teoria que requeira conhecimento de paradigmas completos para detonar o movimento do verbo: a proposta em Vikner (1997) exige que conheçam os tempos fundamentais; a que se inclui em Rohrbacher (1999) exige que conheçam pelo menos um número de um tempo mas em Francês nem disso precisam quando começam a mover o verbo (*apud* Lardiere 2000).

Como já se referiu, quer em Francês, quer em Alemão, as crianças começam logo a mover para Infl a primeira forma de verbos finitos que adquirem (terceira do singular) antes de terem aprendido qualquer paradigma, o que demonstra que parecem aprender primeiro os elementos estruturais oracionais que despoletam movimento – aprendem as cabeças na sintaxe e como se movimentam, como é previsto por uma visão separacionista da morfologia.

Como referido, nos termos de J. Bobaljik isto é prova para I-cindido.⁸

⁸Bobaljik admite que haja parâmetros múltiplos e que estes variem de língua para língua (*op.cit.*:27-28). Admite também valores não marcados: a possibilidade de morfemas flexionais múltiplos no verbo é marca (despoletadora) de V-para-I mas a ausência dessa possibilidade não é conclusiva para a criança.

De forma sintética, são as seguintes as predições que as duas propostas permitem enunciar para as duas variantes do Português em estudo:⁹

(8)

	Vikner (1997)	Rohrbacher (1999)
PE	As crianças descobrirão que a sua língua tem V-para-I quando adquirirem o Presente do Indicativo (de forma não problemática).	A criança só tem de aprender um número (o singular) de um paradigma (o Presente do Indicativo).
PB	P. 3 As crianças descobrirão que a sua língua tem V-para-I quando adquirirem o Presente do Indicativo (de forma não problemática).	A criança terá de esperar (até quando?) para descobrir que em nenhum dos tempos relevantes (?) há provas de V-para-I. A queda de <i>pro</i> não devia existir de todo.
	P. 4 As crianças encontrarão resultados contraditórios, com Pretérito Imperfeito a indiciar V- <i>in situ</i> .	A criança terá de esperar (até quando?) para descobrir que em nenhum dos tempos relevantes (?) há provas de V-para-I. A queda de <i>pro</i> não devia existir de todo.

As predições de cada uma não são exactamente coincidentes, no que diz respeito ao PB: assim, de acordo com Vikner (1997), uma vez que a aplicação dos critérios que define permitiu identificar duas gramáticas distintas, esperar-se-á, caso os dois paradigmas estejam representados nos dados, encontrar diferenças significativas, em termos sintácticos, nas duas gramáticas em competição; de acordo com Rohrbacher (1999), uma vez que se assume que a mudança linguística datada do princípio do século XX está consolidada, não se espera encontrar diferenças entre os falantes de PB; por outro lado, uma vez que se assume a correlação com a alteração ao nível do parâmetro do sujeito nulo, é previsível que os valores relativos aos sujeitos não realizados sejam claramente superiores em PB.

Em termos mais genéricos, estará em avaliação a corrente sintetizada na introdução com a designação de FFH, de acordo com Herschensohn e Stevenson (2003).

⁹ Há que notar que estas são predições deduzidas a partir dos textos considerados, já que nenhum dos autores faz uma abordagem explícita do processo de aquisição do Português.

Assim, tratar-se-á de verificar de que forma estão (ou não) correlacionadas as diferenças observadas ao nível das duas variantes, e, em PB, ao nível dos vários falantes, no que diz respeito aos paradigmas morfológicos, com as diferenças medidas pelos indicadores sintácticos tratados.

Por outro lado, uma vez que se faz depender nas propostas aqui tratadas a aquisição dos aspectos sintácticos da aquisição dos paradigmas morfológicos, será relevante avaliar até que ponto estão já adquiridos os aspectos sintácticos fundamentais antes de estar consolidado o domínio daqueles paradigmas.

É o que se pretende agora levar a cabo, recorrendo à análise de dados da aquisição das duas variantes.

10.3.1 PE

Em termos de produção de paradigmas morfológicos, repete-se aqui a tabela de síntese introduzida em 6.4.1.5 acima:

(9)

PE	Sessão	Idade	Observações
LUI	LUI03	2;0.27	Consolidação em LUI04 (2;2.0), confirmada pela observação de “% de 1/1 / Total”.
RAP	RAP01	1;10.2	A aquisição pode ter ocorrido anteriormente, embora tal não seja provável, como indicia também a medida de “% de 1/1 / Total”, com valores de 50.0% em RAP01, consolidados nas sessões seguintes.
JOA	JOA02	2;1.11	Consolidação em JOA03 (2;2.9). Esta consolidação é confirmada pela medida de “% de 1/1 / Total”, com valores de 40% na segunda sessão e 70% na terceira.
PED	PED01	2;7.16	A aquisição pode ter ocorrido anteriormente, o que é muito provável. Esta suposição é também suportada pela medida de “% de 1/1 / Total”, apesar do padrão específico (mais significativo) de 3/1 para esta criança.

Como se verifica, não se encontrava ainda consolidada a aquisição de [pessoa] em LUI01 e LUI02 e em JOA01.

Serão pois estas as sessões que se considerarão agora, avaliando-se, de acordo com os indicadores tratados, qual o desenvolvimento sintáctico.

Observando inicialmente os valores relativos ao sujeito nulo, reproduzem-se as tabelas introduzidas em 7.3.

Quanto a LUI, observa-se a seguinte evolução:¹⁰

(10)

Idade	Tipos de Sujeito (%) – LUI					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
1;9.29	73.5%	0.0%	6.1%	16.3%	4.1%	100%
1;11.20	76.1%	0.0%	10.6%	9.4%	3.9%	100%
2;0.27	72.5%	2.5%	7.5%	13.5%	4.0%	100%
2;2.0	68.8%	0.0%	14.9%	12.5%	3.8%	100%
2;2.27	66.1%	0.9%	11.0%	19.8%	2.2%	100%
2;4.4	77.2%	0.0%	11.2%	9.1%	2.6%	100%
2;5.7	80.9%	0.0%	7.2%	3.6%	8.2%	100%
2;5.27	71.6%	0.3%	8.3%	11.5%	8.3%	100%
2;6.26	72.0%	0.3%	7.3%	10.2%	10.2%	100%
2;8.16	48.9%	0.0%	16.9%	20.9%	13.2%	100%
2;9.21	63.0%	0.9%	11.2%	11.2%	13.6%	100%
2;11.2	51.6%	0.7%	15.0%	24.8%	7.8%	100%
Total	67.7%	0.5%	10.9%	13.3%	7.7%	100%

Como é possível verificar, não existe nenhuma evolução significativa no momento em que se consolida a aquisição dos paradigmas morfológicos, o que significa que um aspecto fundamental da língua – a propriedade de sujeito nulo – está já consolidada.

A única tendência observada, relacionada com o número gradualmente mais elevado de sujeitos pronominais (com a respectiva diminuição percentual do número de sujeitos nulos), surge mais tarde.

Quanto a JOA, a evolução é a seguinte:

¹⁰ Tal como se torna claro na secção 6., incluem-se as formas regulares e irregulares, contrariamente ao que seria previsível, por se concluir, como notado pela Professora Inês Duarte, que muitas das formas iniciais são irregulares, não sendo a sua exclusão justificável.

Quanto aos tempos verbais, uma vez que se excluíram os imperativos (veja-se a secção 6.), incluem-se as formas de indicativo (presente, pretérito perfeito e imperfeito) e ainda o infinitivo flexionado (para além do infinitivo não flexionado, irrelevante para este aspecto).

(11)

Idade	Tipos de Sujeito – JOA (%)					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
2;0.2	83.3%	0.0%	16.7%	0.0%	0.0%	100%
2;1.11	44.9%	1.4%	20.3%	29.0%	4.3%	100%
2;2.9	77.8%	0.0%	3.7%	9.3%	9.3%	100%
2;3.17	67.7%	0.0%	18.4%	9.5%	4.4%	100%
2;4.7	70.8%	0.0%	10.8%	14.2%	4.2%	100%
2;5.2	77.9%	0.0%	8.0%	6.2%	8.0%	100%
2;6.1	70.1%	0.3%	12.6%	11.6%	5.4%	100%
2;7.16	73.2%	0.0%	9.5%	8.2%	9.1%	100%
Total	70.3%	0.2%	12.2%	11.1%	6.2%	100%

No caso de JOA os valores são algo flutuantes nas duas primeiras sessões.

Note-se no entanto que as alterações percentuais na segunda sessão estão sobretudo relacionadas com um uso mais elevado de sujeitos referenciais e demonstrativos (e também com a forma de pronome pessoal, em menor grau), não se verificando nas sessões seguintes a manutenção da mesma tendência: os valores flutuam substancialmente para os sujeitos referenciais (em que o valor da segunda sessão não é muito diferente do da primeira) e flutuam igualmente para os demonstrativos (embora nunca mais com um valor tão elevado) e para os pessoais (com ligeira tendência crescente).

É possível no entanto defender que na segunda sessão o princípio do processo de consolidação dos paradigmas morfológicos coincide com a descoberta das formas pronominais e que na terceira sessão estabilizam os valores percentuais relativos a um aspecto e a outro.

Em resumo, este indicador parece apresentar resultados contraditórios para as duas crianças: para LUI não existe correlação entre a consolidação da aquisição dos paradigmas morfológicos e a fixação de valores mais ou menos estáveis para o sujeito nulo; para JOA essa correlação parece existir, com a aproximação de valores estáveis de sujeito nulo, na terceira sessão, a coincidir com a consolidação da aquisição dos paradigmas morfológicos.

Observar-se-á agora o indicador que diz respeito ao objecto nulo, retomando os dados introduzidos em 8.3.

No que diz respeito a LUI os dados são os seguintes:

(12)

Idade	Tipos de objecto (%) – LUI		
	0obj	1obj	Total
1;9.29	63.0%	37.0%	100%
1;11.20	41.0%	59.0%	100%
2;0.27	35.3%	64.7%	100%
2;2.0	42.9%	57.1%	100%
2;2.27	33.9%	66.1%	100%
2;4.4	52.1%	47.9%	100%
2;5.7	66.3%	33.7%	100%
2;5.27	43.2%	56.8%	100%
2;6.26	60.6%	39.4%	100%
2;8.16	49.0%	51.0%	100%
2;9.21	45.4%	54.6%	100%
2;11.2	46.3%	53.7%	100%
Média	48.3%	51.7%	100%

Como se verifica, não existe, de novo, nenhuma evolução substancial entre a segunda e a terceira sessões, já que flutuações semelhantes se repetem até à última sessão.

Observam-se agora os dados relativos a JOA:

(13)

Idade	Tipos de objecto (%) – JOA		
	0obj	1obj	Total
2;0.2	42.9%	57.1%	100%
2;1.11	16.7%	83.3%	100%
2;2.9	51.3%	48.7%	100%
2;3.17	74.5%	25.5%	100%
2;4.7	54.5%	45.5%	100%
2;5.2	46.4%	53.6%	100%
2;6.1	52.7%	47.3%	100%
2;7.16	49.4%	50.6%	100%
Média	52.6%	47.4%	100%

Para este indicador a segunda sessão indicia de novo instabilidade, embora os valores da primeira sejam compatíveis com os das sessões seguintes.

Em resumo, parece de novo existir uma diferença relevante entre LUI e JOA, apontado o primeiro para a dissociação entre a aquisição dos paradigmas morfológicos e do indicador sintáctico considerado e o segundo para a associação entre esses aspectos.

Finalmente, quanto aos infinitivos, a evolução, traçada em 9.3, é a seguinte, para LUI:

(14)

Idade	Infinitivos – LUI		
	INF	EV	INF/EV
1;9.29	5	57	8.8%
1;11.20	27	220	12.3%
2;0.27	22	244	9.0%
2;2.0	30	271	11.1%
2;2.27	45	320	14.1%
2;4.4	21	305	6.9%
2;5.7	20	253	7.9%
2;5.27	72	473	15.2%
2;6.26	65	446	14.6%
2;8.16	75	470	16.0%
2;9.21	78	474	16.5%
2;11.2	9	190	4.7%
Total/Média	469	3723	12.6%

Como se verifica, não existe nenhuma evolução significativa na terceira sessão, também para este indicador, mantendo-se as flutuações até à última sessão.

Em relação a JOA os dados são os seguintes:

(15)

Idade	Infinitivos – JOA		
	INF	EV	INF/EV
2;0.2	1	27	3.7%
2;1.11	20	94	21.3%
2;2.9	24	101	23.8%
2;3.17	39	255	15.3%
2;4.7	44	225	19.6%
2;5.2	26	192	13.5%
2;6.1	86	510	16.9%
2;7.16	63	386	16.3%
Total/Média	303	1790	16.9%

Verifica-se de novo uma flutuação significativa até à terceira sessão, estabilizando em valores mais próximos da média global na quarta sessão.

Em resumo, os valores de LUI voltam a favorecer a hipótese de dissociação entre os parâmetros em avaliação e os resultados de JOA voltam a favorecer a possibilidade teórica da sua associação.

Quanto aos valores de imperativo, tal como em 9.6.2., verifica-se o seguinte:

(16)

Idade	Imperativos – LUI		
	IMP	EV	IMP/EV
1;9.29	3	57	5.3%
1;11.20	7	220	3.2%
2;0.27	19	244	7.8%
2;2.0	23	271	8.5%
2;2.27	42	320	13.1%
2;4.4	43	305	14.1%
2;5.7	29	253	11.5%
2;5.27	41	473	8.7%
2;6.26	63	446	14.1%
2;8.16	54	470	11.1%
2;9.21	45	474	9.5%
2;11.2	17	190	8.9%
Total/Média	386	3723	10.4%

Neste caso, regista-se na terceira sessão uma ligeira subida (embora para um valor não muito distinto, em termos percentuais, do da primeira); essa subida vai no entanto evoluindo muito gradualmente, com flutuações, nas sessões seguintes.

Quanto a JOA, os valores são os seguintes:

(17)

Idade	Imperativos – JOA		
	IMP	EV	IMP/EV
2;0.2	7	27	25.9%
2;1.11	4	94	4.3%
2;2.9	22	101	21.8%
2;3.17	48	255	18.8%
2;4.7	52	225	23.1%
2;5.2	39	192	20.3%
2;6.1	119	510	23.3%
2;7.16	94	386	24.4%
Total/Média	385	1790	21.5%

Esta tabela volta a mostrar uma flutuação significativa na segunda sessão, apesar de os valores da primeira serem compatíveis (embora um pouco mais elevados) com os das sessões seguintes.

Até agora, observou-se o conjunto de indicadores sintácticos acima trabalhados, os quais permitem a avaliação alargada da FFH, acima referida. Parcelarmente, permitem também avaliar a proposta de Rohrbacher (1999), que faz referência explícita ao parâmetro do sujeito nulo; por outro lado, este tem sido associado aos valores de infinitivos opcionais.

No entanto, quer a proposta de Vikner (1997), quer a de Rohrbacher (1999) se concentram, em exclusivo (no primeiro caso) e fundamentalmente (no segundo) no movimento do verbo.

Em relação a este aspecto, os testes que normalmente se utilizam são especialmente difíceis de aplicar em Português, já que o contraste que existe por exemplo em Francês entre “pas + verbo infinitivo” e “verbo finito + pas” não existe em Português.¹¹

Assim, considerar-se-á o desenvolvimento sintáctico relativo ao movimento do verbo tendo em conta, em primeiro lugar, o seguinte aspecto: se não estiver ainda correctamente fixado, assumindo que o marcador de negação frásica está, por hipótese, em posição de adjunção a VP¹², e assumindo ainda que o sujeito é gerado em SpecVP, deverá surgir nos dados, na fase relevante, a ordem “NEG + SUJ + V” (como surge em Inglês, por exemplo).

Observando as sessões relevantes, é possível observar o seguinte: em LUI01, dos seis contextos que apresentam marcadores de negação, apenas um apresenta sujeito explícito:

(18) LUI_P_01.cha": linha 847.

*MAE: pronto # mete na boca # agora .
*LUI: eu não quero [=! choraminga] .
%syn: 1suj (1)1neg 1v 1/1 pres 0obj
*MAE: Luis # vá lá .

Em LUI02, em dez contextos relevantes, nenhum apresenta sujeito explícito.

Em LUI03, em vinte contextos relevantes, dois apresentam sujeito explícito:

¹¹ Veja-se a este respeito Déprez e Pierce (1993).

¹² É neste momento irrelevante saber em que posição exacta se encontra, sendo unicamente crucial considerar que está fora de VP. Em Gonçalves (1994) foi assumido que a projecção funcional correspondente àquele marcador, NegP, posicionado entre AgrP e TP, se encontra disponível desde o início.

(19) LUI_P_03.cha": linha 1026.
 *INV: é dois .
 *LUI: o o(utro) não saiu .
 %syn: 1suj (1)1neg 1v 3/3 pass
 *LUI: o outro não saiu .

(20) LUI_P_03.cha": linha 1527.
 *INV: ai o Ferrão .
 *LUI: o Poupas [?] não (es)tá .
 %syn: 1suj (1)1neg 1vestar 3/3 pres
 *LUI: o Poupas ?

Tendo em conta os aspectos relativos à aquisição do paradigma morfológico acima enunciados, o exemplo determinante é pois o primeiro apresentado.

Sendo sabido que existem em Português contrastes significativos no que diz respeito à posição dos diferentes subtipos de advérbios, é igualmente relevante observar os seguintes exemplos:

(21) LUI_P_01.cha": linha 1291.
 *MAE: mais.
 *LUI: já está.
 %pho: ta ta
 %syn: 0suj 1vestar 3/3 pres
 *INV: ta@u ta@u [% rep.].

(22) LUI_P_01.cha": linha 1403.
 *LUI: ca(s)ca +...
 *LUI: assim # pa(r)tes.
 %syn: 0suj 1v 2/2 pres 0obj
 *INV: assim pát@S@u [% rep.].

- (23) LUI_P_01.cha": linha 1466.
 *MAE: a faca é do pai.
 *LUI: não quero assim [=! chora].
 %syn: 0suj 1neg 1v 1/1 pres 0obj
 *LUI: não quero.
- (24) LUI_P_01.cha": linha 1782.
 *LUI: xxx.
 *LUI: p(r)onto # já (es)tá.
 %syn: 0suj 1vestar 33 pres
 *LUI: xxx.
- (25) LUI_P_02.cha": linha 115.
 *INV: iguais aos do pai,, não é?
 *LUI: ah@i (es)tá aqui.
 %syn: 0suj 1vestar 3/3 pres
 *MAE: e aquilo que nós pendurámos ali?
- (26) LUI_P_02.cha": linha 206.
 *INV: caiu e fez ui [% rep.].
 *LUI: oh@i # só tem este.
 %syn: 0suj 1v 3/3 pres 1obj
 *LUI: oh@i # só tem este.
- (27) LUI_P_02.cha": linha 220.
 *LUI: oh@i # não tem.
 *LUI: só tem +...
 %syn: 0suj 1v 3/3 pres 0obj
 *MAE: oh@i # não tem. [% rep.]

- (28) LUI_P_02.cha": linha 265.
- *INV: o conde.
- *LUI: oh@i # só tem.
- %syn: 0suj 1v 3/3 pres 0obj
- *INV: oh@i # só tem [% rep.].
- *LUI: ah@i # já tem.
- %syn: 0suj 1v 3/3 pres 0obj
- *MAE: sabe(s) o que é isto?
-
- (29) LUI_P_02.cha": linha 338.
- *MAE: mais kómu@u [% rep.].
- *LUI: o (L)uis tem um u(r)sinho aqui.
- %syn: 1suj 1v 3/3(refl) pres 1obj
- *MAE: o Luis tem um ursinho aí # é verdade.
-
- (30) LUI_P_02.cha": linha 778.
- *MAE: olha o Luis na escola [% rep.].
- *INV: é o Luis aonde?
- *LUI: está ali.
- %pho: ta 6wí.
- %syn: 0suj 1vestar 3/3(refl) pres
-
- (31) LUI_P_02.cha": linha 946.
- *MAE: não é?
- *LUI: é ali.
- %syn: 0suj 1vser 3/3 pres
- *LUI: é ali.

Apesar de haver mais do que uma possibilidade de colocação para o advérbio em muitos dos exemplos citados, é significativo assinalar que as ordens produzidas são sempre possíveis; note-se especialmente o contraste entre os exemplos (22) e (23) e, neste último, as posições relativas (e correctas) entre os dois advérbios.

No entanto, em termos teóricos o dado mais relevante diz respeito aos contextos de “V + ADV”: assumindo, mais uma vez, que os advérbios são gerados em adjunção à esquerda a VP (ou, alternativamente, numa projecção funcional específica, o que, para o caso, é indiferente), tal ordem significa necessariamente que o verbo se deslocou para fora de VP.¹³

De resto, este aspecto conjuga-se com dois outros, também relevantes: por um lado, a inexistência de quaisquer contextos em que a ordem permitida, do ponto de vista do estado final, seja violada; por outro, a complexidade sintáctica considerável de muitos dos enunciados, nomeadamente dos que incluem núcleos verbais complexos, como os analisados na secção 9. (para o caso específico de LUI, veja-se 9.4.1.1.).

Finalmente, é relevante referir os contextos de resposta a perguntas globais, os quais envolvem elipse de VP. Assumindo, como é corrente (veja-se, nomeadamente Matos, 1992), que esta estrutura implica o movimento do verbo para IP, tais contextos são uma prova crucial de que este se dá desde os primeiros estádios:¹⁴

(32) LUI_P_01.cha": linha 973.

*MAE: que(re)s qu(e) a mãe vá buscar um livro # pa(ra) lermos
um livro aqui?
*LUI: que(r)o.
%syn: 0subj 1v 1/1 pres 0obj
*MAE: sim?

(33) LUI_P_01.cha": linha 563.

*INV: olha # e as cores dos balões +...
*MAE: não sabe.
*INV: +, sabes dizer?
LUI: sei [].
%pho: sábu.
%syn: 0subj 1v 1/1 pres 0vinf 0obj
*INV: sábu@u [% rep.].

¹³ Esta assunção, inspirada na proposta bem conhecida de R. Kayne, não é no entanto consensual. A admitir-se a possibilidade de adjunção à direita de VP, apenas exemplos do tipo “O João comprou aqui o livro” (impossíveis em línguas como o Inglês; veja-se o exemplo “*John bought here the book”) são considerados relevantes, como assinalou a Professora Inês Duarte.

¹⁴ Esta construção tem sido estudada, no que diz respeito à aquisição do PE, nos trabalhos de A. L. Santos (veja-se nomeadamente Santos, 2003).

Conclui-se assim, relativamente a esta criança, que a aquisição dos parâmetros sintácticos fundamentais (em que se inclui o movimento de V-para-I) não está dependente da aquisição dos paradigmas morfológicos flexionais.

Quanto a JOA, os exemplos com marcadores negativos são ainda mais escassos: um na primeira sessão, nenhum na segunda e oito na terceira, nenhum deles com sujeito explícito. Apenas na quarta sessão ocorre um exemplo relevante, em oito:

- (34) JOA_P_04.CHA": linha 482.
*JOA: não .
*JOA: o sapo não vai cair !
%syn: 1suj (1)1neg 1vaux 3/3 pres 1vinf
*PAI: já não # (es)tá de pé !

Quanto a exemplos com outros advérbios, os resultados são os seguintes:

- (35) JOA_P_01.CHA": linha 239.
*ANT: xx.
*JOA: (es)tá (a)li.
%syn: 0suj 1vestar 3/3 pres
*ANT: ah@i # dá cá # dá.
- (36) JOA_P_01.CHA": linha 334.
*ANT: mataste a mosca João?
*JOA: (es)tá (a)li.
%syn: 0suj 1vestar 3/3 pres
*ANT: (es)tá aqui?
- (37) JOA_P_01.CHA": linha 342.
*ANT: morreu?
*JOA: olha [/] olha a(l)i.
%syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 0obj
JOA: (es)tá doente [].

Como se verifica, os exemplos na primeira sessão são de novo muito escassos.

Têm no entanto a propriedade de apresentar a ordem "V + ADV", o que demonstra um contraste com a ordem "ADV + V", relativa aos advérbios negativos, e, teoricamente,

tendo em conta as suposições já referidas a propósito dos dados de LUI, implica considerar a existência de V-para-I.

Na segunda, os exemplos relevantes são os seguintes:¹⁵

(38) JOA_P_02.CHA": linha 133.

*MAE: fazes o quê João?
*JOA: pôr dentro de um balde!
%syn: 1vinf 0obj
*MAE: toma banho,, não é?

(39) JOA_P_02.CHA": linha 142.

*MAE: hum@i?
JOA: ontem [?] nadar com 0o [] (L)uís.
%syn: 1vinf
*PAI: ai sim?

(40) JOA_P_02.CHA": linha 210.

*MAE: só (es)tá aqui mais um bocadinho.
*JOA: há ali um passarinho.
%syn: 1vimps 3/3 pres 1obj
*MAE: acabou [= o iogurte].

(41) JOA_P_02.CHA": linha 281.¹⁶

*PAI: o que é que comeste hoje?
*JOA: &co [/] co(r)ta é aqui.
%syn: 0subj 1v 3/3 pres 0obj 0subj 1vser 3/3 pres
*PAI: corta # corta.

¹⁵ Se tivermos em conta o que se afirma na nota 13, apenas os exemplos (40) e (43) são considerados relevantes.

¹⁶ Esta ocorrência é do tipo semi-pseudo-clivado. A sua relevância prende-se com o facto de só ocorrerem em línguas que admitem todos os tipos de objecto nulo, como o Português ou o Chinês (veja-se Costa e Duarte, 2000 e 2003).

- (42) JOA_P_02.CHA": linha 288.
- *JOA: 0o Luís [?] corta a comida xx.
- *JOA: &aca [//] # co(r)ta aqui.
- %syn: 0suj 1v 3/3 pres 0obj
- *JOA: xxx.
-
- (43) JOA_P_02.CHA": linha 684.
- *PAI: deixa~o virar [= as páginas].
- *JOA: um palhacinho (es)tá aí.
- %syn: 1suj 1vestar 3/3 pres
- *JOA: (es)tá aí palhacinho.
- %syn: 1vestar 3/3 pres 1sujp
- *JOA: tem [=? (es)tá aí] o palhacinho.
- %pho: t6~ í u p6j6si'Ju
- %syn: ?0suj 1v 3/3 pres ?1obj
-
- (44) JOA_P_02.CHA": linha 769.
- AVO: pois (es)tão.
- *JOA: oh@i # já est(r)agaram dois popós.
- %syn: 0suj 1v 3pl/3pl pass 1obj
- *AVO: dois popós [% rep.].

Mais uma vez, é relevante assinalar que é sempre respeitada a ordem previsível; note-se especialmente o exemplo (43), em que, apesar da alteração da ordem inicial, se continua a colocar correctamente o advérbio, bem como a reformulação entre os exemplos (41) e (42).

Quanto a alterações à ordem previsível, registam-se unicamente os seguintes exemplos, que podem corresponder a topicalizações; assumindo-se tal possibilidade, este seria um argumento a favor da defesa de que I está já activado, tornando a ausência de movimento do verbo mais difícil de conceber:

- (45) JOA_P_01.CHA": linha 249.
 *PAI: oh@i João!
 *JOA: o pato # cola.
 %com: dirigindo-se a ANT com o pato de corda na mão.
 %syn: 1obj 0suj 1vimp 2/2 pres (o)
 *ANT: não tenho cola # não (es)tá cá cola.
- (46) JOA_P_01.CHA": linha 293.
 *ANT: já tem orelhas!
 *JOA: bau@c # tira.
 %com: parece referir-se ao saco que o coelho tem pendurado ao ombro.
 %syn: 0suj 1vimp 2/2 pres ?1obj (o)
 *JOA: coelhinho.
- (47) JOA_P_02.CHA": linha 221.
 *PAI: o que é isso João?
 *JOA: bolachinha [?] # papar ## papar!
 %syn: ?1obj 1vinf (o)
 *JOA: olha uma xx.

Quanto à complexidade relativa das estruturas verbais produzidas, o seguinte exemplo, já reproduzido em 9.4.1.3, é o único relevante na primeira sessão:

- (48) JOA_P_01.CHA": linha 217.
 *ANT: onde é que (es)tá o bebé ?
 *JOA: está a chorar .
 %syn: 0suj 1vestar 3/3 pres (1)1vinf
 *ANT: o quê ?

Os exemplos tornam-se mais significativos na segunda sessão:

- (49) JOA_P_02.CHA": linha 414.
- *PAI: que (es)tás a fazer?
- *JOA: (es)tá~s(e) <a est(r)agar> [/] # a <est(r)agar o copo> [/]
est(r)agar o copo.
- %syn: 1vestar 3/3 pres 1clitsuj 1vinf 1obj
- *PAI: (es)tás a quê?
- *JOA: a est(r)agar o copo.
- (50) JOA_P_02.CHA": linha 456.
- *JOA: é [=? a] manteiga.
- *JOA: eu (es)tou 0a [*] p(r)ovar.
- %syn: 1suj 1vestar 1/1 pres 1vinf
- *PAI: provar o quê?
- (51) JOA_P_02.CHA": linha 550.
- *PAI: o que é?
- *JOA: anda ver # a:h@i.
- %syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 1vinf 0obj
- *JOA: anda ver!
- (52) JOA_P_02.CHA": linha 675.
- *JOA: qu(e) é isto?
- %syn: 1comp 1vser 3/3 pres 1sujp
- *JOA: ai@i.
- *JOA: 0o+que+é+que [*] 0o [*] menino (es)tá 0a fazer?
- %syn: 0comp 1suj 1vestar 3/3 pres 1vinf
- *AVO: que (es)tá a fazer?

A complexidade verbal é crescente, em simultâneo com o processo de consolidação dos paradigmas flexionais, iniciado igualmente na segunda sessão.

Embora a correcção global, a nível sintáctico, bem como as alterações legítimas à ordem básica acima registadas, indiquem que este nível não depende da consolidação daqueles paradigmas, os dados relativos a sujeitos e objectos nulos, infinitivos e complexidade verbal levam a pensar que há, no mínimo, uma coincidência temporal, o que é compatível com as propostas incluídas na RAH.

Quanto às respostas a perguntas globais, confirmam a existência de V-para-I desde a primeira sessão:

(53) JOA_P_01.CHA": linha 188.

*ANT: o pato anda,, não anda?

*JOA: anda [/] anda [/] anda.

%pho: w6~'d6 6~'d6 6~'d6

%syn: 0suj 1v 3/3 pres

*JOA: po(r)quinho.

(54) JOA_P_01.CHA": linha 437.

*PAI: são formigas pequeninas,, não são # hum@i?

*JOA: são.

%syn: 0suj 1vser 3pl/3pl pres

*PAI: são.

Em resumo, os dados das duas crianças conduzem a conclusões parcialmente diferenciadas, apontando claramente para a necessidade de pesar devidamente as diferenças interindividuais no processo de aquisição da linguagem.

Tendo em conta que para uma das crianças (LUI) a aquisição dos aspectos sintácticos e morfológicos evolui paralelamente, sem relação de interdependência, e que para JOA alguns indicadores sintácticos também evoluem independentemente, assumirei que estes aspectos estão dissociados, apesar de ser naturalmente possível que evoluam em simultâneo (como ocorre no caso de JOA), o que não prova necessariamente a relação de interdependência.

Em investigação futura procurarei alargar o âmbito de dados analisados, estendendo-o a crianças em estádios anteriores de desenvolvimento, por forma a verificar se existe, em termos mais globais, um padrão recorrente e, a existir, qual dos que aqui se encontraram (o de LUI e alguns dos resultados de JOA) é excepcional.

10.3.2 PB

Retoma-se agora a síntese elaborada em 6.4.2.4.:

(55)

PB	Sessão	Idade	Observações
PAU	PAU02	1;10.20	Apesar dos contrastes que já surgem em PAU01, a evolução é clara na sessão seguinte. Esta observação é claramente fundamentada pela evolução verificada na medida de “%1/1 / Total” (de 18.8% para 45.6%).
RAB	RAB01	1;11.12	A aquisição de [pessoa] pode ter ocorrido anteriormente, o que pode ser tido como muito provável, a partir da observação de “%1/1 / Total”.
TIA	TIA04	2;5.8	A aquisição de [pessoa] vai-se consolidando gradualmente, até TIA09. A medida de “%1/1 / Total” não é especialmente representativa pelo número reduzido de ocorrências.

As sessões relevantes são assim PAU01 e TIA01, TIA02 e TIA03, aquelas em que a aquisição de [pessoa] não está ainda consolidada.

Verificar-se-ão agora os dados relativos à aquisição de sujeitos nulos nas sessões referidas, tal como foram apresentados em 7.3.

Quanto a PAU, a evolução é a seguinte:

(56)

Idade	Tipos de Sujeito (%) – PAU					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
1;8.21	89.3%	0.0%	6.5%	1.2%	3.0%	100%
1;10.20	65.3%	4.3%	9.1%	5.7%	15.6%	100%
2;2.18	74.7%	1.8%	8.2%	4.8%	10.5%	100%
Total	72.1%	2.7%	8.4%	4.8%	12.0%	100%

Para esta criança a segunda sessão coincide com uma alteração significativa, estando a diminuição de sujeitos nulos correlacionada com um aumento nos vários tipos de sujeitos preenchidos, com relevo especial para os pronomes pessoais.

Quanto a TIA, a evolução é a seguinte:

(57)

Idade	Tipos de sujeito (%) – TIA					
	0suj	0suj-ex	1suj	1suj-d	1suj-pp	Total
2;2.28	85.2%	0.0%	11.1%	0.0%	3.7%	100%
2;3.11	71.9%	0.0%	28.1%	0.0%	0.0%	100%
2;4.11	70.4%	0.0%	29.6%	0.0%	0.0%	100%
2;5.8	65.2%	13.0%	17.4%	4.3%	0.0%	100%
2;6.12	27.9%	2.3%	46.5%	7.0%	16.3%	100%
2;7.19	58.3%	5.6%	33.3%	2.8%	0.0%	100%
2;8.17	80.0%	0.0%	20.0%	0.0%	0.0%	100%
2;9.0	66.7%	0.0%	11.7%	6.7%	15.0%	100%
3;0.15	52.9%	2.0%	21.6%	13.7%	9.8%	100%
Total	61.4%	2.2%	24.5%	5.0%	6.9%	100%

No caso de TIA, as grandes flutuações condicionam bastante a detecção de um eventual padrão evolutivo; nesse aspecto, pouco conclusivo, é possível correlacionar o longo percurso de consolidação de [pessoa] ao período também prolongado de flutuação nos pesos relativos de sujeitos nulos e preenchidos; poder-se-ia pensar que o valor de 27.9%, na quinta sessão, e a equivalente subida acentuada nos três subtipos de sujeitos preenchidos, constituiria um ponto de viragem; no entanto, os valores da sétima sessão reproduzem praticamente os da primeira, pelo que é difícil estabelecer uma tendência clara.

Observam-se agora os dados relativos ao objecto.

Quanto a PAU, os valores, retomados da secção 8.3, são os seguintes:

(58)

Idade	Tipos de objecto (%) – PAU		
	0obj	1obj	Total
1;8.21	62.6%	37.4%	100%
1;10.20	52.9%	47.1%	100%
2;2.18	55.7%	44.3%	100%
Média	55.0%	45.0%	100%

Tal como observado em 8.4.2, a diferença entre a primeira e a segunda sessões não é significativa, já que aqueles valores não diferem substancialmente da média global.

Em relação a TIA, os valores são os seguintes:

(59)

Idade	Tipos de objecto (%) – TIA		
	0obj	1obj	Total
2;2.28	42.9%	57.1%	100%
2;3.11	60.0%	40.0%	100%
2;4.11	50.0%	50.0%	100%
2;5.8	33.3%	66.7%	100%
2;6.12	47.4%	52.6%	100%
2;7.19	38.9%	61.1%	100%
2;8.17	50.0%	50.0%	100%
2;9.0	44.4%	55.6%	100%
3;0.15	33.3%	66.7%	100%
Média	42.0%	58.0%	100%

Como se observa, não é possível correlacionar a transição para a quarta sessão com nenhuma evolução clara a nível da produção de objectos (nulos *versus* realizados).

Retomam-se agora os dados relativos aos infinitivos, como em 9.3.

Os dados de PAU são os seguintes:

(60)

Idade	Infinitivos – PAU		
	INF	EV	INF/EV
1;8.21	55	251	21.9%
1;10.20	248	1161	21.4%
2;2.18	205	1125	18.2%
Total/Média	508	2537	20.0%

Como se verifica, não existe para este aspecto nenhuma alteração na fase relevante, sendo os valores da primeira e segunda sessões praticamente idênticos.

Quanto aos valores de TIA, são os seguintes:

(61)

Idade	Infinitivos – TIA		
	INF	EV	%INF/EV
2;2.28	3	44	6.8%
2;3.11	1	37	2.7%
2;4.11	3	31	9.7%
2;5.8	2	31	6.5%
2;6.12	12	71	16.9%
2;7.19	4	70	5.7%
2;8.17	2	28	7.1%
2;9.0	5	97	5.2%
3;0.15	4	98	4.1%
Total/Média	36	507	7.1%

Também não se verifica para esta criança nenhuma evolução substancial na quarta sessão, apesar do salto brusco na quinta, sem continuidade.

Observando agora os valores relativos aos imperativos, como em 9.6.2, verifica-se para PAU o seguinte:

(62)

Idade	Imperativos – PAU		
	IMP	EV	IMP/EV
1;8.21	20	251	8.0%
1;10.20	116	1161	10.0%
2;2.18	50	1125	4.4%
Total/Média	186	2537	7.3%

Como se constata, a segunda sessão não representa para este aspecto qualquer evolução significativa.

Quanto a TIA, os valores são os seguintes:

(63)

Idade	Imperativos – TIA		
	IMP	EV	IMP/EV
2;2.28	3	44	6.8%
2;3.11	1	37	2.7%
2;4.11	0	31	0.0%
2;5.8	3	31	9.7%
2;6.12	6	71	8.5%
2;7.19	11	70	15.7%
2;8.17	0	28	0.0%
2;9.0	15	97	15.5%
3;0.15	16	98	16.3%
Total/Média	55	507	10.8%

Para este aspecto, verifica-se uma tendência ligeira (em relação à primeira sessão) de subida na quarta sessão, com muitas oscilações nas sessões seguintes.

Quanto aos outros indicadores já acima tratados para as crianças portuguesas, advérbios negativos, outros advérbios e complexidade dos núcleos predicativos, tratar-se-á agora de ver como evoluem para estas crianças.

Relativamente a PAU, observa-se, quanto aos advérbios negativos, que em PAU01, dos quinze exemplos relevantes, nenhum apresenta sujeito explícito; destes, onze apresentam a ordem “não + V” e quatro a ordem “VP + não”, em contextos de negação de constituintes, todos legítimos. Este contraste de ordem é naturalmente relevante, já que demonstra que se domina já este aspecto sintático. Eis os exemplos relevantes, em que se sublinha, no segundo, a resposta de *EST:

(64) PAU_B_01.cha": linha 1391.

*CHI: não .

*CHI: arrumar # não .

%syn: 1vinf (1)1neg

*CHI: arrumar # não .

- (65) PAU_B_01.cha": linha 1506.
 *CHI: 0 [=! no banheiro, fazendo a higiene e continuando a
 choramingar] .
 *CHI: lavar cocô não .
 %syn: 1vinf 1obj (1)1neg
 *EST: lavar cocô sim .
- (66) PAU_B_01.cha": linha 1515.
 *CHI: lavar cocô .
 *CHI: lavar cocô não .
 %syn: 1vinf 1obj (1)1neg
 *CHI: lavar cocô não .
- (67) PAU_B_01.cha": linha 3728.
 *EST: agora dá o pé pra mamãe lavar # dá .
 *CHI: lavar pé não .
 %syn: ?1vinf 1obj (1)1neg
 *EST: vai lavar pé sim .

Em relação ao onze exemplos restantes, existe um outro dado relevante: o aparecimento do segundo marcador de negação frásica em dois:

- (68) PAU_B_01.cha": linha 1550.
 *CHI: não .
 *CHI: não quer não .
 %syn: 0suj (1)1neg 1v 3/1 0obj 2neg
 *LEO: +" tá fria .
- (69) PAU_B_01.cha": linha 3834.
 *EST: pronto ?
 *CHI: &m &m não vou lá não .
 %syn: 0suj 1neg 1v 1/1 pres (1)2neg
 *CHI: vou lá .
 %syn: 0suj 1v 1/1 pres

A relevância dos exemplos (68) e (69) prende-se com o facto de constituírem uma aproximação ao PB adulto e uma divergência relativamente ao PE.

Apesar de não se pretender neste contexto desenvolver a abordagem deste aspecto (veja-se Gonçalves 1994 e 2000), retém-se unicamente a seguinte constatação: existindo ocorrências com dois marcadores de negação frásica em PE, as suas propriedades são distintas; a título ilustrativo, veja-se o seguinte enunciado de EST, um falante adulto, impossível em PE, no mesmo contexto discursivo e com curva entoacional idêntica (PAU_B_01.cha": linha 325): “*EST: isso não é pra por aí não” .

Exemplos com o segundo marcador de negação frásica não surgem nas sessões relativas às crianças portuguesas acima analisadas (LUI01, LUI02 e LUI03 e JOA01, JOA02, JOA03 e JOA4).

Quanto a ocorrências com outros advérbios, “aqui” é a forma predominante. Aos exemplos abaixo reproduzidos acrescem mais vinte cinco com a forma “V + aqui”.

(70) PAU_B_01.cha": linha 1152.

*EST: cadê a mão do jacaré # cadê a mão?

*CHI: está aqui [=! mostrando].

%syn: 0suj 1vestar 3/3 pres

*EST: e o pé?

(71) PAU_B_01.cha": linha 1407.

*EST: maquiqui@c?

*CHI: dá aqui.

%syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 0obj

*EST: ahn@i?

(72) PAU_B_01.cha": linha 2028.

*CHI: tezê@c.

*CHI: mamãe # põe aqui 0o tezê@c.

%syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 1obj

*EST: www.

- (73) PAU_B_01.cha": linha 2035.
 *CHI: yyy caiu [% procurando mais peças do trem].
 *CHI: por Pá esse aqui.
 %syn: ?1vinf 1sujp (refl) 1obj
 *CHI: mais tezê@c [= peças de trem].
- (74) PAU_B_01.cha": linha 2556.
 *CHI: por aqui.
 *CHI: quer por aqui.
 %syn: 0suj 1v 3/1 pres 1vinf 0obj
 *EST: deixa eu levo pra você.
- (75) PAU_B_01.cha": linha 3834.
 *EST: pronto?
 *CHI: &m &m não vou lá não.
 %syn: 0suj ?1neg 1v 1/1 pres 2neg
 *CHI: vou lá.
- (76) PAU_B_01.cha": linha 4542.
 *LEO: Nenê [% chamando]!
 *CHI: está aqui o pé.
 %syn: 1vestar 3/3 pres 1sujp
 *EST: está aqui o pé?
- (77) PAU_B_01.cha": linha 4598.
 *CHI: caiu.
 *CHI: caiu mais.
 %syn: 0suj 1v 3/3 pass
 *CHI: caiu mais.

Tendo em conta a derivação acima assumida para este tipo de contextos, ter-se-á aqui a prova de que o movimento do verbo se dá para fora de VP, ou seja, para I.¹⁷

¹⁷ Veja-se no entanto a nota 13 acima.

Quanto à complexidade dos núcleos verbais, há que recordar (veja-se 9.4.2.1) que a globalidade das três sessões demonstra uma diversidade inferior à verificada nos dados das crianças portuguesas, e mesmo de RAB.

Apesar disso, na primeira sessão verificam-se algumas ocorrências relevantes, aqui exemplificadas:

(78) PAU_B_01.cha": linha 1711.
*EST: quer <tescer@f> [= descer] ,, né ?
*CHI: quer tescer@f.
%syn: 0suj 1v 3/1 pres 1vinf
*EST: quer descer.

(79) PAU_B_01.cha": linha 1812.
*CHI: Pá.
*CHI: vamos por outro sapato.
%pho: m 'p o t u p A 'p a
%syn: 0suj ?1v ?1pl/1pl ?1pres 1vinf 1obj
*EST: é de Pá?

(80) PAU_B_01.cha": linha 2131.
*CHI: não.
*CHI: quer por.
%syn: 0suj 1v ?3/1 pres 1vinf 0obj
*CHI: tezê@c.

(81) PAU_B_01.cha": linha 2549.
*EST: ahn@i?
*CHI: quer por.
%syn: 0suj 1v 3/1 pres 1vinf 0obj
*CHI: por aqui.
*CHI: quer por aqui.

(82) PAU_B_01.cha": linha 2799.

@New Episode

*CHI: vou nanar # Nenê.

*CHI: vou nanar.

%pho: v o n A n a 'n a

*CHI: Nenê # vou nanar.

*EST: vai nanar?

*CHI: não.

*CHI: eu quer por.

*EST: <que que precisa por> [>]?

(83) PAU_B_01.cha": linha 3084.

*EST: que você quer com o papai?

*CHI: <quer quer> [/] quer descer 0com papai.

%syn: 0suj 1v 3/1 pres 1vinf

*EST: que é?

(84) PAU_B_01.cha": linha 4632.

*EST: fala que a mamãe está chamando.

*CHI: quer subir aqui.

%syn: 0suj 1v 3/1 pres 1vinf

*CHI: não cai aqui.

Quanto a alterações à ordem básica, vejam-se os seguintes exemplos:

(85) PAU_B_01.cha": linha 876.

*LEO: que que é isso?

*CHI: <caté@f> [% carretel] não tem.

%syn: 0suj 1obj 1neg 1v 3/3 pres (o)

*EST: <caté@f não tem> ["].

(86) PAU_B_01.cha": linha 1773.
 *EST: m?
 CHI: põe cocô@c mais [].
 %syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 1obj (o)
 *CHI: mais.

(87) PAU_B_01.cha": linha 2999.
 *CHI: cacá@c # cacá@c.
 *CHI: cacá@c guardei.
 %syn: 0suj 1obj 1v 1/1 pass (o)
 *EST: gadê ["] é guardei # gadê.

(88) PAU_B_01.cha": linha 4463.
 *EST: deixa eu te pentear o cabelo # vamos.
 *CHI: (n)a vovó Z vamos # tchau@i.
 %syn: 0suj ?1v ?1pl/1pl pres (o)
 *CHI: (n)a vovó Z.

Como se verifica, apenas o exemplo em (86) não pode corresponder a casos de topicalização. Os outros, correspondendo àquele movimento para efeitos de ênfase, são mais uma prova de que se dá já nesta fase o movimento de constituintes (NPs-objecto e PPs-obliquos) para fora de VP, sendo uma prova de que o domínio de I já está activado. Indirectamente, este dado leva a pensar que, assim sendo, não existe motivo para não mover igualmente o verbo.

Quanto aos dados relativos a respostas a perguntas globais, indiciam de novo, desde o primeiro estágio registado, a existência de V-para-I:

(89) PAU_B_01.cha": linha 283.
 *EST: olha # (vo)cê quer isso?
 *CHI: quer.
 %syn: 0suj 1v ?3/1 pres 0obj
 *EST: que que é?

- (90) PAU_B_01.cha": linha 446.
- *EST: olhe # posso pegar a caixinha pra mim?
- *CHI: pode.
- %syn: 0suj 3/3(ref2) pres 0obj
- *EST: de quem é essa caixinha?

Abordam-se agora os dados de TIA relativos a advérbios negativos, outros advérbios, complexidade dos núcleos verbais e eventuais alterações da ordem básica.

Quanto aos advérbios negativos, na primeira sessão registam-se dois exemplos com a ordem canónica e sem sujeito explícito; na segunda e na terceira um exemplo (em cada) com as mesmas características. Na quarta sessão, em nove exemplos, um apresenta sujeito explícito:

- (91) TIA_B_04.CHA": linha 283.
- *MAE: é ## às vezes tem barco que tem luz ## mas esse não tem .
- *TIA: não ## mãe ### o barco não tem luz .
- %syn: 1suj (1)1neg 1v 3/3 pres 1obj
- *MAE: e o cavalo ## tiago ## tem luz ?

Finalmente, na quinta sessão ocorrem três exemplos, incluindo dois deles negação dupla:

- (92) TIA_B_05.CHA": linha 145.
- *MAE: dá pra mamãe que a mamãe quer brincar um pouco .
- *TIA: não ## mamãe não quer brincar .
- %syn: 1suj (1)1neg 1v 3/3(ref2) pres 1vinf
- *MAE: como é que você sabe que a mamãe não quer brincar ?
- (93) TIA_B_05.CHA": linha 315.
- *MAE: não vou brincar hoje ?
- *TIA: você não vai # não .
- %syn: 1suj (1)1neg 1v 3/3(ref2) pres 2neg
- *TIA: mãe .

- (94) TIA_B_05.CHA": linha 395.
 *TIA: mãe .
 *TIA: esse não é a bolinha não .
 %syn: 1suj (1)1neg 1vser 3/3 pres 1pred 2neg
 *MAE: não é a bolinha não ?

Estes dados demonstram portanto a mesma flutuação já verificada para outros aspectos e, para os objectivos presentes, não são especialmente conclusivos; a não ocorrência de negação com sujeitos explícitos nas primeiras três sessões pode no entanto ser lida como mais um indicador de que o verbo (e o sujeito) pode não se mover antes disso, já que todos os exemplos sem sujeito explícito são compatíveis com a assunção de que aqueles constituintes se mantêm em VP.

Quantos aos outros advérbios, encontram-se os seguintes exemplos (havendo outros do mesmo tipo), sobretudo com a ordem "V + aqui"; o exemplo (98) é de tipo único. Embora a ordem seja possível, deverá certamente tratar-se de um erro de *performance*, neste caso particular.

- (95) TIA_B_01.CHA": linha 348.
 *MAE: outra roda ### e a porta do carro.
 *TIA: (es)tá (a)qui.
 %syn: 0suj 1vestar 3/3 pres
 *MAE: e a outra porta ## isso ## e a janela?

- (96) TIA_B_01.CHA": linha 530.
 *MAE: a Rosa nao viu o coelhinho.
 *TIA: (o)lha esse yy (es)tá (a)qui.
 %syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 1obj ?1comp 1vestar 3/3 pres
 *MAE: as fichinhas # é.

- (97) TIA_B_01.CHA": linha 741.
 *MAE: canta.
 *TIA: o bolo (es)tá (a)qui.
 %syn: 1suj 1vestar 3/3 pres
 *TIA: sapato (es)tá (a)qui.

(98) TIA_B_02.CHA": linha 492.
*ENT: entrou ## cadê a porta?
*TIA: aqui (es)tá.
%syn: 0suj 1vestar 3/3 pres (o)
*ENT: essa aqui ## quem é?

(99) TIA_B_03.CHA": linha 138.
*INV: caiu também.
*TIA: carro caiu também.
%syn: 1suj 1v 3/3 pass
*INV: tiago ## cadê a mamãe?

(100) TIA_B_04.CHA": linha 467.
*MAE: (es)tá aqui ## onde?
*TIA: (es)tá lá dentro.
%syn: 0suj 1vestar 3/3 pres
*MAE: lá dentro.

(101) TIA_B_04.CHA": linha 521.
*MAE: chama mais alto que a berenice não ouve assim.
*TIA: berenice já vem # mãe.
%pho: beenisi Za 've~ m6~e
%syn: 1suj 1v 3/3 pres 1oc
*MAE: já vem?

Como se verifica, até à quarta sessão (exclusive, com a exceção mencionada), todos os exemplos apresentam a ordem “ V + ADV”, o que, como assumido acima, pode ser tido como a argumento a favor da hipótese de que existe já movimento do verbo.¹⁸

O único contraste de ordem significativo até àquela sessão (inclusive) está representado em (101).

¹⁸ Veja-se no entanto a nota 13.

A quinta sessão demonstra também a este nível uma evolução, ao nível da complexidade dos constituintes adverbiais, embora não haja nenhuma novidade, em termos estruturais:

(102) TIA_B_05.CHA": linha 32.

*MAE: cadê a argolinha?
*TIA: (es)tá ali embaixo.
%syn: 0suj 1vestar 3/3 pres
*MAE: é.

(103) TIA_B_05.CHA": linha 70.

*MAE: a baba?
*TIA: esse (es)tá (a)qui # mãe.
%syn: 1suj 1vestar 3/3 pres 1oc
*MAE: (es)tá.

(104) TIA_B_05.CHA": linha 83.

*TIA: mãe.
*TIA: o(lha) lá # mãe.
%syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 0obj 1oc
*TIA: yy.

(105) TIA_B_05.CHA": linha 116.

*TIA: mãe.
*TIA: a água (es)tá lá enci(ma).
%syn: 1suj 1vestar 3/3 pres
*MAE: é.

(106) TIA_B_05.CHA": linha 469.

*TIA: mãe.
*TIA: a verde (es)tá lá dentro da casa.
%syn: 1suj 1vestar 3/3 pres
*MAE: é ## a verde ficou presa na telha.

Quanto à complexidade dos núcleos verbais, nota-se a evolução abaixo exemplificada (existindo outros exemplos semelhantes):

(107) TIA_B_01.CHA": linha 562.

*MAE: pronto # o outro joguinho ### esse a Rosa nunca viu.

*TIA: (es)tá caindo.

%syn: 0suj 1vestar 3/3 pres 1vger

*MAE: (es)tá caindo.

(108) TIA_B_01.CHA": linha 603.

*MAE: não caiu ainda tudo # não ## vai cair.

*TIA: vai cair ### (es)tá saindo.

%syn: 0suj 1vaux 3/3 pres 1vinf 0suj 1vestar 3/3 pres 1vger

*MAE: agora ele disse +...

(109) TIA_B_02.CHA": linha 114.

*TIA: essa caminheta [= caminhonete].

*TIA: caminhao (es)tá (es)tá passando [=? puxando].

%syn: 1suj 1vestar 3/3 pres 1vger

*ENT: caminhão (es)tá puxando ## é o au+au@o (es)tá puxando o caminhão.

(110) TIA_B_02.CHA": linha 788.

*ENT: nadando,,né?

*TIA: (es)tá nadando.

%syn: 0suj 1vestar 3/3 pres 1vger

*TIA: yy cavalo.

(111) TIA_B_03.CHA": linha 221.

*INV: só ## e este aqui?

*TIA: vai passa(r).

%syn: 0suj 1vaux 3/3 pres 1vinf

*INV: carrinho vai passar.

(112) TIA_B_03.CHA": linha 228.
*INV: é o caminhão ### igual a esse aqui.
*TIA: (es)tá passando.
%syn: 0suj 1vestar 3/3 pres 1vger
*INV: (es)tá passando em cima do cachorro.

(113) TIA_B_04.CHA": linha 81.
*MAE: essa roda,,é?
*TIA: vai abrir ## mãe.
%syn: 0suj 1vaux 3/3 pres 1vinf loc
*MAE: quê?

A variedade de estruturas equivalentes alarga-se a partir da quinta sessão:

(114) TIA_B_05.CHA": linha 40.
*TIA: você vai +...
%syn: 1suj 1vaux 3/3 pres
*MAE: uhn@i?
*TIA: +, dar um apertão.
%syn: 1vinf 1obj

(115) TIA_B_05.CHA": linha 121.
*MAE: a água (es)tá lá em cima.
*TIA: o tiago (es)tá apertando (o) botão.
%syn: 1suj 1vestar 3/3(ref1) pres 1vger 1obj
*TIA: mãe.

(116) TIA_B_05.CHA": linha 133.
*MAE: tem que soltar ## depois dar um apertão.
*TIA: eu vou dar apertão # mãe.
%syn: 1suj 1vaux 1/1 pres 1vinf 1obj loc
*MAE: mas tem que soltar pra dar apertão.

- (117) TIA_B_05.CHA": linha 145.
- *MAE: dá pra mamãe que a mamãe quer brincar um pouco.
- *TIA: não ## mamãe não quer brincar.
- %syn: 1suj 1neg 1v 3/3(ref2) pres 1vinf
- *MAE: como é que você sabe que a mamãe não quer brincar?
- (118) TIA_B_05.CHA": linha 156.
- *MAE: uhn@i?
- *TIA: vamos guardar o jogo?
- %syn: 1suj 1vaux 1pl/1pl pres 1vinf 1obj
- *MAE: vamos guardar o jogo?
- (119) TIA_B_05.CHA": linha 213.
- *MAE: ah@i ## (es)tá.
- *TIA: eu vou apertar ## mãe.
- %syn: 1suj 1vaux 1/1 pres 1vinf 1oc
- *MAE: (es)tá dando um apertão.
- (120) TIA_B_05.CHA": linha 260.
- *TIA: mãe.
- *TIA: yy vai pegar.
- %syn: ?1suj 1vaux 3/3 pres 1vinf 0obj
- *MAE: é ## (es)to(u) tentando.
- (121) TIA_B_05.CHA": linha 339.
- *MAE: por que você (es)tá batendo?
- *TIA: eu (es)to(u) batendo a yy.
- %syn: 1suj 1vestar 1/1 pres 1vger 1obj
- *MAE: que que você (es)tá fazendo?

Finalmente, quanto às alterações à ordem básica registam-se, em exclusivo, os seguintes exemplos:

(122) TIA_B_01.CHA": linha 140.

*MAE: é bala gostosa.

*TIA: bala comendo.

%syn: 1obj (o) 0suj 1vger 0vestar

*MAE: o cachorro aqui ### tem o peixinho # o besourinho # o outro besourinho.

(123) TIA_B_01.CHA": linha 457.

*MAE: ele diz que abriu a laranja.

*TIA: laranja &briu .

%syn: ?1suj 1v ?3/3 pass (o)

*MAE: abriu ### olha # essa aqui já dá pra chupar ## você quer chupar?

(124) TIA_B_02.CHA": linha 78.

*ENT: o gato o que que vai fazer ## vai tomar o suco?

*TIA: bola (es)tá puxando.

%syn: 0suj 1vestar 3/3 pres 1vger 1obj (o)

*ENT: ah@i ## ele (es)tá puxando o fio do novelo de lã?

*TIA: bola (es)tá puxando.

*ENT: (es)tá puxando sim.

*ENT: eu estou vendo.

(125) TIA_B_02.CHA": linha 492.

*ENT: entrou ## cadê a porta?

*TIA: aqui (es)tá.

%pho: a'ki ta

%syn: 0suj 1vestar 3/3 pres (o)

*ENT: essa aqui ## quem é?

(126) TIA_B_04.CHA": linha 439.

- *MAE: é ### põe em cima do posto.
*TIA: carro põe em cima do posto.
%syn: 0suj 1vimp 2/2 pres 1obj (o)
*MAE: ah@i ## você (es)tá querendo substituir,, né?
*MAE: o carro que vai por em cima do posto.

(127) TIA_B_05.CHA": linha 244.

- *MAE: que que eu pego?
*TIA: mãe ## a bolinha pos na água # na água.
%syn: 1oc 1suj 1v 3/3 pass 0clit (o)?
*MAE: a bolinha que que foi?
*TIA: a bolinha foi a yy água.
%syn: 1suj 1v 3/3 pass
*MAE: vai na água?

Como se verifica, o número de exemplos não é significativo nem se nota nenhuma evolução significativa na quinta sessão, podendo alguns destes ser vistos como casos de topicalização, usados aqui como indicador de que I está já activado.

Quanto aos contextos de resposta a perguntas globais, o primeiro contexto relevante surge na terceira sessão:

(128) TIA_B_03.CHA": linha 40.

- *INV: cadê a Cláudia # tiago?
*INV: saiu?
*TIA: saiu.
%syn: 0suj 1v 3/3 pass
*INV: saiu.

Globalmente, para PAU só nos valores de sujeito nulo se evidencia uma evolução que coincide com a verificada para a aquisição dos paradigmas morfológicos; quantos aos dados relativos a objectos nulos, infinitivos e imperativos não se verifica qualquer correlação.

Quanto aos outros contextos observados, o contraste entre negação frásica e de constituintes, o padrão de "V + ADV", os casos de topicalização e as respostas a

perguntas globais foram usados como argumentos para defender que o desenvolvimento sintáctico, nomeadamente o movimento de V-para-I, não está dependente da aquisição dos paradigmas morfológicos.

Em relação a TIA, as grandes oscilações são verificadas para todos os indicadores em estudo, o que condiciona a obtenção de conclusões claras, para que também contribui o número reduzido de produções relevantes, em termos globais. Apesar disso, existe um dado potencialmente interessante: tendo-se situado a aquisição dos paradigmas morfológicos na quarta sessão (com consolidação até à nona), a quinta coincide com algumas oscilações significativas (apesar de não marcarem o início de tendências consistentes) no caso dos sujeitos e dos infinitivos (no caso dos imperativos, ocorre uma oscilação do mesmo tipo na sexta sessão e no caso dos objectos não há qualquer oscilação).

Este padrão é eventualmente relacionável com o que se verificou acima para JOA, também com oscilações bruscas em momentos de transição, sendo passível de uma leitura que favorece a FFH.

Também os outros dados observados apontam a quinta sessão como um momento de complexidade acrescida, no que diz respeito a contextos adverbiais e aos núcleos verbais complexos.

Apesar disso, apontaram-se alguns argumentos determinantes para a hipótese de que existe já movimento do verbo para I na fase relevante: o padrão “V + aqui” e os casos de topicalização.

Verifica-se pois, de novo, a existência de diferenças interindividuais significativas, tal como constatado acima para as crianças portuguesas, aplicando-se os mesmos comentários sobre a necessidade de uma investigação mais extensa.

Apesar disso, globalmente, é possível defender que a aquisição dos aspectos sintácticos sob observação (incluindo o movimento do verbo) não depende da aquisição dos paradigmas flexionais, não obstante as coincidências temporais detectadas para duas das crianças (JOA e TIA). Em rigor, no caso de TIA, a criança que evolui mais lentamente, o que favorece a observação comparada, pode mesmo pensar-se numa relação de precedência do princípio do processo de consolidação da aquisição dos paradigmas morfológicos (na quarta sessão) sobre a evolução progressiva (embora com muitas oscilações posteriores) da aquisição dos aspectos sintácticos sob observação (na quinta).

Concluiu-se ainda que as diferenças se relacionam com as crianças, individualmente, e não com as variantes, não se podendo defender que a aquisição da sintaxe depende mais ou menos da aquisição da morfologia numa ou noutra variante.

Finalmente, dá-se conta de dados adicionais que confirmam que IP está já disponível em PB: em Oliveira (1999: 87 e seg.) (veja-se também Kato 1995), apresentam-se argumentos na defesa da Hipótese da Continuidade, relacionados com a presença dos verbos copulativos “ser” e “estar” e dos auxiliares não modais (“estar”-progressivo e “ir”-futuro); em Palmiere (2002:126), por outro lado, afirma-se que predominam nas produções estudadas os verbos monoargumentais e, destes, a grande maioria são inergativos (para TIA, 72% são inacusativos e só 28% são inergativos), apresentando um argumento interno a VP e favorecendo a ordem VS. Além disso “descrevem um evento em que o mais saliente é o *efeito resultante*, ou o *resultado do processo* – uma **mudança** (de estado ou lugar), sem que haja a indicação do agente ou causa da mudança.”

Afirma-se assim:

“Tomando por base, então esses critérios, pude verificar que os seguintes verbos inacusativos encontram-se abundantemente presentes entre os primeiros verbos de T. No período em questão: *chegar, cair, abrir, fechar, ligar, acender, apagar, quebrar, rasgar, esparramar, desmanchar, molhar.*

O mesmo se verifica nos dados de outra criança, Débora (D.), analisada por mim entre 1;4 e 1;9 de idade: quase 80% dos primeiros verbos enunciados por essa criança equivalem aos inacusativos *cair, fechar, abrir, apagar, acender, quebrar, acabar, etc.*

Uma criança mais desenvolvida linguisticamente apresenta apenas 25% de verbos inacusativos e 75% de inergativos.

Quanto à ordem de constituintes (Palmiere 2002:129 e seg.), nos dados de Natália (com dados entre os 2;0 e os 4;0 anos), dos inergativos, todos correspondem à ordem NP V; dos inacusativos, 70% apresentam a ordem V NP (dos que apresentam a ordem NP V, alguns realizam o NP como pronome).

Dos que são realizados com nome, 76% correspondem à ordem V NP. Os restantes 24% correspondem maioritariamente a estruturas com orações encaixadas.

Em Palmiere (2002:138) associa-se esta descrição ao que se defende em Kato *et al.* (1996) para o estado adulto: os NPs em posição pós-verbal têm sempre o papel temático de tema, constituindo a ordem VS “uma estratégia para introdução de referente no discurso”.

“(…) As crianças aqui analisadas utilizam verbos inacusativos em frases apresentativas, sendo que o NP pós-verbal mostra-se como um argumento que corresponde ao referente que sofre ou uma mudança de estado descrita pelo verbo (...) ou, ainda, uma mudança de lugar (...)”

As crianças são pois desde cedo sensíveis às diferenças entre tipos de verbo e respectivas ordens associadas.

11. Conclusões

Nesta secção retomar-se-ão as hipóteses e predições listadas em 4.5.2, as quais serão agora consideradas individualmente. Manter-se-á a formulação original.

- a) No que diz respeito à marcação flexional verbal, os dados aqui trabalhados mostrarão que o PB apresenta um paradigma mais reduzido que o PE por via da perda da marca específica de segunda pessoa do singular e, eventualmente, das marcações associadas à primeira pessoa do plural, sempre em favor da forma de terceira pessoa do singular. PE e PB apresentarão assim processos de aquisição da concordância verbal distintos em alguns aspectos fundamentais, nomeadamente em relação ao traço de [pessoa].

Relativamente à primeira hipótese, reproduzida na alínea a) acima, são fundamentalmente relevantes as conclusões da secção 6.

Quanto à segunda pessoa do singular, revelou-se o que era evidente: a equivalência funcional entre 2/2 em PE e 3/3ref2 em PB, onde não ocorrem formas de 2/2, como esperado. É no entanto significativo que ocorram com percentagens médias muito semelhantes entre si, apesar de a especificidade formal ser distinta.

Quanto à primeira pessoa do plural, não se verificou em nenhuma das variantes o privilégio de 3/3ref1pl (“a gente vai”), em desfavor de 1pl/1pl (“nós vamo(s)”), como se poderia esperar; pelo contrário, a forma original do paradigma está mais presente; lembrando os dados, “em PE regista-se uma única ocorrência da forma inovadora para RAP e outra para JOA e em PB registam-se 4 ocorrências 0.3% no total de resultados de RAB, unicamente na última sessão (tendo nessa sessão o peso relativo de 2.9%)”.

Este aspecto indicia que as duas formas coexistem nas duas variantes, não havendo evidência para que uma esteja a substituir a outra em PE ou em PB nos dados trabalhados.

Quanto ao padrão global de aquisição de [pessoa], verificou-se que é dissociado, no processo de aquisição, de [número], que surge (ou é activado) mais tardiamente, o que é especialmente notório em PB, facto que foi correlacionado com a sua natureza distinta de morfema único e não dissociado, como em PE.

Em termos genéricos, sublinhou-se fundamentalmente a semelhança de processos nas duas variantes, nomeadamente com o que tem que ver com o privilégio relativo das formas no estágio relevante e até com os respectivos pesos percentuais, tendo-se

destacado que as diferenças interindividuais são mais significativas do que as diferenças entre variantes.

Como aspecto comum mais significativo, destaca-se o uso de 3/3, claramente a forma *default* nas duas variantes, o que se atribuiu à natureza global do processo, com especificação gradual dos vários núcleos funcionais, todos disponíveis desde o início. Em relação à hipótese inicial, é visível que as duas variantes apresentam evoluções em que as semelhanças, mais do que as diferenças, são notórias, diferentemente do que era previsível.

Passa-se agora à segunda hipótese:

- b) A redução no paradigma flexional acima referida teve reflexos ao nível da fixação do parâmetro do sujeito nulo, pelo que os dados aqui trabalhados revelarão percentagens significativamente mais elevadas de sujeitos preenchidos em PB do que em PE.

Em relação a esta hipótese são fundamentais os resultados obtidos na secção 7., na qual se concluiu que, se em PE os valores são homogéneos, em PB existe grande heterogeneidade, com RAB a distinguir-se pelo número menos elevado de sujeitos nulos, não apresentando, apesar de tudo, uma diferença tão significativa como se esperaria: 52.2% contra 68.1% da média do PE, ou, incluídos os sujeitos nulos expletivos, 56.8% contra 68.6%.

Em termos globais, as duas variantes apresentam valores muito aproximados (68.6% em PE contra 65.1% em PB), embora se deva reter as diferenças interindividuais já apontadas.

A hipótese acima referida não foi assim totalmente confirmada pelos dados analisados: apesar de se terem detectado diferenças no sentido previsto, elas não são tão significativas nem tão sistemáticas como esperado.

Por outro lado, é significativo que não ocorram na fase relevante sujeitos duplos em PB, o que significa que as primeiras gramáticas do PB se estruturam sem necessidade de contemplarem a sua legitimação.

Considera-se agora a terceira hipótese, cujo âmbito foi abordado na secção 8.:

- c) Pela descrição da mudança linguística ocorrida em PB relativamente ao objecto, os valores de objecto nulo deverão ser significativamente mais elevados naquela variante.

Esta hipótese foi completamente contrariada pelos dados, já que a semelhança entre variantes foi total. De novo, foram sublinhadas as semelhanças e não as diferenças entre os respectivos processos de aquisição do indicador sintáctico em causa.

Será agora considerada a quarta hipótese, cujo tratamento foi desenvolvido na secção 9.:

- d) Pela associação detectada por muitos investigadores entre o parâmetro do sujeito nulo e a ocorrência de infinitivos opcionais, estes deverão ser detectados (pela maior percentagem e pelas características específicas) em PB e não em PE. Por propostas teóricas a explorar na secção 9., esperar-se-á que o número de imperativos em PE seja, na fase relevante, mais elevado do que em PB.

Relativamente aos infinitivos, verificou-se de novo que com a homogeneidade dos dados relativos ao PE se relaciona a heterogeneidade relativa aos dados do PB, com duas crianças, PAU e RAB, a mostrar valores semelhantes aos da média do PE, no que diz respeito à percentagem de infinitivos produzidos (14.5% da média das crianças portuguesas contra 19% da média das duas crianças), e TIA a evidenciar valores muito mais baixos (7.1%).

Este dado vai no sentido exactamente oposto ao esperado já que, sendo TIA a criança menos desenvolvida, deveria apresentar um número mais elevado de infinitivos. No entanto, este padrão é explicado pela menor ocorrência de sequências verbais, pelo que foi dado mais relevo ao número de estruturas problemáticas com infinitivos.

Esse outro indicador levou então a concluir que se poderia defender, tanto para PAU como para TIA, a existência de uma fase de infinitivos opcionais, já que a percentagem de tais exemplos se situava acima dos 10% (em 11% para PAU e 22.2% para TIA).

A hipótese explicitada na alínea d) foi assim só parcialmente corroborada pelos dados trabalhados, aplicando-se a PAU e TIA mas não a RAB.

No que diz respeito aos imperativos, aqui trabalhados exclusivamente de um ponto de vista quantitativo, logo, de forma não conclusiva, verificou-se heterogeneidade nos dados relativos ao PE, com JOA a apresentar valores mais elevados (21.5%) do que a média das três crianças restantes (12.7%). Por ser a mais nova, é possível pensar que este dado corroboraria a hipótese colocada; no entanto, tal deveria contrastar com valores mais baixos em PB (nomeadamente para a criança menos desenvolvida, TIA), em relação à média portuguesa, do que se verifica.

Globalmente, os valores de 14.3% em PE (com o peso superior de JOA a ser preponderante, como já se referiu) e de 9.0% em PB parecem ir no sentido previsto na hipótese acima formulada (aspecto que deverá ser confirmado por análise qualitativa); no entanto, de novo, não de forma tão significativa (em termos de diferença percentual) como esperado.

Retomam-se agora as quinta, sexta e sétima hipóteses, cujo tratamento foi desenvolvido na secção 10.:

- e) Relativamente à forma como se relacionam a aquisição dos paradigmas flexionais e a dos aspectos sintácticos fundamentais (incluindo o movimento do verbo, a natureza dos núcleos verbais e todos os que já foram referidos nas alíneas anteriores), e tendo em conta a RAH e outras hipóteses mais vastas com ela relacionadas, esperar-se-á que na fase relevante não se encontrem evidências de consolidação daqueles aspectos sintácticos anteriores às provas de que aqueles aspectos morfológicos estão consolidados.
- f) Decorrendo da hipótese anterior, a natureza do detonador, para as duas variantes, será morfológica.
- g) Globalmente, a gramática do PB deverá apresentar características diferenciadoras claras no seguinte sentido: o parâmetro do sujeito nulo passou a ser fixado com o valor [negativo], dando origem a uma gramática fundamentalmente distinta da do PE.

Tendo em conta os conhecimentos sobre o parâmetro do sujeito nulo (brevemente sintetizados na secção 7.), os pressupostos das hipóteses traçadas e os estudos conhecidos sobre o PB e o PE, é possível explicitar a seguinte predição: a fixação positiva do parâmetro do sujeito nulo deverá estar correlacionada com um paradigma morfológico rico (de acordo com a FFH e com Rohrbacher, 1999, mas não com

Vikner, 1997) e valores menos elevados de infinitivos, ou, alternativamente, valores mais elevados de imperativos; esperar-se-ia igualmente a associação (não determinística) a valores menos elevados de objectos nulos.

Quanto aos dados do PE, como já foi referido, os valores de sujeito nulo foram compatíveis com o esperado e homogéneos; quanto aos dados do PB, RAB destacou-se, com valores de sujeito nulo mais baixos; PAU aproximou-se dos valores das crianças portuguesas.

Seria assim possível prever o seguinte: RAB, em relação às outras crianças (brasileiras e portuguesas) deveria apresentar valores mais elevados de infinitivos, mais baixos de imperativos e mais elevados de objectos nulos.

Em relação aos infinitivos, concluiu-se em 9.5 o seguinte “(...) RAB (e também A., de acordo com os dados disponibilizados em Simões 1997) apresenta, para este aspecto, dados muito semelhantes à média dos resultados para o PE; PAU e TIA apresentam uma percentagem acima de 10% de contextos problemáticos, sendo possível defender que estas crianças atravessam uma fase de infinitivos opcionais”.

Como se verifica, a correlação vai no sentido oposto ao esperado, o que leva claramente a defender a dissociação da aquisição do sujeito nulo e dos infinitivos.

Quanto aos imperativos, seria esperado, a partir da análise relativa aos sujeitos nulos, que RAB apresentasse valores menos elevados do que as outras crianças (embora pelos resultados relativos aos infinitivos se esperasse o contrário). Os dados mostram que RAB se situa, em relação às outras crianças brasileiras, com valores intermédios, embora sem diferenças significativas; tem também dados equivalentes aos de uma das crianças portuguesas.

Assim, conclui-se que se deve igualmente dissociar a aquisição do parâmetro do sujeito nulo da aquisição dos imperativos (embora, como se disse em 9.5, o estudo deste aspecto nesta dissertação deva ser desenvolvido).

Finalmente, e uma vez que muitos autores fizeram depender, em termos diacrónicos, a alteração ao nível do parâmetro do sujeito nulo das mudanças ao nível do paradigma de flexão verbal, seria de esperar, teoricamente, que RAB, mais inovadora no que diz respeito àquele parâmetro, apresentasse também um paradigma flexional mais inovador; ou, formulando a questão de forma diferente, se o aspecto determinante na evolução do PB foi a perda da marcação morfológica de segunda pessoa do singular, esperar-se-ia que as crianças brasileiras que apresentam valores de sujeito nulo

equivalentes aos das crianças portuguesas apresentassem igualmente a marcação de segunda pessoa do singular.

Tal, obviamente, não se verifica: todas as crianças brasileiras produzem 3/3ref2 (“você vai”), funcionalmente equivalente a 2/2 (“tu vais”).

Por outro lado, apesar do aparecimento mais tardio das formas de plural em PB, o percurso efectuado (com a excepção já referida, embora com pesos percentuais equivalentes entre 3/3ref2 e 2/2) é comum (com diferenças menores interindividuais), tal como demonstra a síntese em 6.4.3.

Este dado leva então, de novo, a dissociar a aquisição dos paradigmas de flexão verbal e do sujeito nulo (e, por extensão, de outros aspectos sintácticos a ele associados).

Quanto à natureza do detonador, assumindo que o facto de a consolidação, ao nível da produção, dos aspectos sintácticos estudados se dar numa fase em que a consolidação dos aspectos morfológicos não está ainda concluída pode ser tido como relevante, somos levados a pensar que não poderá ser de tipo morfológico.

Este é no entanto, reconhecidamente, um aspecto problemático, em que as hipóteses teóricas, a excluir-se tal assunção, dificilmente poderão ser avaliadas empiricamente.

De qualquer forma, um aspecto surgido nos dados é relevante e deve ser destacado: o aparecimento mais tardio das formas de [plural] em PB, aqui associado à sua natureza distinta, leva a pensar que a especificação de [número], logo, de AgrP, é menos relevante, na fase crucial, em PB do que em PE.

A explicação mais óbvia para que tal aconteça pode ser dada desta forma: sendo a morfologia flexional verbal mais restrita em PB, a informação que fornece sobre a forma como se estrutura a frase (IP, nomeadamente) é menos evidente; logo, poderá ser descartada, prestando a criança mais atenção a outros aspectos, o que tem como consequência o retardamento na especificação de AgrP.

Em contraste, a marcação morfológica flexional verbal em PE pode ser tida como mais informativa, pelo que a especificação de AgrP é favorecida, no estágio relevante. Esta possibilidade – exclusivamente teórica – deriva da possibilidade levantada por J. Bobaljik de o detonador não ser necessariamente do mesmo tipo em todas as línguas, o que leva a repensar a RAH.

Por outro lado, tendo em conta os resultados obtidos pelo cruzamento dos indicadores morfológicos e sintácticos, é mais viável argumentar que os vários aspectos evoluem independentemente, sendo mais provável que não exista um detonador único (isto é,

de uma natureza específica) para todas as línguas ou, sequer, para todas as variantes da mesma língua, nem tão pouco para todos os aspectos na mesma língua ou variante.

Em síntese, tratar-se-á de definir os valores inovador e conservador para cada aspecto observado no estágio relevante, e de, em função deles, resumir o que se verificou para os dados em análise. Na tabela seguinte, as percentagens são avaliadas em termos comparados; sem dados de referência compatíveis relativamente aos respectivos estados adultos, os dados foram quase exclusivamente tratados por referência aos da outra variante.

(1)

	Valor conservador (C)	Valor inovador (I)
Paradigma flexional	2/2	3/3ref2 em vez de 2/2
Sujeito nulo	Percentagens maiores	Percentagens menores
Objecto nulo	Percentagens menores	Percentagens maiores
Infinitivos	Percentagens menores	Percentagens maiores
Imperativos ¹	Percentagens maiores	Percentagens menores
Movimento do verbo ²	V-para-I	V <i>in situ</i>

Em função destes valores, a predição consistiria claramente em que os indicadores do PE fossem todos conservadores (C nas tabelas) e os do PB todos inovadores (I nas tabelas).

Sintetizam-se agora os resultados obtidos. Na tabela seguinte existem casos duvidosos (“D”) relativos ao imperativo; classificaram-se assim porque, se JOA tem um valor elevado, de 21.5%, (logo, conservador) e PAU um valor muito baixo, de 7.3% (logo, inovador), os restantes valores situam-se entre os 10.4% e os 16.1% - sem um valor de referência para os estados adultos do PE e do PB é difícil classificar valores tão próximos entre si como sendo conservadores ou inovadores.

Relativamente ao movimento do verbo, existem igualmente casos duvidosos. O que se pretendeu avaliar foi até que ponto se pode afirmar que existem provas para se falar daquele movimento na fase relevante; ou seja, de acordo com a RAH, antes de haver provas para a consolidação dos paradigmas flexionais verbais.

¹ Este aspecto tem naturalmente em conta as predições em Salustri e Hyams (2003).

² Este aspecto tem em conta os dados relativos a advérbios (negativos e outros) e às alterações à ordem básica.

Finalmente, também os dados de TIA (com 61.4%) relativamente ao sujeito nulo foram considerados pouco claros, já que se situam num valor intermédio entre os 52.2% de RAB, claramente mais baixo que a média do PE, e o de PAU, com 72.1%, valor compatível com aquela média (68.1%).³

Por se considerar que RAP, PED e RAB já tinham ultrapassado aquela fase, os seus dados não foram considerados para este aspecto (o que não significa, obviamente, que não apresentem dados relevantes para este indicador, em termos genéricos); apesar de se ter concluído para as quatro crianças restantes que todas apresentavam contextos que permitiam diagnosticar V-para-I (nomeadamente com o padrão “V + ADV”), os dados de duas das crianças (JOA e TIA) são assumidamente mais problemáticos.

(2)

PE	P. flex.	Suj. Nulo	Obj. nulo	Inf.	Imp.	Mov. V.
LUI	C	C	C	C	D	C
RAP	C	C	C	C	D	-
JOA	C	C	C	C	C	D
PED	C	C	C	C	D	-

(3)

PB	P. flex.	Suj. nulo	Obj. nulo	Inf.	Imp.	Mov. V.
PAU	I	C	C	I	I	C
RAB	I	I	C	C	D	-
TIA	I	D	C	I	D	D

Verifica-se pois que os dados do PE são claramente homogéneos, enquadrando-se com o que se assumiu ao nível das hipóteses iniciais; em relação ao PB, existe a heterogeneidade que se foi assinalando para praticamente todos os aspectos em estudo; se tal heterogeneidade é compatível com a descrição de uma situação de gramáticas em competição, o cruzamento de valores entre as várias colunas não é o esperado: ao valor inovador ao nível do sujeito nulo para RAB correspondem valores conservadores de objecto e infinitivos; por outro lado, se o valor inovador coincide para PAU e TIA ao nível dos infinitivos (e talvez dos imperativos), já é conservador para o sujeito e o objecto nulo.

³ Apesar da sua classificação como “duvidoso”, o valor situa-se mais próximo da média do PE do que do valor de RAB.

Conclui-se assim, claramente, pela dissociação entre a aquisição do novo paradigma flexional e a do parâmetro do sujeito nulo: o padrão inovador não conduz necessariamente a percentagens menos elevadas de sujeito nulo no estádio relevante e estas não se podem correlacionar linearmente com valores inovadores noutros aspectos sintácticos.

Genericamente, a análise levada a cabo nos vários aspectos considerados permitiu identificar um momento sincrónico de relativa estabilidade em PE e de instabilidade em PB; teoricamente, essa instabilidade pode advir de opções gramaticais distintas para os vários falantes, e manter-se com valores mais ou menos similares por várias gerações, ou estar relacionada com uma mudança em curso, da qual decorrerão alterações geracionais, necessariamente num só sentido. Em relação a este aspecto, só um confronto entre dados de várias gerações, que não se levou aqui a cabo, poderá ser conclusivo, embora se possa desde já concluir que, a existir uma situação de mudança linguística, ela é seguramente bastante gradual e muito pouco linear.

No entanto, foi possível concluir que a situação descrita para o PB não é compatível com as hipóteses teóricas colocadas, as quais decorriam da aplicação do parâmetro do sujeito nulo, assumindo que a sua fixação (ou refixação) é automática.

Não se pode pois aceitar uma concepção absolutamente determinística do parâmetro do sujeito nulo, o que nos leva, por extensão, a reflectir sobre a natureza dos parâmetros, em termos genéricos. Assim, assumindo que o detonador para a evolução diacrónica foi a perda de $2/2$, não parece existir correlação directa entre essa alteração e o parâmetro do sujeito nulo, avaliado pela percentagem de sujeitos produzidos nesta fase que ocorrem nos dados analisados; por outro lado, não parece igualmente existir correlação entre esses dados e, por exemplo, os de infinitivo.

A assumir que as várias alterações verificadas na gramática do PB não só coincidem, em termos temporais, como são dependentes de outras, haverá que defender que se deu início a um período de instabilidade nos indicadores aqui abordados (pelo menos), com alteração gradual e específica para cada criança, o que não é compatível com a visão mais tradicional de parâmetro.

Quanto à forma como se deve entender, globalmente, o processo de aquisição, foi favorecida aqui a Hipótese da Aprendizagem Lexical (adaptada), tendo-se elegido como crucial a noção de subespecificação associada a cada categoria específica, de que resulta que toda a estrutura está disponível desde o início, sendo gradualmente especificada.

Genericamente, pode-se afirmar que as diferenças entre as variantes estudadas não são tão significativas nem tão claras como esperado, sendo para vários aspectos mais notórias as semelhanças globais e as diferenças interindividuais.

As análises levadas a cabo permitiram ainda alcançar uma conclusão significativa, relativamente à evolução verificada no paradigma flexional verbal: o trajecto percorrido está inscrito no próprio sistema, com reflexo na ordem relativa no padrão de privilégio das formas: as que são adquiridas mais tardiamente são as que mais sofrem processos de mudança, o que leva a perceber como PE e PB trilham um mesmo caminho, a este nível.

Como sempre ocorre, este trabalho permitiu formular muitas questões novas, a par com as respostas que agora se sintetizaram.

As pistas para investigação futura que se foram enunciando ao longo das várias secções da Segunda Parte terão necessariamente concretização com o alargamento do âmbito de observação a estádios anteriores e posteriores e também com o confronto dos resultados encontrados com outros, relativos ao estado adulto respectivo de cada uma das variantes. No caso dos imperativos, dever-se-á igualmente proceder a uma abordagem qualitativa dos dados trabalhados.

Não obstante, a dimensão do *corpus* aqui tratado permite já uma fiabilidade muito considerável ao nível das conclusões agora retiradas, tendo aberto possibilidades de testagem de hipóteses que um trabalho exclusivamente teórico ou baseado numa amostra muito restrita nunca teria podido contemplar.

Por esse motivo, o maior objectivo a prosseguir em investigação futura passará necessariamente pela conciliação, cada vez mais tida como essencial, entre a enunciação teórica de hipóteses, a sua exploração empírica largamente fundamentada e a interpretação dos resultados, em função das hipóteses formuladas.

11. Referências Bibliográficas

Abaurre, M^a Bernadete e Charlotte Galves (1996), “Os Clíticos no Português Brasileiro, Uma Abordagem Sintático-Fonológica” in Ataliba Teixeira de Castilho e Margarida Basilio (orgs.), *Gramática do Português Falado – Volume IV: Estudos Descritivos*, Unicamp, Campinas.

Adragão, M^a do Mar (2001), “Aquisição da Inversão Numa Criança entre os Dois e os Três Anos” in *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, A.P.L./Colibri, Lisboa.

Atkinson, Martin (1996), “Now, Hang on a Minute: Some Reflections on Emerging Orthodoxies” in Harald Clahsen (ed.), *Generative Perspectives on Language Acquisition*, John Benjamins, Amsterdam.

Baker, Mark (1985), *Incorporation: a Theory of Grammatical Function Changing*, University of Chicago Press, Chicago.

Barbosa, Pilar (1995), *Null Subjects*, Dissertação de Doutoramento, M.I.T., Massachusetts, Massachussets. Distribuído por MIT Working Papers in Linguistics.

_____ (2000), “Clitics: A Window into the Null Subject Property” in João Costa (ed.), *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*, O.U.P., Oxford.

_____, M^a Eugênia Duarte e Mary Kato (2000), “A Distribuição do Sujeito Nulo no Português Europeu e no Português Brasileiro”, Colóquio Português Europeu / Português Brasileiro, *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, A.P.L./Colibri, Coimbra.

Bechara, Evanildo (2001), *Moderna Gramática Portuguesa*, 37^a edição, revista e ampliada, Editora Lucerna, Rio de Janeiro

Belletti, Adriana (1990), *The Syntax of Verb Movement*, Rosenberg, Torino.

Berko, Jean (1958), "The Child's Learning of English Morphology" in *Word*, (14): 150-77.

Berlinck, Rosane (1988), *A Ordem V SN no Português do Brasil – Sincronia e Diacronia*, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas.

Blenn, Lydia, Amanda Seidl e Barbara Höhle (2003), "Recognition of Phrases in Early Language Acquisition: the Role of Morphological Markers" in *Proceedings of the 27th Annual Boston University Conference on Language Development*, Volume 1, 138-149.

Bobaljik, Jonathan (1995), *Morphosyntax: the Syntax of Verbal Inflection*, Dissertação de Doutorado, M.I.T., Massachussets. Distribuído por MIT Working Papers in Linguistics.

_____ (2000), "The Rich Agreement Hypothesis in Review", Draft 1.1, ms., McGill University.

Disp. em <http://www.arts.mcgill.ca/programs/linguistics/Faculty/bobaljik/files.html>.

_____ (2002), "Realizing Germanic Inflection: Why Morphology does not Drive Syntax", a aparecer em *Journal of Comparative Germanic Linguistics*". Disp.em <http://www.arts.mcgill.ca/programs/linguistics/Faculty/bobaljik/files.html>.

Booij, Geert (1996), "Inherent versus Contextual Inflection and the Split Morphology Hypothesis" in Geert Booij and Jaap van Marle (eds.) *Yearbook of Morphology 1995*, Kluwer Academic Publishers.

Borer, Hagit (1998), "Morphology and Syntax", in Andrew Spencer and Arnold Zwicky (eds.), *The Handbook of Morphology*, Blackwell Publishers, Oxford

Bowerman, Melissa (1973), *Early Syntactic Development: A Cross-Linguistic Study with Special Reference to Finnish*, Cambridge University Press, Cambridge.

Brito, Ana Maria (1999), "Concordância, Estrutura da Frase e Movimento do Verbo no Português Europeu, no Português Brasileiro e no Português de Moçambique" in Isabel Hub Faria (org.), *Lindley Cintra - Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Edições Cosmos, FLUL, Lisboa.

Careno, Mary (1999), "Traços Sintáticos do Português Popular Brasileiro Usado em Comunidades Negras Rurais" in Klaus Zimmermann (ed.) *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*, Ibero-Americana/Vervuert, Madrid.

Chomsky, Noam (1957), *Syntactic Structures*, Mouton Publishers, The Hague.

_____ (1981), *Lectures on Government and Binding*, Foris Publications, Dordrecht.

_____ (1986), *Knowledge of Language – its Nature, Origin and Use*, Praeger, New York

_____ (1991), "Some Notes on the Economy of Derivation and Representation" in Freidin, Robert (org), *Principles and Parameters in Comparative Grammar*, M.I.T. Press, Cambridge, MA.

_____ (1993), "A Minimalist Program for Linguistic Theory" in Kenneth Hale e Samuel Jay Keyser, *The View from Building 20*, M.I.T. Press, Massachusetts.

_____ (1995a) *The Minimalist Program*, M.I.T. Press, Massachusetts, [tradução portuguesa: Eduardo Paiva Raposo (1999), *O Programa Minimalista*, Caminho, Lisboa].

_____ (1995b) "Categories and Transformations" in *The Minimalist Program*, M.I.T. Press, Massachusetts, [tradução portuguesa: Eduardo Paiva Raposo (1999), *O Programa Minimalista*, Caminho, Lisboa].

_____ (1998), *Minimalist Inquiries: the Framework*, MIT Occasional Papers in Linguistics, nº15, M.I.T., Massachusetts.

_____ (1999), *Derivation by Phase*, MIT Occasional Papers in Linguistics, n°18, M.I.T., Massachusetts.

_____ (2002), *On Nature and Language*, Cambridge University Press, Cambridge.

Clark, Eve (1998), "Morphology in Language Acquisition", in Andrew Spencer and Arnold Zwicky (eds.), *The Handbook of Morphology*, Blackwell Publishers, Oxford.

_____ (2002), *First Language Acquisition*, Cambridge University Press, Cambridge.

Clark, Herbert e Eve Clark (1977) *Psychology and Language. An Introduction to Psycholinguistics*, Harcourt Brace Jovanovitch Publishers, New York.

Clark, Robin e Ian Roberts (1993), "A Computational Model of Language Learnability and Language Change" in *Linguistic Inquiry*, (24): 299-345.

Clashen, Harald (1990), "Constraints on Parameter Setting: A Grammatical Analysis of Some Acquisition Stages in German Child Language" in *Language Acquisition* (1): 361-391.

_____ (ed.) (1996a), *Generative Perspectives on Language Acquisition*, John Benjamins, Amsterdam.

_____ (1996b), "Introduction" in Clashen, Harald (ed.), *Generative Perspectives on Language Acquisition*, John Benjamins, Amsterdam.

_____, Sonja Eisenbeiss e Martina Penke (1996) "Lexical Learning in Early Syntactic Development" in Clashen, Harald (ed.), *Generative Perspectives on Language Acquisition*, John Benjamins, Amsterdam.

_____, Fraibet Aveledo e Iggy Roca, (2002), "The Development of Regular and Irregular Verb Inflection in Spanish Child Language" in *Journal of Child Language* (29): 591-622.

Corbett, Greville (1979), "The agreement hierarchy" in *Journal of Linguistics*, (15): 203-224.

_____ (1998), "Morphology and Agreement" in Andrew Spencer and Arnold Zwicky (eds.), *The Handbook of Morphology*, Blackwell Publishers, Oxford

Costa, João (1998a), *Word Order Variation. A Constraint-Based Approach*, HIL, Haia.

_____ (1998b), "Projeções Funcionais em Teoria da Optimalidade" in *Actas do XIV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, A.P.L./Colibri, Aveiro.

_____ (2000), "Word Order and Discourse-Configurationality in European Portuguese" in João Costa (ed.), *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*, Oxford University Press, Oxford.

_____ (2001), "Aquisição da sintaxe: evidências contraditórias e questões de ordem", comunicação inserida no ciclo *Conversas de Hora de Almoço*, CLUL.

_____ e Anabela Gonçalves (1999), "Minimal Projections: Evidence from Defective Constructions in European Portuguese" in *Catalan Working Papers in Linguistics*, (7): 59-69.

_____ e Charlotte Galves (2000), "Peripheral Subjects in Two Varieties of Portuguese: Evidence for a Non-Unified Analysis", handout da comunicação apresentada no Congresso Going Romance, Utrecht.

_____ e Inês Duarte (2000), "Minimizando a Estrutura: uma Análise Unificada das Construções de Clivagem em Português" in *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, A.P.L./Colibri, Coimbra.

_____ (2002), “Preverbal Subjects in Null Subject Languages Are not Necessarily Dislocated”, in *Journal of Portuguese Linguistics*, (1): 159-175

_____ (2003), “Objectos Nulos em Debate” in Ivo de Castro e Inês Duarte (orgs.), *Razões e Emoção – Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa.

_____ e Maria Cristina F. Silva (2003), “Nominal and verbal agreement in Portuguese: an argument for Distributed Morphology”, ms., FCSH, Univ. Nova de Lisboa

_____, Denilda Moura e Sandra Pereira (2000) “Concordância com *a gente*: um Problema para a Teoria de Verificação de Traços”, Colóquio Português Europeu / Português Brasileiro, *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, A.P.L./Colibri, Coimbra.

Cunha, Celso e Lindley Cintra (1986), *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (3ª edição), Edições Sá da Costa, Lisboa.

Cyrino, Sonia (1994), *O Objeto Nulo no Português do Brasil – um Estudo Sintático-diacrônico*, Dissertação de Doutoramento, Unicamp, Campinas

Cyrino, Sonia, M^a. Eugênia Duarte e Mary Kato (2000), “Visible Subjects and Invisible Clitics in Brazilian Portuguese” in Mary Kato e Esmeralda Negrão (eds.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, Iberoamericana-Vervuert, Madrid.

Deen, Kamil Ud e Nina Hyams (2002), “The Form and Interpretation of Finite and Non-Finite Verbs in Swahili” in *Proceedings of the 26th Annual Boston University Conference on Language Development*, Volume 1, 130-141.

Delgado-Martins, M^a Raquel, Inês Duarte, Armanda Costa, Dília R. Pereira, Luís Prista e Ana Isabel Mata (1991), *Documentos do Encontro sobre os Novos Programas de Português*, Colibri, Lisboa.

Déprez, Viviane e Amy Pierce (1993), "Negation and Functional Projections in Early Grammar" in *Linguistic Inquiry*, 24, 25-67.

Duarte, M^a Eugênia (1993), "Do Pronome Nulo ao Pronome Pleno: a Trajectória do Sujeito no Português do Brasil" in Ian Roberts e Mary Kato (orgs.), *Português Brasileiro – Uma Viagem Diacrônica*, Editora da Unicamp, Campinas.

_____ (1995), *A Perda do Princípio "Evite Pronome" no Português Brasileiro*, Dissertação de Doutoramento, Unicamp, Campinas

_____ (2000), "The Loss of the 'Avoid Pronoun' Principle in Brazilian Portuguese" in Mary Kato e Esmeralda Negrão (eds.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, Iberoamericana-Vervuert, Madrid.

Duarte, Inês (1987), *A Construção de Topicalização na Gramática do Português*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

_____ (1997), "Ordem de Palavras: Sintaxe e Estrutura Discursiva" in Ana M^a Brito, Fátima Oliveira, Isabel Pires de Lima e Rosa Maria Martelo (orgs.) *Sentido que a Vida Faz - Estudos para Óscar Lopes*, Campo das Letras, Porto.

_____ (2001), "O PE é uma Língua Orientada para o Discurso?", lição de agregação, ms., Universidade de Lisboa.

_____ (2003a), "O Problema da Unificação em Linguística: a Resposta Generativista", a publicar nas *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, A.P.L./Colibri, Lisboa.

_____ (2003b), "Elipses Focais", a publicar nas *Actas do Colóquio Língua e Discurso*, Campo das Letras, Porto.

_____, M^a João Freitas, Anabela Gonçalves, Matilde Miguel e Celeste Rodrigues (2002), "Geometria de Traços e Distribuição de Pronomes Sujeito em PE e em PB", 3^o Workshop do Projecto PE-PB, Lisboa.

Faria, Isabel Hub (1993), "A Aquisição da Noção de 'Agente' e a Produção de Sujeitos Sintáticos por Crianças Portuguesas até aos Dois Anos e Meio" in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, (10): 16-50.

_____ e Hanna Batoréo (orient.) (1994), *CHILDES – Uma Adaptação para o Português Europeu*, Laboratório de Psicolinguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Ferdinand, Astrid (1996), *The Development of Functional Categories – the Acquisition of the Subject in French*, The Hague, Holland Institute of Generative Linguistics.

Ferreira, Marcelo (2000), *Argumentos Nulos em Português Brasileiro*, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas

Figueira, Rosa (1985), *Causatividade: um Estudo Longitudinal de suas Principais Manifestações no Processo de Aquisição do Português por uma Criança*, Dissertação de Doutorado, Unicamp, Campinas

Fletcher, Paul e Brian MacWhinney (1995), *The Handbook of Child Language*, Blackwell Publishers Inc., Massachussets.

Freitas, M^a João (1997), *Aquisição da Estrutura Silábica do Português Europeu*, Dissertação de Doutorado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

_____, Matilde Miguel e Isabel Hub Faria (2000), "Interaction between Prosody and Morphosyntax: Plurals within Codas in the Acquisition of European Portuguese" in Jürgen Weissenborn e Barbara Höhle (eds.) *Approaches to Bootstrapping*, Volume 2, John Benjamins, Amsterdam.

Frota, Sónia e Marina Vigário (2001), "On the Correlates of Rhythmic Distinctions: the European/Brazilian Portuguese Case" in *Probus* (13): 247-275.

Galves, Charlotte (1993), “O enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro” in Ian Roberts e Mary Kato (orgs.) *Português Brasileiro – Uma Viagem Diacrônica*, Editora da Unicamp, Campinas.

_____ (2000), “Agreement, Predication, and Pronouns in the History of Portuguese” in João Costa (ed.), *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*, O.U.P., Oxford.

Gaya, Aurora (1998), *Teoria Lingüística i Adquisició del Llenguatge*, Dissertação de Doutoramento, Universitat Autònoma de Barcelona.

Gebara, Ester Scarpa (1984), *The Development of Intonation and Dialogue Processes in two Brazilian Children*, Dissertação de Doutoramento, University of London.

Gonçalves, Anabela (1999), *Predicados Complexos Verbais em Contextos de Infinitivo Não Preposicionado do Português Europeu*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

Gonçalves, Anabela e Inês Duarte (2000), “Construções Causativas em Português Europeu e Português Brasileiro” in Colóquio Português Europeu / Português Brasileiro, *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, A.P.L./Colibri Coimbra.

Gonçalves, Fernanda (1994), *Negação Frásica em Português. Caracterização Sintáctica com Referência ao Processo de Aquisição*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.

_____ (2000), “Português do Brasil/Português Europeu – Variação Sintáctica, Afastamento Tipológico. O Caso dos Marcadores de Negação Frásica”, comunicação apresentada no Congresso Internacional dos 500 Anos da Língua Portuguesa no Brasil, Évora.

_____ (2001a), "Comparing Acquisition Processes in European Portuguese and Brazilian Portuguese - Additional Evidence for Morphology After Syntax", *Proceedings of GALA*, 312-319.

_____ (2001b), "Riqueza morfológica e movimento do verbo – o caso do Português (PE/PB) a partir de dados da aquisição", *Actas do XVII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, A.P.L./Colibri, Lisboa.

_____ (2002), "Morfemas, Traços e Estrutura Sintáctica – Instâncias de Hierarquização nos Estádios Iniciais da Aquisição do Português" in *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, A.P.L./Colibri, Porto.

Grolla, Elaine (2000), *A Aquisição da Periferia Esquerda da Sentença em Português Brasileiro*, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas.

Guasti, M. Teresa (2002), *Language Acquisition – The Growth of Grammar*, The MIT Press, Cambridge, Mass..

Haegeman, Liliane (ed.) (1997), *The New Comparative Syntax*, Longman, London.

Hale, Kenneth e Samuel Jay Keyser (1993a), *The View from Building 20*, M.I.T. Press, Massachussets.

_____ (1993b), "On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations" in *The View from Building 20*, M.I.T. Press, Massachussets.

Halle, Morris e Alec Marantz (1993), "Distributed morphology and the pieces of inflection" in Kenneth Hale e Samuel Jay Keyser, *The View from Building 20*, M.I.T. Press, Massachussets.

Harley, Heidi e Rolf Noyer (1999), "Distributed Morphology" in *Glott International*, Volume 4, (4): 3-9.

Herschensohn, Julia e Jeffrey Stevenson (2003), "Failed Features or Missing Inflection? Child L2A of Spanish Morphology" in *Proceedings of the 27th Annual Boston University Conference on Language Development*, Volume 1, 299-310.

Hoekstra, Teun e Nina Hyams (1998), "Aspects of Root Infinitives" in *Lingua* 106, 81-112. [Citado a partir da versão disponibilizada na página da Internet <http://www.humnet.ucla.edu/humnet/linguistics/people/hyams/hyams.htm>].

Hyams, Nina (1986), *Language Acquisition and the Theory of Parameters*, Foris, Dordrecht.

_____ (1996), "The Underspecification of Functional Categories in Early Grammar" in Clashen, Harald (ed.), *Generative Perspectives on Language Acquisition*, John Benjamins, Amsterdam.

_____ e Kenneth Wexler (1993), "On the Grammatical Basis of Null Subjects in Child Language" in *Linguistic Inquiry*, 24 (3): 421-59.

Ilari, Rodolfo, Carlos Franchi, M^a Helena Moura Neves e Sirio Possenti (1996), "Os pronomes pessoais do Português falado: roteiro para a análise" in Ataliba Teixeira de Castilho e Margarida Basilio (orgs.), *Gramática do Português Falado – Volume IV: Estudos Descritivos*, Unicamp, Campinas

Jaeggli, Osvaldo e Kenneth Safir (eds.) (1989), *The Null Subject Parameter*, Kluwer, Dordrecht.

Kato, Mary (1995), "Raízes não-finitas na criança e a construção do sujeito" in *Cadernos de Estudos Linguísticos de Campinas* (29): 119-136.

_____ (1999), "Strong and Weak Pronominals in the Null Subject Parameter" in *Probus*, (11): 1-37.

_____ (2000), “The Partial Pro-drop Nature and the Restricted VS Order in Brazilian Portuguese” in Mary Kato e Esmeralda Negrão (eds.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, Iberoamericana-Vervuert, Madrid.

_____ e Esmeralda Negrão (eds.) (2000), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, Iberoamericana-Vervuert, Madrid.

_____ e Eduardo Raposo (2000), “O Objecto Nulo Definido no Português Europeu e Português Brasileiro”, Colóquio Português Europeu / Português Brasileiro, *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, A.P.L./Colibri, Coimbra.

Kayne, Richard (1984), *Connectedness and Binary Branching*, Foris, Dordrecht.

_____ (1994), *The Antisymmetry of Syntax*, MIT Press, Massachusetts.

Kiss, Katalin (ed.) (1995), *Discourse Configurational Languages*, Oxford University Press, New York.

Koopman, Hilda e Dominique Sportiche (1988), “Subjects”, University of California, Los Angeles, ms..

Lardiere, Donna (2000), “Mapping Features to Forms in Second Language Acquisition” in John Archibald (ed.), *Second Language Acquisition and Linguistic Theory*, Blackwell Publishers, Oxford.

Leite, Yonne, Dinah Callou e João Moraes (2003), “Processos de mudança no português do Brasil: variáveis sociais” in Ivo de Castro e Inês Duarte (orgs.), *Razões e Emoção – Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa

Lemos, Cláudia (1975), *The Use of "ser" and "estar" in Brazilian Portuguese with Particular Reference to Child Language Acquisition*, Dissertação de Doutorado, University of Edinburgh.

_____ *et al.* (s/d), “Col. Projeto Aquisição da Linguagem Oral”, Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas.

Liceras, Juana, Lourdes Díaz and Caroline Mongeon (2000), “N-Drop and Determiners in Native and Non-Native Spanish: More on the Role of Morphology in the Acquisition of Syntactic Knowledge” in Ronald Leow e Cristina Sanz (eds.) *Spanish Applied Linguistics at the Turn of the Millennium*, Cascadilla Press, Somerville.

Lightfoot, David (1991), *How to Set Parameters: Arguments from Language Change*, M.I.T. Press, Massachusetts.

Mateus, M^a. Helena Mira, Ana M^a Brito, Inês Duarte, Isabel Hub Faria *et al.* (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, 5^a edição, revista e aumentada, Caminho, Lisboa.

Matos, Gabriela (1992), *Construções de Elipse do Predicado em Português: SV Nulo e Despojamento*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

MacWhinney, Brian (2000), *The CHILDES Project: Tools for Analyzing Talk. Third Edition*, 2 volumes, Lawrence Erlbaum Associates, Mahwah, New Jersey.

Meisel, Jürgen (1994), “Getting FAT: Finiteness, Agreement and Tense in Early Grammars” in Jürgen Meisel (ed.), *Bilingual First Language Acquisition: French and German Grammatical Development*, John Benjamins, Amsterdam.

Mendes, António Q. (1991), *A Referência Temporal no Discurso Conversacional aos 2 e 3 Anos de Idade*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.

Menyuk, Paula (1988), *Language Development: Knowledge and Use*, Routledge & Kegan Paul, London.

Modesto, Marcello (2000), “Null Subjects without ‘Rich’ Agreement” in Mary Kato e Esmeralda Negrão (eds.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, Iberoamericana-Vervuert, Madrid.

Neeleman, Ad (1996), “Revisão de *The Germanic VO Languages and the Full Paradigm: a Theory of V-to-I Raising* de Bernhard Rohrbacher”, *Glott International*, vol. 2, (3): 10-12.

Negrão, Esmeralda e Evani Viotti (2000), “Brazilian Portuguese as a Discourse-oriented Language” in Mary Kato e Esmeralda Negrão (eds.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, Iberoamericana-Vervuert, Madrid.

Nicolau, Eunice (1984), “Uma Abordagem Sociolingüística da Ausência de Concordância Verbal no Português do Brasil”, ms., Universidade Federal de Minas Gerais.

Oliveira, Irenilza (1999), *Aquisição do Português Brasileiro como Língua Estrangeira: o Movimento do Verbo*, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas.

Oliveira, Marilza (1996), *Respostas Assertivas e sua Variação nas Línguas Românicas: o seu Papel na Aquisição*, Dissertação de Doutorado, Unicamp, Campinas

_____ (2000), “The Pronominal Subject in Italian and Brazilian Portuguese” in Mary Kato e Esmeralda Negrão (eds.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, Iberoamericana-Vervuert, Madrid.

Palmiere, Denise (2002), *A Inacusatividade na Aquisição da Linguagem*, Dissertação de Doutorado, Unicamp, Campinas.

Pereira, Sandra (2002), “Concordância com *a gente* à Luz da Morfologia Distribuída” in *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, A.P.L./Colibri, Porto.

_____ (2003), *Gramática Comparada de “a gente” – Variação no Português Europeu*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.

Peres, João e Telmo Mória (1995), *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Caminho, Lisboa.

Pierce, Amy (1992), *Language Acquisition and Syntactic Theory - a Comparative Analysis of French and English Child Grammars*, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht.

Plunkett, Bernadette e Cécile De Cat (2001) "Root Specifiers and Null Subjects Revisited" in *Proceedings of the 25th Annual Boston University Conference on Language Development*, Volume 2, 611-622.

Poeppel, David e Kenneth Wexler (1993), "The Full Competence Hypothesis of Clause Structure in Early German" in *Language*, 69, 1-33.

Pollock, J. (1989), "Verb Movement, UG and the Structure of IP" in *Linguistic Inquiry* (20, 3): 365-424.

Pontes, Eunice (1987), *O Tópico no Português do Brasil*, Editora da Unicamp, Campinas

Mendes, António Quintas (1991), *A Referência Temporal no Discurso Conversacional aos 2 e 3 Anos de Idade*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.

Radford, Andrew (1986), "Small Children's Small Clauses" in *Bangor Research Papers in Linguistics*, nº1, 1-38.

_____ (1990), *Syntactic Theory and the Acquisition of English Syntax*, Blackwell, Oxford.

_____ (1996), "Towards a Structure-Building Model of Acquisition" in Clashes, Harald (ed.), *Generative Perspectives on Language Acquisition*, John Benjamins, Amsterdam.

Raposo, Eduardo (1986), "On the Null Object in European Portuguese" in Osvaldo Jaeggli e Cristina Silva Corvalán (eds.), *Studies in Romance Linguistics*, Foris, Dordrecht.

Rizzi, Luigi (1982), *Issues in Italian Syntax*, Foris, Dordrecht.

_____ (1986), "Null Objects in Italian and the Theory of pro" in *Linguistic Inquiry* (17): 501-557.

_____ (1990), *Relativized Minimality*, M.I.T. Press, Massachussets.

_____ (1993/94), "Some Notes on Linguistic Theory and Language Development: The Case of Root Infinitives" in *Language Acquisition*, n°3, 371-393.

_____ (1997), "A Parametric Approach to Comparative Syntax: Properties of the Pronominal System" in Liliane Haegeman (ed.), *The New Comparative Syntax*, Longman, London.

_____ (2000), "Remarks on Early Null Subjects" in Marc-Ariel Friedmann e Luigi Rizzi (eds.) *The Acquisition of Syntax*, Longman, Harlow.

Roberts, Ian (1985), "Agreement parameters and the development of English modal auxiliaries" in *Natural Language and Linguistic Theory*, (3.1): 21-58.

_____ (1993), "O Português Brasileiro no Contexto das Línguas Românicas" in Ian Roberts e Mary Kato (orgs.), *Português Brasileiro – Uma Viagem Diacrônica*, Editora da Unicamp, Campinas.

Roberts, Ian e Mary Kato (orgs.), (1993), *Português Brasileiro – Uma Viagem Diacrônica*, Editora da Unicamp, Campinas.

Rodrigues, Dinah (1997), *A Concordância Verbal na Fala Urbana de Rio Branco*, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas

Rohrbacher, Bernhard (1996), Resumo de *The Germanic VO Languages and the Full Paradigm: a Theory of V-to-I Raising*, *Glott International*, vol. 2, (3): 9-10.

_____ (1999), *Morphology-driven Syntax: a Theory of V to I Raising and pro-drop*, John Benjamins, Amsterdam.

Salustri, Manola e Nina Hyams (2003), “Is There an Analogue to the RI Stage in the Null Subject Languages” in *Proceedings of the 27th Annual Boston University Conference on Language Development*, Volume 2, 692-703.

Santos, Ana Lúcia (2003), “The Acquisition of Answers to Yes-No Questions in European Portuguese: Syntactic, Discourse and Pragmatic Factors” in *Journal of Portuguese Linguistics*, Volume 2, (1): 61-92.

Santos, Raquel (1995), *Uma Interface Fonologia-Sintaxe: o Uso de “Sons Preenchedores” da Categoria Funcional dos Determinantes no Processo de Aquisição da Linguagem*, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas.

_____ (2001), *A Aquisição do Acento Primário no Português Brasileiro*, Dissertação de Doutorado, Unicamp, Campinas.

Scherre, M^a Marta (1994), “Aspectos da Concordância de Número no Português do Brasil” in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, (12): 37-49.

Scliar-Cabral, Leonor (1977), *A Explicação Lingüística em Gramáticas Emergentes*, Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo.

_____ e Giovanni Secco (1995), “Evidence for bound morphemes in a Brazilian child’s corpus, MLU 1.45” in Isabel Hub Faria e Maria João Freitas (eds.), *Studies on the Acquisition of Portuguese*, Edições Colibri, Lisboa.

Silva, Cristina Figueiredo (1996), *A Posição Sujeito em Português do Brasil: Frases Finitas e Infinitivas*, Editora da Unicamp, Campinas.

Simões, Luciene (1997), *Sujeito Nulo na Aquisição do Português Brasileiro: um Estudo de Caso*, Dissertação de Doutorado, PUCRGS, Porto Alegre.

_____ (2000), "Null Subjects in Brazilian Portuguese: Developmental Data from a Case Study" in Mary Kato e Esmeralda Negrão (eds.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, Iberoamericana-Vervuert, Madrid.

Simões, M^a Cecília Perroni (1976), *Aspectos da Gramática Portuguesa aos Dois Anos de Idade*, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas.

Slobin, Dan (2000), mensagem enviada para info-childes@mail.talkbank.org e arquivada em <http://listserv.linguistlist.org/archives/info-childes.html>.

Soares, Carla (1998), *As Categorias Funcionais no Processo de Aquisição do Português Europeu*, Diss. de Mestrado, Universidade de Lisboa.

Soderstrom, Melanie, Kenneth Wexler e Peter Jusczyk (2002), "English-Learning Toddlers' Sensitivity to Agreement Morphology in Receptive Grammar" in *Proceedings of the 26th Annual Boston University Conference on Language Development*, Volume 2, 643-652.

Snyder, William (1995), *Language Acquisition and Language Variation: The Role of Morphology*, Dissertação de Doutorado, M.I.T., Massachusetts. Distribuído por MIT Working Papers in Linguistics.

Speas, Margaret (1994), "Null Arguments in a Theory of Economy of Projection" in Elena Benedicto and Jeff Runner (eds). *University of Massachusetts Occasional Papers in Linguistics 17*. Amherst, Massachusetts, 179-208.

Sprouse, Rex (1998), "Some Notes on the Relationship between Inflectional Morphology and Parameter Setting in First and Second Language Acquisition" in Marie-Luise Beck (ed.) *Morphology and its Interfaces in Second Language Knowledge*, John Benjamins, Amsterdam.

Stump, Gregory (1998), "Inflection" in Andrew Spencer and Arnold Zwicky (eds.), *The Handbook of Morphology*, Blackwell Publishers, Oxford

Tarallo, Fernando (1993), “Sobre a Alegada Origem Crioula do Português Brasileiro: Mudanças Sintáticas Aleatórias” in Ian Roberts e Mary Kato (orgs.), *Português Brasileiro – Uma Viagem Diacrônica*, Editora da Unicamp, Campinas.

Valian, Virginia (1991), “Syntactic Subjects in the Early Speech of American and Italian Children” in *Cognition* (1/2): 21-81.

_____ e Zena Eisenberg (1996), “The Development of Syntactic Subjects in Portuguese-speaking Children” in *Journal of Child Language*, 23 (1): 102-28.

Verrips, Maaïke e Jürgen Weissenborn (1992), “Routes to Verb Placement in Early German and French: the Independence of Finiteness and Agreement”, in Jürgen Meisel (ed.), *The Acquisition of Verb Placement: Functional Categories and V2 Phenomena in Language Development*, Kluwer, Dordrecht.

Vigário, Marina, Sónia Frota e M^a João Freitas (2003), “From Signal to Grammar: Rhythm and the Acquisition of Syllable Structure” in *Proceedings of the 27th Annual Boston University Conference on Language Development*, Volume 2, 809-821.

Vikner, Sten (1997), “V^o-to-I^o Movement and Inflection for Person in All Tenses” in Lillian Hageman (ed.), *The New Comparative Syntax*, Longman, London.

Weissenborn, Jürgen e Barbara Höhle (eds.) (2000), *Approaches to Bootstrapping*, John Benjamins, Amsterdam.

Wexler, Ken (1994), “Optional Infinitives, Head Movement and Economy of Derivation” in N. Hornstein & d. Lightfoot (eds.), *Verb Movement*, C.U.P., Cambridge.

_____ (1998), “Very early parameter setting and the unique checking constraint: A new explanation of the optional infinitive stage” in *Lingua*, 106, 23-79. [Consultado na reprodução em A. Sorace *et al.*, eds. (1999), *Language Acquisition: Knowledge Representation and Processing*, North-Holland, Amsterdam.]

Anexo 1. – Alfabeto fonético

Tal como descrito em 5.3.1, recorreu-se ao alfabeto fonético SAMPA, compatível com o sistema CHILDES e disponível em <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/sampa/home.htm>.¹

O alfabeto disponível para o Português é da responsabilidade de J. C. Wells, foi criado em 20.9.1995 e corrigido pela última vez em 7.2.1997.

Consonants

plosives

Symbol	Word	Transcription
p	pai	paj
b	barco	"barku
t	tenho	"teJu
d	doce	"dos@
k	com	ko~
g	grande	"gr6nd@

fricatives

f	falo	"falu
v	verde	"verd@
s	céu	sEw
z	casa	"kaz6
S	chapéu	S6"pEw
Z	jóia	"ZOj6

nasals

m	mar	mar
n	nada	"nad6
J	vinho	"viJu

liquids

l	lanche	"l6nS@
L	trabalho	tr6"baLu
r	caro	"karu
R	rua	"Ru6

¹ O alfabeto SAMPA é igualmente descrito em MacWhinney (2000, vol.1:120 e seg.).

Vowels and diphthongs

i	vinte	"vint@	
	lápiss	"lapiS	
e	fazer	f6"zer	
E	belo	"bElu	
a	falo	"falu	
6	cama	"k6m6	
	madeira	m6"d6jr6	
O	ontem	"Ont6~j~	
o	lobo	"lobu	
u	jus	ZuS	
	futuro	fu"turu	
@	felizes	f@"liz@S	
i~	fim	fi~	
e~	emprego	e~"pregu (or em-)	
6~	irmã	ir"m6~	
o~	bom	bo~	
u~	um	u~	
aw	mau	maw	etc.: iw, ew, Ew, (ow)
aj	mais	majS	etc.: ej, Ej, Oj, oj,
6~j~	têm	t6~j~	etc.: e~j~, o~j~, u~j

Anexo 2. – Codificações sintáticas

Listam-se abaixo as codificações caracterizadas em 5.3.2 e, complementarmente, no que diz respeito às pessoas gramaticais, em 6.2.

- 0v – verbo elidido.

- 1v – verbo.

- 1vtag – verbo usado como *tag*.

- 1vser – verbo “ser”.

- 1vser=sim – verbo “ser” em contexto de resposta a pergunta sim-não equivalente a “sim”.

- 1vser=tag – verbo “ser” em contexto de “tag”.

- 1vestar – verbo “estar”.

- 1vaux – verbo auxiliar.

- 1vimp – verbo imperativo.

- 1vimps – verbo impessoal.

- 1vinf – verbo infinitivo.

- 1vinf-fl – verbo infinitivo flexionado.

- 1vpart – forma de participio.

- 1vger – forma de gerúndio.

- 1vger/inf – forma de gerúndio em vez de infinitivo.

- 1vind/imp – forma de indicativo em vez de imperativo.

- 1vind/conj – forma de indicativo em vez de conjuntivo.

- 1vinf/inf-fl – forma de infinitivo em vez de infinitivo flexionado.

- 1vconj – forma de conjuntivo.

- pres – presente.

- pass – passado.

- fut – futuro.

0neg – negação frásica omitida

1neg – negação frásica

2neg – segunda marca de negação frásica

- 0subj – sujeito nulo.

- 1subj – sujeito preenchido pré-verbal com forma de DP.

- 1subj – sujeito preenchido pós-verbal com forma de DP.

- 1subj-d – sujeito preenchido pré-verbal com forma de pronome demonstrativo.

- 1subj-pp – sujeito preenchido pré-verbal com forma de pronome pessoal.

- 1subj-d – sujeito preenchido pós-verbal com forma de pronome demonstrativo.

- 1subj-pp – sujeito preenchido pós-verbal com forma de pronome pessoal.

0obj – objecto nulo.

1obj – objecto preenchido.

1pred – (nome) predicativo do sujeito.

0clitsuj – clítico “-se” com função de sujeito omitido.

1clitsuj – clítico “-se” com função de sujeito.

- 1/1; 2/2; 3/3; 1pl/1pl; 2pl/2pl; 3pl/3pl – formas correctas constantes do paradigma original (1/1 - primeira pessoa do singular onde deve estar 1ª pessoa do singular, etc.).

Conjugação ilustrativa:

1/1 – eu vou

2/2 – tu vais

3/3 – ele vai

1pl/1pl – nós vamos

2pl/2pl – vós ides

3pl/3pl – eles vão

- 1/2; 1/3; 2/3; 3/1; 3/1pl; 3/2; 3/2pl; 3/3pl; 3pl/3 – formas que constam em vez das correctas (1/2 – primeira pessoa do singular onde devia estar segunda do singular, etc.).

Conjugação ilustrativa:

1/2 –	tu vou
1/3 –	ele vou
2/3 –	ele vais
3/1 –	eu vai
3/1pl –	nós vai
3/2 –	tu vai
3/2pl –	vós vai
3/3pl –	eles vai
3pl/3 –	ele vão

- 3/3(ref1); 3/3(ref1pl); 3/3(ref2); 3/3(ref3pl); 3pl/3pl(ref2pl); 1/3(ref1) – formas correctas gramaticalmente mas que se referem a pessoas diferentes das do paradigma original.

Conjugação ilustrativa:

3/3(ref1) –	o João vai (sendo o João a criança que fala).
3/3(ref1pl) –	a gente vai.
3/3(ref2) –	você vai.
3/3(ref3pl) –	todo o mundo vai.
3pl/3pl(ref2pl) –	vocês vão.
1/3(ref1) –	O João vou (sendo o João a criança que fala).

0clit – clítico omitido.

1clit – clítico.

1pron/clit – forma pronominal plena em vez de clítico.

1pron/pron – forma pronominal em vez de outra forma pronominal.

0comp – pronomes interrogativos, relativos e conjunções omitidos.

1comp – pronomes interrogativos, relativos e conjunções.

1oc – vocativo.

(o) – alteração da ordem básica de constituintes.